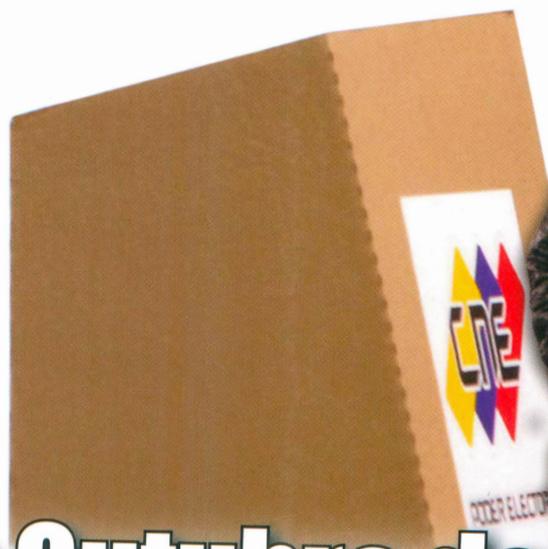


Marxismo Vivo

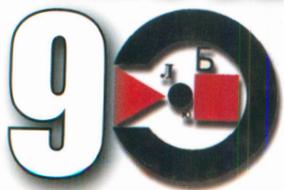
Revista de Teoria e Política Internacional - N° 16 - Ano 2007



Venezuela: Um debate estratégico entre a esquerda



Rússia Outubro de 1917



anos da grande revolução

Marxismo Vivo

Revista de teoria e política internacional

Nº 16 – 2007

Marxismo Vivo é uma revista do Instituto José Luís e Rosa Sundermman
CGC 73282.907/0001-64
Atividade principal 61.81
Rua dos Caciques, 265 – Saúde –
04145-000 – São Paulo – SP
Fone (11) 5581-5776

Impressão

Bartira Gráfica e Editora SA

Jornalista responsável

Maria Cecília Garcia
MTb 12.471

Editor

Martín Hernández

Revisão

Márcio Palmares

Capa

Kit Gaion

Diagramação

Helena Sturdze

Alejandro Iturbe
Bernardo Cerdeira
Cecília Toledo
José Welmowicki
Martín Hernández
Nazareno Godeiro

ISSN 1806-1591

www.litci.org

www.marxismalive.org

marxismalive@marxismalive.org

Marxismo Vivo – Revista de teoria
e política internacional

São Paulo – Brasil – Instituto
José Luís e Rosa Sundermman
ISSN 1806-1591

2000, nº 1, julho/setembro

2001, nº 2, outubro/janeiro

2001, nº 3, maio

2001, nº 4, dezembro

2002, nº 5, abril

2002, nº 6, novembro

2003, nº 7, novembro

2004, nº 8, março

2004, nº 9, julho

2004, nº 10, novembro

2005, nº 11, junho

2005, nº 12, dezembro

2006, nº 13, maio

2006, nº 14, outubro

2007, Edição especial – fevereiro

2007, nº 15, julho



Apresentação.....	4
Ano 2007	
Referendo na Venezuela: sobre a vitória do NÃO DANIEL POLACO.....	5
O caráter da Reforma Constitucional proposta por Chávez: socialista ou burguesa bonapartista? ALEJANDRO ITURBE.....	9
A esquerda diante de Chávez e do referendo MARTÍN HERNÁNDEZ.....	15
Do Haiti rebelde ao Haiti colônia EDUARDO ALMEIDA	25
A situação da economia mundial ALEJANDRO ITURBE	35
Colômbia: eleições e mudanças estruturais G. MONTENEGRO.....	43
Dossiê - Revolução Russa 90 anos	
O que foi a Revolução Russa LEÓN TROTSKY	52
A Comuna de Paris (1871): precursora da Comuna de Petrogrado (1917) FRANCESCO RICCI	68
O Exército Vermelho dos operários e camponeses da República Soviética AMÉRICO GOMES	79
Como funcionam os soviets JOHN REED	91
A Revolução Russa e a cultura CECÍLIA TOLEDO.....	105
A restauração não demonstrou a superioridade do capitalismo MARTÍN HERNÁNDEZ.....	120
Isto é História	
Uma breve história do movimento operário uruguaio - II parte GUSTAVO LÓPEZ	128
Livros	
<i>O Encontro da Revolução com a História</i> , de Valério Arcary JOSÉ WELMOWICKI.....	141

Apresentação

Mais da metade desta nova edição da revista *Marxismo Vivo* está dedicada a dois grandes temas: a Revolução Russa e a situação política na Venezuela. Aparentemente são dois grandes temas com pouca relação entre si; mas não é assim.

No Dossiê dedicado a comemorar os 90 anos da Revolução Russa o leitor poderá encontrar as principais conclusões de Leon Trotsky sobre esse acontecimento histórico e, além disso, vários autores informam, analisam e extraem conclusões sobre uma série de aspectos particulares. Um revolucionário italiano analisa a Comuna de Paris como um prenúncio da Revolução Russa. Outros autores mostram o que foram e como funcionavam os soviets ou o Exército Vermelho. Esta edição de *Marxismo Vivo* também apresenta textos dedicados a mostrar como a revolução se manifestou no terreno da economia, da cultura e do exército.

Dessa forma nós, que fazemos esta revista, celebramos os 90 anos da Grande Revolução Russa, mas não o fazemos da forma como gostaríamos. Não fazemos esta homenagem contemplando a vitória da revolução socialista mundial. Pelo contrário, fazemos esta homenagem constatando a restauração do capitalismo em todos os países onde a burguesia havia sido expropriada, incluindo a própria Rússia. E então por que dedicar tanto espaço a tirar conclusões de uma derrota? Porque levamos muito a sério as palavras de Leon Trotsky em suas *Lições de Outubro*: “Sem o estudo da grande Revolução Francesa, da revolução de 1848 e da Comuna de Paris, jamais teríamos levado a cabo a Revolução de Outubro. De fato, fizemos esta experiência apoiando-nos nas lições extraídas das revoluções anteriores e continuando sua linha histórica”.¹

Por outro lado, os artigos dedicados a analisar a situação política da Venezuela depois do referendo da reforma constitucional, no qual Chávez foi derrotado, mostram o aprofundamento do processo revolucionário que se desenvolve nesse país. Os revolucionários venezuelanos estão diante do maior desafio de suas vidas, porque a situação fica cada vez mais tensa, os cenários se clarificam e a necessidade de haver uma direção revolucionária torna-se imperiosa. Mas como construir a direção revolucionária, tomar o poder, expropriar a burguesia, defender-se da agressão imperialista, expandir a revolução para o cenário internacional, sem estudar a experiência que a Revolução Russa nos deixou? Trotsky, na frase citada acima, dizia que sem o estudo das revoluções anteriores “**jamais** teríamos feito a Revolução de Outubro...”

Agora cabe a pergunta: poderemos fazer um novo Outubro na Venezuela sem tirar todas as conclusões da própria Revolução de Outubro? **Jamais!** Aqui está justamente a relação entre os dois grandes temas tratados nesta edição de *Marxismo Vivo* ■

¹ “Lecciones de Octubre”, León Trotsky, El Yunque Editora, Pág. 15



Referendo na Venezuela: sobre a vitória do NÃO

O triunfo do NÃO no plebiscito sobre a proposta de reforma constitucional do presidente Chávez é a primeira grande derrota política do governo, que fracassou em seu projeto bonapartista de ataque às liberdades democráticas a serviço da repressão das lutas operárias e populares, da manutenção das bases econômicas da exploração capitalista e da legalização do acordo com as multinacionais imperialistas.

O NÃO triunfou por uma escassa margem, mas não foi uma pequena derrota: houve uma abstenção de mais de 50%, e Chávez perdeu três milhões de votos em relação às eleições realizadas há um ano. Seja pelo voto contrário, pelo voto nulo ou pela abstenção, apenas um quarto dos eleitores aprovou a proposta governamental. É a primeira vez que a população e os trabalhadores venezuelanos expressam-se de maneira categórica contra o governo.

Chávez perdeu muito mais amplamente nas zonas operárias, em particular nas regiões petrolíferas, como o Estado de Anzoátegui, onde o NÃO ganhou com uma vantagem de quase 10 % dos votos.

Agora os partidários do governo dirão que a direita ganhou e continuarão sua campanha de desqualificação dos estudantes e dos dirigentes sindicais contrários. Mas o resultado não foi uma vitória da direita, que aumentou seu peso eleitoral em apenas trezentos mil votos em relação a 2006, mas uma derrota auto-infringida do governo, e um enorme fracasso da esquerda reformista que passou de armas e bagagem ao “castro-chavismo” e que não apresentou uma alternativa revolucionária independente.

As razões da vitória do NÃO

A derrota do governo é o resultado de um processo em gestação há vários anos. Chávez obteve sua popularidade máxima nos momentos de enfrentamento agudo com o imperialismo e com a burguesia venezuelana: o golpe de estado de 11 de abril de 2002, o *lockout* patronal da PDVSA e o plebiscito revogatório de 2004.

Nessas três oportunidades, o povo venezuelano, com os trabalhadores na vanguarda, defendeu Chávez e as liberdades democráticas. Os partidos da burguesia foram destruídos, assim como a velha burocracia sindical. Com a derrota, a Casa Branca — metida no beco sem saída da guerra do Iraque — já não estava em condições de tentar derrubar Chávez, e trocou a tática do enfrentamento pela da negociação. Daí em diante, o fosso entre Chávez e os trabalhadores e o povo foi se

DANIEL
POLACO

Tradução:
Marcos
Margarido

Daniel Polaco é
membro da IT
(Izquierda de los
Trabajadores) da
Argentina



abrindo cada vez mais: um país com a distribuição de renda mais desigual do continente; a inflação mais alta da América Latina; os salários dos trabalhadores estatais congelados; a negativa em assinar acordos coletivos com representantes eleitos pelos trabalhadores, como os petroleiros; o não reconhecimento da UNT; a repressão aos trabalhadores e o assassinato de dirigentes camponeses.

O governo que mais vociferou contra Bush não tomou nenhuma medida antiimperialista: associou-se com as multinacionais petroleiras, e suas anunciadas nacionalizações terminaram sendo um negócio a preço de mercado da CANTV e outras empresas, pagando fabulosas somas. Chávez permitiu o enriquecimento de uma nova “boliburguesia”, e de uma ampla burocracia “vermelha, vermelhinha”, graças à tranquilidade petroleira, aumentando cada vez mais a odiosa diferenciação social num dos países com maior número de pobres do continente.

Perante a perspectiva de uma crescente insatisfação operária e popular, o governo tomou um rumo cada vez mais antidemocrático e bonapartista: repressão aos trabalhadores da PDVSA, repressão às lutas operárias e aos estudantes, fechamento do canal de televisão RCTV, criação de um partido único, o PSUV. Tudo isto foi desgastando o prestígio do governo.

A eleição presidencial de 2006 foi o primeiro sintoma, na qual Chávez não conseguiu os prometidos dez milhões de votos, mas apenas 7,3 milhões. Naquela eleição, o governo estimulou a recomposição dos partidos de direita, cujo candidato Manuel Rosales obteve 36 % dos votos. Depois, veio o fechamento da RCTV, um canal privado porta-voz da direita e da burguesia “esquálida”, mas que era o canal mais popular da televisão. Outros canais e meios de comunicação, igualmente direitistas, não foram fechados, demonstrando que se tratou de uma medida de censura antidemocrática, e não de uma medida antigolpista (já se haviam passado quatro anos desde o golpe!). Pela primeira vez, uma medida do governo foi rejeitada pela ampla maioria da população. A partir de então surgiu um novo ator social: o movimento estudantil, que se opôs ao fechamento da RCTV, e que assumiu, ante a omissão da esquerda, a vanguarda da luta contra o governo. Rechaçamos caracterizar o movimento estudantil como um setor de direita. Muitos de seus dirigentes provêm do chavismo e de setores de esquerda. Eles próprios encarregaram-se de repetir que não são de direita, mas que estão contra as medidas antidemocráticas do governo Chávez. Esta sensação incômoda começou a abrir fendas no regime. O famoso novo partido, o PSUV, não conseguiu integrar todos os partidos chavistas. Influentes setores das Forças Armadas encabeçados pelo general Baduel, que era parte do núcleo do regime, pronunciaram-se contra a reforma constitucional, e três dos quatro principais partidos do chavismo também fizeram pronunciamentos contrários.

Todas estas razões explicam por que um amplo setor de trabalhadores e do povo, incluindo uma franja do chavismo, votou contra ou absteve-se. A direita só aumentou trezentos mil votos, enquanto Chávez perdeu três milhões de votos num ano.

Ser contra a reforma era apoiar os golpistas?

A esquerda castro-chavista diz que ser contra a reforma era apoiar os golpistas, mas a maioria do povo venezuelano não comprou este “conto do vigário”. Hoje

não existe nenhum perigo de golpe, em primeiro lugar porque um setor da burguesia apóia Chávez, e porque a burguesia foi obtendo, pela via eleitoral, o que não conseguiu pela via das armas, como se viu na eleição do ano passado. Na atualidade, a principal ameaça às liberdades democráticas vem do governo Chávez com sua reforma constitucional, seu pretendido partido único, seus ataques à autonomia sindical e a repressão aos trabalhadores.

Por isso era correto estar contra a reforma, pela maneira antidemocrática como se discutiu na Assembléia Nacional, onde somente há representantes do chavismo; pelo método de plebiscito, que é inaceitável, porque suprime a participação do povo e dos trabalhadores e os reduz ao mero papel de apoiadores passivos; e porque a proposta de Chávez legaliza e reforça o saque das multinacionais e as condições capitalistas de exploração do povo venezuelano.

Por estas razões fomos totalmente contra a atual reforma, ao mesmo tempo em que nos diferenciamos categoricamente da direita: exigimos uma assembléia constituinte eleita democraticamente para tomar as medidas urgentes que os trabalhadores e o povo venezuelano reivindicam: aumento imediato de salários, eliminação do trabalho terceirizado, negociação dos acordos coletivos, reconhecimento imediato da UNT, reforma agrária radical, anulação dos contratos do petróleo e expropriação sem indenização das principais empresas, sob o controle operário, e reorganização do país sobre novas bases: **terminar** com os poderes excessivos liquidando o presidencialismo, câmara única com deputados eleitos proporcionalmente, mediante apenas uma circunscrição nacional, com mandatos revogáveis, que não ganhem mais que os operários, a democratização das Forças Armadas, e o estabelecimento de um governo dos trabalhadores para levar a cabo estas tarefas.

Um giro à direita ou o colapso da esquerda “castro-chavista”

Um importante setor da esquerda latino-americana e do trotskismo chamou o voto no SIM no plebiscito. A corrente dirigida por Stalin Pérez na Venezuela, apoiada internacionalmente pelo P-SOL do Brasil e pelo MST da Argentina, assim como o Secretariado Unificado e outros, jogaram-se de cabeça apoiando Chávez. Estas correntes apóiam as medidas “progressivas” do chavismo e entraram no PSUV.

O divisor de águas na esquerda foi o fechamento da RCTV. Apesar da longa tradição histórica, estas e outras correntes trotskistas apoiaram a medida de Chávez. Nós nos opomos, porque, salvo mediante um golpe de estado ou guerra civil, não se pode apoiar nenhuma medida de censura nem de corte das liberdades de nenhum governo burguês, pois isto sempre se voltará contra os trabalhadores, tal como se acaba de demonstrar: depois do fechamento da RCTV, Chávez sentiu-se livre para apresentar sua reforma constitucional reduzindo as liberdades democráticas e ratificando seu acordo com a burguesia.

Rechaçamos as análises dos que consideram a vitória do NÃO como um triunfo da burguesia e do imperialismo. O NÃO triunfou porque uma ampla camada da classe operária e dos setores populares se absteve, votou nulo ou contra, como os petroleiros e os trabalhadores estatais, porque um novo ator social — os estudantes — tomou a vanguarda da luta contra Chávez, e pelas fendas nas filas do próprio regime.



Que isto tenha fortalecido, ao mesmo tempo, os partidos de direita, é inevitável, mas toda culpa recai na esquerda reformista, que se negou a apresentar uma clara alternativa para que os estudantes descontentes unissem fileiras com os trabalhadores ao redor de uma política revolucionária independente deste governo.

Por isso, repudiamos antecipadamente todos os ataques contra os estudantes e contra dirigentes operários como Orlando Chirino, que se opôs à reforma e chamou a votar Nulo, por parte dos porta-vozes do regime chavista, inimigos jurados da independência sindical e da liberdade de expressão, e dos dirigentes que defendem os interesses dos trabalhadores.

Chávez disse: “ou estais com Chávez ou estais contra a revolução”. Mas o povo, os trabalhadores e os estudantes venezuelanos não acreditaram nele, porque é uma falsa disjuntiva: quem está contra os trabalhadores e contra o aprofundamento da revolução é Chávez.

A lição é clara: é urgente construir uma alternativa política independente e revolucionária, que una a vanguarda operária e que se converta num pólo para o movimento estudantil e popular desiludido pelo chavismo, suas políticas antioperárias e suas tentativas totalitárias ■

Buenos Aires, 4 de dezembro de 2007

O caráter da reforma proposta por Chávez: socialista ou burguesa bonapartista?

Um dos centros do debate sobre o significado do resultado do plebiscito constitucional é a análise do caráter político e de classe da reforma constitucional proposta pelo governo. A maioria dos defensores do SIM afirmou que essa reforma representava “um passo ao socialismo” ou, pelo menos, que tinha um caráter muito progressivo. Evidentemente, se isto fosse correto, o triunfo do NÃO teria significado que este avanço foi rejeitado pelo povo venezuelano. Desde um ângulo oposto, setores do imperialismo e da direita fazem uma análise similar.

Mas essa caracterização da nova constituição é totalmente falsa: as reformas propostas não tinham nada a ver com o socialismo nem constituíam um avanço até ele. Neste sentido, analisaremos não só o *texto* da reforma, isto é, seus artigos, mas também seu *contexto*, isto é, aspectos da política que o governo Chávez vem aplicando.

ALEJANDRO
ITURBE

Tradução:
Marcos
Margarido

Como definir o caráter de classe de uma constituição?

O caráter de classe de uma constituição não pode ser definido pela quantidade de vezes que nomeia ou se refere à palavra “socialismo”. A “prova ácida” ou o divisor de águas é sua definição sobre a propriedade dos meios de produção. Uma constituição burguesa defende a propriedade privada e os lucros dos capitalistas, e estrutura o Estado para garanti-los. Uma constituição que avança ao socialismo defende que os meios de produção devem ser propriedade de um Estado dos trabalhadores para organizar uma economia planificada a serviço dos interesses do povo.

Sobre este tema, tal como assinalaram os companheiros da “Unidade Socialista dos Trabalhadores” (UST) venezuelana, em sua declaração chamando a votar NÃO no plebiscito:

a reforma constitucional em seu **artigo 115** não deixa dúvidas: são reconhecidas e garantidas as diferentes formas de propriedade... dentro das quais destaca-se que “a propriedade privada é aquela que pertence a pessoas físicas ou jurídicas, reconhecida sobre bens de uso, consumo e **meios de produção**.”

Além de garantir a propriedade privada, o **artigo 112** assinala que o Estado *fomentará e desenvolverá* distintas formas de empresas com o setor privado. Isto é, ajudará com fundos para seu desenvolvimento.

Alejandro Iturbe é
membro da direção
da LIT-QI



É verdade que esta reforma continha vários artigos referentes à “propriedade social”. Aqui é necessário recordar a idéia de Marx, quando dizia que as constituições burguesas têm muitos artigos, mas que alguns poucos são muito mais importantes que os restantes. Ele assinalava que, junto com os longos parágrafos dedicados às garantias democráticas, há sempre um único artigo que diz que, “sob determinadas circunstâncias”, os governos poderiam anular “temporariamente” estas garantias. O mesmo ocorre com esta reforma: nenhuma das referências à “propriedade social” (que analisaremos mais detalhadamente neste mesmo artigo) pode ocultar que esse texto defendia a propriedade privada dos meios de produção e seu incentivo pelo Estado venezuelano.

Em outras palavras, tratava-se de uma reforma que mantinha o caráter capitalista até a medula, que a Constituição aprovada em 1999 já possuía, com algum adorno referente ao “socialismo” ou à “produção social”.

Reforma antiimperialista?

Algumas correntes de esquerda, que concordam com a definição de que o texto apresentado mantinha o caráter burguês do estado venezuelano, assinalam, no entanto, que a nova constituição tinha um “caráter progressivo” porque expressava a luta que Chávez vinha tendo com o imperialismo. Em outras palavras, era uma proposta burguesa, mas “antiimperialista”.

Isto também é falso: o texto da reforma mantinha e aprofundava as concessões que Chávez já vem fazendo ao imperialismo durante todos esses anos. Para demonstrá-lo, recorreremos novamente à análise realizada pela UST.

O **artigo 98**, embora com a redação modificada, continua garantindo o respeito à propriedade intelectual e às leis de patentes internacionais. De fato, é quase uma cópia de uma das exigências feitas pelo imperialismo norte-americano para o acordo da ALCA e para os Tratados de Livre Comércio (TLC) que estão sendo firmados em alguns países da América Latina. Da mesma forma, deve-se lembrar que a Venezuela é membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) e, por isso, é obrigada a observar as regras desse organismo e os tratados internacionais como leis de cumprimento obrigatório.

O **artigo 113**, referente à exploração dos “recursos estratégicos” (essencialmente petróleo e gás) mantém a autorização para a criação de “empresas mistas”, isto é, sociedades do Estado com o capital privado, inclusive o estrangeiro. A quebra do monopólio estatal da PDVSA já havia sido iniciada pelo governo pró-imperialista de Rafael Caldera, com a chamada “abertura do petróleo”, que consistia na entrega de áreas em concessão a empresas estrangeiras, através de “acordos operacionais”. Chávez continuou e aumentou esta entrega, através da criação das empresas mistas: enquanto nas concessões os poços continuavam sendo propriedade do Estado, nestas empresas mistas as transnacionais passaram a sócias e co-proprietárias. Em 2006, o chamado “Contrato Marco das Empresas Mistas” piorou ainda mais esta situação, porque todas as empresas concessionárias passaram a ser também associadas em novas empresas mistas. Em outras palavras, hoje as transnacionais são proprietárias de 40 % do petróleo e do gás do país. Um fato que o **artigo 113** consolida e fornece uma base constitucional.

Por seu lado, o **artigo 301** da constituição de 1999, referente aos investimentos estrangeiros, dizia que “estão sujeitos às mesmas condições que o investimento nacional”. Isto é, todas as facilidades que se brinda ao capital nacional devem ser estendidas ao capital estrangeiro. Novamente, quase uma cópia de artigos da ALCA e dos TLCs. Tentou-se mudar um pouco a redação na reforma constitucional, mantendo seu conteúdo. O novo texto diz: “Não será outorgado a pessoas, empresas ou organismos estrangeiros regimes mais benéficos que os estabelecidos para os nacionais”. Como pode ser visto, uma mudança muito profunda.

Um exemplo do bom tratamento recebido pelas empresas imperialistas pode ser encontrado na indústria automotiva controlada por marcas como a Toyota, Mitsubishi, GM, Ford, etc., com montadoras no país. Em 2006, 60% de sua produção total, isto é, por volta de 160.000 veículos, foi vendida através do “Programa Venezuela Móvil” incentivado pelo governo. Este programa as eximia do pagamento do IVA sobre a produção e comercialização, ganhando assim 224 milhões de dólares adicionais que foram somados a seus lucros habituais.

O Estado sou eu

A partir deste caráter burguês até a medula, o verdadeiro objetivo das reformas era fortalecer o bonapartismo do governo. Isto é, o poder centralizado de Chávez. Não apenas para debilitar a oposição de direita mas, essencialmente, para enfrentar a insatisfação crescente das massas e as lutas dos trabalhadores.

Por exemplo, introduzia a possibilidade da reeleição presidencial indefinida de Chávez, enquanto esse direito era negado aos governadores ou prefeitos. Também o direito presidencial de modificar, segundo seu parecer, a divisão político-administrativa do país, criando novos estados através da divisão ou fusão dos existentes. Um poder muito útil para eliminar governadores inoportunos. Poderá ser argumentado que essa medida estava dirigida contra governadores de direita como Jorge Rosales, do Estado de Zulia, para enfraquecer sua base de apoio. Não compartilhamos este critério: num regime burguês defendemos que apenas o povo venezuelano tem o direito de decidir qual governador ou prefeito deve continuar governando e qual não. Mas, além disso, este artigo também era dirigido contra governadores e prefeitos de partidos aliados ao governo nacional que se opuseram a entrar no PSUV. É o caso do governador de Sucre, Ramón Martínez, do partido Podemos. Ou contra qualquer outro que o molestasse no futuro. Também, enquanto mantinha a autoridade do Presidente para designar um Primeiro Vice-Presidente (antes apenas Vice-Presidente) era introduzida a possibilidade de nomear quantos vice-presidentes achasse necessário, com atuação de “alcance regional” (artigo 225). Isto é, se o chavismo perdesse as eleições num estado, estes governadores teriam um Vice-Presidente (nomeado apenas por Chávez) exercendo o “controle regional” acima deles, de costas para a vontade da população.

Em outras palavras, um grau de centralização de poder presidencial parecido em demasia ao conceito do monarca absolutista francês Luis XIV: “O estado sou eu”.

O controle sobre o movimento de massas

Outro aspecto muito negativo do texto da reforma é que avançava claramente em sua tentativa de controlar organizativa e legalmente o movimento operário, através da criação dos chamados Conselhos Laborais, que representavam um ataque evidente à organização sindical independente dos trabalhadores. Tal como o dirigente sindical Orlando Chirino os denunciou, numa declaração de oposição à reforma, estes Conselhos

além de não serem organizações criadas de forma genuína pelos trabalhadores, nem nascidos de sua luta diária, são organismos que nascem tutelados e controlados em forma absoluta pelo Executivo, ferindo a independência e a autonomia dos trabalhadores e suas organizações. (...) Nota-se então o interesse do Governo Nacional em continuar promovendo a divisão nas fileiras dos trabalhadores, antepondo organismos que não são autônomos, e em manter a política anti-sindical desatada no presente ano, expressa no não reconhecimento da “União Nacional dos Trabalhadores” (UNT), dos dirigentes legítimos dos sindicatos dos petroleiros e dos trabalhadores do setor público...

Os Conselhos Estudantis e os Conselhos Comuns tinham um objetivo parecido. Ou seja, controlar os estudantes e os moradores dos bairros populares desde o Estado.

Um projeto repressor

O projeto de reforma também avançava na criação de novas figuras legais, organizações e autoridades com um claro traço repressivo. Neste sentido, o **artigo 11** expressava:

O presidente poderá decretar **Regiões Estratégicas de Defesa** a fim de garantir a soberania, a segurança e a defesa **em qualquer parte do território e espaços geográficos da República**. Igualmente, poderá decretar autoridades especiais em situações de contingência, desastres ou **qualquer outra que necessite a intervenção imediata e estratégica do Estado**.

Em outras palavras, se o texto fosse aprovado, Chávez poderia decretar um “estado de emergência” em qualquer ponto do país, enviar forças militares ou especiais para reprimir, sob o mando de autoridades também designadas apenas por ele, sem consulta a nenhuma outra instituição ou autoridade. Contra quem este artigo é dirigido? Contra o imperialismo e a direita ou contra os trabalhadores e as massas? Podemos obter a resposta na realidade venezuelana recente. Enquanto os ex-golpistas de 2002, como Cisneros ou Mendoza, gozam de boa saúde e fazem muitos bons negócios com o governo, da mesma forma que as empresas imperialistas, as lutas dos trabalhadores são violentamente reprimidas. Assim ocorreu com os trabalhadores da “Sanitarios Maracay”, com a greve regional do estado de Aragua e com os petroleiros de Zulia e Puerto La Cruz. Ao mesmo tempo, as “forças especiais” já começaram a ser testadas com as tropas de choque do governo que desalojaram os trabalhadores estatais do Ministério do Trabalho e no ataque

de bandos armados aos estudantes da Universidade Central da Venezuela, que voltavam de manifestações pelo NÃO.

Por outro lado, o **artigo 337** mantinha sua redação na parte que autoriza o presidente a decretar o mais tradicional “estado de exceção” em nível nacional “nas circunstâncias de ordem social, econômica, política, natural ou ecológica, que afetem gravemente a segurança da Nação, das instituições e dos cidadãos” que justifiquem a suspensão das garantias do direito.

As 36 horas semanais

Muitos dirão que estamos sendo injustos porque não nos referimos a aspectos que estavam contidos no texto da reforma, como a redução da jornada de trabalho a 6 horas diárias e a 36 horas semanais. Neste ponto, uma coisa chamava a atenção: os empresários não mostravam nenhuma preocupação por este ponto e nem sequer era mencionado pela burguesia opositora de direita. Por quê? A aplicação imediata da jornada de 6 horas só seria obrigatória para os empregados públicos. Nas empresas do Estado, como a PDVSA, e nas empresas privadas, apenas seria aplicada *depois da regulamentação da Lei respectiva*. Isto é, poderia ser adiada por anos sem ir à discussão e votação na Assembléia Nacional. Na realidade, essa redução da jornada de trabalho já estava presente na Constituição de 99. Mas, até agora, a regulamentação continua sem sair do Parlamento. Com estes antecedentes, mais que uma intenção real de favorecer os trabalhadores, a tão falada jornada de 6 horas era, na realidade, uma “cartada” para contrabandear o resto da reforma.

A “propriedade social”

É certo também que o projeto da nova constituição incluía vários artigos que falavam dos “objetivos sociais da produção”, do direito do Estado a intervir na economia, da possibilidade de expropriar setores que se considerassem “estratégicos” e da criação de “empresas socialistas”. Seguramente, esta parte do texto foi a que mais entusiasmou aqueles que apóiam o governo Chávez e consideravam a reforma como “um passo ao socialismo”.

Já nos referimos, no início deste artigo, que o caráter de classe de uma constituição não pode ser definido pela quantidade de vezes que nomeie o socialismo. Mas, se um fato mostrou o caráter de “propaganda socialista enganosa” destes artigos, foi o caso da Sanitarios Maracay, uma empresa importante da cidade homônima (capital do estado de Aragua), fundada há 47 anos. Cansados de suportar os abusos permanentes de seu proprietário, Álvaro Pocaterra (um homem muito ligado aos velhos políticos do partido Ação Democrática e apoiador do golpe de 2002), os 800 trabalhadores realizaram, nos últimos anos, várias lutas pelo pagamento de salários e o cumprimento de cláusulas do acordo coletivo. Diante disso, em 2006, o patrão realizou a velha manobra de retirar-se da empresa e anunciar seu fechamento. Os trabalhadores ocuparam a fábrica, decidiram assumir o controle da empresa e mantiveram sua produção. Desde então, vêm reclamando que o governo cumpra a afirmação do próprio Chávez (“empresa fechada pelos patrões, empresa aberta pelo governo”) feita anos atrás. Por isso, pedem que o governo a exproprie e a estatize, para que continue funcionando sob o controle dos trabalhadores.

No entanto, longe de cumprir aquela promessa, afirmando o suposto espírito “socialista” da reforma proposta, o governo Chávez fez todo o possível para derrotar a luta destes trabalhadores e para que a fábrica voltasse às mãos de seus antigos donos. Os representantes do Ministério do Trabalho disseram-lhes que “o melhor que podem fazer é aceitar a venda da empresa e receber as indenizações”. Ao mesmo tempo, como denunciou Orlando Chirino, o governo nacional necessitava de produtos sanitários para as 18.000 casas do Programa Petrocasa. Mas, em vez de comprar a produção sob controle operário da Sanitarios Maracay, além da qualidade muito boa e do preço baixo, optou por encomendá-los de outras empresas, muitas delas de propriedade de empresários que foram golpistas em 2002.

Como se tudo isso não fosse suficiente, os trabalhadores também sofreram a repressão governamental. Cansados da falta de resposta às suas reclamações, decidiram marchar a Caracas, em 24 de abril passado. Seus ônibus foram duramente reprimidos no caminho pela polícia do governador de Aragua, Didalco Bolívar, e por batalhões da Guarda Nacional. Este fato originou uma combativa greve regional desse estado, em maio passado, em solidariedade a eles e para exigir a renúncia do governador.

Por isso, não devemos nos confundir: o governo Chávez, e os interesses da “burguesia bolivariana”, pode chegar a estatizar empresas como a CANTV e Electricidad de Caracas, comprando seu controle acionário. O que nunca vai fazer é incentivar um processo de expropriação generalizada da burguesia nacional e das propriedades imperialistas no país, nem desenvolver o controle dos trabalhadores nas empresas estatais ou estatizadas. Por isso, a PDVSA ou a CANTV são feudos da “burguesia bolivariana”, sem nenhuma possibilidade de que os trabalhadores possam controlar seu funcionamento.

Os discursos e o texto do projeto de reforma podiam estar cheios de referências ao “socialismo”. Mas, despojado dessa retórica, seu conteúdo real não tinha nada a ver com os interesses e as necessidades dos trabalhadores, e sim muito a ver com os interesses de burgueses como Álvaro Pocaterra.

Por isso, longe de ter freado com seu voto um “passo ao socialismo”, o que os trabalhadores e as massas venezuelanas rejeitaram no plebiscito foi um projeto constitucional burguês e reacionário ■

A esquerda diante de Chávez e do referendo

Uma comparação entre o que está ocorrendo hoje na Venezuela e o que ocorreu em 2002 mostra que há uma mudança profunda nesse país. Por uma série de motivos (origens de seu governo, discurso antiimperialista, chantagem contra os EUA, relações internacionais, relação com o movimento de massas etc.) os setores mais importantes da burguesia venezuelana e o governo dos EUA nunca consideraram o governo Chávez, apesar de ser burguês, como “seu governo”. Nesse marco, em 2002 um importante setor da patronal, dos partidos políticos tradicionais, das Forças Armadas e da burocracia sindical, respaldado pelo governo dos EUA, deu um golpe de estado.

No primeiro momento o golpe foi vitorioso. Chávez foi deposto e preso, sem opor resistência, enquanto que a maioria de seus ministros e principais colaboradores se escondeu ou se refugiou em várias embaixadas. As massas venezuelanas, devido à sua confiança em Chávez ou por instinto de classe (ou de conservação) se levantaram em todo o país e, em poucas horas, derrotaram o golpe. Elas se apoderaram das ruas, das estradas, de várias refinarias e centros de produção e distribuição de petróleo e, inclusive, quartéis. Diante da magnitude do enfrentamento, os golpistas fugiram, abrindo assim um vazio de poder na Venezuela.

Diante dessa realidade, um setor das Forças Armadas resgatou Chávez da prisão para que reassumisse o poder e controlasse a revolta das massas. Nesse momento era o único que podia fazer isso, e Chávez fez. A partir daí, um novo cenário político começou a delinear-se na Venezuela.

A esquerda: unida para enfrentar o golpe e dividida diante do referendo

Em 2002 a grande maioria da esquerda na Venezuela e no mundo todo (reformistas, centristas ou revolucionários) se uniu para defender o governo de Chávez diante do golpe e impedir que se instalasse um regime que iria atacar o movimento operário e de massas com métodos fascistas. Recentemente, em 2 de dezembro de 2007, convocou-se um referendo para votar SIM ou NÃO à reforma constitucional apresentada por Chávez, e então a esquerda mostrou-se profundamente dividida. A maioria defendeu a proposta de reforma constitucional apresentada por Chávez, enquanto a minoria se opunha. Os primeiros, entre eles a maioria do PSOL, no Brasil, a LCR, na França, o MST, na Argentina, a ISO, nos EUA, chamaram a votar SIM, e os segundos expressaram seu repúdio à reforma,

MARTÍN
HERNÁNDEZ

Tradução:
Cecília Toledo

Martín Hernández
é membro da
direção da LIT-QI

chamando a votar NÃO (UST da Venezuela, LIT-QI, PSTU do Brasil, IT da Argentina); votar nulo (UIT, IS Argentina, PTS Argentina, Fração Trotskista) ou defendendo a abstenção (MAS Argentina).

Evidentemente o chamado a votar por uma ou outra posição não é, para os marxistas, um problema de princípios. No entanto, isso não significa minimizar a divisão que se expressou na esquerda diante do processo eleitoral. Não tanto pela definição sobre o voto, mas pelos argumentos usados para tal definição e pelos diferentes balanços do resultado eleitoral que estão sendo feitos, já que esses argumentos e esses balanços expressam profundas divergências (de princípios e estratégias) em relação à política a adotar frente ao governo Chávez e ao próprio processo revolucionário venezuelano.

Um novo cenário político

Em 2002 as massas disseram SIM ao governo Chávez e NÃO ao golpe. Em 2007, Chávez e seus seguidores tentaram reviver o cenário de 2002. Dessa forma, durante toda a campanha eleitoral sobre a reforma da Constituição, eles afirmavam que votar pelo SIM significaria aprofundar a “revolução bolivariana”, o socialismo, o antiimperialismo. Pelo contrário, segundo eles, o voto pelo NÃO significaria a vitória dos golpistas, da direita, dos oligarcas, do imperialismo.

No entanto, a estratégia de Chávez não deu resultado. Como se sabe, milhões de pessoas que haviam votado em Chávez nas eleições anteriores, e que são contra a direita e o imperialismo, se abstiveram, facilitando assim a vitória do NÃO ou diretamente votaram pelo NÃO, e isso tem a ver com o que dizíamos no início: existe uma enorme diferença entre o ano de 2002 e o ano de 2007. A partir da derrota do golpe em 2002 começou a ser construído (de fato ou de direito) um acordo e uma divisão de tarefas entre a burguesia opositora e o imperialismo de um lado e o governo de Chávez de outro. Por esse acordo, os golpistas respaldaram a institucionalidade (deixaram de lado seu projeto golpista) passando a fazer a disputa com Chávez no terreno eleitoral. O governo Chávez, por sua vez, lançou uma ofensiva para controlar o movimento operário e o povo, de tal forma que este não questionasse, com suas mobilizações (como na resistência ao golpe) o Estado burguês. O recente referendo ocorreu no marco desse novo cenário.

A ofensiva de Chávez contra o movimento operário popular se dá com um discurso antiimperialista e socialista. Por exemplo, a tentativa de destruir os sindicatos, as centrais operárias e todo tipo de organização autônoma dos trabalhadores é feita a partir dos chamados “conselhos de trabalhadores” (também chamados de soviets) que são controlados nas fábricas a partir do Ministério do Trabalho. O mesmo ocorre com os estudantes. A partir do governo são formados os “conselhos de estudantes” para acabar com a autonomia do movimento estudantil e suas organizações próprias. Faz parte dessa ofensiva de Chávez para controlar e reordenar o movimento operário e popular a tentativa de controlar os meios de comunicação (quando Chávez assumiu havia duas redes de televisão estatais e agora já são seis). Essa tentativa por parte do governo de monopolizar os meios de comunicação também são feitas em nome do socialismo e contra os golpistas, como se pôde ver no conhecido episódio da RCTV. Nesse caso não foi renovada a concessão aos donos desse

canal com o argumento (verdadeiro) de que eles haviam apoiado o golpe em 2002; no entanto, o canal não passou a ser controlado por um setor “não golpista” e muito menos pelos trabalhadores. A RCTV se converteu em uma nova e poderosa rede do governo.

Possivelmente o ponto mais alto da ofensiva de Chávez para engessar o movimento operário seja a tentativa de construir um partido único diretamente controlado pelo governo e pelo próprio Chávez, o PSUV. Nele procura integrar todas as organizações sindicais e políticas dos trabalhadores e os próprios trabalhadores, sempre com o discurso de construir o partido único da Revolução Bolivariana. Muitos dos que apostaram a vida defendendo o governo contra o golpe de 2002, na medida em que se negaram a dissolver suas organizações no interior do PSUV, como foi o caso do conhecido dirigente operário Orlando Chirino, estão sendo acusados de contra-revolucionários, “esquálidos”, golpistas etc.

A ofensiva do governo contra os setores mais avançados dos trabalhadores não se limita a palavras. Em várias ocasiões, quando estes não se curvaram às ordens de Chávez e saíram à luta por suas reivindicações, sofreram uma violenta repressão por parte dos organismos de segurança do Estado. Uma situação similar se deu no movimento estudantil.

É importante notar que essa dureza contra os trabalhadores contrasta visivelmente com a docilidade com que trata os capitalistas e o próprio imperialismo, apesar de seus inflamados discursos contra eles. Nenhum setor capitalista foi expropriado na Venezuela (nem sequer os setores que encabeçaram o golpe) já que a patronal das poucas empresas nacionalizadas foi indenizada. Hoje existem setores da burguesia que estão provocando o desabastecimento de produtos de primeira necessidade. Os trabalhadores, que não têm condições de comprar esses produtos no mercado negro, são obrigados a fazer filas durante horas e horas para comprar leite para seus filhos. Era um bom momento para um governo que se diz socialista expropriar os que especulam com a saúde da população. No entanto, o governo não faz nada contra os especuladores e com isso os trabalhadores continuam nas filas intermináveis.

Foi nesse quadro de manutenção da exploração capitalista e de ofensiva bonapartista contra os trabalhadores que Chávez apresentou suas propostas de reforma na Constituição. A justificativa foi fazer uma “Constituição socialista”, mas a realidade é que as reformas mantêm seu caráter burguês e inclusive reforçam qualitativamente seu caráter bonapartista (*ver nesta edição o artigo de Alejandro Iturbe*).

A maioria da esquerda apóia a reforma proposta por Chávez

Em 2002 a maioria da esquerda, inclusive a mais reformista e oportunista, jogou um papel progressivo ao defender o governo Chávez contra o golpe. No entanto, hoje não é assim. A maioria da esquerda na Venezuela e em todo o mundo apóia todos os passos que Chávez está dando, já não contra os golpistas inexistentes, mas contra o movimento operário e as massas. Também não é secundário o papel cumprido pelas organizações e intelectuais de esquerda na sustentação do governo Chávez.

Chávez se apresenta para as massas como revolucionário, como socialista e até como simpatizante das idéias de León Trotsky, e isso faz com que elas (apesar de cada vez menos) acreditem que Chávez é um revolucionário que vai travar uma luta até o fim contra o capitalismo e o imperialismo. Qualquer ativista (e sobretudo um intelectual marxista) com o mínimo de cultura marxista (que, por exemplo, tenha lido o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels) sabe perfeitamente que a Venezuela é um país capitalista, que o governo Chávez é burguês e que para governar se apóia nas Forças Armadas, a principal instituição desse país capitalista. No entanto, a esquerda que se reivindica marxista, ao invés de desmascarar Chávez, sustenta suas mentiras e isso joga um papel fundamental, decisivo, para confundir os trabalhadores e as massas.

Durante a campanha pelo referendo, essa “esquerda” limitou-se a repetir, um a um, os argumentos de Chávez. Não se cansou de dizer que se tratava de um projeto de reformas para avançar em direção ao socialismo, que se o NÃO vencesse viria um novo golpe, que o movimento estudantil, que defendia o NÃO, era de direita etc. Essa campanha feroz de Chávez e da maioria da esquerda em defesa das reformas “socialistas” da Constituição e contra o NÃO “da direita golpista” criou um clima de apreensão e temor entre as massas, que estão começando a questionar Chávez, e entre a própria esquerda antichavista. Realmente era difícil, nesse clima, questionar as propostas de reforma de Chávez e mais ainda declarar ou chamar a votar NÃO, já que os trabalhadores poderiam sofrer represálias por parte do governo e da esquerda, assim como os lutadores operários seriam tachados (como muitos o foram) de golpistas, agentes do imperialismo, esquálidos etc.

É evidente que a campanha do governo Chávez e seus apoiadores, buscando intimidar as massas, teve efeito sobre a análise e a política de quase toda a esquerda, inclusive aquela que não é chavista. Por exemplo, o Novo MAS da Argentina, uma organização que esteve contra o voto no SIM, caracterizou o projeto de reformas constitucionais apresentadas por Chávez como “...uma das versões mais à ‘esquerda’ que hoje se pode ver na ordem internacional...”¹ e fez eco da chantagem chavista de agitar o perigo de golpe para pressionar as massas a votar SIM. Não só porque não denunciou essa grosseira manobra, mas porque chamou a “...sair massivamente às ruas diante de qualquer indício ou tentativa golpista real contra o governo de Chávez”. Mas onde melhor se pôde ver os resultados da pressão do governo foi na postura de várias organizações de esquerda não-chavistas em relação ao NÃO.

O medo do NÃO

O referendo sobre a proposta de reforma da Constituição deixava os eleitores frente a duas alternativas: SIM ou NÃO. Logicamente, os que estavam a favor das reformas de Chávez chamaram a votar SIM e os que estavam contra essas reformas, por coerência política, teriam de chamar a votar NÃO. No entanto, não foi isso o que ocorreu. Os que chamamos a votar NÃO (certamente uma ultra-minoria em âmbito mundial) como não podia ser de outra forma, estamos sendo duramente atacados pelos seguidores de Chávez com os mesmos argumentos que o stalinismo impôs durante tanto tempo como norma (atacar um governo burguês “progressista”

¹ “Chamamos a abstenção e a repudiar nas ruas qualquer tentativa golpista”. Declaração da Corrente Internacional Socialismo ou Barbárie diante do referendo de 2 de dezembro. 26/11/07

é fazer o jogo da direita). Assim, o MST da Argentina, depois das eleições, divulgou em forma de balanço:

Os que apoiaram a abstenção ou o NÃO entre a esquerda fizeram o jogo da direita e do imperialismo... A vitória do NÃO é a vitória da **Globovisión, Fedecamaras, Bush, Rosales, Ismael García e Baduel**... Os dirigentes que fizeram campanha contra o SIM, objetivamente — e independente de suas intenções — fortaleceram a direita e debilitaram os trabalhadores e o povo bolivariano que queria aprofundar a revolução.²

Por seu lado, o conhecido intelectual norte-americano James Petras acusou o PSTU do Brasil e os militantes da LIT da Venezuela de estar trabalhando junto com os estudantes financiados pelo governo dos EUA.

No entanto, é preciso destacar que, por haver chamado a votar NÃO, além desses ataques dos defensores de Chávez, estamos recebendo duras críticas de organizações que não são chavistas e não votaram no SIM. O Novo MAS, já citado anteriormente, e o PST da Costa Rica são categóricos ao afirmar: "...os que defenderam o NÃO entre a esquerda — como fez o PSTU-LIT —, têm o **triste e ridículo privilégio de ficar "colados" à recalcitrante oposição burguesa "esquálida"**.³ Por sua vez, a Fração Trotskista-IV Internacional, da qual faz parte o PTS da Argentina, teoriza da seguinte forma sobre este tema:

Houve o chamado do PSTU a votar NÃO, a mesma posição defendida pela burguesia opositora imperialista... intuitivamente os setores que se abstiveram na votação tiveram uma posição mais sábia que a do PSTU, retirando seu apoio político a Chávez sem oferecê-lo ao bloco de oposição de direita... somente é possível fazer uma unidade tática com setores burgueses em situações ultra-excepcionais quando se trata de alguma medida concreta que significaria uma conquista para os trabalhadores... Qual é a conquista concreta que a classe operária teve com a vitória do NÃO? ⁴

Os setores citados anteriormente parecem haver descoberto um novo princípio: quando um governo como o de Chávez é duramente atacado pela direita e o imperialismo, e estes dizem NÃO a uma determinada proposta desse governo, os revolucionários, por mais que estejamos contra essa proposta, não podemos dizer NÃO, porque, assim, ficaríamos identificados com essas propostas ou, pior ainda, tal como diz a Fração Trotskista, estaríamos tendo, com a ultra-direita, uma política de unidade de ação (ou "unidade tática"). Os bolcheviques, durante a Primeira Guerra Mundial, quando o governo de Frente Popular da Rússia estava sendo bombardeado pelas tropas da Alemanha, não chamou a votar NÃO ao governo; mais do que isso, chamou a derrubá-lo. Claro que não foi fácil. Por defender essa política, os militantes bolcheviques, e especialmente Lenin, foram acusados pelos oportunistas de agentes do império alemão. Trotsky e a IV Internacional, quando as diversas potências imperialistas queriam derrubar Stalin para restaurar o capitalismo, saíram na defesa incondicional da URSS contra qualquer ataque do capitalismo, o que não os impediu de chamar a mobilização dos trabalhadores para derrubar Stalin e sua camarilha. Os revolucionários, neste caso os trotskistas, foram, mais uma vez, acusados de agentes do império alemão e também dos EUA.

Lenin e Trotsky tinham uma política de unidade de ação com o imperialismo? Só um oportunista completo ou uma seita que perdeu o sentido do ridículo poderia

² Alternativa Socialista Nº 466, 13/12/07

³ "Por que Chávez perdeu?" Declaração da Corrente Internacional Socialismo ou Barbárie e do PST da Costa Rica diante da vitória do NÃO na Venezuela. 4/12/07

⁴ "Um debate necessário com o PSTU. A política da esquerda diante do referendo na Venezuela". Liga Estratégia Revolucionária – LER-QI.

afirmar tal coisa. O que Lenin e Trotsky faziam era levar até o fim uma política revolucionária. Não havia forma de acabar com as penúrias da guerra para as massas russas se não fosse derrotado o governo provisório de Frente Popular, e da mesma forma não se poderia evitar a restauração do capitalismo na ex-URSS se não se derrotasse a burocracia governante. Havia o perigo de que essa política revolucionária causasse confusão em importantes setores dos trabalhadores? Claro que sim. Tanto que mais de uma vez os militantes bolcheviques foram agredidos nas portas das fábricas por operários confusos. Mas esse não era o perigo principal, e sim que os operários não entendessem que não havia outra saída a não ser derrubar o governo provisório. O principal perigo era que os revolucionários, para não serem agredidos pelos operários, agitassem bandeiras confusas.

No caso da Venezuela, ao chamar a votar NÃO também existia o perigo de aparecer “colados à ultra-direita”, dada a violenta campanha confusionista de Chávez e seus seguidores, mas esse não era o principal perigo. O principal perigo era levar mais confusão aos trabalhadores e às massas venezuelanas. O principal perigo era que os revolucionários (tal como recomendava o Novo MAS e o PTS da Argentina) fizessem eco da campanha do governo e dissessem às massas que não se podia votar pelo NÃO porque este era o voto da ultra-direita golpista. A postura do MST, LCR, PSOL é muito clara: apoio ao governo burguês de Chávez. A política do Novo MAS e da Fração Trotskista é puro confusionismo. Um confusionismo que se mantém até hoje já que essas correntes continuam acusando aqueles que chamamos a votar NÃO de estarmos fazendo o jogo da direita golpista quando todos os dados mostram que esse voto foi o que ganhou em muitas regiões operárias.

Sobre o voto, a Fração Trotskista diz que “...intuitivamente os setores que se abstiveram na votação tiveram uma posição mais sábia que a do PSTU”. Sem dúvida, é muito progressivo que mais de três milhões de pessoas que votavam em Chávez tenham optado pela abstenção. É muito progressivo porque, embora essas pessoas ainda não tenham rompido com Chávez (por isso não votaram pelo NÃO) demonstram com sua abstenção um questionamento ao governo. Mas o mais progressivo para as massas nem sempre é progressivo para as organizações revolucionárias. Não tem nada de progressivo que a Fração Trotskista não tenha chamado a votar pelo NÃO (e nem sequer tenha chamado a abstenção) reproduzindo o discurso do governo de que o NÃO era golpismo, já que a Fração Trotskista, que hoje se coloca em uma posição equidistante entre o SIM e o NÃO, não é chavista, mas se reivindica trotskista.

O movimento estudantil e o NÃO

Não resta dúvida de que Chávez, apesar de seu evidente desgaste, tem ainda um peso enorme na classe operária e na população em geral. Há setores da classe operária que estão vendo a contradição entre as palavras de Chávez (socialistas) e sua ação (anti-operária) e esses setores estão rompendo com o governo, mas esse é ainda um processo minoritário nas massas e também na vanguarda. No entanto, há um setor onde o questionamento a Chávez é de massas. Esse setor é o movimento estudantil.

As primeiras mobilizações importantes dos estudantes ocorreram há alguns meses, em torno ao fechamento da RCTV. Agora, com o referendo, essas mobili-

zações se massificaram a tal ponto que os estudantes monopolizaram a oposição à Chávez em torno ao voto pelo NÃO. Como não podia ser de outra forma, Chávez e as organizações chavistas acusam os estudantes de contra-revolucionários, esquilidos, golpistas, financiados pela CIA, e isso foi usado como pretexto para desatar uma violenta repressão contra eles.

Algumas organizações não-chavistas também se somam a esse tipo de acusação. A Fração Trotskista, no extenso texto já citado, dedica umas poucas linhas a esse importante processo apenas para destacar que o movimento estudantil tem uma "...forte influência dos setores direitistas..." Mais uma vez fica evidente que há vários setores, como a FT, que não sendo chavistas têm uma enorme dificuldade em ter uma análise e uma política independentes do chavismo. Nós não temos dúvida de que a direita tradicional tem uma importante atuação no movimento estudantil, mas isso não pode nos levar a caracterizar esse movimento como direitista, golpista ou esquilido. O movimento estudantil está na cabeça de uma luta democrática contra as tentativas bonapartistas do governo Chávez. É verdade que a direita cumpre um importante papel de direção, mas esta foi perdendo peso na medida em que o movimento se massificava. Em várias oportunidades, já desde a época das mobilizações contra o fechamento da RCTV, os estudantes fizeram questão de diferenciar-se da direita. Sobre esse tema, aqueles que dizem que o movimento estudantil é de direita têm de explicar por que, nos atos massivos contra o NÃO, não permitiram que falasse Rosales, a principal figura pública da direita.

A campanha das correntes chavistas contra o movimento estudantil (da qual o PTS novamente faz eco) é uma sem-vergonhice, típica do stalinismo. Em 1956, quando os operários e as massas húngaras se levantaram contra a burocracia stalinista, disseram que todo esse movimento era obra da Igreja e da CIA. E era verdade que a Igreja e a CIA atuavam nesse processo para tentar restaurar o capitalismo, mas a atuação desses setores de direita não mudava o caráter progressivo dessa impressionante revolução contra a burocracia.

Quando, no início dos anos 80, os trabalhadores e as massas polonesas protagonizaram as grandes greves contra a burocracia e construíram o Solidariedade, o conjunto do stalinismo outra vez acusou esse movimento de estar sendo promovido pela CIA e a Igreja. E era verdade que tanto um como outro estavam metidos nesse movimento, a tal ponto que o principal dirigente, Lech Waleza, era um homem público da Igreja. Mas isso não podia ocultar o fato de que na Polônia, nesses anos, ocorreu um dos processos mais avançados de luta e organização dos trabalhadores contra a burocracia.

Quando, em 1989, os estudantes chineses fizeram o movimento da Praça Tiananmen, mais uma vez o stalinismo repetiu suas acusações, e era verdade que esse movimento era incentivado por forças reacionárias, da mesma forma que a ideologia do próprio movimento era sumamente confusa, a ponto de adotar como símbolo a Estátua da Liberdade. No entanto, esse movimento era tão progressivo que em pouco tempo começou a expandir-se para a classe operária e para o interior do país, em um claro questionamento da burocracia governante que estava restaurando o capitalismo.

Agora, na Venezuela, estamos vendo um setor de massas, o movimento estudantil, levantar-se para enfrentar o governo capitalista de turno e seus planos

bonapartistas. Esse movimento teve uma grande incidência sobre outros setores sociais e isso foi decisivo para que o projeto de Chávez fosse derrotado no referendo. Não se trata, como muitos pensam, da mobilização da classe média contra a classe operária. Os estudantes não são uma classe, nem tampouco um movimento policlassista. Entre os estudantes se refletem todas as classes sociais. Além disso, é um dos setores mais sensíveis da sociedade, por isso normalmente os movimentos que ocorrem em seu interior antecipam os movimentos que ocorrerão no futuro no conjunto da sociedade. Isso já começou a ocorrer no recente referendo. Os estudantes, em luta contra o projeto bonapartista de Chávez, abraçaram a bandeira do NÃO e com suas mobilizações influenciaram um setor da classe operária e do povo que se somou ao NÃO ou se absteve. Isso foi muito progressivo.

O que falta na Venezuela agora é uma direção revolucionária, ou um embrião dela, que a partir da classe operária busque a unidade com o movimento estudantil e dentro do movimento estudantil busque a unidade com a classe operária para juntos combater o governo. Essa unidade começou a existir, ainda de maneira inconsciente, em torno ao referendo, o que possibilitou a derrota de Chávez; agora é necessário tornar essa unidade consciente. Com isso, o processo revolucionário e a construção da direção podem dar um salto enorme.

Chávez foi derrotado no referendo: e agora?

Depois do referendo, para onde vai a Venezuela? O que avança: a revolução ou a contra-revolução? Se cada um dos atores deste processo for conseqüente com suas caracterizações e políticas, as respostas a esta pergunta serão diametralmente opostas.

Durante meses Chávez e seus seguidores disseram que o NÃO era o voto da direita golpista, que a vitória do NÃO significaria a vitória da contra-revolução. Pois bem, o NÃO venceu no referendo. Portanto, segundo os chavistas, a direita golpista e pró-imperialista ganhou. Mais que isso; pelos resultados eleitorais, a direita ganhou para sua política golpista o movimento estudantil e importantes setores da classe operária e do povo. Por outro lado, uma parte muito importante do eleitorado chavista se absteve, ou seja, está vacilando entre a revolução e a contra-revolução e, além disso, há todo um setor da esquerda e dos dirigentes sindicais (os que votaram NÃO, se abstiveram ou votaram nulo) que, consciente ou inconscientemente, segundo os chavistas, estão trabalhando para a direita golpista. Todo esse quadro, que surge da análise e caracterização dos que chamaram o voto no SIM, se for correto denuncia uma situação catastrófica para a Venezuela. Estão surgindo as condições não apenas para que o golpe triunfe mas também para que surja um movimento, com peso de massas, de características fascistas ou semi-fascistas. Causa surpresa (ou nem tanto) que, uma vez conhecido o resultado eleitoral, nem Chávez, nem os chavistas, tenham chamado as massas a mobilizar-se contra o golpe.

Organizações como o MES do Brasil, o MST da Argentina ou a LCR da França, que apóiam Chávez, defenderam o SIM e ainda continuam se reivindicando trotskistas, não dizem uma palavra sobre esse tema. Como é possível que depois da vitória eleitoral da direita golpista não façam um vibrante chamado aos trabalhadores para defender o governo contra o golpe inevitável? Como é possível que não tenham

a tradicional política trotskista de formar milícias operárias e populares para defender o governo contra os golpistas? Como é possível que não exijam que Chávez distribua armas para a classe operária? Como é possível que não chamem os soldados a insubordinar-se frente a toda ordem de seus superiores golpistas?

Há duas explicações possíveis para essa omissão frente ao perigo de golpe: que Chávez e seus seguidores tenham decidido suicidar-se em massa ou que Chávez e seus seguidores sabem muito bem que nem antes nem depois do referendo estava sendo preparado qualquer tipo de golpe. E também sabem que a agitação que fizeram contra o golpe durante a campanha eleitoral tinha o objetivo de impedir que os trabalhadores e as massas que estavam contra as propostas de reforma constitucional de Chávez votassem pelo NÃO. Esta segunda alternativa é, em nossa opinião, a correta.

Quanto às organizações que se colocaram contra votar pelo SIM, mas diziam que era inadmissível votar pelo NÃO, como é o caso do MAS e da FT, também estão obrigados a serem conseqüentes com suas caracterizações, já que para defender essa política, da mesma forma que os chavistas, se apoiavam na caracterização de que o voto pelo NÃO era o voto da ultra-direita golpista. Se fossem coerentes com essa caracterização, agora teriam de estar chamando, em primeiro lugar, a todos os que votaram pelo SIM a organizar os trabalhadores e o povo para defender o governo do golpe inevitável. No entanto, esse setor tampouco está fazendo isso. Como já dissemos, o voto é um problema tático. Por isso, nosso questionamento em relação a estas organizações não vai no sentido de sua proposta de voto nulo, mas sim dos argumentos que usaram para defender esse voto, que são muito similares aos de Chávez e chavistas.

Sobre isso, é preciso destacar que entre as organizações que estiveram contra votar SIM ou votar NÃO havia um setor, a UIT e Orlando Chirino, que também propunha, em nossa opinião, um confuso “voto nulo”, mas que não absorveram os argumentos chavistas, como fizeram o Novo MAS e a FT. Em uma declaração apresentada uns dias antes das eleições, dizem:

Chamamos os trabalhadores a VOTAR NULO no próximo 2 de dezembro, não marcando nenhuma das duas opções (SIM ou NÃO)... Para os socialistas revolucionários, o importante é expressar que não apoiamos a Reforma Constitucional proposta, razão pela qual **nos solidarizamos e alentamos a todos aqueles companheiros que pensam abster-se de forma consciente para não se comprometer com uma Reforma Constitucional retrógrada, e com muito mais razão os que estão dispostos a arriscar-se votando NÃO, sem se importar com a manipulação e as pressões de todo tipo de que são alvo.** A todos eles expressamos nossa solidariedade política, porque nós também não apoiamos a reforma, e divulgamos isso durante mais de 3 meses.⁵

Coerentes com esta declaração, na hora de fazer o balanço, este setor afirmou:

A derrota eleitoral de Chávez no referendo pela reforma constitucional foi interpretada por muitos lutadores operários e populares como uma derrota do processo revolucionário. Mas não é assim. Na verdade, **milhões de trabalhadores, trabalhadoras e setores do povo da Venezuela expressa-**

⁵ “No dia 2 de dezembro, vamos repudiar a Reforma Constitucional. Vote Nulo. Declaração do Movimento pela Construção do Partido dos Trabalhadores”. Assim Orlando Chirino, Miguel Hernández, Emilio Bastidas e Armando Guerra.

⁶ Declaração da Unidade Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (UIT-QI) diante do referendo na Venezuela.

ram sua insatisfação com a reforma e o governo de Chávez abstendo-se, votando NÃO ou nulo...

Esta frase faz parte de uma declaração intitulada “O povo venezuelano está maduro para avançar rumo ao Socialismo. **Quem perdeu foi Chávez e não o processo revolucionário**”.⁶ Esse título responde, em nossa opinião corretamente, à pergunta que fizemos acima: o que avança, a revolução ou a contra-revolução?

Em todo processo revolucionário, ao lado da revolução está sempre presente a contra-revolução e pobre daquele revolucionário que não sabe diferenciar quem está de um lado e quem está do outro! No profundo processo revolucionário da Venezuela ocorreu um referendo. Nele, as massas impuseram uma importante derrota ao governo capitalista de Chávez. Só quem localiza Chávez no campo da revolução pode chegar à conclusão de que o resultado da votação foi uma derrota do processo revolucionário. Pelo contrário. Os operários e o povo, ao pronunciarse de uma forma ou de outra, contra a proposta de Chávez, mesmo sendo em sua maioria chavistas, mostraram que estão começando a fazer sua experiência com o chavismo e a perder o medo do governo e isso terá profundos reflexos nas próximas e inevitáveis lutas. Não pode restar a menor dúvida: o que avançou, depois do referendo, foi a revolução e isso poderá ser comprovado durante o ano de 2008. Quem achar o contrário, como os chavistas (incluindo os troskochavistas), vão se colocar, como já estão fazendo, no lado oposto à revolução e os que tentarem ficar no meio do caminho, como a Fração Trotskista, que hoje pergunta “Qual foi a conquista concreta da classe operária com a vitória do NÃO?”, ficarão no meio do fogo cruzado da revolução e da contra-revolução. Isso também já está acontecendo ■

Do Haiti rebelde ao Haiti colônia

EDUARDO
ALMEIDA

Na madrugada de um domingo, 29 de fevereiro de 2004, agentes da CIA e fuzileiros navais dos EUA invadiram o palácio do governo haitiano. Ao redor do palácio, tropas francesas, grupos paramilitares de ultradireita e mais fuzileiros norte-americanos. O delegado da CIA na embaixada dos EUA, Luís Moreno, “convenceu” o presidente Aristides a sair do país em um avião que o levou para a República centro-africana. Estava consumado mais um golpe de estado no Haiti. Mais uma intervenção militar norte-americana.

Mais tarde, no mesmo dia 29, o Conselho de Segurança da ONU votou às pressas uma resolução de emergência, investindo os militares norte-americanos e franceses como a vanguarda de uma força multinacional que deveria “estabilizar” o país. Se a intervenção imperialista permanecesse com esta forma, é bem possível que o entendimento desse episódio fosse muito mais claro para grandes parcelas dos trabalhadores e estudantes que lutam contra o imperialismo no mundo todo. Afinal, depois de tantas intervenções militares dos EUA legitimadas pela ONU, se entenderia com mais facilidade as reais intenções da “estabilização” pretendida.

O governo Bush, no entanto, armou uma grande jogada. Como já tinha de lidar com a crise crescente advinda da ocupação do Iraque, que despertava ondas de indignação cada vez mais fortes no mundo inteiro, resolveu terceirizar a ocupação do Haiti. E assim, em junho entra no país a Minustah (Missão de Estabilização das Nações Unidas para o Haiti), liderada por tropas brasileiras, e compostas por soldados da Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia e outros países. Essas tropas continuam até hoje sendo as forças militares que sustentam o plano econômico e político do governo Bush para o Haiti. Fez parte desse plano a passagem por lá da seleção brasileira de futebol, adorada pelos haitianos mais que pelos próprios brasileiros, que jogou em Porto Príncipe. O governo Lula, conscientemente, utilizou o futebol para legitimar uma ocupação militar.

É esta manobra política — cobrir uma ocupação militar imperialista com o manto político dos governos de frente popular latino-americanos — que faz com que até hoje essa farsa continue funcionando. No caso do Haiti, o governo Lula assume a liderança militar com tropas de governos de Evo Morales, Michelle Bachelet, Tabaré Vázquez, Nestor Kirchner e outros. A maioria dos trabalhadores continua acreditando que as forças de ocupação cumprem no Haiti uma missão “humanitária”. Até mesmo parcelas importantes dos ativistas que lutam contra a ocupação do Iraque acreditam até hoje que o caso do Haiti é “diferente”.

Os governos de frente popular se apóiam politicamente em um engano sistêmico das massas. Elas confundem a origem dos governantes (no caso do

Eduardo Almeida
é membro da
direção nacional
do PSTU- Brasil

Brasil, Lula é o maior dirigente do movimento operário da história do país) com o caráter de classe burguês de seu governo. A política externa de Lula estende essa enganação para o âmbito internacional: trata-se do mais útil governo brasileiro aos interesses imperialistas em décadas, mas aparece como “progressista”. O caso haitiano é emblemático.

Durante uma semana, entre o final de junho e início de julho de 2007, uma delegação da Conlutas do Brasil visitou o Haiti, a convite de *Batay Ouvryyé* (Batalha Operária), organização ligada aos movimentos sindicais e populares do país, que cumpre um papel semelhante ao da Conlutas no Brasil. Falamos com representantes das principais instituições haitianas, incluindo o presidente do país Aléxis Preval, o embaixador brasileiro e o comandante da Minustah. Tivemos um contato estreito com o movimento operário em Porto Príncipe, Le Cap e Houanaminthe. Conversamos com organizações camponesas, falamos com setores importantes do movimento popular em Cité Soleil. Estivemos em duas universidades, conversamos com estudantes e organismos de direitos humanos. Tivemos reuniões com cerca de 1.200 pessoas, o que corresponderia a 25 mil no Brasil. O resultado dessa visita, que tem um caráter histórico, poderá ser medido na dimensão em que esse engano político sobre o caráter da ocupação puder ser combatido.

A verdade sobre as zonas francas

Existe um plano econômico sendo implantado no Haiti, que tem três partes principais. A primeira inclui 18 zonas francas com multinacionais produzindo para o mercado norte-americano. Esse plano já existia desde o governo Aristides, mas está sendo viabilizado agora com a ocupação militar. A segunda parte é a produção de etanol em larga escala, também direcionada para o mercado norte-americano, em uma parceria explícita entre os governos Bush e Lula. Bush deve visitar o Haiti ainda em 2007 para anunciar o acordo do etanol. A terceira parte é a lei Hope, uma espécie de Tratado de Livre Comércio entre os EUA e o Haiti, aprovado no primeiro semestre deste ano.

As zonas francas reproduzem condições semelhantes às de outras partes da América Latina. Fábricas multinacionais voltadas para a exportação, livres de taxas alfandegárias e em geral também de quaisquer limites trabalhistas legais. Na República Dominicana, ao lado do Haiti, já existem 56 delas.

No Haiti, o objetivo das multinacionais é produzir com salários ainda menores que em outras regiões, e com uma repressão a qualquer resistência por parte dos trabalhadores. A existência de uma legião de desempregados — 80% da população, um enorme exército proletário de reserva — permite às multinacionais pressionar os operários empregados a aceitar as condições humilhantes de salário e trabalho. Os sindicatos são reprimidos violentamente, seus dirigentes e afiliados demitidos assim que aparecem. A ocupação militar e o “combate contra as gangues” dão a cobertura para a repressão aos que se opõem.

Visitamos uma fábrica de uma das zonas francas, a Codevi, de Houanaminthe. Ao chegarmos às portas da empresa encontramos cinco taperas de madeira sem paredes, que fariam qualquer barraco da pior favela brasileira parecer um palacete. Esses locais servem de “restaurante” para seis mil trabalhadores, lembrando bem o passado da escravidão. A Codevi é uma multinacional, parte de um

conglomerado dominicano (o Grupo M) ligado ao banco Chase Manhattan, que fabrica jeans para marcas famosas como Levis e Wrangler. Seus trabalhadores ganham US\$ 48 por mês e trabalham vigiados por guardas armados.

Em 2003 a empresa reagiu contra a organização de um sindicato e demitiu 370 ativistas. Os trabalhadores fizeram greves e uma campanha internacional que chegou aos EUA. Uma aliança com estudantes universitários de Nova York e Los Angeles possibilitou um boicote aos jeans dessas marcas. Depois de mais de um ano de luta, a empresa teve de readmitir os operários. Em nossa visita, uma operária nos falou da mobilização atual contra a demissão de 42 trabalhadores por causa de uma greve espontânea por salários.

Em Cité Soleil, onde está sendo organizada outra zona franca, conhecemos os trabalhadores da Hanes, a mais importante fabricante de camisetas dos EUA. Essa multinacional acaba de demitir 600 operários para fechar a fábrica, e se recusa a pagar os direitos trabalhistas dos demitidos. Ouvimos uma das operárias protestar, indignada, contra as péssimas condições de trabalho na empresa. Disse que elas trabalhavam 12 horas seguidas, sem direito a nenhum intervalo, nem para o almoço, ganhando 70 *gourdes* ao dia (cerca de R\$ 110 por mês). A fábrica colocava cadeado nas portas para evitar o abandono da linha de produção pelos trabalhadores que queriam ir ao banheiro. Agora, ameaça demitir todos os operários, sem pagar nada. A operária fez uma comparação justa: “Somos os escravos modernos”.

A ideologia difundida pela ocupação é que as tropas da Minustah estão no Haiti para ajudar a diminuir a pobreza do país. No entanto, como se pode comprovar por esses exemplos, a enorme pobreza haitiana é utilizada cinicamente pelas empresas multinacionais para produzir a baixíssimos custos para o mercado dos EUA. Além disso, ainda estão criando uma nova referência salarial miserável para todo o continente latino-americano, com níveis semelhantes aos da China. As empresas pagam salários até quatro vezes menores que os já baixíssimos salários do Brasil!

As tropas brasileiras — e dos outros governos de frente-popular da América Latina — estão no Haiti para ajudar as multinacionais, como a Codevi e a Hanes, a explorar brutalmente essa mão-de-obra barata. Junto com isto, reprimem as greves, como a da Larsco, em que os soldados entraram na fábrica para atacar os trabalhadores.

Etanol: o acordo entre Lula e Bush para explorar o Haiti

O Brasil cumpre na América Latina um papel de submetrópole do imperialismo. Por um lado, aprofunda sua dependência colonial em relação aos EUA e os países europeus. Por outro, estende essas relações coloniais a outros países menores, a serviço das empresas multinacionais aqui instaladas.

Esse papel de submetrópole ganhou no governo Lula um enorme impulso político, exatamente pela autoridade de Lula na América Latina, que pode assumir papéis de convencimento que outros governos de direita não poderiam assumir. E o exemplo do etanol no Haiti não poderia ser mais claro. O governo norte-americano precisa reduzir suas importações de petróleo, uma fonte de energia não renovável, que vem atingindo preços recordes nos últimos anos. Além disso, precisa diminuir sua dependência da importação de países como a Venezuela,

pelos atritos com Chávez. Por isso, ao anunciar o acordo com o Brasil para investimentos e pesquisa em combustíveis, o presidente americano George Bush justificou seu interesse pelo álcool brasileiro como uma questão de “segurança nacional”.

Bush pretende reduzir em 20% o consumo de gasolina até 2017, com a ampliação da mistura do álcool e a introdução dos carros tipo “flex”. Hoje os EUA utilizam apenas 2,5% de álcool como combustível, e Bush planeja usar 10% de álcool misturado à gasolina nos próximos anos. Isso abriria espaço para multiplicar por sete o mercado de etanol no país, o que implicaria na ampliação brutal da importação do produto.

Nos EUA, o etanol é extraído do milho, a um custo de US\$ 0,31 o litro, mais alto que o etanol extraído da cana-de-açúcar brasileira (US\$ 0,22 por litro). Cada hectare de milho rende 3.200 litros de álcool, enquanto no Brasil, a mesma extensão de terra rende 6.800 litros de álcool. Além do alto custo de produção nos EUA, a fabricação do etanol exige grandes quantidades de terras, o que faz com que sua produção se transfira para os países pobres. Daí a importância dada por Bush e Lula para a produção do etanol nos encontros ocorridos entre ambos este ano. Na visita de Bush ao Brasil em março, os dois presidentes assinaram um acordo para pesquisar e investir na produção de biocombustíveis. O acordo também prevê investimentos e transferência de tecnologia para outros países, principalmente da América Central e do Caribe.

Os planos de Lula são ambiciosos: para substituir 10% da gasolina no mercado mundial em 20 anos, a ideia é multiplicar a produção por 7, o que exigiria a ocupação de quase metade das terras agriculturáveis brasileiras com cana. Isso traria graves consequências sociais por ampliar o peso do agronegócio, pela expulsão dos pequenos produtores, a redução na produção de alimentos e aumento de seu preço para a população. Segundo Jonas Potiguar, em artigo publicado no jornal *Opinião Socialista* (nº 292):

este modelo é uma versão reciclada das velhas plantations, onde as colônias produziam alimentos para as metrópoles, sob o regime da escravidão. Exportavam suas riquezas a preço irrisório e importavam mercadorias manufaturadas caríssimas. Esta é a versão moderna da velha colonização.

Mas esse plano não viria em benefício sequer das “empresas nacionais”. O projeto do etanol está trazendo uma brutal desnacionalização do campo brasileiro, com uma febre de aquisição das usinas por parte das empresas estrangeiras, como Bunge, Cargill, Mitsui, Semptra Energy, Louis Dreyfus, Agreco, Marubeni e a Manferrostral. Até George Soros, o megaspeculador, comprou a usina Monte Alegre em Minas Gerais. Bill Gates está também tentando comprar uma usina no Brasil, por intermédio da empresa Pacific Ethanol. Até que essas empresas controlem completamente a produção de álcool, os EUA vão continuar sobretaxando a importação do Brasil (54 centavos de dólar por galão de álcool), para proteger o agronegócio norte-americano. Com isso, o plano do etanol servirá para aprofundar as relações coloniais de dominação do país pelas grandes multinacionais. Mas não é só isso, o papel de submetrópole do Brasil dará um enorme passo adiante. O acordo EUA-Brasil estende a plantação de cana-de-açúcar e produção de álcool para os países da América Central, com exportação voltada aos EUA.

O governo Bush já indicou sete países do continente (entre eles Peru, Colômbia, El Salvador, Honduras, Guatemala, República Dominicana e Haiti) como estratégicos para o programa Brasil-Estados Unidos de cooperação em etanol, segundo uma proposta da Casa Branca já enviada ao Congresso dos EUA. Na Jamaica, empresas brasileiras estão importando o álcool do Brasil, processando e exportando o produto para os EUA, sem pagar taxas. Assim, se livram das taxas de US\$ 0,54 por galão, que seriam cobradas caso o álcool fosse importado diretamente do Brasil.

O próximo passo é o Haiti. Ainda em 2007, Bush deve fazer uma viagem a esse país para anunciar o Haiti como exemplo da parceria com o Brasil na produção de álcool. De acordo com o tratado comercial já em vigor, os EUA poderiam comprar o álcool a ser produzido ali também sem tarifas, como na Jamaica. Com as terras férteis e a mão-de-obra baratíssima do Haiti, o plano envolve as empresas de agronegócio instaladas no Brasil (cada vez mais estrangeiras) em acordo com o governo Bush, para responder parte das necessidades do mercado dos EUA. Obviamente não se está pensando na produção de alimentos para suprir a fome do povo haitiano, mas em etanol para abastecer os automóveis norte-americanos.

A lei Hope

Esta é mais uma das leis que os EUA estão impondo, à semelhança do Nafta estabelecido com o México. Como o tratado da ALCA acabou não saindo, o governo Bush está estabelecendo “acordos de livre comércio dos EUA com um país ou grupo de países dominados”. Estes tratados são passos gigantescos no sentido de transformar esses países em colônias dos EUA. Simplesmente passa a não existir nenhuma barreira para os produtos e capitais norte-americanos nessas regiões.

Recentemente, foi estabelecido a Cafta-dr com cinco países da América Central (Nicarágua, Honduras, Guatemala, Panamá e El Salvador). E em maio passado, a lei Hope com o Haiti.

Segundo Batay Ouvriyé, em um folheto intitulado *A Lei Hope*, explica o verdadeiro caráter dessa lei:

Ela abre todas as barreiras para que os dois países possam realizar intercâmbios comerciais livres sem pagar taxas alfandegárias, ou mesmo qualquer taxa que o Estado possa cobrar sobre as mercadorias ou que trave sua livre circulação. As mercadorias indicadas por essa lei se referem aos produtos têxteis provenientes das chamadas maquiladoras. O Primeiro Ministro Aléxis acaba de realizar uma última viagem para precisar os últimos detalhes para a aplicação desta lei.

Mas o que a maioria das pessoas não sabe muito bem são os diversos compromissos paralelos assumidos pelo governo haitiano. Em primeiro lugar, se comprometeu a deixar de lado todo o controle sobre os produtos norte-americanos que cheguem, ou seja, não pode dizer quais podem entrar no país e quais não podem. Tampouco o governo pode levantar qualquer barreira ao capital multinacional, ou controlar os preços das mercadorias à venda no país. Conseqüentemente, o Ministério de Comércio e Indústria não pode controlar



nenhum preço. Por fim, o governo se comprometeu a avançar na privatização dos serviços públicos...

Demonstraram, em geral, que tal economia tampouco pode contribuir positivamente para o desenvolvimento nacional, menos ainda para um desenvolvimento integral do país, levando-se em conta a ausência de qualquer medida para revitalizar a economia nacional, ou para exportar matéria prima fabricada no país; o que permite a transformação dessas zonas de produção em verdadeiros enclaves...

A lei Hope será aplicada no contexto da atual ocupação militar. É importante que entendamos, pois, tal contexto: para que se aplique a lei, dada a tensão e a constante possibilidade de uma explosão social devido à situação de miséria opressora na qual está imersa a população, e a incapacidade das classes dominantes e de seu Estado reacionário de enfrentar tal possibilidade por si sós, a ocupação militar vem sendo seu único suporte. É tudo isso o que tratam de ocultar com sua demagogia de “criar empregos e desenvolvimento”. Não pode haver lei Hope sem forças repressivas, tanto dentro como fora das fábricas. Daí a necessidade de um aparato repressivo pronto para intervir a qualquer momento.

O presidente do Haiti, Alexis Préval, ao voltar dos EUA depois de assinar a lei Hope, anunciou os planos de privatização da telefônica, da saúde, dos portos e do aeroporto. A avaliação de Batay Ouvriyé define com clareza que a ocupação militar do país pelas tropas brasileiras e de outros governos latino-americanos foi fundamental para que os EUA pudessem impor a lei Hope, ou seja “a ALCA para o Haiti”.

Da revolução negra aos tempos atuais

A história haitiana precisa ser novamente estudada e conhecida. A imagem que se difunde de seu povo é a da miséria em que este vive. Esta é apenas uma parte da verdade. A outra só pode ser entendida se conhecermos a história deste povo rebelde e altivo.

Entre 1791 e 1804, os escravos haitianos derrotaram as tropas espanholas, inglesas e francesas de Napoleão Bonaparte para realizar a única revolução dos escravos vitoriosa na história. Toussaint L'Ouverture, principal líder da revolução, deve ter seu nome reconhecido como um dos principais nomes da revolução latino-americana. O livro de C.L.R James *Os Jacobinos Negros* é uma peça indispensável para este estudo.

Essa foi também a primeira revolução anticolonial latino-americana vitoriosa, que acabou dando abrigo e apoio militar a Simon Bolívar para as lutas de independência no restante da América Latina espanhola. A revolução negra tornou o Haiti um país independente, um exemplo que logo as grandes potências trataram de isolar, buscando asfixiá-lo em termos econômicos.

As contradições internas também enfraqueceram o novo Estado. Uma nova classe dominante foi constituída pela cúpula do exército, com os generais tomando grandes propriedades rurais. O Haiti se dividiu em duas partes, com Cristophe, no norte, e Pétion, no sul.

Em 1825, para romper o bloqueio econômico, o Haiti se submeteu às condições impostas pela França, concordando em pagar 150 milhões de francos pelas

“perdas” decorrentes da independência. Anos depois, a soma foi reduzida para 90 milhões de francos, que foram pagos até o ano de 1947, consumindo 80% do orçamento nacional. Em valores atuais, a “dívida” corresponderia a cerca de US\$ 21 bilhões. Este é talvez o exemplo mais claro do efeito do pagamento da dívida externa sobre a independência de um país. O “acordo” com a França para pagar essa dívida acabou com a independência do Haiti, 21 anos depois de conquistada. Desde então o país passou a ser uma semicolônia do imperialismo.

Em 1915, os EUA invadiram o Haiti, permanecendo ali por cerca de vinte anos. Como demonstração de seus “modernos” métodos, o novo imperialismo crucificou Charlemagne Peralte, o principal líder da resistência à invasão. E ainda roubou todo o ouro do Banco Central.

Em 1957, François Duvalier, conhecido como *Papa Doc*, fiel aliado dos EUA, chegou ao poder, dando início a uma das mais violentas ditaduras da América Latina. Em 1971, com sua morte, o poder foi transmitido para seu filho, *Baby Doc*, até este ser derrubado por uma revolução em 1986.

A revolução democrática que derrubou Baby Doc retomou a saga do Haiti rebelde. Nunca mais, desde então, a burguesia e o imperialismo conseguiram estabilizar o país.

O papel da frente popular no Haiti

Mesmo com a queda da ditadura duvalierista, outros governos militares seguiram tentando se estabelecer no poder sem convocar eleições. Nenhuma junta militar conseguiu se estabilizar, no entanto. Finalmente, em dezembro de 1990, foram convocadas eleições.

Nas primeiras eleições relativamente livres no Haiti, após 43 anos de ditadura, foi eleito um governo de colaboração de classes dos trabalhadores com a burguesia haitiana, de frente popular. O padre Jean-Bertrand Aristides, adepto da Teologia da Libertação, foi eleito com 67% dos votos, derrotando o candidato preferido pela burguesia e pelo imperialismo, Marc Bazin, que conseguiu apenas 14%.

O imperialismo não se conformou com a derrota eleitoral. Sete meses depois, Aristides foi deposto por um golpe militar de direita dirigido pelo general Cedras. Uma repressão selvagem matou 5 mil adeptos de Aristides, números semelhantes aos das mais ferozes ditaduras do continente, como a argentina e a chilena de Pinochet.

Mas o novo regime militar rapidamente entrou em crise e se enfrentou com uma crescente resistência popular. A possibilidade de uma nova revolução democrática, como a que derrubou Baby Doc, se abriu.

Neste momento, o governo Clinton fez uma grande manobra política, concretizando um acordo com Aristides, o padre que tinha sido deposto pela ditadura. Os EUA invadiram o país pela segunda vez no século em 1994 e a ditadura foi deposta.

Nas eleições convocadas, Préval (o mesmo que hoje preside o país), candidato de Aristides, foi eleito com 87% dos votos. Em 1995, o governo de Frente Popular teve de dissolver as Forças Armadas, por serem bases da ultradireita golpista. A frente popular tinha de se apoiar diretamente nas forças armadas imperialistas de ocupação. Em 2000, Préval foi sucedido pelo próprio Aristides, que arrasou nas eleições com 92% dos votos, na primeira sucessão civil da história haitiana.



O acordo com Clinton logo se revelou: a imposição pelo próprio Aristides (e seu representante Préval) de um duríssimo plano neoliberal no país. Os governos da frente popular, apoiados diretamente pelo imperialismo, teriam de aplicar o plano neoliberal que a ditadura de Cedras não conseguiu.

Nos dois mandatos, Préval e Aristides cumpriram seu acordo com o imperialismo. Foram privatizadas a maioria das estatais e eliminadas as tarifas de importação. O próprio Aristides apresentou na Cúpula de Monterrey, em 2003, o plano que criou as 18 zonas francas no país. Uma contradição típica da história haitiana: os governos de frente popular, apoiados por uma invasão do imperialismo, aplicando um plano neoliberal duríssimo. O resultado foi uma enorme desilusão.

As expectativas em Aristides foram se desfazendo. A insatisfação tomou conta do país, e começaram ocorrer grandes mobilizações contra o governo. Novamente o Haiti rebelde se colocava em marcha, e agora contra o governo de frente popular e o imperialismo que o apoiava, ao mesmo tempo. Uma nova revolução se anunciou no horizonte, com um desdobramento imprevisível. Os EUA tiveram então que mudar radicalmente de política. Ao ver que a frente popular já não lhe servia mais para conter o movimento de massas, o governo de Bush (pai do atual presidente dos EUA), começou a implementar um plano para derrubar Aristides. Peter Hallvard, no artigo *Opção Zero*, demonstra que paramilitares liderados por Jean Tatoune e Guy Philippe foram financiados pelos EUA, numa manobra semelhante a dos *contras* na Nicarágua. Assim, foi criado o “argumento” para a invasão: gangues armadas pelo próprio imperialismo.

Aristides ficou preso entre dois fogos: a crescente insatisfação popular com seu plano econômico e a pressão militar da ultradireita. Uma campanha na imprensa internacional cobrava uma “atitude” da “comunidade internacional” contra o “corrupto” e “violento” Aristides. Foi assim armado o cenário para a terceira invasão do Haiti pelos EUA em fevereiro de 2004, agora apoiado pela França. A nova ocupação militar tirou do poder o mesmo Aristides que tinha trazido de volta dez anos antes.

Durante a primeira semana da invasão, as tropas americanas, aliadas aos batalhões paramilitares da ultradireita, operaram em regiões antes controladas por Aristides. Mais uma repressão selvagem. Quatro meses depois, chegaram as tropas enviadas por Lula e outros governos latino-americanos.

Os “defensores da democracia” demoraram dois anos para convocar novas eleições, com medo de que os adeptos de Aristides voltassem a ganhar. Somente em fevereiro de 2006 o povo haitiano pôde votar novamente. Uma fraude gigantesca foi montada pelo governo Bush e as tropas de ocupação. Os candidatos eram Préval (mais uma vez representando Aristides) e dois representantes da direita. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a empresa Boucar Pest Control, contratada pelas tropas da ONU, admitiu ter levado urnas com milhares de votos de Préval para um depósito de lixo. Mesmo assim, Préval ganhou as eleições e o candidato do imperialismo mais votado não ultrapassou 12%.

No entanto, o conselho eleitoral, apoiado pelas embaixadas brasileira e norte-americana, se recusava a divulgar os resultados finais, mesmo com a evidente vitória de Préval. Ao contrário, se anunciava que ele não tinha alcançado os 50% dos votos necessários e teria de haver um segundo turno das eleições.

Milhares de pessoas saíram às ruas do país contra a fraude. O Haiti rebelde se levantava mais uma vez, ameaçando uma nova revolução democrática. Para evitar a rebelião, o governo recuou e aceitou a vitória do ex-presidente. O povo festejou com grandes manifestações. Mais uma vez, quando pôde votar, o povo haitiano derrotou os candidatos identificados com o imperialismo. Mais uma vez, no entanto, foi traído: Préval, logo que empossado, passou a ser um governo fantoche a serviço da ocupação militar. Aceita o papel de um presidente que não manda em nada, em um país ocupado por tropas estrangeiras e dirigido pela embaixada brasileira, a serviço de Washington.

A delegação da Conlutas encontrou-se com o embaixador brasileiro no Haiti, Paulo Cordeiro de Andrade, e o comandante das forças da ONU, general Carlos Alberto Santos Cruz. A conclusão que tiramos é que lembravam os diplomatas dos EUA nos países da América Latina nos tempos dos golpes militares. Falavam como quem controla o país, mandando bem mais que o presidente.

O atual governo Préval é mais uma das contradições da história haitiana: um governo fantoche de frente popular apoiado nas tropas de ocupação de outros governos de frente popular da América Latina. Todos a serviço das multinacionais instaladas no país e dos interesses de George Bush.

Três conclusões da história haitiana

O novo governo de frente popular se dá mais uma vez em combinação com a ocupação militar norte-americana. Agora, não como produto de um acordo prévio de Aristides com Bush pai para implementar o plano neoliberal no país. Mas através de um acordo depois de mais uma derrota eleitoral do imperialismo, e com o mesmo objetivo: seguir aplicando o plano econômico do imperialismo. E com o agravante qualitativo da lei Hope, com suas conseqüências coloniais.

A primeira conclusão sobre a história recente haitiana é que a combinação da ocupação militar com a assinatura da lei Hope transforma o Haiti em uma colônia dos EUA. A amarga ironia é que o país se transforma de novo em uma colônia no mesmo ano em que se comemora o bicentenário da revolução de 1804 que lhe trouxe a independência.

A segunda conclusão é que a burguesia e o imperialismo não conseguiram reestabilizar o estado burguês no Haiti desde a revolução que derrubou a ditadura de Baby Doc. Não conseguiram estruturar uma dominação política por meio da democracia burguesa, como se deu no restante do continente, como no Brasil, Argentina, Chile e outros países. Por isso, recorreu 56 vezes a golpes de Estado. Quando pôde votar, o povo haitiano derrotou os candidatos do imperialismo em 1990, 1994, 2000 e 2006, votando de forma distorcida nos candidatos da Frente Popular de Aristides. Tampouco conseguiram estruturar o “núcleo duro” do Estado burguês, suas forças armadas, dissolvidas em 1995. O que existe de força armada haitiana hoje é a polícia, odiada pela população, e sem qualquer possibilidade de sustentar sozinha o Estado. As únicas forças armadas que realmente contam no país são as tropas de ocupação estrangeiras.

Na discussão de nossa delegação com o embaixador brasileiro, ele defendeu a ocupação militar para “garantir a segurança”. Ele se gabava de que a ação das gangues diminuiu graças à repressão por parte das tropas. Mas o próprio embaixador esclareceu o objetivo dessa ação. Ele dizia que isso é fundamental para que os



“investidores possam vir para o Haiti”. Ou seja, ele defende a segurança para as multinacionais. Na conversa com o presidente Préval, ele também nos dizia que as tropas teriam que ficar “até que se pudesse reorganizar as forças armadas”. As tropas estrangeiras cumprem o papel do Estado para assegurar a dominação das multinacionais e prevenir uma insurreição. É por isto que tanto Préval quanto o embaixador brasileiro defendem a presença das tropas “até que sejam reestruturadas as forças armadas”.

A terceira conclusão é que o Haiti é a maior demonstração da falência das frentes populares. Falência de Aristides e Préval, que traíram os trabalhadores haitianos e se jogaram nos braços das tropas estrangeiras. Perante a miséria do Haiti, sem condições de fazer quaisquer concessões ao nível de vida do povo, e sem poder conter por muito tempo o movimento de massas, os governos de frente popular acabaram por se aliar ao imperialismo da forma mais grotesca, apoiando a intervenção militar estrangeira. Mas o Haiti expressa também a falência dos governos de frente popular da América Latina. Deixarão para sempre o registro na história de que ocuparam militarmente um pequeno país para transformá-lo de novo numa colônia dos EUA.

Do Haiti colônia ao Haiti rebelde

Para os trabalhadores da América Latina é divulgada a idéia de que as tropas de ocupação estão em missão humanitária para buscar ajudar o país a sair da pobreza extrema e evitar que os haitianos se matem entre si. Essa é uma operação de propaganda tão falsa quanto aquela utilizada para invadir o Iraque (a existência de armas de destruição em massa de Saddam Hussein). Como se comprovou, Bush queria roubar o petróleo iraquiano.

Para as grandes multinacionais e o agronegócio brasileiro, a pobreza haitiana é lucrativa, pois explora uma mão-de-obra semi-escrava. A ocupação militar e o plano econômico reduzem o Haiti novamente a uma colônia. A ideologia de que é necessária a presença das tropas para “acabar com a violência” porque “os haitianos se matam entre si” é apenas uma atualização do pensamento colonial. É como dizer que para os negros era melhor a escravidão, porque não saberiam viver por eles mesmos. Na verdade, o que a burguesia haitiana e as multinacionais temem não são as gangues. É a possibilidade de uma nova rebelião, agora sob a forma de uma revolução. A história desse povo já mostrou que isso é possível, e pode se repetir.

A atual situação, de relativa estabilidade haitiana, é absolutamente conjuntural. A miséria explosiva, a tradição histórica de luta de seu povo e a ocupação militar estrangeira são fermentos para novas insurreições. Desta vez a luta tenderá a se dar contra a ocupação estrangeira por tropas de governos de frente popular. Estes governos, como o de Lula, terão de enfrentar uma situação similar à de Bush no Iraque, com a morte de seus soldados e a crise da ocupação militar. Aí o caráter da ocupação tenderá a ficar muito mais claro.

O governo Lula aposta no acordo com Préval, nas zonas francas, no etanol, nas tropas de ocupação. Nós apostamos no Haiti rebelde ■

A situação da economia mundial

Depois de vários sinais amarelos dados nos meses de junho e julho passados (fortes quedas em várias bolsas asiáticas, situação muito instável do importante banco francês BNP Paribás), ocorreu um forte tremor no mercado financeiro internacional, com epicentro em Wall Street, em agosto passado, e dali espalhou-se para o resto do mundo.

Para amortecer seus efeitos e tentar detê-lo, o Banco Central Europeu e a Reserva Federal dos EUA (Federal Reserve, ou Fed), assim como os bancos centrais do Canadá e do Japão, “derramaram” mais de US\$ 300 bilhões nos mercados financeiros (e outra quantia similar, posteriormente) em apenas três dias, para frear a queda da bolsa e impedir a quebra em cadeia dos bancos e outras entidades financeiras.

Uma semana depois a situação ficou mais tranqüila, mas ainda não está claro se esta tranqüilidade é passageira ou tem um caráter mais permanente. No entanto, a “calma” atual não pode ocultar as causas profundas que originaram o terremoto e que, por estar muito longe de ser resolvido, pode voltar à “superfície” com maior ou menor rapidez.

Toda crise da economia capitalista, ou a possibilidade de que se produza, pode ser analisada em diferentes níveis. O primeiro é o dos *fatores mais estruturais* que estão por trás das crises cíclicas do capitalismo, estudados por Marx em *O Capital*. O segundo analisa as *características próprias* que determinam sua configuração mais específica e o terceiro, finalmente, diz respeito às *perspectivas* da situação.

Partindo de Marx

Em *O Capital*, sua obra mais importante dedicada ao estudo da economia capitalista, Marx analisa os traços fundamentais deste sistema econômico:

- 1) O capitalismo caracteriza-se por ser uma economia produtora de *mercadorias*, isto é, *valores* destinados à troca no mercado;
- 2) Na produção de mercadorias, só a *força de trabalho cria valor novo*. As máquinas e as matérias primas limitam-se a restituir o valor investido;
- 3) Por isso Marx classifica os investimentos realizados pelos burgueses em *capital variável*, ou *v* (salários para a compra da força de trabalho) e *capital constante*, ou *c* (compra dos outros fatores necessários à produção);

ALEJANDRO
ITURBE

Tradução:
Marcos
Margarido

Alejandro Iturbe é
membro da direção
da LIT-QI

- 4) Os capitalistas apropriam-se de uma parte do valor novo produzido pela força de trabalho porque só pagam uma fração de seu valor através do salário. A parte do valor novo apropriado pelos burgueses é denominada *mais-valia*;
- 5) A mais-valia é gerada na produção e realizada no mercado, com a venda das mercadorias, sendo assim a *base do lucro dos capitalistas*¹;
- 6) Os capitalistas medem o resultado de seu investimento através da *taxa de lucro*. Em outras palavras, a porcentagem que o capital inicial investido aumenta depois de um circuito completo de produção-venda;
- 7) A concorrência leva os capitalistas a investir de modo crescente em máquinas e tecnologia para produzir mais com menor custo. Isto é, tendem a aumentar o capital constante, causando uma redução relativa do capital variável. Estas diferentes proporções entre c e v determinam o que Marx chama de *composição orgânica do capital*;
- 8) O crescimento relativo do capital constante nos investimentos permite, num período inicial, um aumento da taxa de lucro. Estes elementos (crescimento simultâneo dos investimentos e da taxa de lucro) são as características centrais da *fase ascendente dos ciclos da economia capitalista*;
- 9) Posteriormente, no entanto, a taxa de lucro começa a cair, num processo que Marx estuda em sua *Lei da tendência decrescente da taxa média de lucro*;
- 10) Com a queda da taxa de lucro, os capitalistas começam a reduzir seus investimentos. É produzido assim o ponto de inflexão que inicia a *fase descendente* dos ciclos econômicos (ou *crise cíclica*). As crises econômicas são, então, inerentes ao sistema capitalista e à sua própria estrutura de funcionamento;
- 11) Além disso, elas mesmas geram mecanismos para superar, por um período, suas próprias causas: queima de capitais (fechamento de empresas) e pressão para redução dos salários devido ao desemprego, aumentando assim a mais-valia extraída dos trabalhadores;
- 12) Ademais, o capitalismo gera uma série de *mecanismos para evitar ou atenuar a queda da taxa de lucro*: centralização do capital em empresas cada vez maiores, exploração de outros países, intervenção do Estado, etc. No entanto, apenas o *aumento da mais-valia absoluta* pode manter a taxa de lucro por longos prazos; isto é, um crescimento do ritmo de produção e uma exploração dos trabalhadores maior que o investimento de capital.

Um caráter cada vez mais especulativo

Estas análises de Marx seguem tendo plena vigência e são imprescindíveis para a compreensão das causas estruturais de qualquer crise capitalista. No entanto, Marx analisou o capitalismo de sua época, centrado no capital industrial, ao redor do qual ordenavam-se e sujeitavam-se os outros setores (agropecuária, bancos, comércio, etc.).

Posteriormente, como parte da intenção de superar a queda da taxa de lucro, deu-se um processo determinante: o surgimento do *capital financeiro*, resultante da fusão dos capitais bancário e industrial. Este processo é estudado por Lenin em sua famosa obra sobre a fase imperialista (ou “superior”) do capitalismo.

1 - Embora a mais-valia extraída na produção seja a base do lucro, ambos conceitos são diferentes. Da mais-valia extraída na produção, a “burguesia produtiva” deve ceder uma parte a outros setores da economia que não produzem valor novo, mas são necessários para o funcionamento do sistema capitalista, como os bancos e o comércio. Também cede partes dela a outros setores burgueses capazes de fixar “preços monopolistas” (acima do valor real contido em suas mercadorias). Além disso, estes setores com capacidade de fixar preços monopolistas apropriam-se de uma parte da mais-valia extraída por outros setores, aumentando assim seu lucro. Estes processos de distribuição interburguesa da mais-valia são analisados por Marx, no Tomo III de *O Capital*.

Para Lenin, esta etapa liquidava todos os traços econômicos progressivos do capitalismo, como sua capacidade de desenvolver as forças produtivas e, nesse marco, de gerar alguma melhoria do nível de vida das massas, e acentuava todas as suas características negativas e decadentes.

Marx já havia formulado a *lei da miséria crescente* como um dos processos fundamentais do capitalismo. Isto é, a concentração de uma riqueza cada vez maior nas mãos da burguesia, por um lado, e a formação de um pólo de pobreza e miséria cada vez mais numeroso (o proletariado e o povo pobre), pelo outro.

Mas, até o surgimento do imperialismo, esta lei aplicava-se de forma relativa e não absoluta: aumentava a concentração de riqueza nas mãos da burguesia, mas o capitalismo ainda tinha certa margem para melhorar o nível de vida das massas (claro que com grandes lutas por parte desta). O surgimento do imperialismo fecha esta fase relativamente progressiva do capitalismo e torna absoluta a lei da miséria crescente. Em outras palavras, agora sim, todo novo crescimento ou expansão econômica traria inevitavelmente maiores sofrimentos aos trabalhadores e às massas.

Uma dessas características negativas é o crescimento cada vez maior das “forças destrutivas” em detrimento das produtivas. Isto é, uma parte crescente do esforço econômico dedica-se ao desenvolvimento de tecnologia bélica e de armamentos. Se bem que, em termos do funcionamento do sistema capitalista em seu conjunto, este setor atua como um ramo econômico a mais, o certo é que seus produtos não estão destinados a satisfazer as necessidades do ser humano, mas à sua destruição. Este esforço econômico é feito, em última instância, às custas da redução de outros ramos da economia.

Outro dos traços negativos, muito importante para compreender os fenômenos atuais, é que o capitalismo imperialista decadente tem uma tendência especulativa crescente. Marx já havia analisado que, além do capital industrial, comercial e bancário, existia um “capital gasoso” que entrava e saía alternadamente da produção e, nos intervalos, dedicava-se a especular. Com o surgimento do capital financeiro e a fase imperialista, este processo foi crescendo de modo constante e transformando-se num dos traços centrais do capitalismo imperialista na atualidade. Isto é, existe uma massa cada vez maior de capitais parasitários (que não produzem valor novo) voltados à especulação e à busca de lucro rápido. Mas este lucro origina-se também, em última instância, da mais-valia extraída na produção. Lenin estuda o caráter mundial do capital financeiro e isto se aplica, também, aos capitais especulativos. Isto é, são capitais que se movem de uma região do mundo a outra, com extraordinária rapidez.

Ao mesmo tempo, como o volume total de capital circulante aumenta de modo permanente, é necessária uma massa cada vez maior de mais-valia para manter a taxa média de lucro. Por um lado, isto obriga o capitalismo imperialista a acentuar cada vez mais os mecanismos de extração direta e indireta de mais-valia (exploração dos trabalhadores, saque dos recursos naturais dos países mais fracos, receitas pelo pagamento das dívidas externas, etc.). Por outro, é produzida uma disputa ainda mais feroz entre os distintos setores burgueses pelo destino final dessa mais-valia.

As “bolhas”

Ao concentrar-se sobre um determinado mercado nacional ou internacional (ações da bolsa, imóveis, “commodities”, etc.), estes capitais originam uma “bolha”



que empurra artificialmente os preços para cima, mais além de qualquer base real, e também o faz com os lucros obtidos durante a fase de expansão. Durante um período, esta “bolha” pode atuar como um fator que dinamiza outros ramos econômicos, empurrando outros mercados para frente. Ao mesmo tempo, a economia em seu conjunto adquire uma fragilidade e uma volatilidade muito maiores ao estar baseada, em grande medida, sobre esta “bolha” e sobre a afluência constante de capitais ao setor.

Por isso, em algum ponto, a “bolha” começa a murchar. A “agulhada” parece, à primeira vista, ser o resultado de fatores específicos. Por exemplo, os limites objetivos do crescimento do setor “inflado”. Mas, em última instância, estes fatores imediatos e específicos resultam das causas mais estruturais das crises capitalistas periódicas estudadas por Marx (a queda da taxa de lucros). Por outro lado, o esgotamento da bolha nesse setor irá impactar negativamente os demais ramos da economia, abrindo-se assim a possibilidade de uma crise econômica generalizada.

Toda a mídia assinala que o detonador do recente tremor financeiro foi a crise do mercado imobiliário nos EUA e outros países imperialistas. Isto é, o esvaziamento de uma grande bolha.

EUA: problemas econômicos muito profundos

É importante destacar que o epicentro dos problemas atuais está nos próprios Estados Unidos (a economia mais forte do planeta). Tanto o Estado como as empresas e os consumidores estão superendividados. Isto é, devem mais que sua capacidade real de pagamento e, muitas vezes, mais que o valor real de suas propriedades. Toda economia norte-americana dos últimos anos foi construída sobre os chamados “déficits gêmeos” (o orçamento estatal e a balança de pagamentos do comércio exterior) que cresceram até cifras impronunciáveis.

Por isso, para funcionar normalmente, a economia norte-americana necessita de depósitos do exterior de **US\$ 3 bilhões diários** em média na forma de empréstimos, investimentos diretos, compra de títulos do tesouro, remessa de lucros e royalties de filiais do exterior, etc ². Se estes depósitos fossem detidos, a economia viria abaixo. Por isso, através de distintos mecanismos, os EUA atuam como um “aspirador” de uma parte da mais-valia extraída em outras regiões do mundo.

A cooperação EUA-China

Neste sentido, é muito interessante analisar como tem funcionado, nos últimos anos, a cooperação ³ EUA – China como locomotiva do crescimento econômico mundial.

As empresas norte-americanas realizaram investimentos gigantescos na China, destinados basicamente à produção industrial, que passou de produtos simples (eletrodomésticos e têxteis) a outros mais complexos, como automóveis e máquinas. Aproveitam assim a garantia do regime ditatorial chinês de um dos salários mais baixos do planeta (US\$ 50) para extrair uma gigantesca massa de mais-valia absoluta. Também utilizam a importante infra-estrutura estatal, herdada das épocas do ex-estado operário chinês, a preços muito favoráveis.

2 - Totalizando a extraordinária cifra de mais de um trilhão de dólares anuais.

3 - Cooperação, aqui, é a tradução da palavra espanhola “tándem”, que tem origem nas paradas de cavalos numa carroça. Deve-se ter em mente que esta “cooperação a dois” implica que um está à frente do outro e não têm o mesmo ponto de vista, embora caminhem sempre juntos (N.T.).

A China exporta estes produtos a todo o mundo, especialmente aos próprios Estados Unidos (essa é uma das causas do aumento constante do déficit do comércio exterior deste país). Grande parte dos lucros obtidos volta aos EUA, principalmente para comprar títulos do Tesouro norte-americano. Atualmente, a China é o principal proprietário destes títulos (com a incrível cifra de US\$ 900 bilhões), deslocando o Japão do primeiro lugar. O déficit estatal norte-americano é financiado desta forma, e o circuito econômico dos Estados Unidos é realimentado.⁴

No entanto, não devemos nos confundir: EUA e China não têm uma relação “igualitária”. O primeiro é o maior país imperialista do planeta, o segundo transformou-se na maior semicolônia do mundo para este imperialismo.

Por outro lado, o crescimento econômico chinês (e também o da Índia) exige quantidades cada vez maiores de matérias primas e assim mantém bons preços no mercado para os alimentos, o petróleo e os minerais. Desta forma, outros países (como a Argentina, Venezuela e Brasil) também se beneficiam, de modo secundário e dependente, deste ciclo de crescimento econômico.

A gênese da situação atual

Neste marco, podemos dizer que o recente tremor financeiro representa um “segundo episódio” da crise que o imperialismo conseguiu frear em 2000-2001. Ao mesmo tempo, expressa as conseqüências das políticas que o governo norte-americano aplicou para frear a crise.

Em março de 2000, a bolha especulativa do mercado norte-americano de ações foi esvaziada, pondo fim às delirantes teorias da “nova economia”, baseada no suposto crescimento sem limites das empresas de informática e internet (as famosas “ponto-com”). Ainda hoje se recordam os memoráveis escândalos das quebras da Enron e Worldcom. Começou assim um processo recessivo no país, que pôde ser imediatamente revertido pelo imperialismo, através de duas medidas principais adotadas pelo governo Bush.

O “keynesianismo militar”

A primeira foi o aumento do orçamento militar e os investimentos em tecnologia e produção bélicas. Embora esta política, uma das razões do lançamento da “guerra contra o terror”, aumentasse ainda mais o déficit orçamentário, dinamizava a economia através do impulso do poderoso complexo militar-industrial norte-americano.

Avalia-se que, por esta via, o governo “injeta” cerca de US\$ 500 bilhões anuais na economia⁵. Alguns economistas começaram a chamar esta política de “keynesianismo militar”⁶. O fato é que esta injeção permitiu que empresas como a Boeing, que estava a ponto de quebrar, tivesse uma recuperação com enormes lucros baseados em contratos militares e em cortes de impostos outorgados pelo governo⁷.

O corte das taxas de juros

Junto a isso, entre 2001 e 2003 a Reserva Federal reduziu sua taxa de juros interbancária de 6,25% a 1% anuais (que dá base a todas as operações de crédito),

4 - Nos últimos anos, as autoridades monetárias dos EUA vêm realizando um jogo muito perigoso para as finanças mundiais, ao forçar a desvalorização do dólar frente às outras moedas fortes (o euro e o yen). Esta desvalorização, por um lado, permite-lhes reduzir o valor real da dívida que a Receita dos EUA contrai com a venda de títulos do Tesouro. Ao mesmo tempo, como o dólar continua sendo de fato o padrão do sistema monetário mundial, os outros bancos centrais buscam manter sua taxa de câmbio, evitando uma queda muito acentuada, o que realimenta a venda de títulos do Tesouro. Por seu peso na economia mundial, os EUA utilizam a ameaça de “se eu caio, então caem todos”. Até aqui, então, trata-se de um jogo que favorece o sistema financeiro-monetário dos EUA. No entanto, o dólar caiu, nos últimos anos, 75% em relação ao euro, o que torna o sistema monetário mundial mais rarefeito e muito mais frágil.

5 - Em 2006, o orçamento militar estadunidense alcançou a cifra de US\$ 447.400 milhões, sem incluir

gerando uma avalanche de créditos baratíssimos no mercado para impulsionar o consumo.

Estas medidas, somadas ao funcionamento em cooperação com a China, permitiram reverter a recessão. Desde finais de 2002, a economia mundial começou a crescer a taxas muito superiores às dos anos anteriores, dinâmica que foi mantida até agora (o *World Economic Outlook* do FMI prevê um crescimento de 5,2% da economia mundial em 2007).

A bolha imobiliária...

Este trem lançado a alta velocidade corria sobre trilhos muito frouxos e com alto risco de descarrilamento, já que uma de suas bases era a bolha existente no mercado imobiliário e na construção civil dos EUA e outros países. Segundo o economista Joseph Stiglitz: “*Aproximadamente 80% do incremento de emprego e quase dois terços do aumento do PIB dos EUA, nos últimos anos, originaram-se direta ou indiretamente do setor imobiliário*”.

Os bancos estimulavam famílias e empresas a fazer empréstimos hipotecários baratos para comprar imóveis ou a hipotecar suas casas e utilizar esse dinheiro para outros consumos. A construção deu um salto impressionante e os preços dos imóveis também dispararam. Inicialmente isto facilitava a renovação dos empréstimos e, por sua vez, atraiu novos capitais ao setor.

... estoura

Mas toda bolha especulativa tem um limite próprio: os novos imóveis construídos já não encontravam compradores. Estima-se que, em 2006, a venda de imóveis nos EUA teve uma queda de 30%. O que é confirmado por um agente imobiliário de Miami: “*Há uma grande quantidade de apartamentos à venda desde o ano passado. Mas não vi ninguém que se aproxime para comprar*”. Logicamente, o preço dos imóveis começou a cair: 10% somente no último ano. Isto significa que, se alguém comprou uma casa a 100 (e pediu um empréstimo por essa quantia), ela agora só vale 90... embora se continue devendo os 100.

Para alimentar o mercado, os bancos começaram a outorgar empréstimos a famílias que sabiam que não poderiam pagar, ou que teriam muitas dificuldades para fazê-lo. Nasceram assim os chamados “créditos *subprime*” (literalmente de “segunda categoria”) que começaram a ser comercializados como títulos pelos bancos, ou seus intermediários, como a companhia imobiliária Countrywide. São esses bancos e companhias os primeiros afetados pela crise.

Ao mesmo tempo o Fed foi subindo gradualmente a taxa de referência interbancária até 5,25 % desde 2005, aumentando assim o juro pago pelos empréstimos hipotecários, que são de “juros variáveis”, e com ele a dificuldade de muitas famílias para pagá-los. Por fim, os impostos imobiliários também estão aumentando, o que leva muitas famílias e empresas a tentar vendê-los. Isto origina uma queda maior dos preços num mercado cada vez mais saturado. Isto é, um círculo vicioso.

O esvaziamento da bolha imobiliária dura pelo menos um ano. No entanto, como denunciou o economista Paul Krugman, as empresas e bancos envolvidos no setor vinham “maquiando” seus registros de pagamento dos empréstimos e do

os US\$ 100 bilhões extras gastos nas guerras do Iraque e do Afeganistão, que foram votados separadamente. Em 2005, o gasto militar estadunidense representou quase a metade do total mundial (48%), embora o país tenha menos de 5% da população mundial. Estes gastos militares consomem 21% do orçamento federal e representam mais que o PIB de países importantes, como a Bélgica ou a Suécia (dados extraídos de *Los cinco pilares del complejo industrial militar de Estados Unidos*, publicado em www.iade.com.arg, 29/09/2006).

6 - Referência às teorias do economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946) que orientaram grande parte das políticas econômicas, financeiras e monetárias dos governos capitalistas entre 1930 e 1975. Ele propunha que o Estado deva intervir com força na economia, injetando fundos e créditos destinados a obras de infraestrutura e alentar o consumo popular como forma de evitar as crises ou de “cortá-las” para que não se aprofundem.

preço dos imóveis, no melhor estilo da “contabilidade criativa” (inventada anos atrás pela Enron e pela Worldcom para atrasar sua queda inevitável). Mas a “criatividade” não pode ocultar a realidade: o importante banco de investimentos Bear Stearns acaba de suspender seu fundo de créditos hipotecários devido às perdas sofridas.

Esta impossibilidade de pagar os empréstimos hipotecários terá fortes consequências sociais diretas. A Conferência de Prefeitos dos EUA, numa recente carta dirigida à Reserva Federal, advertiu que “cerca de dois milhões de famílias norte-americanas poderiam ter suas casas em risco de serem arrematadas nos próximos meses”.

Em outra expressão do tremor financeiro mundial, o banco francês BNP Paribás copiou durante um período o “corralito” aplicado pelo ex-ministro argentino da economia Domingo Cavallo, em 2001 (limitação do saque de poupança a uma pequena quantia fixa, uma expropriação virtual desses fundos), embora agora esteja “normalizado” graças aos fundos recebidos do governo francês.

A falta de confiança

O curso desfavorável da guerra do Iraque para os EUA e, de forma mais geral, da política norte-americana no Oriente Médio, é seguramente outro fator que influenciou na gênese da situação atual, embora seja muito difícil medir seu impacto em termos estritamente econômicos.

Por um lado, esta situação volta como um bumerangue para os próprios EUA e enfraquece de modo crescente o governo Bush, largamente derrotado nas últimas eleições legislativas. Um resultado que, seguramente, deteriora a confiança da burguesia norte-americana para realizar novos investimentos.

Por outro lado, questiona a política de derramar tantos fundos estatais no complexo militar industrial (como vimos, uma das bases da recuperação anterior) porque isto nem sequer garante triunfos das intervenções militares no exterior. É certo que isto depende mais de uma definição política que do curso puro da economia. Mas, nestas condições, é inevitável que esta política seja questionada.

As perspectivas

O mais difícil de analisar com certeza são as perspectivas que se abrem a partir de agora. A “calma” dos mercados financeiros, obtida pelos governos imperialistas, ao custo de quantidades imensas de dólares, poderá ser mantida no futuro, inclusive se for necessário “injetar” mais dinheiro? Ou, pelo contrário, só é passageira e anuncia um novo “crack” financeiro mundial e um novo ciclo descendente da economia?

A primeira perspectiva foi anunciada pelo secretário do Tesouro do governo de George W. Bush, Henry M. Paulson: “Os mercados são resistentes. Podem absorver estas perdas. Passamos por tempos difíceis no passado e enfrentaremos o desafio”. Evidentemente, ele fala da posição de quem pode destinar centenas de bilhões de dólares a esse objetivo, provenientes dos impostos pagos pelo povo norte-americano e do saque de muitos outros povos do mundo, e está disposto a fazê-lo. O “nós” merece um esclarecimento: em seu passado recente, Paulson foi o principal executivo do colosso financeiro de investimentos Goldman-Sachs. Em outras palavras: “faremos tudo o

À diferença do “keynesianismo clássico”, o militar diminui os gastos do Estado em infra-estrutura e setores sociais, para injetar fundos no complexo militar industrial.

7 - Em 2006, o Departamento de Defesa dos EUA empregou 2.143.000 pessoas, e as empresas privadas prestadoras de serviço, 3.600.000 trabalhadores, o que dá um total de 5.743.000 postos de trabalho. Isto é, 3,8% do total da força de trabalho. A isto se deve somar, ademais, os trabalhadores das empresas subcontratadas fornecedoras de peças e serviços para as contratadas. (dados extraídos do artigo citado *Los cinco pilares...*).

que for necessário para nos salvar”. No entanto, parece difícil que a economia dos Estados Unidos saia ileso desse processo, apesar da confiança de Paulson.

A segunda perspectiva, um novo “crack” financeiro mundial e o início de um ciclo recessivo profundo, está posta não só pelas contradições estruturais do capitalismo, mas pelo agravamento destas contradições e pelas profundas deformações que o sistema econômico mundial desenvolve de forma crescente. O que é impossível prever com seriedade é se estamos assistindo a suas primeiras manifestações ou se, ao contrário, o imperialismo conseguirá, com montanhas de dinheiro, atrasá-lo mais um pouco. Neste sentido, um dado significativo é a taxa negativa de empregos nos EUA (4000 postos de trabalho a menos), durante o mês de agosto de 2007. Embora seja uma queda leve, é a primeira em quatro anos, e acontece apesar de todo o dinheiro injetado nos mercados ⁸.

Abre-se também uma terceira hipótese: que, através das “injeções”, o imperialismo consiga segurar a crise, mas não consiga manter a dinâmica de forte crescimento econômico mundial dos últimos anos. Neste caso, a fase ascendente da “montanha russa” acabaria, mas em lugar de uma queda abrupta teríamos uma “planície suave” de pouca altura. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o Japão na década de 1990 por vários anos: a economia cresceu a taxas muito baixas (entre 1 e 1,5 %), mas sem cair numa recessão aberta e profunda.

Finalmente, poderia acontecer uma combinação da segunda e terceira hipóteses: que a “planície” se mantenha por um tempo relativamente curto (um ano ou pouco mais) para desembocar finalmente numa crise em queda livre.

Em qualquer dos casos, algo fica totalmente claro: o imperialismo e os governos – tanto dos países centrais quanto seus lacaios dos países mais fracos – tentarão descarregar o peso da crise, ou o custo necessário para atrasá-la (cerca de US\$ 600 bilhões até agora, seguramente mais no futuro), sobre as costas dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo.

Aqui entra um fator central para definir qualquer perspectiva econômica e as possibilidades do capitalismo imperialista de postergar a crise: a luta de classes. Neste terreno, a situação não parece muito favorável ao imperialismo. A guerra do Iraque, em vez de assegurar o controle do petróleo desse país, transformou-se num pântano que lhe demanda cada vez mais soldados e dinheiro. A resistência das massas latino-americanas ao saque e à exploração tem sido mantida de modo constante. As lutas dos trabalhadores europeus contra os ataques de seus governos vêm aumentando. Nos próprios EUA, o governo Bush vê seu poder cada vez mais debilitado pelo bumerangue da situação do Iraque. Ao mesmo tempo, as mobilizações dos trabalhadores imigrantes podem anunciar uma luta mais geral da poderosíssima classe operária norte-americana. Talvez a recente greve da GM seja uma antecipação dessa perspectiva.

Tudo isso ocorreu sem que houvesse uma crise econômica, inclusive num período de forte crescimento da economia mundial. É muito provável, portanto, que os próximos ataques desferidos pelo capitalismo imperialista sobre os trabalhadores e os povos juntem mais “lenha na fogueira” destas lutas, num momento em que o imperialismo apresenta vários pontos fracos.

Voltando ao velho Marx, os capitalistas tratarão de sair de suas crises aumentando a exploração dos trabalhadores, isto é, aumentando a extração da mais-valia absoluta. Para nós, isso significa que tentarão fazê-lo sobre nosso sangue e nosso suor. Preparemo-nos então para lutas duríssimas ■

8 - Outro dado significativo é que uma das maiores quedas de emprego ocorreu no setor da construção, com uma perda de 96.000 postos de trabalho desde setembro de 2006 (dados extraídos de www.cincodias.com/articulo/economia).

Colômbia: eleições e mudanças estruturais

As eleições regionais do último 28 de outubro na Colômbia expressaram de forma distorcida, como o fazem todas as eleições burguesas, os processos reais da luta de classes e as modificações nas relações de forças entre elas.

Na verdade, não ocorreu nada que não fosse previsível dentro de certos limites: a abstenção se manteve como o reflexo da passividade, da discordância e do atraso da metade da população; a crise da chamada “parapolítica”¹ continuou somando vítimas; dezenas de candidatos a prefeituras, distritos municipais e câmaras foram assassinados; a guerra de aparatos entre as Forças Armadas, a guerrilha e os paramilitares seguiu seu curso; os partidos burgueses, e especialmente os da coligação do governo de Álvaro Uribe, conservaram o controle do aparelho político e administrativo na maioria dos setores, capitais e municípios importantes do país; a oposição burguesa encarnada por uma fração do aparato do Partido Liberal mostrou claramente que os capitalistas contam com alternativas de substituição que lhes facilitarão, chegado o momento, desviar qualquer ascensão operária e popular contra os planos de superexploração da burguesia raivosamente neoliberal que está no poder; e a oposição reformista encabeçada pelo Pólo Democrático Alternativo, PDA, uma aliança sem princípios sob cuja fachada se escondem desde velhos políticos burgueses até o Partido Comunista e todas as vertentes do maoísmo e do guevarismo, manteve a importante prefeitura da capital do país, Bogotá, e ampliou seu patrimônio eleitoral em algumas outras regiões, permitindo que Antonio Navarro Wolf, ex-dirigente da extinta guerrilha do M19, ganhasse o governo do periférico departamento de Nariño.

Em resumo, na superfície da podre democracia burguesa colombiana, ganharam os políticos responsáveis pela estabilidade do regime burguês, e, na base da sociedade, perderam os trabalhadores e os pobres que agüentam a violência política e econômica, e que não tiveram a mínima possibilidade de participar do processo eleitoral com uma alternativa independente, porque a reacionária legislação vigente proíbe a apresentação de candidatos por fora dos aparatos eleitorais burgueses e reformistas.

Além das pequenas modificações no mapa político-administrativo regional introduzidas nas eleições passadas, que em nada alteram a correlação de forças entre as classes do país, o que se expressou foi a consolidação de grandes processos políticos e sociais que estão amadurecendo surda e profundamente, cujo desenlace a médio prazo é muito difícil de prever, mas nos quais os revolucionários colombianos têm a obrigação de intervir para estimular uma saída operária, socialista e revolucionária.

G. MONTENEGRO

Tradução:
Lígia Gomes e
Rita Gordin

G. Montenegro é membro do Partido Socialista dos Trabalhadores da Colômbia - PST(C)

¹ Com o termo “parapolítica” designa-se na Colômbia a relação estabelecida pelos políticos burgueses com os chefes das organizações paramilitares para benefício mútuo.



A crise na cúpula

A situação política colombiana fica cada vez mais complexa. A cada semana apresenta as características de uma crise superestrutural devido à ausência do movimento operário que, pela política traidora das direções, não encontra o caminho para se fazer presente na luta de classes. A crise é cada vez mais profunda, e em alguns momentos coincidiu com as mobilizações de setores importantes dos trabalhadores tais como os professores e, principalmente, o movimento estudantil.

Apesar de que a crise se concentra por enquanto na cúpula, nos últimos meses deu saltos importantes que dificultam a capacidade de manobra do governo.

A gravidade dos choques interburgueses encontra seu clímax no fato de que a Suprema Corte da Justiça e a Promotoria começaram a julgar e a prender dezenas de parlamentares, de dirigentes políticos regionais e de altos militares e funcionários estatais comprometidos com a ação de grupos paramilitares responsáveis pelo assassinato de mais de trinta mil dirigentes operários e populares nos últimos vinte anos. A maioria absoluta dos detidos milita nos partidos que sustentam o governo. As últimas detenções elevaram em 14 o número de parlamentares na prisão, e fala-se de investigações de quantia similar, sem contar aqueles que acabem implicados pelas “confissões” dos grandes chefes dos paramilitares, especialmente as de Salvatore Mancuso, conhecido como “Jorge 40”.

Mas a revelação das relações entre os dirigentes políticos burgueses e os bandos assassinos não é o único sintoma da crise. É preciso agregar a isso as declarações públicas do Vice-presidente e do Ministro da Defesa, Francisco e Juan Manuel Santos, que evidenciam fissuras importantes na frente burguesa constituída ao redor de Uribe, e a decapitação da cúpula da polícia, que significou a saída de 12 dos 22 generais com que contava a instituição e que desgasta uma das instituições mais importantes do regime.

Mas o mais importante de tudo isto, e ao qual nos referiremos mais abaixo, é que a crise começou a ser atravessada e afetada pelas lutas de alguns setores de trabalhadores e pela ascensão da juventude estudantil universitária e secundarista.

Detenções e condenações

Tanto as detenções como as declarações dos chefes paramilitares demonstram o que todo o mundo já sabia: que não há um só político nem empresário burguês que não esteja comprometido com a organização, financiamento e a ação das facções assassinas das chamadas *Autodefesas Unidas da Colômbia*, AUC.

Uns meses atrás o escândalo da parapolítica se circunscrevia a alguns setores do norte, no litoral Atlântico, e em particular aos parlamentares dessa zona do país. Depois da divulgação de um documento conhecido como o Pacto de Ralito e do debate do senador pelo PDA, Gustavo Petro, sobre o paramilitarismo no departamento de Antioquia, a crise se estendeu para outras zonas do país e envolveu prefeitos e governadores. A “versão livre”² de Mancuso envolveu o Vice-presidente, o Ministro da Defesa, algumas das mais importantes empresas do país, várias multinacionais e altos oficiais das Forças Armadas.

Apesar de que a maioria dos parlamentares, prefeitos e governadores implicados sejam peças-chaves da engrenagem que levou Uribe à presidência, as prisões se

² A “versão livre” é o mecanismo judicial mediante o qual os acusados apresentam sua primeira versão dos fatos em que se encontram envolvidos.

estendem a todas as alas burguesas e chega até os tradicionais partidos Liberal e Conservador.

A primeira demonstração de que por trás da aliança entre políticos e paramilitares estão as burguesias nacional e estrangeira é a multa de 25 milhões de dólares imposta à Chiquita Brand em uma corte ianque, por ter entregado mais de dois milhões de dólares às AUC em Urabá, e por ter colocado a infra-estrutura portuária a serviço do desembarque de armas para as milícias assassinas.

As declarações de Mancuso mostram o conjunto da burguesia dando esclarecimentos e tratando de desembaraçar-se da responsabilidade pelo assassinato dos dirigentes sindicais. Mas a quem, se não a eles, podia interessar tais assassinatos? Quem mais que a alta direção da Coca-Cola ou da Nestlé pode estar por trás do assassinato dos dirigentes e ativistas sindicais durante todos esses anos?

As declarações de Mancuso, além disso, fizeram aumentar as contradições interburguesas no interior do governo, com o envolvimento dos Santos.

As fissuras na frente burguesa

A sólida frente burguesa constituída ao redor de Uribe desde o seu primeiro mandato também foi afetada pela crise da parapolítica. A aliança entre aqueles mais diretamente ligados a Uribe (a ala dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros, dos latifundiários e da burguesia regional mais ligada ao narcotráfico) e o setor mais tradicional da burguesia nacional representada pelos Santos começou a romper-se, porque tentaram diferenciar-se do Presidente.

Declarações dos Santos, que buscavam debilitar Uribe e demonstrar uma certa distância dele, provocaram uma forte reação no Presidente que se apoiou em Salvatore Mancuso e os afundou até o pescoço nas relações com os assassinos. O chefe paramilitar ressuscitou as velhas denúncias do ex-presidente Ernesto Samper de que o atual ministro da defesa Juan Manuel Santos estava entre os conspiradores que haviam conspirado para derrotá-lo e acrescentou que estaria ligado a Francisco Santos no esquema das AUC, e que o agora vice-presidente havia manifestado o desejo de reproduzi-lo em Bogotá.

Com este movimento, Uribe equilibrou as responsabilidades e os colocou em saia justa, mas ao custo de evidenciar e reconhecer que toda a burguesia tem estado envolvida com os narcotraficantes e com os paramilitares e que todos são responsáveis pela carnificina e pelo roubo de milhões de pobres no país.

Nada do que ocorre nas fileiras da frente burguesa de Uribe pode comparar-se a um raio em céu tranqüilo. É a explosão da tempestade das profundas contradições interburguesas latentes durante anos e que, por mútuo acordo e benefício, foram mantidas congeladas na medida em que os planos econômicos e políticos permitiram que enchessem suas insaciáveis panças.

Alguns diretamente e outros nem tanto terminaram por enriquecer com as facilidades do narcotráfico, e na mesma medida se beneficiaram da derrota física que os paramilitares infligiram à classe operária, aos trabalhadores e aos camponeses. Mas a divisão desigual da torta do orçamento nacional e do benefício dos planos de desenvolvimento bem como as diferenças no alinhamento com as frações imperialistas levaram as diferenças a um ponto em que ameaçam explodir. As feridas são velhas e não cicatrizam. As disputas históricas entre a burguesia do centro e a da periferia

estão se expressando em formas completamente novas pelo peso econômico do narcotráfico e pela incidência do imperialismo.

A burguesia tem cada vez mais dificuldades para dirimir suas diferenças pelas vias normais das regras do jogo do capitalismo e da democracia burguesa devido à ilegitimidade social e política, nacional e internacional, que lhes impõe sua relação com os narcotraficantes e os paramilitares e pela sua dependência quase absoluta do imperialismo. As conseqüências que estão enfrentando pela decisão que tomaram de desmantelar o fundamental da velha estrutura paramilitar ultrapassaram os cálculos de todos os analistas e assessores burgueses. O controle estrito que trataram de estabelecer com a Lei de Justiça e Paz se desfez totalmente, porque o princípio burguês do salve-se quem puder se impôs no “pacto de salvação comum”, e com o primeiro giro do ventilador³ se iniciou uma reação em cadeia que ninguém mais consegue deter. Até os próprios paramilitares e narcotraficantes tratam de aproveitar a situação para demonstrar que eles não atuavam por conta própria, mas que eram parte de uma política de Estado e do conjunto da burguesia e que, portanto, têm os mesmos direitos e responsabilidades que todos. Respingaram em todo mundo para pressionar por melhores condições na negociação com o governo e o com o imperialismo.

A mão do imperialismo

A pergunta atual é: quem põe fogo no escândalo? A afirmação de Uribe e do conjunto dos membros do governo de que a revelação sobre a verdade é produto de sua política de paz e de segurança democrática não convence mais ninguém. Também não é conseqüência das denúncias parlamentares do PDA. O mais certo é que se trata de uma combinação entre a pressão das diferentes alas do imperialismo, de diferenças existentes na frente burguesa e de um tremendo erro de cálculo que fizeram de que podiam controlar o processo.

A mão do imperialismo ianque é notória em cada ponto da crise. A política de segurança democrática e a decisão de desmontar as AUC foi definida no Departamento de Estado. Para os ianques a batalha pelo controle do negócio do narcotráfico passava por reduzir o poder militar das milícias que não só cumpriam o papel de exterminar os dirigentes operários e populares, mas o de proteger os negócios dos narcotraficantes. O dinheiro do Plano Colômbia e do Plano Patriota, que intermediava aproximadamente setecentos milhões de dólares anuais, além de estar dirigido a combater as guerrilhas das FARC e da ELN cumprem o papel de institucionalizar essa luta e de tornar desnecessária a ação dos paramilitares no controle do movimento operário e de massas.

Os ianques apoiaram os paramilitares quando necessitaram deles para defender seus interesses e, agora, descartam-nos, pois já não servem mais como quinta-coluna contra os trabalhadores. E não é um problema ideológico ou programático. Bush não se preocupa nem um pouco com o fato de que seu discurso conservador contra o terrorismo seja contraditório com o patrocínio às milícias assassinas de direita; o que lhe preocupa são os negócios e o controle do Estado Colombiano, que é o seu aliado mais importante na área.

À ingerência do governo ianque é preciso somar o interesse das outras alas imperialistas incumbidas dos negócios no país. O Jogo Democrata utiliza a situação para dirimir parte das contradições políticas internas nos Estados Unidos e para

³ A figura do ventilador foi popularizada na Colômbia como sinônimo da vinculação ao escândalo da parapolítica de novos políticos e funcionários com cada processo que se inicia.

fortalecer seus laços com as alas políticas nacionais que se aliam a seus interesses. Enquanto isso, o imperialismo europeu mete a mão para ganhar o espaço dos ianques. Os investimentos europeus no país cresceram geometricamente nos últimos anos e esses investimentos requerem aliados políticos. A social-democracia europeia utiliza o discurso da defesa dos direitos humanos, do acordo humanitário com a guerrilha e da saída negociada para o conflito para fazer pressão sobre o governo de Uribe, ganhar presença política e avançar nas suas relações econômicas e políticas.

Essa disputa interburguesa e interimperialista se reflete nos planos de desenvolvimento e nas medidas econômicas do governo e de sua bancada parlamentar. O Plano de Desenvolvimento de Uribe, que concentra o grosso dos recursos fiscais nas mãos do executivo central, está a serviço dos negócios de seus aliados mais próximos, nacionais e estrangeiros.

No meio dessa briga, precisam livrar-se dos paramilitares e da influência do dinheiro do narcotráfico na economia nacional por imposição de todas as alas do imperialismo. É impossível nessas condições manter as boas atitudes e o total respeito aos acordos. Por isso, liga-se um ventilador diferente a cada semana. E por isso vão continuar prendendo até alcançar todos sem exceção, e até obrigá-los a pactuar um novo acordo que incorpore à oposição pequeno-burguesa do PDA possíveis frações da guerrilha e da esquerda liberal.

A política do PDA

O PDA é a direção indiscutível do movimento operário popular e sindical organizado e da oposição urbana de classe média. Apesar das contradições internas, que são muitas devido à diversidade de partidos e movimentos que o integram, se mantêm unificados com a ilusão de seguir crescendo eleitoralmente. E é possível que, por enquanto, consigam isso. Mas sua estratégia não só é absolutamente traidora, como suicida. Estão jogando todas as cartas na atividade de denúncia parlamentar, sem construir uma força real e organizada apoiada na mobilização que lhes respalde. Apostam no desgaste do governo pelos escândalos e na vitória nas eleições de 2010. É cretinismo parlamentar em estado puro. O PDA está correndo os mesmos riscos que no momento certo assumiu a União Patriótica, e os processos podem terminar da mesma maneira: com um banho de sangue, que no caso atual pode cobrir camadas mais amplas do movimento operário e revolucionário.

A burguesia colombiana tem mantido uma dupla tradição política que é igualmente nefasta: entre eles conduzem todos os assuntos estratégicos por meio do esquema da Frente Nacional,⁴ o esquema do acordo burguês por cima contra os explorados, enquanto para os trabalhadores, a juventude e o povo pobre destinam a mais implacável e sistemática repressão. Qualquer um que tente sair do esquema é colocado na linha com qualquer dos dois mecanismos; e quem não entrar, rapidamente é tirado de circulação. Um regime construído sobre essa tradição política pode reagir com medidas extremas de força à pressão parlamentar e propagandística. A crise da parapolítica abriu o leque das saídas desde uma revolução democrática, se o movimento operário e de massas entrar em cena com força pelas fissuras que foram abertas, até golpes bonapartistas como os protagonizados por Bordaberry no Uruguai ou por Fujimori no Peru. E as chances de isso acontecer aumentam porque não há

⁴ A Frente Nacional foi o esquema de regime político adotado pela burguesia no final da década de 50 do século passado, que lhe permitia manter um férreo controle do Estado mediante a alternância na presidência dos partidos Liberal e Conservador e a repartição milimétrica entre eles de todos os cargos públicos.

possibilidade imediata de organizar a resistência da classe e das massas devido ao papel traidor que cumprem as direções políticas e sindicais, especialmente o PDA. Isso é o que torna suicida sua política. Pelo seu caráter de classe, não podem fazer outra coisa, e pela sua condição de direção absolutamente majoritária do movimento operário e popular tornam muito difícil organizar a resistência.

O PDA, como movimento de conjunto, se transformou em uma muleta do regime e do governo de Uribe, ainda que no discurso busque se diferenciar deles. Demonstraram com fatos, com a prefeitura de Luís Eduardo Garzón em Bogotá,⁵ que seu programa é a defesa do capitalismo e que querem governar para administrar mais efetivamente os negócios da burguesia e do imperialismo.

Não se cansam de repetir que seu programa é a “construção de democracia” (burguesa) e a “defesa do Estado Social de Direito” (burguês) consagrado na Constituição (burguesa) de 91 que foi redigida pelos partidos burgueses e o M19,⁶ de comum acordo e com o apoio do governo de César Gaviria. As atuações de Luís Eduardo Garzón e das demais administrações locais identificadas com o PDA demonstram que podem ser de confiança para a burguesia. As atuações, tanto do Prefeito e seu gabinete, como das direções sindicais que o apóiam, frente aos protestos que houve na cidade, demonstram até onde estão dispostos a chegar. O sistemático uso da polícia especializada “antimotins” contra as mobilizações operárias, populares e estudantis terminou em repressão e inclusive em assassinato de jovens. As medidas repressivas do governo de Uribe contra os funcionários públicos encontram eco e aplicação por parte da prefeitura do Pólo. Direções sindicais, como as da Associação Distrital de Educadores, ADE, e da Federação Colombiana de Educadores, FECODE, dois dos sindicatos mais poderosos do país, justificam tudo com o argumento de que o Prefeito não pode se opôr a decisões do governo central, ou diretamente mentindo quando alegam que a ordem de chamar à polícia corresponde ao governo central e não ao distrital. Toda a política da direção do PDA nas organizações sindicais e de massas está a serviço da desmobilização e da justificativa da funesta “conciliação”.

O PDA tomou a decisão de levar toda sua ação política ao terreno eleitoral e democrático burguês impedindo que os trabalhadores e as massas pobres se organizem e lutem diretamente contra o governo e seus planos. Utilizaram tudo o que aprenderam em anos de burocratismo sindical e político para evitar que a crise da parapolítica fosse aproveitada pelos pobres para se mobilizar contra o governo, a burguesia, o imperialismo e a exploração capitalista.

A responsabilidade pelo fato de a crise na Colômbia seguir sendo apenas superestrutural, de não ameaçar mais diretamente o governo de Uribe e de não ter sido utilizada pelos trabalhadores para alterar sua desfavorável correlação de forças com a burguesia é toda do PDA e da burocracia sindical que o auxilia.

Cretinismo parlamentar, democratismo burguês e freio e traição ao movimento operário e de massas são os elementos que definem a política do PDA. Estabilidade do regime e salvação do governo de Uribe são os resultados que atingem.

A burocracia sindical e a crise do movimento operário

O fator mais negativo da crise, e que permite ao governo driblá-la, é a crise política e organizativa do movimento operário. Essa crise é produto da

⁵ O atual prefeito da capital Bogotá pelo PDA é o ex-militante do Partido Comunista e ex-presidente da maior central sindical do país, a CUT.

⁶ O Movimento 19 de abril, M19, era uma guerrilha de cunho nacionalista pequeno-burguês que se legalizou como movimento político no começo da década de 90 e se consolidou como uma organização de conciliação de classes que serviu de base para a construção do PDA.

combinação de três fatores centrais: a ofensiva econômica, política e militar da burguesia contra os trabalhadores e sua vanguarda, a política traidora das direções sindicais e a incidência de importantes fatores de distorção da luta de classes no país como o peso da guerrilha, da economia baseada no narcotráfico e a atuação dos paramilitares.

A classe operária colombiana registra menos de 4% de seus membros filiados a sindicatos, não conta com as mais mínimas garantias para construir sindicatos e organizações de massas e, à diferença da boliviana, da argentina ou da equatoriana, não tem nem a experiência nem a tradição de lutar politicamente contra os governos burgueses. Na memória coletiva da classe operária nacional não existe a idéia de derrubar os governos burgueses para frear seus planos ou para impor-lhes condições democráticas e garantias para sua atuação política independente. Essa é uma debilidade histórica e estrutural e os mais afetados, além do próprio proletariado, são as organizações revolucionárias.

Todas as limitações organizativas e políticas e os fatores de distorção que atentam contra sua luta explicam a imobilidade da classe operária na atual crise política e constituem a maior fortaleza do regime e do governo para mantê-la na superestrutura e sob relativo controle. A causa central para que esse círculo vicioso de imobilidade não se rompa é o controle que exercem sobre a classe as burocracias sindicais e políticas de direita e reformistas.

Quando, pressionados pelas bases ou pelos seus cálculos eleitorais, se vêem obrigados a lançar alguma entidade representativa importante à luta, fazem uso de toda sua capacidade de manobra para mantê-la isolada e débil frente aos inimigos de classe porque é o melhor palco para perpetuar-se como burocratas ao mesmo tempo em que pechincham algumas benesses com a patronal e o governo.

É o caso da recente paralisação do magistério. Foi convocada como uma Paralisação Cívica Nacional. Na verdade, se configurou como uma paralisação do setor educacional do qual participaram professores e estudantes de colégios e universidades públicos. A paralisação não foi preparada pela base com assembleias em fábricas, locais de trabalho ou estudo. Como resultado, afora as entidades ligadas à área de educação não parou nenhum setor de importância nacional. A paralisação do magistério também foi lançada de maneira burocrática e por essa razão a participação nacional não alcançou 50% dos professores. Ao não articular bandeiras de luta que arrastassem o conjunto dos explorados, como o aumento geral de salários, a punição aos repressores e assassinos, a terra para os camponeses pobres, a reestatização das empresas de serviços públicos privatizadas e a necessidade de derrubar o governo, condenaram os professores ao isolamento e os serviram de bandeja à repressão do governo.

Fazer uma revolução política nessas organizações se transformou em uma necessidade para o rompimento do círculo vicioso que impede a classe operária de ser a vanguarda dos explorados e construir seu partido e suas organizações para lutar pelo poder e pela revolução socialista.

Os processos profundos que têm início no país, em particular a enorme crise política das instituições burguesas de dominação e o começo da ascensão revolucionária na juventude proletária e estudantil, estão criando as condições que facilitam a tarefa.



O ascenso na juventude confronta a guerrilha e a ultra-esquerda

Um dos protagonistas do ascenso que começa a vislumbrar o país é, sem dúvida alguma, a juventude. Os cortes orçamentários sistemáticos que os últimos governos aplicaram, especialmente o de Uribe, sobre os serviços básicos de saúde e educação se transformaram em motor de importantes lutas nesses setores. A precarização dos hospitais e dos serviços de saúde, regionais e nacionais, gerou reações importantes entre os trabalhadores e os usuários. Os trabalhadores de centros tradicionais de prestação de saúde pública para os setores mais pobres das cidades resistiram, em alguns casos, durante anos ao fechamento forçado por falta de orçamento. Essas lutas não se circunscrevem ao Hospital San Juan de Dios e ao Materno Infantil em Bogotá. Na costa Atlântica, em Santander, no Vale e no Tolima houve lutas similares. As batalhas heróicas dos trabalhadores da saúde foram quase sempre infrutíferas pelo isolamento e a falta de solidariedade e luta centralizada em que os afundou a burocracia sindical.

Mas a aplicação do plano de corte do investimento social teve mais uma resposta decidida no setor da educação. A ofensiva contra as universidades públicas do Atlântico, Córdoba, e as Universidades Distrital, Pedagógica e Nacional em Bogotá foi estreada por um novo movimento estudantil que adquiriu características nacionais e de massas que não alcançava há vários anos. As mobilizações conjuntas das universidades nos meses de maio e junho em Bogotá chegaram a reunir cinquenta mil pessoas, números que não eram registrados desde a década de 70. E as características democráticas, de base e de massas do movimento se assemelharam às dessa época, mostrando certa superação do peso morto em que se transformaram as organizações guerrilheiras e ultra-esquerdistas durante décadas.

As tentativas que tinha feito o movimento estudantil para se recuperar foram abortadas uma a uma pelas ações destes grupos, que por isso se transformaram no maior obstáculo à recuperação do movimento. Na retomada do ascenso de massas esses grupos foram rapidamente superados e ultrapassados pelo movimento, que os isolou e que se dotou de uma nova direção, mais séria e decidida, que consulta as bases em assembléia e que mantém o controle das mobilizações de massas evitando cair em provocações dos agentes do governo que se infiltram para sabotá-las.

Apesar de o movimento universitário, por suas características e sua tradição, ter se colocado rapidamente na vanguarda e ter dado início à construção de uma direção e de mecanismos de centralização nacional da luta, não é a única expressão do ascenso na juventude. Pela situação objetiva, econômica e social, pode se tornar mais profundo e permanente o fenômeno na juventude secundarista. A crise que alcançou as universidades públicas há algum tempo ronda os prédios do ensino médio e fundamental. A juventude pobre do país padece uma crise econômica, social, cultural, política e emocional que durante vários anos pareceu sem saída. No entanto, na medida em que amadurece e as condições se tornam favoráveis, a luta começa a lhes apresentar uma nova perspectiva. O entusiasmo com que os estudantes secundaristas e universitários saíram à rua mostra que uma nova geração de lutadores está em processo de formação, e que o estão fazendo com cada vez mais independência das velhas organizações guerrilheiras e oportunistas do que as gerações anteriores, apesar de, por enquanto, essas organizações manterem o controle do movimento de massas. A nova geração expressa

o ascenso e a reação contra os planos de superexploração e as marcas do capitalismo, diferentemente das gerações anteriores que, de conjunto, refletiam a derrota sofrida pelo movimento operário e de massas mundial nas décadas de 80 e 90.

A política revolucionária

A situação colombiana exige do partido revolucionário, o Partido Socialista dos Trabalhadores, uma política que o diferencie claramente das demais organizações que atuam sobre a classe operária e as massas populares. A bandeira de luta que nas atuais condições sintetiza essa diferenciação é a de *Abaixo Uribe!*

Na Colômbia, o PDA aspira a derrotar eleitoralmente o governo burguês sem ter de passar pela difícil tarefa de organizar a luta revolucionária contra o regime antidemocrático.

A direção do PDA sonha conquistar a República Bolivariana de Chávez sem ter de passar pelos tragos amargos do “caracazo” e a derrota do golpe imperialista. Entre o caminho de Evo Morales e o de Lula preferem o deste último, porque o eco das lutas operárias que finalmente o levaram ao governo está muito mais perdido no tempo. A política do PDA não é, nem pode ser, a de lutar contra o governo de Uribe até derrubá-lo, mas a de chamar a população a votar majoritariamente contra ele. Em conseqüência, enquanto seguirem sendo a direção do movimento de massas, não ocorrerá nem um, nem outro.

Para conquistar as reivindicações econômicas, políticas ou sociais que comecem a dar solução aos problemas básicos dos trabalhadores e pobres é preciso derrotar revolucionariamente o regime político bonapartista, e essa derrota passa hoje pela derrubada do governo de Uribe. A conquista da reforma agrária, do direito pleno à organização política e sindical, da punição aos responsáveis pelos massacres, do desmonte dos grupos paramilitares, do aumento geral de salários, do financiamento estatal completo da saúde e educação e do desmonte do TLC são impossíveis sem conseguir antes o desmonte revolucionário do reacionário regime político montado sobre a exploração e a repressão generalizadas.

Sem descartar a hipótese de que o PDA consiga um triunfo eleitoral sobre os partidos burgueses, até essa possibilidade puramente democrática burguesa depende de um ascenso significativo na luta de classes direta.

A bandeira *Abaixo Uribe!* sintetiza a possibilidade de alcançar as reivindicações básicas dos explorados do país, e sua realização significa o começo do caminho para a conquista do programa da revolução socialista e da ditadura do proletariado ■



O que foi a Revolução Russa

*Conferência pronunciada em 27 de Novembro de 1932, no
estádio de Copenhague, Dinamarca.*

“Para começar, fixemos alguns princípios sociológicos elementares que são sem dúvida familiares a todos vocês e que devemos, porém, recordar ao tomar contato com um fenômeno tão complexo como a revolução. A sociedade humana é o resultado histórico da luta pela existência e da segurança na preservação das gerações. O caráter da economia determina o caráter da sociedade. Os meios de produção determinam o caráter da economia. A cada grande época, no desenvolvimento das forças de produção, corresponde um regime social definido. Até agora, cada regime social assegurou enormes vantagens à classe dominante.

LEON
TROTSKY

Tradução:
Cecília Toledo

É evidente que os regimes sociais não são eternos. Nascem e, historicamente, transformam-se em obstáculos ao progresso ulterior. “Tudo que nasce é digno de perecer”. Nunca, porém, uma classe dominante abdicou, voluntária e pacificamente, do poder. Nas questões de vida e morte os argumentos fundados na razão nunca substituíram os argumentos da força. É triste dizê-lo. Mas é assim. Não fomos nós que fizemos este mundo. Só podemos tomá-lo tal como é.

A revolução significa mudança do regime social. Ela transmite o poder das mãos de uma classe esgotada para as mãos de outra classe, em ascensão. A insurreição constitui o momento mais crítico e mais agudo na luta de duas classes pelo poder. A sublevação não pode conduzir à vitória real da revolução e à implantação de um novo regime senão quando se apóia sobre uma classe progressista, capaz de agrupar em torno de si a imensa maioria do povo. Diferentemente dos processos da natureza, a revolução realiza-se por intermédio dos homens. Mas na revolução também os homens atuam sob a influência de condições sociais que eles próprios não escolhem livremente, são herdadas do passado e lhes assinalam imperiosamente o caminho. Precisamente por tal motivo, e só por isto, a revolução tem as suas próprias leis. A consciência humana, contudo, não se limita a refletir passivamente as condições objetivas. Ela pode reagir ativamente sobre elas. E, em certos momentos, a reação adquire um caráter de massa, tenso, apaixonado. Derrubam-se então as barreiras do direito e do poder. A intervenção ativa das massas nos acontecimentos constitui o elemento indispensável da revolução. A sublevação das massas deve conduzir à derrubada do poder de uma classe e ao estabelecimento da dominação de outra. Somente assim teremos uma revolução consumada. A sublevação das massas não é um empreendimento isolado que se pode provocar por capricho. Representa um elemento objetivamente condicionado ao desenvolvimento da revolução, que por sua vez é um processo condicionado ao desenvolvimento da sociedade. Isto não quer dizer, entretanto, que, uma vez existentes as condições objetivas da sublevação, se deva esperar

passivamente, com a boca aberta. Nos acontecimentos humanos também há, como disse Shakespeare, fluxos e refluxos, que, tomados na crescente, conduzem ao êxito: “There is a tid in the affairs of men which taken at the flood, leads on to fortune”. Para varrer o regime que sobrevive, a classe progressiva deve compreender que soou a hora e propor-se à tarefa da conquista do poder. Aqui se abre o campo da ação revolucionária consciente, onde a previsão e o cálculo se unem à vontade e à bravura. Dito de outra forma: aqui se abre o campo a ação do partido.

O “Golpe de Estado”

O partido revolucionário condensa o melhor da classe avançada. Sem um partido capaz de orientar-se nas circunstâncias, de apreciar a marcha e o ritmo dos acontecimentos e de conquistar a tempo a confiança das massas, a vitória da revolução proletária é impossível. Tal é a relação dos fatores objetivos e dos fatores subjetivos da revolução e da insurreição. Como bem sabeis, nas discussões, os adversários — em particular na teologia — têm o costume de desacreditar freqüentemente a verdade científica elevando-a ao absurdo. Isto se chama, ainda em lógica, *reductio ad absurdum*. Nós vamos tratar a seguir da via oposta, isto é, tomaremos como ponto de partida um absurdo a fim de nos aproximar com maior segurança da verdade. Realmente não temos o direito de lamentar a falta de absurdos. Tomemos um dos mais recentes e mais grossos. O escritor italiano Malaparte, algo assim como um teórico fascista — também existe este produto — publicou há pouco tempo um livro sobre a técnica do golpe de estado. O autor consagra um número não desprezível de páginas de sua “investigação” à insurreição de outubro. Ao contrário da “estratégia” de Lenin, que permanece unida às relações sociais e políticas da Rússia de 1917, “a tática de Trotsky não está — segundo os termos de Malaparte — ligada por nada às condições gerais do País”. Tal é a idéia principal da obra. Malaparte obriga Lenin e Trotsky, nas páginas de seu livro, a entabular diálogos, nos quais os interlocutores dão prova de tão pouca profundidade de espírito como a natureza pôs à disposição de Malaparte. Às objeções de Lenin sobre as premissas sociais e políticas da insurreição, Malaparte atribui a Trotsky, literalmente, a seguinte resposta: “Vossa estratégia exige demasiadas condições favoráveis e a insurreição não tem necessidade de nada. Basta-se por si mesma”. Basta-se por si mesma. Entendeis bem? “A insurreição não tem necessidade de nada”. Tal é, precisamente, caros ouvintes, o absurdo que deve servir para aproximar-nos da verdade. O autor repete com muita persistência que, em outubro, não foi a estratégia de Lenin e sim a tática de Trotsky que triunfou. Esta tática, conforme suas palavras, ameaça, ainda agora, a tranqüilidade dos Estados europeus. “A estratégia de Lenin — cito textualmente — não constitui nenhum perigo imediato para os governos da Europa. A tática de Trotsky constitui um perigo atual e, portanto, permanente”. Mais concretamente: “Colocai Poincaré no lugar de Kerenski e o golpe de Estado Bolchevique, de 1917, triunfaria da mesma forma”. É difícil crer que semelhante livro seja traduzido a diversos idiomas e acolhido seriamente. Em vão tentaríamos saber por que a estratégia de Lenin, dependendo das condições históricas, é

necessária, se a “tática de Trotsky” permite resolver o mesmo problema em todas as situações. E por que as revoluções são tão raras, se para seu sucesso basta um par de receitas técnicas?

O diálogo entre Lenin e Trotsky apresentado pelo escritor fascista é, no espírito como na forma, uma invenção inepta do princípio ao fim. Muitas invenções desse quilate circulam pelo mundo. Por exemplo, acaba de aparecer em Madrid, com meu nome, um livro: *Vida de Lenin*, pelo qual sou tão responsável como pelas receitas técnicas de Malaparte. O semanário *Estampa* publicou deste pretensioso livro de Trotsky sobre Lenin capítulos inteiros, que contêm ultrajes abomináveis à memória do homem que eu estimava e que estimo incomparavelmente mais que qualquer outro entre os meus contemporâneos. Abandonemos, entretanto, os falsários à sua sorte. O velho Wilhelm Liebknecht, pai do combatente e herói imortal, Karl Liebknecht, costumava dizer: “O revolucionário deve se prevenir com uma pele grossa.” O doutor Stockmann, mais expressivo ainda, recomendava a todos os que se dispõem a enfrentar a opinião pública a não vestir calças novas. Sigamos estes bons conselhos e passemos à ordem do dia.

Quais as perguntas que a Revolução de Outubro sugere a todo homem? Primeira: por que obteve êxito esta revolução? Ou, mais concretamente, por que a revolução proletária triunfou num dos países mais atrasados da Europa? Segunda questão: o que trouxe a Revolução de Outubro? E por último: concretizou-se o que dela se esperava?

Pode-se responder à primeira pergunta — sobre as causas — de modo mais ou menos completo. Tentei fazê-lo o mais explicitamente possível na minha *História da Revolução Russa*. Aqui, não posso fazer outra coisa senão formular as conclusões mais importantes. O fato de o proletariado ter chegado ao poder, pela primeira vez, num país tão atrasado como a Rússia só à primeira vista pode parecer misterioso. Na realidade, resulta de uma lógica rigorosa. Podia-se prever. E foi previsto. Mais ainda: diante dessa perspectiva, os revolucionários marxistas elaboraram a sua estratégia muito antes dos acontecimentos decisivos. A primeira explicação e a mais geral: a Rússia é um país atrasado. Mas, também, a Rússia não é mais que uma parte da economia mundial, um elemento do sistema capitalista mundial. E Lenin resolveu o enigma da revolução russa com a seguinte fórmula lapidar: *a corrente rompeu-se pelo elo mais fraco*. Uma situação clara: a grande guerra, produto das contradições do imperialismo mundial, arrastou em seu torvelinho países que se achavam em diferentes etapas de desenvolvimento e impôs a todos as mesmas exigências. Resulta, pois, que os encargos da guerra se tornariam mais insuportáveis, particularmente, para os países mais atrasados. A Rússia foi o primeiro país que se viu obrigado a ceder terreno. Mas, para sair da guerra, o povo precisava abater as classes dominantes. Assim foi como a corrente se rompeu. A guerra não é uma catástrofe determinada por fatores alheios, como um terremoto. Para o velho Clausewitz, é a continuação da política por outros meios. Durante a guerra, as tendências principais do sistema imperialista de tempos de “paz” apenas se exteriorizaram de modo mais agudo. Quanto mais elevadas sejam as forças gerais de produção; quanto mais tensa seja a concorrência mundial; quanto mais acirrem os antagonismos; quanto mais desenfreada seja a corrida armamentista, tanto mais penosa se torna a situação para os participantes mais fracos. Precisamente esta é a causa pela qual os países mais

atrasados ocupam o primeiro lugar na série dos desmoronamentos. A corrente do capitalismo tende sempre a partir-se pelos elos mais fracos. Se por causa de certas circunstâncias extraordinárias ou extraordinariamente desfavoráveis — por exemplo, uma intervenção militar vitoriosa do exterior, devido a faltas irreparáveis do próprio governo soviético —, se restabelecesse o capitalismo sobre o imenso território soviético, sua insuficiência histórica aprontaria, rapidamente, sua nova queda, vítima das mesmas contradições que provocaram, em 1917, a explosão. Nenhuma receita tática poderia dar vida à Revolução de Outubro se a Rússia não a levasse nas suas próprias entranhas. O partido revolucionário não pode desempenhar outro papel senão o de parteiro que se vê obrigado a recorrer à operação cesariana. Poderiam objetar-me: suas considerações gerais podem explicar, suficientemente, por que razão a velha Rússia (este país onde o capitalismo atrasado, junto a uma classe camponesa miserável, estava coroado por uma nobreza parasitária e, além disso, por uma monarquia putrefata) teria que naufragar. Mas na imagem da corrente e do elo mais fraco falta ainda a chave do enigma: como, num país atrasado, podia triunfar a revolução socialista? Porque a história conhece muitos exemplos de decadência de países e de culturas, que, após a derrocada simultânea das velhas classes, não puderam achar nenhuma forma progressista para ressurgir. A derrocada da velha Rússia deveria, ao que tudo indica, transformar o país numa colônia capitalista e não numa República socialista. Esta objeção é viciosa. Eu diria: desprovida de proporção interna. De um lado, decorre de uma concepção exagerada quanto ao atraso da Rússia. De outro, de uma falsa concepção teórica no que diz respeito ao fenômeno do atraso em geral.

Os seres vivos — naturalmente, entre eles, o homem — atravessam, com relação à idade, estágios de desenvolvimento semelhantes. Numa criança normal de cinco anos, encontra-se certa correspondência entre peso, o tamanho e os órgãos internos. Mas isto não ocorre com a consciência humana. Em oposição à anatomia e à fisiologia, a psicologia, tanto a do indivíduo como a da coletividade, distingue-se por uma extraordinária capacidade de assimilação, flexibilidade e elasticidade: reside aí também a vantagem aristocrática do homem sobre seu parente zoológico mais próximo. A consciência, susceptível de assimilar, confere — como condição necessária ao progresso histórico — aos organismos chamados “sociais”, ao contrário dos organismos reais, isto é, biológicos, uma extraordinária variabilidade de estrutura interna. No desenvolvimento das nações e dos Estados, dos capitalistas em particular, não existe nem similitude nem uniformidade. Diferentes graus de cultura, até os pólos opostos, aproximam-se e combinam-se, com muita freqüência, na vida de um país. Não esqueçamos, caros ouvintes, que o atraso histórico é uma noção relativa. Se existem países atrasados e avançados, há também uma ação recíproca entre eles. Há a opressão dos países avançados sobre os retardatários, bem como a necessidade para os países atrasados de alcançar aqueles mais adiantados, adquirir-lhes a técnica, a ciência, etc. Assim surgiu um tipo combinado de desenvolvimento: os caracteres mais atrasados absorvem a última palavra da técnica e do pensamento mundiais. Enfim, os países historicamente atrasados são por vezes obrigados a ultrapassar os demais. A consciência coletiva vê a possibilidade de conseguir, em certas condições, sobre a arena social, o resultado que em psicologia individual se

chama “compensação”. Pode-se afirmar, neste sentido, que a Revolução de Outubro foi para os povos da Rússia um meio heróico de superar sua própria inferioridade econômica e cultural.

Passemos sobre estas generalizações histórico-políticas, que, talvez, sejam um tanto abstratas, para focalizar a mesma questão de modo concreto, isto é, através de fatos econômicos vivos. O atraso da Rússia do século XX expressa-se, mais claramente, da seguinte maneira: a indústria ocupa, no país, um lugar mínimo, em comparação com o campo. Isto significa, no conjunto, uma baixa produtividade do trabalho nacional. Basta dizer que, às vésperas da guerra, quando a Rússia czarista alcançara o cume de sua prosperidade, a renda nacional era de oito a dez vezes inferior a dos Estados Unidos. Isto expressa, numericamente, a “amplitude” do atraso, se é que podemos servir-nos da palavra ‘amplitude’ no que se refere a atraso. Ao mesmo tempo, a lei do desenvolvimento combinado manifesta-se a cada passo, no domínio econômico, tanto nos fenômenos simples como nos complexos. Quase sem rotas nacionais, a Rússia viu-se obrigada a construir vias férreas. Sem haver passado pelo artesanato e pela manufatura européias, a Rússia saltou diretamente para a produção mecanizada. Saltar as etapas intermediárias, tal é o caminho dos países atrasados. Enquanto a economia camponesa permanecia, freqüentemente, ao nível do século XVII, a indústria da Rússia, se não em capacidade, pelo menos no seu tipo, achava-se no mesmo nível dos países avançados e, por vezes, sobrepunha-o em muitos aspectos.

Assinale-se que as empresas gigantes, com mais de mil operários, ocupavam, nos Estados Unidos, menos de 18% da totalidade dos operários industriais, enquanto na Rússia a proporção era de 41%. Este fato não confirma a concepção trivial do atraso econômico da Rússia. Mas, por outro lado, também não nega o atraso geral. As duas concepções completam-se dialeticamente. A estrutura de classe do país também apresentava o mesmo caráter contraditório. O capital financeiro da Europa industrializava a economia russa num ritmo acelerado. A burguesia industrial logo adquiria o caráter do grande capitalismo, inimigo do povo. Além do mais, os acionistas estrangeiros viviam fora do país, enquanto, por outro lado, os operários eram autenticamente russos. Uma burguesia russa numericamente débil, que não possuía nenhuma raiz nacional, defrontava-se desta forma com um proletariado relativamente forte e com rijas e profundas raízes no povo. Para o caráter revolucionário do proletariado contribuiu o fato de que a Rússia, precisamente como país atrasado e forçado a abrigar os adversários, não chegou a elaborar um conservadorismo social e político próprio. Como a nação mais conservadora da Europa e ainda do mundo inteiro, o mais velho país capitalista, a Inglaterra, dá-me razão. Seria possível considerar a Rússia como um país desprovido de conservadorismo. O proletariado russo, jovem, resoluto, não constituía, contudo, mais que uma pequena minoria da nação. As reservas de sua potência revolucionária encontravam-se fora de seu próprio seio: no campesinato, que vivia numa semi-servidão, e nas nacionalidades oprimidas.

O campesinato

A questão agrária formava a base da revolução. A antiga servidão, que mantinha a autocracia, resultava duplamente insuportável nas condições da nova exploração

capitalista. A comunidade agrária ocupava cerca de 140 milhões de deciatinas.¹ A 30 mil grandes proprietários latifundiários, possuindo cada um em média 2.000 deciatinas, correspondiam um total de 70 milhões de deciatinas, isto é, tanto quanto a cerca de 10 milhões de famílias camponesas, ou seja, 50 milhões de seres. Esta estatística da terra constituía um programa acabado da insurreição camponesa. Um nobre, Borbokin, escrevia em 1917 a Rodzianko, Presidente da última Duma do Estado: “Eu sou um proprietário latifundiário e não me ocorre pensar nem por um momento que tenha de perder minha terra, muito menos para um fim inacreditável: fazer uma experiência socialista”. Mas as revoluções sempre têm como objetivo a mesma tarefa: realizar o que não entra na cabeça das classes dominantes.

No outono de 1917, quase todo o país era um vasto campo de levantes camponeses. De 621 distritos da velha Rússia, 482, isto é, 77% estavam conflagrados pelo movimento. A luz do incêndio iluminava a sublevação nas cidades. Porém — poderéis objetar — a guerra camponesa contra os latifundiários é um dos elementos clássicos da revolução burguesa, e não da revolução proletária. Eu respondo: completamente justo. Assim aconteceu no passado. Mas, agora, a impotência do capitalismo para viver num país atrasado revela-se no fato de que, na Rússia, a sublevação camponesa não empurrou para frente a burguesia, senão, pelo contrário, colocou-a no campo da reação. Ao campesinato, para não fracassar, não lhe restava outro caminho senão a aliança com o proletariado industrial. Esta ligação revolucionária com as classes oprimidas Lenin previu, genialmente, e preparou, há muito tempo. Se a burguesia pudesse resolver, francamente, a questão agrária, com toda a segurança, o proletariado não poderia conquistar o poder em 1917. Chegando demasiadamente tarde, mergulhada precocemente na decrepitude, a burguesia russa, egoísta e covarde, não teve a ousadia de levantar a mão contra a propriedade feudal. E assim deixou o poder ao proletariado e, ao mesmo tempo, o direito de dispor da sorte da sociedade burguesa. Para que o Estado Soviético se transformasse em realidade, era sobretudo necessária a ação combinada destes fatores de natureza histórica distinta: a guerra camponesa, isto é, um movimento que é característico da aurora do movimento burguês, e a sublevação proletária, que anuncia o crepúsculo do capitalismo. Aí reside o caráter combinado da revolução russa. Bastava que o urso camponês se levantasse sobre as patas traseiras para mostrar a sua fúria terrível. Mas o urso camponês carecia de capacidade para dar à sua revolta uma expressão consciente: tem sempre a necessidade de um guia. Pela primeira vez na história do movimento social o campesinato sublevado encontrou um dirigente leal: o proletariado. Quatro milhões de operários da indústria e dos transportes lideraram cem milhões de camponeses. Tal foi a relação natural e inevitável entre o proletariado e a classe camponesa na revolução.

A questão nacional

A segunda reserva revolucionária do proletariado era constituída pelas nacionalidades oprimidas, integradas, ainda assim, por camponeses na sua maioria. O caráter extensivo do desenvolvimento do Estado que se eparramava do centro de Moscou até a periferia, vai intimamente ligado ao atraso histórico do país. Ao Leste, submetia as populações mais atrasadas ainda, para melhor afogar, com

¹ Medida agrária russa correspondente a 1,0925 hectare.

Dossiê Revolução Russa 90 Anos

seu apoio, as nacionalidades mais desenvolvidas do Oeste. Aos setenta milhões de grão-russos, que formam a massa principal da população, somam-se, assim, noventa milhões de “alógenos”. Formou-se assim o Império, em cuja composição a nação dominante possuía cerca de 43% da população, integrando-se os restantes 57% de uma mescla de nacionalidades, culturas e regimes distintos. A opressão nacional era, na Rússia, incomparavelmente mais brutal que nos Estados vizinhos, sobrepujando, para dizer a verdade, não apenas os que estavam do outro lado da fronteira ocidental, como, também, da oriental. Tal estado de coisas emprestava ao problema nacional enorme força explosiva. A burguesia liberal russa não queria, nem na questão nacional, nem na questão agrária, ir além de certas reformas para atenuar o regime de opressão e violência. Os governos “democratas” de Miliukov e Kerenski, que exprimiam os interesses da burguesia e da burocracia grão-russa, dedicaram-se, no curso dos oito meses de sua existência, a ensinar-lhes a seguinte lição: não obtereis o que procurais até que não o arranqueis pela força. Há muito tempo, Lenin já considerava a inevitabilidade do movimento nacional centrífugo. O Partido Bolchevique lutou, durante anos, pelo direito de autodeterminação das nacionalidades, isto é, pelo direito à completa separação estatal. Foi precisamente por causa desta exata posição na questão nacional que o proletariado russo pode ganhar, pouco a pouco, a confiança das populações oprimidas. O movimento de libertação nacional e o movimento camponês voltaram-se, forçosamente, contra a democracia oficial, fortaleceram o proletariado e lançaram-se na correnteza da insurreição de outubro.

A Revolução Permanente

Levanta-se assim, gradativamente, o véu do enigma da insurreição proletária num país historicamente atrasado. Muito tempo antes dos acontecimentos, os revolucionários marxistas previram a marcha da revolução e a função histórica do jovem proletariado russo. Permitam-me aqui reproduzir um extrato de minha própria obra sobre a revolução de 1905:

Num país economicamente atrasado, o proletariado pode chegar ao poder antes que num país adiantado... A revolução russa cria condições mediante as quais o poder pode passar (com a vitória da revolução deve passar) ao proletariado antes que a política do liberalismo burguês tenha possibilidade de revelar seu gênio estadista... O destino dos interesses revolucionários mais elementares destino do proletariado. Uma vez chegado ao poder, o proletariado aparecerá aos camponeses como libertador de sua classe. O proletariado entra no governo como representante revolucionário da nação, como condutor reconhecido do povo na luta contra o absolutismo e a barbárie da servidão... O regime proletário deverá desde o princípio pronunciar-se sobre a questão agrária, que está ligada à sorte do avanço das massas populares da Rússia.

Evoquei esta citação como testemunha de que a teoria da Revolução Permanente, apresentada hoje por mim, não é uma improvisação rápida, contraída *a posteriori*, sob a pressão dos acontecimentos. Não. Pelo contrário. Foi formulada sob a forma de prognóstico político muito antes da Revolução de Outubro. Convireis que a teoria em geral não tem mais valor senão na medida em que ajuda a prever o curso do desenvolvimento e influencia os seus objetivos.

Nisto mesmo consiste, falando em termos gerais, a importância inestimável do marxismo como arma de orientação social e histórica. Lamento que os estreitos limites desta exposição me impeçam de desenvolver o texto citado de maneira mais ampla e, por isso, terei que me conformar com um curto resumo de tudo o que escrevi em 1905.

Em relação às suas tarefas imediatas, a revolução russa é uma revolução burguesa. No entanto, a burguesia russa é contra-revolucionária. Por conseguinte, a vitória da revolução só é possível como vitória do proletariado. O proletariado vitorioso não se deterá no programa da democracia burguesa e passará imediatamente ao programa do socialismo. A revolução russa será a primeira etapa da revolução socialista mundial.

Tal era a teoria da revolução permanente, elaborada por mim em 1905 e, mais tarde, exposta à crítica mais severa sob a alcunha de “trotskismo”. Isto não é mais que uma parte dessa teoria. A outra parte, agora particularmente atual, afirmava:

As forças de produção atuais há muito ultrapassaram as barreiras nacionais. A sociedade socialista é irrealizável nos limites nacionais. Por mais importantes que sejam os êxitos econômicos de um Estado operário isolado, o programa do “socialismo num só país” é uma utopia pequeno-burguesa. Só uma federação européia e, depois, mundial de repúblicas socialistas pode abrir o caminho a uma sociedade socialista harmônica.

Hoje, depois da prova dos acontecimentos, tenho menos razão do que nunca para ratificar essa teoria.

O Bolchevismo

Depois de tudo que disse, merece que se leve em conta o escritor fascista Malaparte? O teórico que me atribui uma tática independente da estratégia e resultante de certas técnicas, aplicáveis em todo momento? Tais receitas fornecidas pelo infeliz teórico do golpe de Estado permite distingui-lo facilmente do prático vitorioso do golpe de Estado. E ninguém correrá o risco de confundir Malaparte com Bonaparte.

Sem a insurreição armada de 25 de outubro de 1917 (7 de novembro, segundo o calendário atual), o Estado Soviético não existiria. Mas a insurreição não caiu do céu. Para que a Revolução de Outubro fosse vitoriosa era necessária uma série de premissas históricas:

1. A podridão das velhas classes dominantes, da nobreza, da monarquia, da burocracia;
2. A debilidade política da burguesia, que não tinha nenhuma raiz nas massas populares;
3. O caráter revolucionário da questão agrária;
4. O caráter revolucionário do problema das nacionalidades oprimidas;
5. O peso social do proletariado;

A estas premissas orgânicas é preciso juntar condições conjunturais de excepcional importância:

6. A revolução de 1905 foi uma grande lição ou, segundo Lenin, “um ensaio geral” da revolução de 1917. Os soviets, como forma de organização insubstituível



de frente única proletária na revolução, apareceram pela primeira vez em 1905;

7. A guerra imperialista aguçou todas as contradições, arrancou as massas atrasadas do seu estado de imobilidade, preparando-as para o caráter grandioso da catástrofe.

Mas todas essas condições, suficientes para que irrompesse a revolução eram, porém, insuficientes para assegurar a vitória do proletariado.

8. Faltava uma oitava condição: o Partido Bolchevique.

Se enumero esta condição em último lugar é porque corresponde à seqüência lógica e não porque atribuo ao partido o lugar de menor importância. Não. Muito longe disso. A burguesia liberal pode tomar o poder, e o fez muitas vezes, como resultado de lutas nas quais não havia participado: para isto possui instrumentos magnificamente desenvolvidos. As massas trabalhadoras encontram-se numa outra situação. Acostumaram-se a ceder o poder, não a tomá-lo. Trabalham pacientemente, esperam, perdem a paciência, sublevam-se, combatem, morrem, dão a vitória a outros, são traídas, caem no desalento, submetem-se, voltam a trabalhar. Assim é a história das massas populares sob todos os regimes. Para tomar com segurança e firmeza o poder o proletariado tem necessidade de um partido superior a todos os demais na clareza do pensamento e na decisão revolucionária. O partido bolchevique, designado com freqüência, e com razão, como o partido mais revolucionário da história da humanidade, era a condensação viva da nova história da Rússia, de tudo o que nela havia de dinâmico. Havia muito tempo que se considerava o desaparecimento da monarquia como a condição indispensável para o desenvolvimento da economia e da cultura. Faltavam as forças para levar adiante esta tarefa. À burguesia horrorizava a idéia da revolução. Os intelectuais tentaram conduzir o campesinato sobre os ombros. Incapaz de generalizar suas próprias penas e objetivos, o mujique não deu resposta ao apelo dos intelectuais. A *intelligentsia* armou-se de dinamite. Toda uma geração se consumiu nesta luta. A 1º de março de 1887, Alexandre Ulianov levou a cabo o último dos grandes atentados terroristas. A tentativa contra Alexandre III fracassou. Ulianov e os demais participantes foram enforcados. A tentativa de substituir a classe revolucionária por uma preparação química naufragou. A inteligência mais heróica não é nada sem as massas. Sob a impressão imediata destes fatos e de suas conclusões, cresceu e formou-se o mais jovem dos irmãos Ulianov, Vladimir, o futuro Lenin. A figura mais grandiosa da história russa. Desde o princípio, em sua juventude, colocou-se sob o terreno do marxismo e voltou seu olhar para o proletariado. Sem perder um instante de vista a aldeia, orientou-se para o campesinato, através dos operários. Herdando de seus precursores revolucionários a resolução, a capacidade de sacrifício, a disposição de chegar até o fim, Lenin converteu-se, nos anos da juventude, no educador da nova geração dos intelectuais e dos operários avançados. Nas greves e nas lutas de rua, nas prisões e no exílio, os operários adquiriram a têmpera necessária. A lanterna do marxismo ser-lhe-á necessária para iluminar seu caminho histórico na escuridão da autocracia.

Em 1883, nasceu na emigração o primeiro grupo marxista. Em 1898, numa Assembléia clandestina, proclamou-se a criação do Partido Operário Social-Democrata Russo. Naquela época, todos nos chamávamos social-democratas. Em 1903, ocorreu a cisão entre bolcheviques mencheviques. Em 1912, a fração bolchevique transformou-se, definitivamente, em partido autônomo. Este partido ensinou a reconhecer a mecânica das classes sociais nas lutas, nos acontecimentos grandiosos, durante 12 anos (de 1905 a 1917). Educou quadros,

militantes aptos, tanto para a iniciativa como para a obediência. A disciplina da ação revolucionária apoiava-se na unidade da doutrina, as tradições de lutas comuns e a confiança numa direção provada. Tal era o partido em 1917. Enquanto a “opinião pública” oficial e as toneladas de papel da imprensa não lhe concediam importância, o partido bolchevique orientava-se segundo o curso das lutas de massas. A formidável alavanca que esse partido manejava firmemente introduzia-se nas fábricas e nos regimentos e as massas camponesas dirigiam cada vez mais e com mais insistência suas atenções para ele. Se se entende por nação não as camadas privilegiadas mas sim a maioria do povo, isto é, os operários e os camponeses, há de se reconhecer que o bolchevismo se transformou, no decorrer de 1917, no único partido verdadeiramente nacional.

Em setembro de 1917, Lenin, obrigado a viver na clandestinidade, deu o sinal: “A crise está madura, aproxima-se a hora da insurreição”. Estava certo. As classes dominantes caíram impotentes diante dos problemas da guerra, do campo e da libertação nacional. A burguesia perdeu definitivamente a cabeça. Os partidos democratas, os mencheviques e os socialistas-revolucionários dissiparam o último resto da confiança das massas, sustentando a guerra imperialista por sua política de compromissos e de concessões aos proprietários burgueses e feudais. O exército, abalado na sua consciência, negava-se a lutar pelos objetivos do imperialismo, que lhe eram estranhos. Sem atender as exortações “democráticas”, os camponeses expulsaram os latifundiários de seus domínios. A periferia nacional do império, oprimida, lançou-se contra a burocracia de Petrogrado. Nos mais importantes Conselhos de operários e soldados os bolcheviques dominavam. Operários e soldados exigiam fatos. O abscesso estava maduro. Só faltava um corte de bisturi.

A insurreição só se tornou possível nessas condições sociais e políticas. E assim aconteceu inelutavelmente. Mas não se pode brincar com a insurreição. Desgraçado do cirurgião que utiliza o bisturi com negligência. A insurreição é uma arte: tem as suas leis e as suas próprias regras.

O partido realizou a insurreição de outubro com um cálculo frio e uma resolução ardente. Graças a isto pôde triunfar quase sem vítimas. Por meio dos soviets vitoriosos, os bolcheviques puseram-se à frente do país que compreende a sexta parte da superfície terrestre. Suponho que a maioria dos meus ouvintes de hoje ainda não se ocupavam com a política em 1917. Tanto melhor. A jovem geração tem diante de si muitas coisas interessantes, mas não fáceis. Por outro lado, os representantes da velha geração, nesta sala, recordarão muito bem como se recebeu a tomada do poder pelos bolcheviques: como um equívoco, uma curiosidade, um escândalo, ou ainda, um pesadelo, que se desvaneceria ao primeiro clarão da alvorada. Os bolcheviques manteriam o poder apenas por vinte e quatro horas, uma semana, um mês, um ano. Era preciso ampliar cada vez mais o prazo. Os amos do mundo armavam-se contra o primeiro Estado proletário: desencadeamento da guerra civil, novas e novas intervenções, bloqueio. Assim passou um ano. Passou outro. E a história já tem que contar quinze anos de existência do poder soviético. Sim, diria algum adversário: a aventura de Outubro mostrou-se muito mais sólida do que pensávamos. Quiçá não fosse de todo uma “aventura”. E, não obstante, a questão conserva toda a sua força: o que se obteve a este preço tão elevado? Pode-se dizer que se realizaram as belezas anunciadas pelos bolcheviques antes da insurreição?



Antes de responder ao suposto adversário, observemos que esta pergunta não é nova. Ao contrário, remonta aos primeiros passos da Revolução de Outubro, depois do nascimento da República dos Soviets.

O jornalista francês Claude Anet, que estava em Petrogrado durante a revolução, escrevia, a 27 de outubro de 1917: “Os maximalistas — era assim que os franceses chamavam os bolcheviques naquela época — tomaram o poder e amanheceu o grande dia. Enfim, digo-me, vou ver como se realiza o “Éden Socialista” que eles nos prometem há tantos anos... Admirável aventura! Posição privilegiada!”, etc. Que autêntico ódio se ocultava por trás dessas saudações irônicas! No dia seguinte à ocupação do Palácio de Inverno, o jornalista francês julgava-se com o direito de exigir um cartão de entrada no Paraíso. Quinze anos transcorreram desde a insurreição. Com uma falta de cerimônia ainda maior, os adversários manifestavam sua alegria maligna ao comprovar que, ainda hoje, o país dos soviets se assemelha muito pouco ao reino do bem-estar geral. Por que, então, a revolução? Por que suas vítimas?

Balanco de Outubro

Caros ouvintes: creio que estou entre aqueles que melhor conhecem as contradições, as dificuldades, as faltas e as insuficiências do regime soviético. Pessoalmente, jamais tratei de dissimulá-las, nem oralmente nem por escrito. Sempre acreditei — e sigo acreditando — que a política revolucionária, ao contrário da política conservadora, não pode se basear no engodo. “Expressar o que é” — tal deve ser o princípio essencial do Estado operário. Não obstante, é necessário ter perspectiva, tanto na crítica como na atividade criadora. O subjetivismo é um péssimo conselheiro, sobretudo quando se trata de grandes questões. Os prazos devem estar em consonância com a magnitude das tarefas, e não com os caprichos individuais. Quinze anos! Que significam para uma vida? Entretanto, numerosos são aqueles da nossa geração que foram enterrados; e, nos sobreviventes, multiplicam-se os cabelos brancos. Mas esses mesmos quinze anos não representam mais que um piscar de olhos na vida de um povo. Nada mais do que um minuto no relógio da História!

O capitalismo precisou de séculos para afirmar-se na luta contra a Idade Média, para elevar a ciência e a técnica, para construir vias férreas, para estender fios elétricos. E depois? Depois lançou a humanidade no inferno das guerras e das crises. Ao socialismo, seus adversários, isto é, os partidários do capitalismo, não concedem mais do que quinze anos para instaurar sobre a terra o paraíso com todo o conforto moderno. Não. Não assumimos tal obrigação. Não estabelecemos tais prazos. Deve-se medir os processos das grandes transformações com uma escala adequada. Não sei se a sociedade socialista se assemelharia ao paraíso bíblico. Duvido muito. Na União Soviética não existe ainda o socialismo. E sim um estado de transição, cheio de contradições, carregando a pesada herança do passado, sofrendo a pressão inimiga dos Estados capitalistas. A Revolução de Outubro proclamou o princípio da nova sociedade. A República dos Soviets apenas mostrou a primeira etapa de sua realização. A primeira lâmpada de Edison foi muito imperfeita. Devemos saber distinguir o futuro através das faltas e dos erros da primeira edificação socialista.

E as calamidades que se abatem sobre os seres vivos? Os resultados da revolução justificam as vítimas que ela causou? Pergunta estéril e profundamente

retórica! Como se o processo histórico resultasse de um balanço contábil. Com tanto mais razão, ante as dificuldades e as penas da existência humana, poder-se-ia perguntar: “Vale a pena viver para isso?” Heine escreveu a este propósito: “E o tolo aguarda uma resposta”. As meditações melancólicas não impediram o homem de fecundar e nascer. Ainda nesta época, de uma crise mundial sem precedentes, os suicídios constituem, felizmente, uma porcentagem muito baixa. Pois os povos não têm o costume de buscar refúgio no suicídio. Aliviam-se das cargas insuportáveis pela revolução. Por outro lado, quem se indigna por causa das vítimas da revolução socialista? Quase sempre são os mesmos que preparam e glorificam as vítimas da guerra imperialista ou, pelo menos, os que se acomodaram facilmente ao conflito. Também nós poderíamos perguntar: Justifica-se a guerra? O que ela nos deu? O que nos ensinou?

Em seus onze volumes de difamação contra a grande Revolução Francesa, o historiador Hipolito Taine descreve, não sem sórdida alegria, os sofrimentos do povo francês nos anos da ditadura jacobina e nos que a ela se seguiram. Foram, sobretudo, penosos para as camadas inferiores das cidades, os plebeus que, como *sans-culottes* deram à revolução o melhor de sua alma. Eles ou suas mulheres passavam noites frias nas filas para voltar no dia seguinte com as mãos vazias ao lar gelado. No décimo ano da revolução, Paris era mais pobre que antes da insurreição. Dados cuidadosamente escolhidos e artificialmente completados servem a Taine para fundamentar seu *verdictum* destruidor contra a revolução: “Olhai os plebeus. Queriam ser ditadores e caíram na miséria!” É difícil imaginar um moralista mais hipócrita. Em primeiro lugar, se a revolução lançou o país na miséria, a culpa recairia antes de tudo sobre as classes dirigentes, que empurravam o povo à revolução. Em segundo lugar, a grande revolução francesa não se esgotou nas filas da fome, diante das padarias. Toda a França moderna e, sob certos aspectos, toda a civilização moderna emergiram da Revolução Francesa.

No curso da guerra civil dos Estados Unidos morreram 500 mil homens. Justificam-se essas vítimas? Do ponto de vista do dono de escravos americano e das classes dominantes da Grã-Bretanha, não. Do ponto de vista do negro e do operário britânico, completamente. E do ponto de vista do desenvolvimento da humanidade, no seu conjunto, não há a menor dúvida. Da guerra civil dos anos 60 saíram os Estados Unidos atuais, com a sua iniciativa prática e veloz, a técnica racionalizada, o auge econômico. Sobre essas conquistas do americanismo, a humanidade edificará a nova sociedade.

A Revolução de Outubro penetrou mais profundamente que todas as precedentes no âmago da sociedade, nas relações de propriedade. Prazos maiores são necessários para que se manifestem as forças criadoras da revolução em todos os domínios da vida. Mas a orientação geral é clara desde já: a República do Soviets não tem por que abaixar a cabeça nem empregar a linguagem da desculpa diante dos seus acusadores capitalistas. Para apreciar o novo regime do ponto de vista do desenvolvimento humano, há que se focalizar, acima de tudo, esta questão: de que maneira se exterioriza o progresso social e como se pode medi-lo? O critério mais objetivo, mais profundo e mais indiscutível é o crescimento da produtividade do trabalho social. A experiência da Revolução de Outubro, sob este ângulo, forneceu-nos uma estimativa. Pela primeira vez na história o princípio de organização socialista demonstrou sua capacidade, fornecendo resultados de produção jamais

obtidos num curto período. Em cifras globais, a curva do desenvolvimento industrial da Rússia expressa-se desta forma: ponhamos para o ano de 1913, o último ano antes da guerra, o número 100. O ano 1920, fim da guerra civil, é o ponto mais baixo da indústria: regista-se apenas 25, isto é, um quarto da produção de antes da guerra. 1929 regista aproximadamente 200. 1932, 300, ou seja, o triplo do que havia nas vésperas da guerra. O quadro aparecerá ainda mais claro à luz dos índices internacionais. De 1925 a 1932, a produção industrial da Alemanha diminuiu aproximadamente uma vez e meia. Na América, aproximadamente, dobrou. Na União Soviética, aumentou mais de quatro vezes. As cifras não podem ser mais eloquentes.

De maneira nenhuma pretendo negar ou dissimular os dados sombrios da economia soviética. Os resultados dos índices industriais estão extraordinariamente influenciados pelo desenvolvimento desfavorável da economia agrária, quer dizer, do domínio onde ainda não entraram os métodos socialistas, mas foi arrastado para a coletivização sem preparação suficiente, de maneira mais burocrática do que técnica ou econômica. Esta é uma grande questão, mas ultrapassa os limites da minha conferência.

As cifras apresentadas requerem ainda uma ressalva essencial: os êxitos indiscutíveis e brilhantes da industrialização soviética exigem uma verificação econômica ulterior, do ponto de vista da harmonia recíproca dos diferentes elementos da economia, de seu equilíbrio dinâmico e, por conseguinte, de sua capacidade de rendimento. Aqui são inevitáveis as grandes dificuldades e também retrocessos. O socialismo não surge em sua forma acabada do Plano Quinquenal como Minerva da cabeça de Júpiter ou Vênus da espuma do mar. Estamos diante de décadas de trabalho obstinado, de falhas, de correções e de reconstrução. Por outro lado, não esqueçamos que a edificação socialista não pode alcançar o seu coroamento senão sobre o plano internacional.

Mesmo o mais desfavorável balanço econômico dos resultados obtidos até agora não poderia revelar outra coisa que a inexatidão dos cálculos preliminares, as falhas do plano e os erros da direção. Mas em caso algum poderia contradizer o fato estabelecido empiricamente: a possibilidade de elevar o trabalho coletivo a uma altura jamais conhecida, com a ajuda dos métodos socialistas. Esta conquista, de uma importância histórica mundial, ninguém poderá ocultar.

Depois do que disse, quase não vale a pena perder tempo para contestar as lamentações segundo as quais a Revolução de Outubro conduziu a Rússia ao ocaso da cultura. Tal é a voz das classes dominantes e dos salões inquietos. A “Cultura” aristocrático-burguesa, derrubada pela revolução proletária, não era mais que um complemento da barbárie. Tanto que foi inacessível ao povo russo, que pouco aportou ao tesouro da humanidade. Mas, também, no que concerne a esta cultura tão chorada pela emigração branca, é preciso esclarecer a questão: em que sentido foi destruída? Num só sentido: o monopólio de uma pequena minoria sobre os bens da cultura desapareceu. No que era realmente cultural permanece intacto. Os “hunos” bolcheviques não pisotearam nem as conquistas do pensamento nem as obras de arte. Pelo contrário, restauraram, cuidadosamente, os monumentos da criação humana e deram-lhes ordem exemplar. A cultura da monarquia, da nobreza e da burguesia, converteu-se presentemente, na cultura dos museus históricos. O povo visita com fervor esses museus, mas não vive neles. Aprende, constrói. O simples

fato de que a Revolução de Outubro tenha ensinado o povo russo, aos numerosos povos da Rússia czarista, a ler e a escrever tem incomparavelmente mais valor do que toda a cultura em conserva da Rússia de outrora. A revolução russa criou a base de uma nova cultura, destinada não aos eleitos, mas a todos. As massas do mundo inteiro sentem-no: daí a sua simpatia pela União Soviética tão ardente como era antes o seu ódio contra a Rússia czarista.

Caros ouvintes: vós sabeis que a linguagem humana representa um instrumento insubstituível, não somente porque designa as coisas e os fatos, mas também porque os afirma. Descartando o accidental, o episódico, o artificial, absorve o real, condensa-o. Notai com que sensibilidade as línguas das nações civilizadas distinguiram duas épocas no desenvolvimento da Rússia. A cultura aristocrática trouxe ao mundo barbarismos tais como *czar, cossaco, program, nagaika*. Conheceis essas palavras e sabeis seu significado. A Revolução de Outubro levou a todas as línguas do mundo palavras tais como: *bolchevique, soviets, kolchoze*², *Gosplan*³, *piatiletka*.⁴ Aqui a lingüística prática emite seu julgamento histórico.

O significado mais profundo da revolução — e que mais dificilmente se submeteu a uma nova prova imediata — consiste em que forma e tempera o caráter do povo. A imagem do povo russo como um povo lento, passivo, melancólico, místico, está há muito difundida, e isto não é casual. Tem suas raízes no passado. Mas ainda não se levaram suficientemente, em consideração, no Ocidente, as modificações profundas que a Revolução de Outubro introduziu no caráter do povo russo. E podia esperar-se outra coisa? Todo homem que tem uma experiência de vida pode despertar em sua memória a imagem de um adolescente qualquer, dele conhecido, que — impressionável, lírico, sentimental, enfim — se transforma, mais tarde, de um só golpe, sob a ação de forte choque moral, num homem forte, bem temperado até o ponto de ficar completamente irreconhecível. No desenvolvimento de toda uma nação, a revolução realiza transformações análogas. A insurreição de fevereiro contra a autocracia, a luta contra a nobreza, contra a guerra imperialista pela paz, pela terra, pela igualdade nacional, a insurreição de outubro, a derrubada da burguesia e dos partidos com tendências a sustentá-la, três anos de guerra civil sobre uma frente de 8.000 quilômetros, os anos de bloqueio, de miséria, de fome, de epidemias, os anos de tensa edificação econômica, as novas dificuldades e privações, tudo isto integra uma rude escola, porém boa. Um pesado martelo transforma o vidro em pó. Mas, em compensação, forja o aço. O martelo da revolução forja o aço do caráter do povo.

“Quem poderia acreditar?” Era preciso acreditar. Pouco depois da insurreição, um dos generais czaristas, Zaleski, escandalizava-se com o fato de que “um porteiro ou um guarda se convertesse num presidente de tribunal; um enfermeiro, em diretor de hospital; um barbeiro, em personalidade importante; um sargento, em comandante supremo; um diarista em prefeito; um carpinteiro, em diretor de empresa”.

Em direção ao socialismo

“Quem poderia acreditar?” Era preciso acreditar. Embora não se acreditasse, os sargentos já derrotavam os generais; o prefeito, antes diarista, rompia a resistência

² Cooperativa agrícola de produção.

³ Organismo encarregado do planejamento econômico do estado soviético, criado em 22 de fevereiro de 1921.

⁴ Plano quinquenal.

da velha burocracia; o carpinteiro, agora diretor, reconstruía a indústria. “Quem poderia acreditar?” Que tratem agora de acreditar...

Para explicar a paciência que as massas populares da União Soviética demonstraram nos anos da revolução muitos observadores estrangeiros recorrem, por hábito, à passividade do caráter russo. Grosseiro anacronismo! As massas revolucionárias suportam as privações pacientemente, mas não passivamente. Elas constroem com suas próprias mãos um futuro melhor. E querem criá-lo a qualquer preço. Que o inimigo de classe trate somente de impor a essas massas pacientes sua vontade, de fora. Não, é melhor que não tente!

Para terminar, tratemos de fixar o lugar da Revolução de Outubro não somente na história da Rússia como também na história do mundo. Durante o ano de 1917, no intervalo de oito meses, duas curvas históricas convergem. A Revolução de Fevereiro — este eco tardio das grandes lutas que se travaram nos séculos passados sobre o território dos Países Baixos, Inglaterra, França, quase toda a Europa continental — une-se à série de revoluções burguesas. A Revolução de Outubro proclama e abre a era da dominação do proletariado. É o capitalismo mundial que sofre sobre o território da Rússia a primeira grande derrota. A corrente partiu-se pelo elo mais fraco. Mas foi a corrente e não somente o elo que se quebrou.

O capitalismo como sistema mundial apenas sobrevive, historicamente. Terminou de cumprir sua missão: a elevação do nível de poder e da riqueza humana. A humanidade não pode estancar no degrau alcançado. Só um poderoso impulso das forças de produção e uma organização justa, planejada, em outras palavras, socialista de produção e de distribuição, pode assegurar aos homens — a todos os homens — o nível de vida digno de conferir-lhes, ao mesmo tempo, o sentimento infável de liberdade diante de sua própria economia. De liberdade em duas ordens de relações: primeiramente, o homem não se verá mais obrigado a consagrar sua vida inteira ao trabalho físico; em segundo lugar, já não dependerá das leis do mercado, isto é, da forças cegas e obscuras que operam fora de sua vontade. O homem edificará, livremente, sua economia, quer dizer, ajustada a um plano, o compasso na mão. Trata-se agora de radiografar a anatomia da sociedade, de descobrir todos os seus segredos e submeter todas as suas funções à razão e à vontade do homem coletivo. Neste sentido, o socialismo gera uma nova etapa no crescimento histórico da humanidade. A nosso antepassado, armado pela primeira vez com um machado de pedra, toda a natureza se lhe apresenta como a conjuração de um poder misterioso e hostil. Mais tarde, as ciências naturais, em estreita colaboração com a tecnologia prática, iluminaram a natureza, até suas mais profundas entranhas. Por meio da energia elétrica, o físico elabora seu juízo sobre o núcleo atômico. Não está longe a hora em que — como na ficção — a ciência resolverá a tarefa da alquimia, transformando o esterco em ouro e o ouro em esterco. Lá, onde os demônios e as fúrias da natureza se desatavam, reina agora cada vez mais corajosamente a vontade do homem.

Mas, enquanto lutava furiosamente com a natureza, o homem criou às cegas relações com os demais, assim como as abelhas e as formigas. Com atraso e por demais indeciso, deparou com os problemas da sociedade humana. Começou pela religião para depois passar à política. A Reforma trouxe o primeiro êxito do individualismo e do nacionalismo burguês, no domínio onde imperava uma tradição morta. O pensamento crítico passou da igreja ao Estado.

Nascida na luta contra o absolutismo e as condições medievais, a doutrina da soberania popular e dos direitos do homem e do cidadão ampliou-se e fortaleceu-se. Assim se formou o sistema do parlamentarismo. O pensamento crítico penetrou no domínio da administração do Estado. O racionalismo político da democracia significou a mais alta conquista da burguesia revolucionária.

Entre a natureza e Estado interpôs-se a economia. A técnica libertou o homem da tirania dos velhos elementos: a terra, a água, o fogo, o ar, para submetê-los em seguida à sua própria tirania. A atual crise mundial comprova de maneira particularmente trágica como este dominador altivo e audaz da natureza permanece escravo dos poderes cegos de sua própria economia. A tarefa histórica de nossa época consiste em substituir o jogo anárquico do mercado por um plano racional, e disciplinar as forças de produção, em obrigá-las a operar em harmonia, servindo docilmente às necessidades do homem. Somente sobre esta base social, o homem poderá repousar suas costas fatigadas. Não os eleitos, mas todos e todas, tornando-se cidadãos com plenos poderes. No entanto, ainda não é esta a meta do caminho. Não. Isto não é mais que o princípio. O homem considera-se o coroamento da criação. Tem para isto, sim, certos direitos. Mas quem se atreve a afirmar que o homem atual seja o último representante, o mais elevado da espécie *homo sapiens*? Ninguém. Tanto fisicamente como espiritualmente, está muito longe da perfeição este aborto biológico cujo pensamento está enfermo e que não criou um novo equilíbrio orgânico.

É verdade que a humanidade produziu mais de uma vez gigantes do pensamento e da ação que superaram os seus contemporâneos, como picos numa cadeia de montanhas. O gênero humano tem perfeito direito de orgulhar-se dos seus Aristóteles, Shakespeare, Darwin, Beethoven, Goethe, Marx, Edison, Lenin. Mas por que esses homens são tão raros? Antes de tudo porque saíram, quase sem exceção, das classes médias e elevadas. Salvo raras exceções, os gênios perdem-se afogados nas entranhas oprimidas do povo, antes de ter possibilidade de brotar. Mas também porque o processo de desenvolvimento e de educação do homem permanece, em sua essência, como obra do acaso, não como resultado de elaboração teórica, ou pela prática, de maneira alheia à consciência e à vontade.

A antropologia, a biologia, a fisiologia, a psicologia reuniram verdadeiras montanhas de materiais para erigir ante o homem, em toda sua amplitude, as tarefas de seu próprio aperfeiçoamento corporal e espiritual e de seu desenvolvimento ulterior. Pela mão genial de Sigmund Freud, a psicanálise levantou a tampa do poço que, poeticamente, se chama a “alma” do homem. E o quê revelou? Nosso pensamento consciente não constitui mais que uma pequena parte do trabalho das obscuras forças psíquicas. Sábios descem aos fundos dos oceanos e fotografam a fauna misteriosa das águas. Para que o pensamento humano desça até as profundezas de seu próprio oceano psíquico deve iluminar as forças motrizes, misteriosas, da alma e submetê-las à razão e à vontade. Quando eliminar as forças anárquicas de sua própria sociedade, o homem integrar-se-á aos laboratórios e aos cadinhos do químico. Pela primeira vez, a humanidade considerar-se-á a si mesma como matéria-prima e, no melhor dos casos, como semifabricação física e psíquica. O socialismo significará um salto do reino da necessidade ao reino da liberdade, no sentido de que o homem de hoje, esmagado pelo peso das contradições e sem harmonia, abrirá o caminho a uma nova espécie humana, mais feliz” ■



A Comuna de Paris (1871): precursora da Comuna de Petrogrado (1917)

Um massacre para apagar o exemplo dos operários parisienses

É difícil encontrar, nos anos precedentes à Comuna de Paris, massacres similares àquele no qual a burguesia atuou com ferocidade depois da queda do primeiro governo operário da história. Precisariamos voltar no tempo, quando seis mil escravos do exército de Spartaco foram crucificados por Crasso na Via Ápia para servir de exemplo aos que tentassem se rebelar contra Roma.

Nunca se saberá quantas foram, precisamente, as vítimas. Sabemos, no entanto, que, de uma população de aproximadamente dois milhões de habitantes, ficaram cem mil no final. Os fuzilamentos eram comuns e foram usadas metralhadoras para acelerar o trabalho. Ao término do banho de sangue, a repressão continuou com as perseguições, os processos, as deportações e anos de calúnias. Toda a imprensa burguesa internacional foi usada para retratar os operários parisienses como vândalos.

Para quê tanta selvageria? A resposta está numa das importantes cartas que Karl Marx escreveu (aquela de abril de 1871, quando a Comuna começava) ao doutor Kugelmann: “Qualquer que seja o êxito imediato, um ponto de partida de importância histórica universal foi conquistado”¹. A burguesia queria liquidar este “ponto de importância histórica”.

Os bolcheviques estudaram e aprenderam muito com a Comuna

Os bolcheviques, que se prepararam para uma nova revolução, estudaram a fundo os acontecimentos de 1871. O estudo da Comuna foi o centro de toda a preparação teórica de Lenin para Outubro. O “caderno azul” de citações de Marx e Engels sobre o Estado (publicado depois da revolução sob o título de *O Estado e a Revolução*); que será a base das *Cartas de Longe*, com as quais Lênin busca orientar o grupo dirigente bolchevique desde a Suíça; as *Teses de Abril* e toda a batalha para “rearmar” o partido nos frenéticos meses de 1917: tudo teve o centro no exemplo da Comuna.

FRANCESCO
RICCI

Tradução:
Marcos
Margarido

Francesco Ricci é
membro da direção
nacional do PdAC,
da Itália

¹ Carta de Marx a Kugelmann, 17 de abril de 1871, em K. Marx, *Cartas a Kugelmann*, Editori Riuniti, 1976, p. 166.

Como escreve Trotsky (nas *Lições de Outubro*), sem o estudo da Comuna “não conseguiríamos dirigir a revolução de Outubro”. Trotsky escreverá sobre a Comuna durante todo o curso de sua vida: desde o fundamental *Os ensinamentos da Comuna de Paris* (prefácio de 1921 de um livro de Talès²), no qual desenvolve uma comparação entre a Comuna de Paris, derrotada, e aquela de Petrogrado, vitoriosa; a um capítulo inteiro de *Terrorismo e Comunismo* (escrito durante a guerra civil para defender a ditadura do proletariado da crítica “democrática” de Kaustky), até o esplêndido *A nossa moral e a deles* (no qual cita a Comuna para defender a necessidade do “terror vermelho” na guerra civil russa).

Por qual escola o proletariado francês passou?

Para estudar a Comuna, Lenin e Trotsky tiveram de combater as falsificações que a burguesia, os reformistas e os anarquistas haviam criado sobre o tema. Tiveram de enfrentar os que viam a Comuna como um fato “espontâneo” e casual. Um mito alimentado pela historiografia burguesa para tratar de demonstrar que se tratava de um evento único; mas também reforçado pela leitura dos anarquistas que pretendiam, assim, encontrar a confirmação de suas teorizações sobre a inutilidade de um partido de vanguarda.

Na realidade nada houve de casual nem de “espontâneo” na Comuna. Os operários parisienses chegaram a 1871 baseados em um século de revoluções. Num levantamento rápido dos dados históricos, recordarei alguns eventos. A grande revolução francesa no final dos anos 1700, que expressou com o jacobinismo o máximo que a sociedade burguesa poderia produzir para tentar anular as contradições de classes, mas no qual nasce um primeiro programa proletário, expresso pelos “enraivecidos” de Roux e Leclerc, mestres de Babeuf: um movimento – como disse Marx – que estava, no entanto, ainda privado das bases sociais para crescer. A revolução de julho de 1830, na qual o proletariado teve uma participação ativa, mas subalterna à burguesia, que ajuda a libertá-la de Carlos X para implantar uma monarquia constitucional (Luiz Felipe de Orleans). E, principalmente, a revolução de fevereiro de 1848, na qual o proletariado ajuda a burguesia a libertar-se de Luiz de Orleans e cai na armadilha de participar – pela primeira vez na história – num governo da burguesia, com um ministro (Louis Blanc) que deveria representar os operários, mas que, na realidade – como sucede hoje, novamente, quando é constituído um governo “comum” de duas classes inimigas – termina com o desarmamento dos operários. Operários que, finalmente, rompem sua submissão à burguesia em junho de 1848 e lançam-se contra ela, com seus fuzis (pagando sua não preparação com dez mil mortos). Das barricadas de 1848 surge a figura de Luís Bonaparte que, com o nome de Napoleão III, governará a França até o começo da Comuna³.

Os operários parisienses não chegaram “casualmente” à revolução de 1871. Aprenderam com suas lutas a necessidade da independência de sua classe da burguesia. No entanto, infelizmente, o proletariado não aprende por si próprio. Necessita que sua experiência de luta seja elaborada por aquela memória permanente que o partido revolucionário tem. Privados desse partido, os operários parisienses foram novamente enganados pela burguesia ao final da guerra franco-prussiana.

²Claude Talès, *La Commune de Paris, 1921*, Ed. Spartacus, 1998.

³ Para aprofundar esta questão são fundamentais dois livros de Marx, nos quais são empregados, magistralmente, o método materialista: *As lutas de classe na França de 1848 a 1850* e *O dezoito brumário de Louis Bonaparte* (existem edições em várias línguas, mas podem ser encontrados em www.marxists.org).

A guerra franco-prussiana. Outra traição da burguesia

Este não é o espaço para aprofundar o tema da guerra franco-prussiana.⁴ Basta dizer que a causa real da guerra foi a tentativa de Napoleão III de sair da crise de seu regime com o que esperava ser uma rápida vitória, e a convicção de Bismarck de que sua vitória facilitaria a unificação da Alemanha (que estava dividida em pequenos estados) ao redor da Prússia. A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT, ou Primeira Internacional) posicionou-se contra a guerra e a favor da confraternização do proletariado dos dois países. Ao mesmo tempo, não ficou “equidistante” perante a guerra iniciada: a posição de Marx e Engels, por sua vez, era de que uma vitória da Prússia facilitaria a unificação da classe operária alemã numa Alemanha unida e abriria o caminho para a República na França, libertando a classe trabalhadora do regime opressivo de Napoleão III.⁵

Suas previsões se confirmaram: em poucas semanas a França foi derrotada e uma revolta popular proclamou a República. Mas os operários confiaram na burguesia, entregando-lhe o governo. O primeiro ato do novo governo republicano de Thiers foi fazer um acordo com a burguesia alemã, descarregando os custos da guerra sobre os ombros da classe operária.

Um obstáculo para a burguesia: Paris operária armada

Mas o complô das burguesias francesa e alemã encontrou um obstáculo gigantesco: os operários parisienses armados. Existia, de fato, uma milícia na França, a Guarda Nacional. Formada pelos trabalhadores ativos que, agrupados em batalhões, periodicamente dedicavam-se a exercícios militares, pagos pelo Estado. A Guarda Nacional era uma velha instituição da revolução de 1789 e servia à burguesia, desde junho de 1848, para reprimir os operários. Mas, em 1871, estava composta quase exclusivamente por trabalhadores e não por burgueses. E desde a constituição da república havia sido reorganizada numa Federação Republicana, com eleição de seus oficiais pela tropa.⁶

A classe operária havia se reforçado muito desde 1860. Crescera numericamente e estava concentrada em algumas fábricas: nos estaleiros de Paris trabalhavam setenta mil operários, a fábrica metalúrgica Gail empregava três mil operários e outras grandes concentrações operárias estavam em Govin (produção de locomotivas), na fábrica de armas do Louvre e outras. Eram, portanto, trezentos mil operários treinados, armados e sem disposição para cumprir a vontade da burguesia. A tentativa de Thiers de desarmar a Guarda Nacional, tirando-lhe os canhões e as metralhadoras, abriu o caminho à insurreição de 18 de março: com uma confraternização entre a população do distrito de Montmartre (um papel importante, como em fevereiro de 1917, foi das mulheres, entre elas a professora Louise Michel) e os soldados. Ao governo da burguesia nada restava além de fugir de Paris e refugiar-se na vizinha Versalhes, enquanto o Comitê Central, direção da Guarda Nacional, completava a conquista do poder com a tomada indolor do Hotel de Ville (como em 1917, na Rússia, onde a conquista do Palácio de Inverno foi apenas o último ato da revolução).

⁴ Para conhecer melhor a situação, sugerimos as três cartas escritas por Marx à AIT e publicadas em várias línguas com o título de *A guerra civil na França*. Muito interessantes são, também, os artigos de Engels (especialista em questões militares) sobre a guerra, publicados no jornal de Londres *The Pall Mall Gazette* (*Note sulla guerra franco-prussiana*, Ed. Lotta Comunista, 1996) dos quais Trotsky encarregou-se de sua publicação na Rússia e estudou-os quando lhe foi confiada a direção do Exército Vermelho.

⁵ Na primeira carta escrita por Marx à AIT é feito um chamado aos operários alemães para que não permitissem que Bismarck transformasse a guerra em guerra de conquista. Quando, depois, a República nasce em Paris, condena o objetivo expansionista do governo prussiano, na segunda carta à Internacional, e faz um chamado aos operários alemães para que, neste ponto, defendam a República francesa junto aos operários franceses.

A classe operária no governo

Pela primeira vez na história, a classe operária constituía “um governo da classe operária para a classe operária” (Marx). E descobria, para dizê-lo com as palavras que Brecht fez Galileu Galilei pronunciar, que “não existe diferença entre o céu e a terra, escrevendo em seu diário: abolido o céu”. Abolida a necessidade da burguesia e dos diretores de fábrica: os trabalhadores puderam dirigir as fábricas e o Estado, deixando esses parasitas de lado. Governar não é mais uma questão reservada ao “céu” burguês.

O Comitê Central, no entanto, acredita (erroneamente)⁷ ser seu dever ceder o poder a uma Comuna eleita e, por isso, indica novas eleições para formar uma assembléia de cerca de noventa membros, em cujo interior formam-se comitês (delineados exatamente como os ministérios do governo nacional: Finanças, Exterior, Educação, Trabalho, etc., a demonstração de que a Comuna aspirava governar sobre toda a França).

Esse governo, que unia os poderes legislativo, executivo e judiciário, superando a partição burguesa dos “três poderes”, durou apenas algumas semanas. No entanto, sua atividade foi tão intensa que seriam necessárias três edições desta revista só para descrevê-la. O fim da polícia e a substituição do exército permanente pela milícia operária (Guarda Nacional), com a destruição da máquina estatal burguesa (a maior lição da Comuna, segundo Marx, e que deu a Lenin o fundamento de todo trabalho dos bolcheviques: os revolucionários não se limitariam a “reformar” a máquina estatal burguesa, mas deveriam quebrá-la, destruí-la e substituí-la pela ditadura do proletariado); a assistência médica gratuita (com aborto livre e gratuito, coisa que ainda hoje não é assumida pela república burguesa); a aposentadoria aos 55 anos; a reforma da escola a partir de um ensino “politécnico”, que unia pela primeira vez aquilo que a burguesia queria ensinar separadamente aos filhos da burguesia e aos filhos dos operários: as matérias “humanísticas” e as “científicas” e “técnicas”; a separação entre o Estado e a Igreja, com a supressão dos tributos ao clero e a expulsão da religião da escola; um início de requisição das fábricas e a reorganização do trabalho operário sob o controle dos trabalhadores, reunidos em assembléias para decidir o quê e como produzir; a requisição de casas desabitadas e sua designação aos sem teto, etc.

Muitas dessas medidas, diante do pouco tempo que os operários parisienses tinham à sua disposição, ficaram somente nas intenções. Mas, indicam a vontade de transformar completamente a sociedade burguesa em todas as suas formas, fundando uma nova sociedade, criada pelos operários.

Significativo é o fato de que em dez semanas da Comuna foram editados ao menos cem jornais diários. As bibliotecas ficaram abertas à noite, porque os operários queriam apropriar-se da cultura, da qual tinham sido separados por tanto tempo. De tal maneira, que eram tantos os debates que não bastavam as salas para acolhê-los (por isso as igrejas foram tiradas dos padres, utilizando-as para atividades mais úteis que a oração). Esta experiência grandiosa foi interrompida pela entrada das tropas do governo burguês (reconstituído com a ajuda de Bismarck) que, em 28 de maio de 1871, derrubaram a última barricada construída pelos operários. Uma vivência cultural similar será reencontrada na história uns cinquenta anos depois, com a nova época aberta pelo governo operário instaurado pela Revolução de Outubro.

⁶ Em fins de fevereiro (1871), uma assembléia de dois mil delegados de batalhões da Guarda Nacional aprova a constituição da Federação Republicana (só poucos batalhões de quartéis burgueses ficaram fora desta estrutura). O primeiro ponto do programa foi a abolição do exército permanente e sua substituição pela milícia de trabalhadores. É a proclamação de ruptura com o Estado burguês e a vontade de dissolver seu “bando armado”, proclamando-se como única força armada.

⁷ O erro da eleição será enfatizado por Marx em vários textos. Por exemplo, numa carta a Liebknecht de 6 de abril de 1871 escreve: “(...) para não ter a atitude de usurpar, perderam um tempo precioso para eleger a Comuna (...) enquanto se necessitava empregá-lo para marchar sobre Versalhes (...)”. Kautsky inverteu esta opinião, tentando usar a Comuna “democrática” contra a ditadura dos bolcheviques.



Lições e erros da Comuna na análise de Marx e Engels

Marx e Engels, que acreditavam ser tão importante essa breve experiência francesa a ponto de inserirem sua principal lição (a ditadura do proletariado na “forma finalmente encontrada”) em todos os textos, não deixaram de fazer críticas, identificando os erros e limites, forjando uma lição de estratégia e tática que será de grande utilidade para os bolcheviques. Criticaram os erros táticos: não haver atacado o governo de Versalhes; exercício limitado do “terror vermelho” contra os burgueses reacionários (os operários parisienses foram, segundo Engels, “excessivamente bondosos”). Criticaram os erros programáticos: não haver completado a expropriação da burguesia, detendo-se às portas do Banco Nacional.

Todavia, na Comuna, Marx e Engels viram um grande ensinamento: a necessidade do proletariado de lutar pela independência de classe frente à burguesia e seus governos, como condição para conquistar, na luta de oposição e, depois com a insurreição, o próprio governo. Ter deixado esta lição histórica de lado é a base de toda “teoria” do reformismo (continuado pelo stalinismo com a participação em governos de “frente popular” a partir de 1935). Baseado nesta lição, Lenin “rearmará” o Partido Bolchevique com as Teses de Abril, defendendo a necessidade de não dar nenhum apoio ao governo burguês (de “esquerda”) de Kerensky, como condição prévia para conquistar a maioria dos trabalhadores politicamente ativos, até acabar com aquele governo e construir um operário.

Foi realmente a primeira ditadura do proletariado? A revisão de Trotsky

No prefácio de 1891 de *A guerra civil na França*, Engels escreve: “Vejam a Comuna de Paris. Esta foi a ditadura do proletariado”. Na verdade, Engels enfatizava polemicamente um conceito para atacar as tendências revisionistas que já estavam se manifestando na social-democracia alemã. Porém, Marx (inclusive em *A guerra civil na França*) falava mais precisamente de uma “tendência” à ditadura do proletariado.

Trotsky desenvolveu esta análise de Marx, fazendo aquilo que Nahuel Moreno justamente havia indicado como uma “revisão” da análise de Marx e Engels – obviamente uma revisão no sentido marxista, isto é, um desenvolvimento da concepção marxista sobre suas bases.⁸

Em alguns escritos importantes dos anos 30, que Moreno cita⁹, Trotsky identifica onde se encontrava esta “tendência” de embrião de ditadura do proletariado: não no Conselho da Comuna (os 90 eleitos por “sufrágio universal” nas eleições realizadas pelo Comitê Central), mas no Comitê Central da Guarda Nacional. Por quê? Porque era naquela estrutura que se organizava para a luta – e não numa assembléia surgida das eleições, mesmo sendo eleições muito particulares - que se podia ver o primeiro “soviet” da história. Moreno destacava a importância deste fragmento de Trotsky: “Quando nós dizemos *Viva a Comuna*, não nos referimos à heróica insurreição, nem às instituições da Comuna, isto é, à municipalidade democrática. Sua eleição foi, por outro lado, uma estupidez (ler Marx) e esta estupidez foi, de qualquer modo, possível apenas após a conquista do poder por parte do Comitê Central da Guarda Nacional, que era o “comitê de ação” ou o soviet naquela circunstância”.

Lenin e Trotsky responderam-lhe com dois “anti-Kautsky” demonstrando que os operários parisienses estavam absolutamente contrapostos à “legitimidade democrática” burguesa: as eleições para a Comuna ocorreram, na verdade, com o sufrágio universal mas, de fato, a burguesia já havia fugido e os poucos burgueses eleitos foram obrigados a renunciar.

⁸ Nahuel Moreno, *A ditadura revolucionária do proletariado*, Ed. Sundermann, texto escrito em 1978, de polêmica com a revisão (no sentido negativo, nesta ocasião) feita por Mandel.

⁹ Trata-se do artigo e carta de Trotsky publicada no livro *The crisis of the french section (A crise da seção francesa)*, Pathfinder Press (1977). Neste texto, na realidade, Trotsky trabalha com um conceito que já havia começado a desenvolver nos anos 20 em *Terrorismo e comunismo*. É neste livro (no capítulo VI) que, pela primeira vez, fala do Comitê Central da Guarda Nacional como o “soviete daquele período”.

Mas, por que a ditadura era apenas potencial? Porque o “soviet” era, por sua vez, somente embrionário. O que faltava para que o “soviet” se transformasse no pilar de uma real ditadura do proletariado era um partido marxista revolucionário. Trotsky escreve (em *Os ensinamentos da Comuna de Paris*, em 1921): “O Comitê Central da Guarda Nacional necessitava ser dirigido”.

Esta é a principal diferença entre 1871 e 1917: em 1917 existia esse partido (o Partido Bolchevique) que, inicialmente minoritário, lutando contra as direções reformistas (Socialistas Revolucionários e Mencheviques), conseguirá a maioria no soviet, transformando-o de sustentação do governo burguês (fevereiro) na base do governo operário (outubro). Lenin e Trotsky não exaltaram mais o soviet em si mesmo: será visto como estrutura que pode servir a objetivos diversos, dependendo de suas direções. Por isso, sem contrapor o soviet ao partido, nem o partido às massas (Trotsky prefere utilizar a eficiente metáfora do pistão - o partido - e do vapor - as massas: dois elementos que se complementam neste caso). Trotsky identifica o elemento central no partido. É o elemento central, assim como numa abóbada é uma pedra que segura todas as outras (“pedra-chave” da abóbada): não as substitui, mas é a pedra mais importante.

O partido é a “pedra-chave” ausente em 1871

Em Paris, em 1871, não havia um partido como foi o bolchevique. Marx era consciente desta falta fundamental e por isso, logo depois da proclamação da república, em setembro de 1870, sugere aos operários uma atitude de oposição ao governo burguês, mas não para derrubá-lo imediatamente: “Utilizem com calma e firmeza todas as possibilidades oferecidas pela liberdade republicana para trabalhar em sua organização de classe. Isto lhes dará novas forças hercúleas (...) para nosso objetivo comum, a emancipação do trabalho”¹⁰.

Em Paris, na seção francesa da Internacional, existiam diversas correntes além da marxista: proudhonistas, proudhonistas de esquerda (ligados a Bakunin). Na Comuna prevaleciam as posições de blanquistas e neojacobinos.

As tendências do movimento operário na Paris de 1871

Estes nomes dizem pouco ao leitor atual, porque são tendências já desaparecidas: e foi a própria experiência prática da Comuna que contribuiu para sua dissolução.

Os proudhonistas eram os seguidores de Proudhon (pai do anarquismo e de tantas outras variantes do reformismo que devemos agüentar até hoje), contra quem Marx havia lutado durante décadas, e com o qual havia polemizado já em 1847 com *A miséria da filosofia*. Proudhon já estava morto na época da Comuna (morreu em 1865), mas a influência de sua tendência era ainda muito forte na França, e fortes eram suas posições contra idéias de centralismo e de ditadura. A essência do proudhonismo consistia, segundo Marx, em procurar remediar os males do capitalismo para assegurar a sobrevivência do próprio capitalismo, reformando-o.

De sua ala esquerda estavam desenvolvendo-se na França as posições anarquistas dos seguidores de Bakunin. Teorizavam, como sujeito revolucionário, no lugar da classe operária, a “canalha”, isto é, o sub-proletariado, e eram defensores da “extinção” do Estado e adversários da ditadura do proletariado. Os bakuninistas defendiam o

O mesmo conceito está contido em *A história da revolução russa*: “A Guarda Nacional deu a eles (aos operários) uma organização armada, muito próxima do tipo soviético, e lhe deu uma direção política na pessoa de seu Comitê Central” (p. 541 da edição brasileira, Ed. Sundermann, 2007).

¹⁰ Ver a segunda carta escrita por Marx ao Conselho Geral da Internacional (9 de setembro de 1870). Aqui citado da edição Newton Compton, 1978, p. 83.

“abstencionismo político” do proletariado e eram contrários ao conceito de um partido para a conquista do poder, definiam-se “antiautoritários” e queriam uma Internacional federativa. Eram, em resumo, exatamente o oposto dos marxistas.

Fora da Internacional existiam, ainda, os neojacobinos, que reivindicavam as posições de Robespierre e de Marat e que enfrentavam, embora em determinadas ocasiões concordassem, os blanquistas (que preferiam referir-se a outra figura da revolução francesa, Hebert), seguidores de Auguste Blanqui, definido por Marx como “cabeça e coração do proletariado francês”, corajoso revolucionário que passou a metade de sua vida em prisões (estava preso inclusive durante a Comuna) e que concebia a revolução como a insurreição de uma elite de revolucionários (sendo os operários, segundo Blanqui, incapazes de liberar-se culturalmente no capitalismo). Segundo Engels (que tinha muita estima pelo grande revolucionário francês), Blanqui era “um revolucionário de uma época precedente”, ligada ao utopismo. Blanquistas e neojacobinos acercavam-se mais que os proudhonistas às idéias de “centralização” e “ditadura” dos marxistas (embora de uma forma distorcida, não sobre um conceito de classe), mas subestimavam os aspectos “sociais” da revolução que, inversamente, os proudhonistas colocavam em primeiro lugar (embora de maneira distorcida).

Resumindo, as principais correntes eram cinco: neojacobinos, blanquistas, proudhonistas (federativos), bakuninistas (coletivistas), marxistas. Mas se trata de uma classificação esquemática, já que os limites entre um grupo e outro não eram claros, pois freqüentemente formavam grupos transversais (não existindo verdadeiros partidos): na Internacional havia diversos blanquistas (embora esta corrente não tenha aderido à AIT); entre os blanquistas, que não eram membros da Internacional, havia alguns mais próximos de Marx do que muitos proudhonistas, que eram parte da AIT.

Existem vários estudos que tentaram classificar os protagonistas da Comuna. O mais documentado é o de Charles Rihs¹¹ que contradiz dezenas de outros estudos. Na realidade, não só não temos (até hoje!) uma documentação suficiente, mas o exercício de “etiquetar” os vários comuneiros é, em parte, inútil, tanto que, como Engels comentou, várias vezes “uns e outros fizeram justamente o contrário daquilo que era prescrito pela doutrina de sua corrente”.

Muitos dirigentes da Comuna tiraram lições de sua experiência, aproximando-se do marxismo: diversos dirigentes blanquistas defenderam as posições de Marx no Congresso de Haya¹², no qual a maioria marxista expulsou da Internacional os anarquistas de Bakunin, que persistiam, apesar da Comuna, em negar a necessidade de construir um partido centralizado da classe operária para a conquista do poder. Mas, naqueles meses, na França, os marxistas conseqüentes eram contados nos dedos da mão. Por isso, Marx enviou a Paris um operário da AIT próximo a ele: Serrailier.¹³ Infelizmente, faltou tempo para construir um partido marxista, porque os tempos da crise revolucionária foram decididos pela burguesia, que atacou em março, obrigando os operários a se defenderem para não serem desarmados e derrotados.

O papel da Internacional e o papel dos marxistas

Em 14 de maio de 1872 é promulgada a lei Dafaure, que proíbe qualquer associação internacional na França “que tenha como objetivo promover greves, a

¹¹ Charles Rihs, *La Commune de Paris, sa structure et ses doctrines*, Ed. Du Seuil, 1973.

Segundo Rihs foram cerca de 90 eleitos: 40 eram neojacobinos (Delescluze, etc.); 15 eram blanquistas (Rigault, Protot, Flourens, os membros da AIT, Duval e Vaillant, etc.); 23 eram membros da AIT (Frankel, Varlin, Vaillant, Malon, Serrailier, Longuet, etc.). por outro lado, segundo um estudo de Jean Maitron (*Hommes et femmes de la Commune*, publicado na revista *La Commune*, n. 3, 1976) de 89 membros do Conselho da Comuna, 45 eram militantes da AIT. Outros autores falam de 30 membros da AIT: os números são diferentes em cada estudo.

¹² Os blanquistas sobreviventes do massacre refugiaram-se em Londres, reagrupando-se ao redor de Emile Eudes, condenado à morte à revelia em Versalhes. Vaillant e outros entraram no Conselho Geral da AIT, defendendo as posições de Marx contra Bakunin e Guillaume.



abolição do direito de propriedade, de família, de religião”. O objetivo da burguesia francesa era a AIT dirigida por Marx. E à AIT, a burguesia lhe imputava a “culpa” por haver organizado a Comuna.

A AIT teve realmente esse papel? Engels o resume assim: “(...) a Comuna, do ponto de vista intelectual, foi sem nenhuma dúvida filha da Internacional, embora esta não tenha movido um dedo para produzi-la (...) mesmo que tenha sido, de forma justa, considerada responsável”¹⁴.

O que significa dizer que a Internacional “não moveu um dedo”, mas foi, “com justiça, considerada responsável”? A contradição é apenas aparente. Engels tenta dizer que a Internacional, considerada como o Conselho Geral dirigido por Marx teve, infelizmente, uma escassa possibilidade de direção, e ao mesmo tempo reconhece a importância que a seção francesa e seus militantes tiveram na Comuna.

A historiografia (inclusive marxista), em geral, detém-se apenas numa parte da afirmação de Engels (os marxistas eram fracos em Paris) e tem subestimado esse reconhecimento de “paternidade” que Engels expressa aqui e em outros textos.

Os dirigentes marxistas ligados conscientemente às posições de Marx (e da maioria da AIT) eram pouquíssimos. Em Paris estava Serrailier, um representante direto da AIT, enviado, como vimos, por Marx. No entanto, este sapateiro, honesto e fiel, não tinha uma grande formação e não estava preparado para analisar globalmente a situação, como se apreende dos informes que enviava ao Conselho Geral de Londres. Outro deles, com o qual Marx pôde contar em Paris, era o dirigente operário de origem húngara Leo Frankel. E só. Havia um ou outro marxista isolado como, por exemplo, a militante da AIT de vinte anos, Elisabeth Dmitrieff, de origem russa, estimulada por Marx a ir para Paris em março de 1871, e que se tornará dirigente da União de Mulheres. Sabemos também que Marx trocava correspondências com outro dirigente, Eugene Varlin (a mais interessante figura da Comuna) e que escreveu várias cartas a Varlin, Serrailier e Frankel, enviadas por meio de um comerciante alemão que viajava entre Londres e Paris. No entanto, a maioria dessas cartas foi perdida. As poucas cartas que ficaram são, no entanto, significativas. Frankel (encarregado de dirigir a Comissão de Trabalho da Comuna) escreve a Marx (em 25 de abril de 1871): “Ficaria contente se você pudesse, de alguma forma, ajudar-me com seu conselho, porque atualmente estou, por assim dizer, só (...)” Não temos a preciosa resposta de Marx. No entanto, temos uma carta de Marx, escrita em 13 de maio de 1871, a Frankel e Varlin: “Por vossa causa, escrevi uma centena de cartas a todos os pontos da terra onde temos relações. (...) Parece-me que a Comuna perde muito tempo em pequenas coisas e disputas pessoais. (...) Mas tudo isto não importaria nada se vocês pudessem recuperar o tempo perdido”.

Mas, por que Engels reivindica a “paternidade” da AIT sobre a Comuna? Porque, na realidade, a AIT havia criado na França uma organização muito importante nos anos 1860. Inicialmente dirigida por representantes proudhonistas, vira crescer em seu interior um grupo de jovens dirigentes operários e, entre eles, especialmente Varlin, operário encadernador, autodidata. Em 1866, em Paris, a AIT tinha 600 filiados, e no início da Comuna tinha setenta mil.¹⁵ As outras federações, além de Paris, estavam em Marselha, Ruan, Lyon, enfim, os principais centros da luta operária da França. A AIT apoiou todas as lutas importantes e as greves dos anos 1860, que são preparatórias para a Comuna.

¹³ Marx escreve a Engels sobre a missão que encomendou a Serrailier numa carta de 6 de setembro de 1870 (VI volume das *Carteggio Marx Engels*, p. 146-147 Edizioni Rinascita, 1953).

¹⁴ Carta de Engels a A. Sorge, 12 de setembro de 1874, em Marx e Engels, *Lettere 1874-1879*, Ed. Lotta Comunista, 2006, p. 35.

¹⁵ Estes dados, baseados em muitas fontes, são citados no livro de Rihs (v. nota 11).

O problema é que, havendo muitos filiados (e freqüentemente tratava-se de filiações coletivas), a Internacional não dispunha de um partido estruturado – faltava, de fato, um jornal. Mas não só isso: a direção desses militantes inseridos nas principais lutas, mas freqüentemente não organizados entre si, era composta de socialistas não-marxistas.

Isso explica por que Marx tentava conquistar Eugene Varlin, que havia se transformado, de fato, no principal dirigente da AIT. Era um militante de grande capacidade organizativa, que tentava recuperar o tempo perdido pelos velhos dirigentes proudhonistas. Varlin jogará um papel fundamental na Comuna. Além de ser “ministro” da Comuna (primeiro de Finanças e depois de Fornecimento), será eleito para o Comitê Central da Guarda Nacional (e dirigirá a ocupação da Praça Vendôme em 18 de março); inspirará a seção da AIT; dirigirá o trabalho da Câmara Sindical; estará entre os principais dirigentes de um embrião de partido revolucionário denominado Delegação dos Vinte Distritos (distritos são as regiões ou “arrondissements” nas quais Paris está dividida). É significativo o fato de que três dessas organizações estivessem localizadas no mesmo endereço: o número 6 da Praça de la Corderie (em Paris, hoje, denominada Rua de la Corderie) era a sede da Câmara Sindical, da Delegação dos Vinte Distritos e da seção francesa da AIT. Do que podemos entender das atas da direção francesa da AIT, o debate e as decisões são freqüentemente orientados por intervenções de Varlin¹⁶. Varlin sempre foi apoiado por Frankel e Serrailier, ambos marxistas. Varlin não era marxista, era de origem proudhonista, mas se orientava cada vez mais à esquerda. Os historiadores expressam definições discordantes: há quem o defina “proudhonista de esquerda”, quem diz que tinha relações com Bakunin (é o caso de Carr) e quem (Nikolaevskij, e também Kaminski)¹⁷ o defina – equivocadamente – “bakuninista”. Na realidade, quem pesquisou mais, como o historiador Bruhat, conseguiu cartas que provam que Bakunin tentou recrutar Varlin para sua seita, contra Marx, mas não conseguiu e ficou muito desapontado.¹⁸ O certo é que Varlin expressou durante a Comuna posições distantes das de Bakunin (Varlin punha a organização dos operários no centro da luta, não a conspiração da “canalha”) e também estava longe dos proudhonistas, tanto que, sendo delegado de Finanças, enfrentou o dirigente proudhoniano Jourde, porque Varlin (como Marx) queria que os comuneiros se apropriassem do Banco Nacional.¹⁹

Em resumo, Varlin comportou-se de maneira um tanto diferente do que prescreve a doutrina não-marxista da qual provinha. Como vimos, muitos dos dirigentes da Comuna que sobreviveram ao massacre dispuseram-se a dar a batalha na AIT, junto com Marx, contra os anarquistas de Bakunin no Congresso de Haya. Provavelmente Varlin teria feito o mesmo, mas foi preso (denunciado por um padre) e fuzilado em Montmartre em 28 de maio de 1871, depois de haver substituído Cluseret (morto nas barricadas) como último comandante da defesa operária.

De qualquer forma, em 1871 os marxistas não dispunham de um partido organizado em Paris. Foi a própria experiência da Comuna que permitiu a Marx e Engels vencerem a batalha contra os anarquistas de Bakunin no Congresso de Haya de 1872. Nesse congresso (que, além da expulsão dos anarquistas, decretou o fechamento da sede central, bem como sua transferência para Nova York iniciando, de fato, a desapareição da Primeira Internacional) explode o “acordo ingênuo de todas as frações” (na expressão de Engels) sobre o qual se equilibrava

¹⁶ No sítio <http://gallica.bnf.fr/encontram-se> dezenas de livros sobre a Comuna para baixar gratuitamente (em francês). Em particular é importante: *Les séances officielles de l'Internationale à Paris pendant le siège et pendant la Commune* (1872).

¹⁷ E.H. Carr, *Bakunin*, The Macmillan Press, 1975; B. Nikolaevskij, *Karl Marx*, 1937, Ed. Einaudi, 1969; H. E. Kaminski, *Bakunin*, 1938, Ed. Graphos, 1999.

¹⁸ Jean Bruhat, *Eugene Varlin*, Éditions Françaises Réunis, 1975. Bruhat mostra provas da tentativa que Bakunin fez para Varlin aderir à sua organização, e mesmo de uma tentativa falida de fazê-lo subscrever um ataque contra Marx (Pág. 146-147 da biografia). Bruhat cita depois uma importante carta de Bakunin (de 7 de julho de 1870) na qual o dirigente anarquista escreve: “(Varlin) é uma excelente e útil figura, mas está longe de ser absolutamente nosso”.

¹⁹ Paul Lejune, *Eugène Varlin, Pratique militante e écrits d'un ouvrier communard*, Ed. Maspero, 1977.

a Internacional até esse momento. A Comuna demonstrou que era necessário construir partidos organizados de forma independente da burguesia, baseados no marxismo, isto é, com base no programa da ditadura do proletariado que havia realizado sua primeira prova em Paris. Como escreveu Engels: “Eu creio que a próxima Internacional – depois que os livros de Marx tenham exercido sua influência por alguns anos – será puramente comunista e propagará diretamente nossos princípios”.²⁰ Os últimos anos das vidas de Marx e Engels foram dedicados à própria construção dessa Internacional “puramente comunista” e de seus partidos em cada país.

Devemos voltar a estudar a Comuna

Marx e Engels primeiro, Lenin e Trotsky depois, estudaram profundamente a Comuna. Infelizmente, dispuseram de uma documentação escassa. As fontes principais de Marx são as memórias de alguns membros da Comuna e, em particular, do livro de Lissagaray, que o próprio Marx encorajou a escrever, e que editou a tradução para o alemão (enquanto uma filha de Marx, Eleanor, trabalhou a edição em inglês).²¹ Lissagaray era um ótimo jornalista e participou da defesa da Comuna, mas sua história (publicada na Bélgica em 1876) reflete a formação não-marxista do autor, um neojacobino.²² Lissagaray minimiza o papel dos dirigentes da Internacional: diz que na Comuna eleita eram somente treze (um número errado), mas não diz, números à parte, que eles cumpriram papéis de primeiríssima ordem. E não só isso: para desenvolver sua polêmica contra o proudhonismo, Lissagaray rotula como “proudhonistas” todos os dirigentes parisienses da AIT; no entanto, como no caso de Varlin, eles freqüentemente expressavam posições distantes do proudhonismo.

Lenin baseou-se no livro de Lissagaray (uma das poucas fontes disponíveis em sua época) e Trotsky utilizou o livro do historiador Claude Talès, que usa como única fonte o próprio Lissagaray e, por isso, enfatiza o aspecto do “caos” da Comuna e o peso do proudhonismo, sem localizar o papel consciente (mas insuficiente por não estarem organizados num partido) de tantos dirigentes revolucionários e dos poucos próximos a Marx.

Lenin y Trotsky, querendo (justamente) enfatizar a principal causa da derrota da Comuna – a falta de um partido marxista –, tenderam (equivocando-se) a diminuir o papel “semeador” que a AIT desenvolveu nos anos 1860 e, privados de documentação, não escreveram nada sobre o embrião de partido que estava sendo construído nesses meses em Paris. Esse embrião de partido, em cujo desenvolvimento Varlin e Frankel jogaram um papel importante, era a Delegação dos Vinte Distritos. Tanto Lissagaray quanto Talès lhe dedicaram pouquíssimas linhas. No entanto, os documentos encontrados pelos historiadores a partir de 1960 nos dão hoje um quadro muito diferente.²³

Não temos aqui espaço para aprofundar o tema, que merece outro artigo. Basta dizer que Lissagaray equivoca-se duas vezes: primeiro, sustentando que a Delegação (também conhecida como Comitê Central Republicano dos Vinte Distritos) não estava ligada à AIT, quanto sabemos que seus principais dirigentes eram membros da AIT (cinco em sete, entre eles Varlin); segundo, afirma que desapareceu antes da Comuna, enquanto hoje temos as atas das reuniões que ocorreram até poucas horas antes da queda da última barricada.

Este biógrafo nos revela o desacordo entre Varlin e Jourde sobre questões do Banco. É interessante, inclusive, a biografia mais recente: Michele Cordillot, *Eugene Varlin, chronique d'un espoir assassiné*, Les Editions Ouvrières, 1991.

²⁰ Engels, ver a nota 14.

²¹ V. Yvonne Kapp: *Eleanor Marx*, Einaudi, 1977, vol. I, p. 158-162.

²² Para conhecer a figura de Lissagaray, ver René Bidouze, *Lissagaray, la plume et l'épée*, Les Editions Ouvrières, 1991.

²³ Para aprofundar o tema, é fundamental um livro editado em 1960: Jean Dautry y Lucien Scheler, *Le Comité Central Republicain des vingt arrondissements de Paris*, Editions Sociales, 1960. Dautry é, também, autor com Bruhat e Tersen (todos, infelizmente, de orientação stalinista) do mais documentado estudo sobre a Comuna: *La Commune de 1871*, Editions Sociales, 1970.



Do estatuto da delegação²⁴ sabemos que para filiar-se eram necessárias três condições: militância, adesão aos princípios “socialistas revolucionários”, pagamento da cota. O programa é a “destruição revolucionária” da democracia parlamentar burguesa, o reconhecimento “como único governo da Comuna revolucionária, emanação das delegações dos grupos socialistas revolucionários”.

Para a eleição da Assembléia Nacional (fevereiro de 1871), a Delegação apresenta um programa e candidatos em aliança com a seção francesa da AIT e a Câmara Federal da Sociedade Operária (Varlin era a alma de todas essas organizações!). O manifesto eleitoral afirma que o objetivo é: “a organização de uma república que devolva as fábricas aos operários”, realizando assim “a liberdade política através da igualdade social”.

É certo que a Delegação tinha em seu interior várias correntes nas quais estava dividido o movimento operário francês e não houve tempo para desenvolver-se: nasce imediatamente após a proclamação da República, em 5 de setembro de 1870, com uma assembléia de 500 operários parisienses (aqui estava Varlin!). Mas, em poucas semanas as correntes mais moderadas saíram e seus documentos foram, dia a dia, aproximando-se de uma posição marxista.

Se, como Marx esperava, os operários tivessem tido tempo para “trabalhar em sua organização de classe”, o curso da história teria sido diferente. Porém, é hoje muito certo que esta organização (cuja história temos ainda que pesquisar) e seus dirigentes, tiveram um papel central no desenvolvimento da revolução.

Os documentos históricos de que dispomos hoje confirmam, indiscutivelmente, a tese de fundo de Lenin e Trotsky: sem um partido marxista não existe a possibilidade de uma revolução vitoriosa. Aquilo que Lenin e Trotsky não sabiam quando escreveram sobre a Comuna é que o início de tal partido já existia e foi graças a isso que a Comuna conseguiu ir adiante. Já em 1871, a revolução foi o fruto não da “espontaneidade”, mas da organização dos revolucionários. No entanto, tal organização não teve tempo de consolidar-se em partido marxista, e por isso o Comitê Central da Guarda Nacional não foi um verdadeiro “soviet” e, por isso, a ditadura do proletariado foi, na Comuna, apenas uma perspectiva incompleta.

Foi estudando os resultados e os erros dos valorosos operários franceses que os operários russos, dirigidos pelo partido de Lenin e Trotsky, puderam vencer em 1917. Foi o estrondo dos canhões da Comuna de Paris que abriu o caminho à Comuna de Petrogrado ■

²⁴ Dautry e Scheler (v. nota 23).

O Exército Vermelho dos operários e camponeses da República Soviética

Em termos militares a construção do Exército Vermelho é um dos acontecimentos mais espetaculares da história da humanidade. Poderíamos resumi-lo como o Exército formado por operários e camponeses para defender a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas durante a guerra civil russa — *O Guardião do Poder Soviético*. Ele foi criado fundamentalmente por Leon Trotsky. Formalmente, em 12 de janeiro de 1918.

Dos escombros e ruínas do exército czarista, destroçado pela revolução de 1917, surgiu para ser o instrumento de defesa da revolução nacional e ferramenta para a construção da revolução mundial, em condições absolutamente adversas. A passividade e submissão da classe trabalhadora aos oficiais czaristas deram lugar à audácia e ao culto da técnica. Jovens comandantes surgiam ao lado de antigos militares técnicos. Esses jovens foram batidos em muitas batalhas, mas ao final acabaram vencendo, por causa da disciplina, incutida pela teoria, e pela audácia revolucionária.

Durante a guerra civil, o Exército Vermelho lutou em várias frentes dentro de um perímetro interno de oito mil quilômetros. Como praticamente nenhum exército poderia manter uma atividade de tal envergadura, a sua estratégia era baseada em uma mobilidade muito grande, desviava suas forças de uma frente para a outra garantindo a superioridade local, ainda que circunstancialmente, com as operações e os recursos controlados de forma centralizada. Caracterizou-se por sua mobilidade, ataque audaz e flexibilidade de manobras.

No início, foi integrado por operários comunistas voluntários, depois veio a inscrição obrigatória e chegou a um efetivo de 5 milhões de soldados, parte essencial formada de camponeses. O juramento de seus soldados incluía o compromisso de “combater pelo socialismo e pela fraternidade dos povos sem poupar suas forças nem suas vidas”.¹

Profundamente internacionalista, mesmo tendo que lutar contra tropas de outros países, rechaçava veementemente o patriotismo nacional, não era o exército da revolução russa. Era o Exército da Revolução Mundial. Seus soldados afirmavam, em tom de brincadeira, estarem dispostos a “Morrer por um pepino em conservas e pela Revolução Mundial”.²

AMÉRICO
GOMES

Américo Gomes é membro da direção nacional do PSTU - Brasil

¹ Trotsky, *El camino del Ejército Rojo*, Escritos Militares, p. 196

² Issac Babel, *O Exército de Cavalaria*.

A guerra civil

Em 3 de março de 1918 os bolcheviques assinam a paz de Brest-Litovsky, com a Alemanha, sob duras condições. Buscavam uma trégua para que pudessem reconstruir a economia do país. No entanto, poucas semanas depois a revolução já se encontrava combatendo em várias frentes, de maneira desesperada, para tentar sobreviver. Três anos do regime soviético foram de guerra civil. Era a principal atividade do governo, pois tudo dependia disso. A indústria trabalhava principalmente para a guerra. A maioria dos membros do Comitê Central passava a maior parte do tempo na frente como membros dos Comitês Revolucionários de Guerra ou como Comandantes do Exército.

Em 3 de abril tropas japonesas desembarcaram em Vladivostok e ocuparam o leste da Sibéria. No dia seguinte os turcos tomaram Batun, na Geórgia, Mar Negro. No final do mês os alemães tomaram uma parte da Ucrânia, as tropas do General Von der Goltz mantiveram-se em guerra na Letônia e na Lituânia e em maio o Marechal Mannerheim expulsou as tropas vermelhas da Finlândia. No dia 25, a temível Legião Tchecoslovaca, patrocinada pela França, se insurge contra os soviets e se alia aos Guardas Brancos e começa uma campanha que culmina com a tomada de Kazan em agosto.

No mesmo mês as tropas francesas tomam o sul da Ucrânia e a Criméia; os britânicos tomam Arcangel no leste do rio Don e suas unidades da Pérsia tomam o centro petrolífero de Baku e controlam o Cáucaso. Também havia o Exército Branco comandado pelos generais reacionários Nicolai Yudenich, Alexander Koltchak e Anton Denikin. Chegaram a dominar a região sul, a Sibéria e parte do interior da Rússia. Receberam ajuda dos “aliados” que haviam vencido a Primeira Guerra Mundial (França, Inglaterra e Estados Unidos).

Vindo pela Sibéria, o Almirante Kolchak, “depois de assassinar todos comunistas siberianos”, alcança os Urais e chega perto de Moscou, mas foi derrotado pelo V Exército Vermelho comandado por Mikhail Frunze, Tukachevsky e o Comissário do Povo Ivan Smirnov (o chamado “Lenin da Sibéria”), em agosto de 1919. Kolchak ao tentar fugir, foi executado.

As tropas de Denikin, patrocinadas pelos ingleses, chegaram a tomar Odessa e parte da Ucrânia, avançando até 300 quilômetros de Moscou. Mas foram então derrotadas em fevereiro de 1920, quando Tukachevsky, com o V Exército, ocupa Novosibirsk junto com a cavalaria vermelha construída por Trotsky e Budyonny com a consigna “Proletários a cavalo”. Yudenich passou pela Estônia e chegou a 15 quilômetros de Petrogrado, mas o Exército Vermelho e os Guardas Vermelhos, dirigidos diretamente por Trotsky o derrotam. Depois disso o General Barão Wrangel reúne os restos do exército de Denekin e com ajuda francesa e polonesa ataca a Ucrânia, mas também é derrotado na Criméia em novembro.

Um dos motivos dos brancos serem sempre derrotados é que os territórios ocupados por eles viviam envoltos em saques e na corrupção dos chefes do Exército e, além disso, com a volta dos senhores feudais estes queriam reaver suas terras, mas se enfrentavam com a resistência camponesa. Na arena internacional a solidariedade do proletariado com mobilizações e greves foi um dos fatores determinantes para a vitória soviética.

Os primeiros a desabar foram os impérios alemão e austro-húngaro, sob o impacto de processos revolucionários do final de 1918, com isso se retiraram da Rússia, Ucrânia e Letônia.

Na França as greves se sucederam em 1919, greves de ferroviários, mineiros e trabalhadores de confecção de Paris, e o 1º de Maio, que contou com 500 mil manifestantes, tinha consignas como: fim da mobilização militar, anistia e condenação à intervenção na Rússia ao lado de reivindicações salariais. Estas ações forçaram o governo da III República a renunciar a suas operações militares no sul soviético, tendo como último ato a revolta da guarnição de Odessa, que se negou a avançar.

As mobilizações dos operários britânicos, como a greve de 40 horas em Glasgow, de que participaram 70 mil operários e a Sexta-Feira Vermelha que fez 40 feridos na St. Georges Square fez recuar a ofensiva do norte. A situação chegou a tal ponto que o premiê Lloyd George afirmou: “Se iniciarmos uma empresa militar contra os bolcheviques esta terminará por bolchevizar a Inglaterra e por criar o Soviet de Londres”.³

No total acredita-se em mais de uma centena de motins.⁴ Como o dos marinheiros do HMS Killbride que hastearam uma bandeira vermelha no mastro ou a recusa da tripulação do encouraçado France de bombardear as linhas revolucionárias russas.

Mas o elemento determinante foi o heroísmo da vanguarda soviética, com entusiasmo, abnegação e espírito de sacrifício. Assim como a política de ação do partido bolchevique, que com Trotsky na frente de batalha, conseguiu organizar, disciplinar e incutir confiança a milhões de soldados, que meses antes, com o desespero das derrotas, jogavam fora as armas e fugiam do avanço alemão.

Apoiavam-se nas conquistas da revolução e fundamentalmente na entrega de terra ao campesinato, que assim escolhia um lado nesta guerra. Mas também nacionalizaram totalmente a indústria e requisitaram alimentos dos agricultores ricos.

A capacidade de resistência de nossos regimentos estava esgotada; no verão de 1918, uma cidade atrás da outra caía nas mãos dos checoslovacos e dos contra-revolucionários que haviam se unido a eles. Seu centro era Samara. Se apoderaram de Simbirsk e de Kazan (...) Do outro lado do Volga se prepara o ataque a Moscou. Neste momento (agosto de 1918) a República Soviética faz um esforço extraordinário para desenvolver e reforçar o exército. Adota-se acima de tudo um método de mobilização massiva dos comunistas e desenvolve-se junto às tropas na frente do Volga um aparato centralizado de direção política e instrução.⁵

Para montar o Exército Vermelho, Trotsky primeiramente alistou os entusiastas da Revolução, pois somente eles serviriam com disciplina total e poderiam ser usados para impor esta disciplina. Em meados de 1918, Trotsky recorreu ao alistamento obrigatório e mesmo assim em caráter experimental e começando pelos centros operários de Petrogrado e Moscou. Somente quando o núcleo proletário do Exército estava formado, começou a convocar os camponeses, iniciando pelos mais pobres. Formando-se assim anéis concêntricos que ampliavam gradualmente a lealdade e a disciplina, e mesmo assim em todo regimento se buscava formar um núcleo bolchevique que controlava os elementos proletários e junto com eles a massa camponesa.

³ Pierre Broué, El Partido Bolchevique, Volume 1, *La Guerra Civil y el Comunismo de Guerra*, p. 164, Editora José Luis e Rosa Sundermann.

⁴ Cf. Pierre Broué in *História da Internacional Comunista*, Editora José Luis e Rosa Sundermann

⁵ Trotsky, *El camino del Ejército Rojo*, Escritos Militares.

Os bolcheviques, nas províncias do Volga, instituem um regime draconiano, em virtude do eminente perigo. São perseguidos e punidos os desertores e grupos sociais que alimentam e inspiram a deserção; os Kulaks, parte do clero e a antiga burocracia. Os Tribunais Revolucionários Populares decretam algumas sentenças exemplares como advertência a todos de que a pátria soviética corria o perigo de morte e portanto a obediência deveria ser absoluta.⁶

Depois de muito trabalho, o que era uma massa vacilante, instável e dispersa se transformou em um exército. A primeira vitória obtida pelo Exército Vermelho, dirigido diretamente por Trotsky, junto com Frunze e o V Exército é a derrota da Legião Tcheca e a reconquista de Kazan. Em seguida, Tukachevski com o I Exército retoma Simbirsk. A partir daí a Guerra Civil mudou seus rumos.

Os brancos capitularam em 1920, mas a guerra continuou contra os chamados “verdes”, bandos de cossacos, que assolaram alguns distritos russos, e contra a intervenção de polacos e japoneses. O conflito com os polacos terminou em 1921 e os japoneses se retiraram em 1922.

O novo exército e seus debates militares

Assim como em todos os problemas que enfrentava o poder soviético, a questão militar também provocou grandes debates e polêmicas no seio do partido bolchevique. Os debates ocorriam dentro do Partido, no aparato do Estado e mesmo dentro do Exército. “A política dos dirigentes era submetida a uma crítica livre e, às vezes, forte.”⁷

Trotsky teve que se enfrentar em todos estes debates com “velhos bolcheviques” e novos comandantes. Defendeu o recrutamento obrigatório, a centralização de comando, a manutenção dos oficiais czaristas em seus cargos e o comissariado político; restabeleceu a disciplina militar e reprimiu severamente a deserção e a traição; explicou que não podiam dirigir as forças armadas com comitês revolucionários eleitos pelos soldados e acabou com a tática da guerra de guerrilha.

Todas as suas posições estavam baseadas na análise de que estavam vivendo uma situação ambígua resultante de uma época de transição, onde a classe operária se apoderou do poder político, mas ainda não cumpriu toda sua missão, ao contrário, apenas tinha iniciado suas tarefas fundamentais. E junto com isso tinha que rechaçar, pela força, os ataques dos países imperialistas.⁸

Contra suas posições formou-se uma “Oposição Militar” já nos primeiros meses da organização do Exército Vermelho.⁹ As premissas da Oposição eram basicamente: a defesa do princípio eleitoral do comando, o protesto contra a incorporação de especialistas, contra a introdução da disciplina férrea e contra a centralização do exército.

Seu foco principal estava no X Exército na base de Tsaritsyn, onde quadros militares agruparam-se em torno de Vorochilov, que era o centro da oposição dos oficiais não-comissionados e dos partisanos contra a centralização da organização militar. Em seus “círculos” falava-se, com ódio, dos especialistas, das academias militares e dos supremos quartéis-generais.

Requisitavam constantemente munções e provisões ao comando, em uma época em que tudo encontrava-se em escassez, e em face a qualquer recusa, vociferavam acerca da traição dos especialistas em Moscou. O dirigente do Comitê Central que

⁶ Idem.

⁷ Trotsky, *A Revolução Traída*, p. 197

⁸ Cf. *El Ejército Rojo*, Escritos Militares, p. 47. Juan Pablos Editor

⁹ Cf. Voennaia Oppozitsia (A Oposição Militar) (1930) Obras Completas: ibidem, Volume II, Cap. XXXVI, Moscou: Parorama, 1991, pp. 414 e s.

impulsionava e apoiava esta oposição era Stalin, como Comissário do Povo e membro do Conselho Militar do Fronte Sudeste.

Depois de muita discussão Trotsky decidiu colocar ordem em Tsaritsyn, propôs a destituição de Stalin assim como de Voroshilov. Sverdlov intermediou o conflito. Viajou até lá e trouxe Stalin, em um trem especial. Neste trem Trotsky encontrou-se com Sverdlov no meio do caminho, que intermediou uma conversa com Stalin. Trotsky exigiu disciplina absoluta de Voroshilov ou ele o enviaria a Moscou, a fim de ser entregue ao Tribunal Revolucionário. Stalin garantiu o comportamento destes que eram “bons meninos.” Trotsky lhe respondeu: “Esses bons meninos estão arruinando a revolução, que não pode esperar até que eles saiam da idade da meninice. Quero apenas uma coisa: incluir Tsaritsyn na Rússia Soviética.”

O acordo foi feito e houve a garantia formal de subordinação, ninguém foi demitido. Mas as insubordinações continuaram e Trotsky exigiu a transferência de Voroshilov para a Ucrânia e um novo comando em Tsaritsyn, o que foi aceito por Lenin e Sverdlov sem contestação, mas pediram a realização de um novo acordo entre ele e Stalin, ao que Trotsky respondeu: “Um acordo é, naturalmente, necessário, porém não um acordo podre. (...) Considero o patrocínio de Stalin da corrente de Tsaritsyn a úlcera mais perigosa, pior do que todas as traições e quebras de confiança dos especialistas militares...”

Tão logo Lenin adoeceu, Stalin conseguiu mudar o nome de Tsaritsyn para Stalingrado, depois Voroshilov passou a ser membro do Bureau Político do Partido Bolchevique e em 1925, após a morte de Frunze, o Chefe do Exército Vermelho.

Milícia versus Exército Permanente

O debate entre milícias versus exército permanente foi um dos mais ricos. Fundamentalmente porque as posições bolcheviques eram oriundas do fato de terem sido educados, assim como todos os revolucionários da II Internacional, na necessidade do armamento geral do proletariado (criação de milícias) e o fim dos exércitos permanentes.

No entanto, essa formulação mostrou-se totalmente insuficiente para a defesa da Ditadura Revolucionária do Proletariado. Trotsky defendeu a criação de um exército permanente, deixando claro que o Exército Vermelho havia sido criado como o meio termo necessário para a época da transição que vivia o Estado Soviético e a Revolução Mundial. Por isso nele se daria mais peso à existência de tropas regulares. As milícias corresponderiam mais à natureza de uma sociedade socialista, conseqüentemente, mais dependente de uma economia avançada.

A insuficiência de ferrovias, estradas e hidrovias, que prejudicava o transporte das tropas, assim como a escassez de automóveis, a deficiência nas comunicações e instrução militar e técnicas de guerra, faria com que a União Soviética pagasse caro por sua defesa.

O objetivo do Estado Soviético era construir estrategicamente um exército sem casernas, isto é, o mais próximo possível da classe operária e de seu local de trabalho. As unidades deste exército deveriam corresponder territorialmente a estes locais de trabalho, sejam fábricas, minas, ferrovias, vilas e bairros. Cada uma destas unidades com locais de abastecimento e armamento, formando uma verdadeira coesão regional, escolar, industrial e esportiva.

Mas em 1918, nas condições que se dava a guerra civil, seria um desastre manter um exército irregular e descentralizado. Por isso, integrar os destacamentos camponeses em regimentos, estes em divisões e as divisões ao Exército, era fundamental para a vitória.

Trotsky dissolveu os Guardas Vermelhos e os destacamentos partisans

Aqueles que criticavam Trotsky chegaram a afirmar que a centralização do exército caracterizava o exército de um Estado imperialista. E a Revolução deveria colocar uma cruz em conceitos como a guerra de posição e exército centralizado. As operações militares deveriam ter mobilidade para desferir ataques e capacidade de manobras. Sua força de combate seriam pequenos destacamentos autônomos, formados de todos os tipos de armamentos, não conectados à uma base, que se apoiassem na população simpatizante, que surgiriam, livremente, na retaguarda do inimigo. A experiência da Guerra Civil reprovou esses preconceitos e deu razão a Trotsky. A superioridade da organização e da estratégia centralizada revelou-se muito mais eficiente, rápida e eficaz.

Os ex-oficiais do Czar

Um dos debates mais duros foi sobre presença de oficiais que pertenceram ao antigo exército imperial czarista, e que haviam decidido permanecer em seus postos depois da Revolução, suprindo a falta de oficiais experientes.

A primeira contradição é que muitos dos oficiais czaristas foram banidos do velho exército, sendo que em muitas localidades os trabalhadores acertavam contas com eles impiedosamente. No entanto, os bolcheviques precisavam destes oficiais para educar o novo exército. Com isso, a serviço do Exército Vermelho encontravam-se depois milhares e, mais tarde, dezenas de milhares de antigos quadros de oficiais. Não era fácil incorporá-los ao novo Exército. A maioria mantinha hábitos de soldados regulares rígidos: o apego à rotina, à estreiteza e à ignorância teórica, não adaptados ao processo revolucionário.

Os primeiros protestos começaram com os mencheviques: “Assim surgem os Napoleões”, denunciavam Dan e Martov.¹⁰ Depois os comunistas de esquerda, Bukarin, Piatakov e Bubnov, em nome do espírito libertário do exército, se recusavam a aceitar ordens de ex-generais czaristas. E de maneira geral entre os bolcheviques e trabalhadores havia aversão a que estes antigos “contra-revolucionários” gozassem de liberdade e privilégios sem terem lutado pela revolução. “Espantaram-se em saber que a Revolução iria restabelecer a respeitabilidade e influencia dos *lacaio*s do czar e dos *burgueses filisteus*”.¹¹ Mesmo Lenin demorou a ser convencido dessa política.

Trotsky afirmava que nenhuma sociedade civilizada poderia prescindir de técnicos com conhecimento, treinamento e mérito e que era um absurdo pensar que alguém que tenha sido um oficial czarista, não poderia mudar e teria que permanecer para sempre um contra-revolucionário.

Os protestos cresciam à medida que os casos de traição surgiam, como a de Muraviov. Existiram os que em meio ao combate se juntavam aos Brancos,

¹⁰ Deutscher, *Trotsky o Profeta Armado*, p 437.

¹¹ Idem, p 438.

informavam segredos aos inimigos e dispunham suas tropas de modo a que fossem derrotadas. A desconfiança era total e Trotsky teve que se resguardar com várias medidas de segurança com relação a estes oficiais. Mesmo considerando que entre os especialistas militares havia elementos de valor que foram realmente ganhos para a revolução, estabeleceu punições severas para os traidores. A pena de morte era a mais corrente e mesmo não sendo ela ameaça suficiente ordenou-se que se fizessem registros das famílias destes oficiais para que o potencial traidor soubesse que sua mulher e filhos eram reféns.

Junto com a política de assimilação dos ex-oficiais czaristas Trotsky desenvolveu uma ampla política para o desenvolvimento de oficiais não comissionados vindo da classe operária afirmando que este seria o “inquebrantável corpo de oficiais da República”.¹² Estes comandantes no final da Guerra Civil significavam dois terços do Comando Geral. Entre eles: Vassili K. Blucher, metalúrgico, suboficial durante a I Guerra, chefes dos Guardas Vermelhos chegou a comandante do exército do Extremo Oriente; Simon Budyonny, assim como Egorov, é filho de camponeses, foi suboficial no exército czarista que passou a ser o Comandante do I Exército de Cavalaria; Voroshilov que era filho de ferroviário e trabalhou nas minas e em fábricas metalúrgicas, na Guerra Civil foi Comandante do X Exército e chegou a Marechal.

Além disso, Trotsky criou o cargo de Comissário do Povo que representaria o poder soviético ao lado de cada ex-oficial czarista, com a função de vigiá-lo e apreciar todas as suas ordens.

Os Comissários do Povo

Uma das geniais criações do Exército Vermelho foi a figura dos Comissários do Povo, que sintetizava a transição que vivia o Estado Revolucionário Soviético. Com a sua existência de fato existia um duplo comando em um exército único. Ele combinava a falta do domínio da técnica militar para a guerra por parte do proletariado, com seu poder de Estado.

O comandante tinha a direção das operações e o treinamento militar, mas quem vigiava sua fidelidade, garantia a moral e educação política da tropa era o Comissário. Ele era o representante direto do poder soviético. Não podia atrapalhar o trabalho do comandante e nem diminuir sua autoridade, mas tinha que observar que esta autoridade não se voltasse contra os interesses da Revolução. Poderia dar opiniões ou conselhos sobre os problemas operativos, mas a decisão era do comandante. Enfim, vigiar, elevar o nível de consciência e extirpar os elementos contra-revolucionários.¹³

A maioria era constituída de operários revolucionários comunistas. Uma ofensa contra eles era considerada um crime, mas também se tolerassem o não cumprimento de ordens por parte dos comandantes deveriam ser imediatamente destituídos e enviados aos tribunais. Por exemplo, era considerado um crime gravíssimo, podendo inclusive ser condenado à morte, se um Comissário negligenciasse listar os parentes dos familiares dos ex-oficiais ou não os detivesse se este desertasse. Por isso, Trotsky exigia que “Os comissários nomeados devem ser revolucionários irreprováveis, capazes de continuar sendo a encarnação do dever revolucionário mesmo nas condições mais difíceis.”¹⁴ Logicamente havia

¹² Cf Deutscher, *Trotsky o Profeta Armado*, p 440

¹³ Cf. Trotsky, *La Organización del Ejército Rojo*, Escritos Militares, p.65, Juan Pablos Editor

¹⁴ Trotsky, *El Ejército Rojo*, Escritos Militares, p 33. Juan Pablos Editor



rivalidades e desentendimentos, muitas vezes o ex-oficial ficava ressentido com o controle, e o Comissário, com sua subordinação militar. Trotsky escreveu que a classe operária sacrificou neste trabalho seus melhores filhos, pois centenas e milhares morreram em seus postos de comissários.

Quem elege os comandantes?

Ainda não haviam deixado de soar as maldições endereçadas à velha disciplina, quando já havíamos começado a introduzir a nova. — L. Trotsky

Da mesma maneira que com relação às milícias, os bolcheviques foram educados denunciando o militarismo e estimulando os soldados a se insurgirem contra seus comandantes, contra a disciplina e na defesa da elegibilidade dos comandantes pelos soldados. Consideravam qualquer exército como instrumento da contra-revolução. No entanto, também neste aspecto concluíram que isso somente seria conseguido depois de um longo processo histórico.

O exército revolucionário como instrumento de ação e no terreno da propaganda era incompatível com o regime de comitês eleitos, que na prática era deixar a cada unidade a decisão de que se estava ou não pela ofensiva ou defensiva, com isso o poder central não poderia fazer mais do que observar.¹⁵

Trotsky defendia que: “O pessoal de mando deveria ser eleito e controlado pelos órgãos do poder soviético e do partido comunista.”¹⁶

Para Trotsky, como o Exército e o Estado pertenciam à mesma classe, o problema das eleições era absolutamente tático. “Os soviets são eleitos por operários e camponeses, e isso pressupõe, dentro da relação de classe, que são os soviets os que nomeiam nos postos de grande responsabilidade os comissários, juízes, comandantes, chefes, etc.”¹⁷

Um exército sem generais

O Exército Vermelho aboliu a hierarquia militar tradicional, não era formado por oficiais graduados, estes foram extintos. Não tinha capitães, majores, coronéis ou generais. Era formado por comandantes: os Combrig (Comandantes de Brigada), Comdiv (Comandantes de Divisão) e Compoldiv (Comandante da Seção Política).

Isto ocorria porque acreditava-se que o comando deveria ser formado devido à confiança nos combates e na construção das estratégias militares. O que importava era o comando e não o posto. O direito a este posto era garantido pelo estudo, a dedicação, caráter e a experiência, de acordo com avaliações contínuas e individuais. Acreditava-se que uma rigorosa disciplina pode se combinar com uma ampla democracia e inclusive se apoiar nela, firmada em princípios como a solidariedade e atitudes autocríticas, de si e de seus comandantes.

Mas, em setembro de 1935, a burocracia-stalinista retornou à velha hierarquia, começando de tenente e indo até marechal. Reintroduziu o corpo de oficiais baseado no objetivo político de dar a eles um novo peso social e firmá-los como parte da burocracia estatal, criando-lhes uma série de privilégios materiais.

¹⁵ Trotsky, Introdução “O Caminho de Exército Vermelho”, Escritos Militares, Juan Pablos Editor

¹⁶ Idem.

¹⁷ Trotsky, *El Ejercito Rojo*, Escritos Militares, p. 41.

Avançar na Revolução Mundial

Houve também um debate, já após a Guerra Civil sobre o caráter do Exército Vermelho. Alguns oficiais como Tukachevsky defendiam que deveria ser construído “Estado Maior da Internacional Comunista”.¹⁸

Trotsky rejeitou a proposta com a fundamentação de que os membros não-soviéticos desse Estado Maior poderiam apenas cumprir o papel de figurantes, enquanto o proletariado não tivesse tomado o poder em seus países e criado suas próprias Forças Armadas Vermelhas. E que mesmo quando as forças armadas soviéticas fossem chamadas a desempenhar algum papel nas revoluções estrangeiras, esse deveria ser um papel auxiliar e não protagonista do processo revolucionário. Pois este teria que ficar a cargo do proletariado de cada país.

A história deu razão a Trotsky com a derrota do Exército Vermelho na Polônia, depois de ter expulsado os polacos da Bielorrússia e Ucrânia, em 1920. Apesar de que Tukachevsky nunca concordou com as causas da derrota e depositou a culpa no fato de que não teve apoio de Egorov e Budienny, porque Stalin, chefe do setor, queria conquistar Lvov antes que Varsóvia.

É verdade também que o exército polaco era um bom exército e muito mecanizado e tinha entre seus conselheiros militares o general Weygand e o capitão Charles de Gaulles.

Mas o fundamental é que exceto as greves dos poços de carvão de Dombrowa, a classe operária ficou contra o que considerou a invasão de seu país. Ao fim, Lenin, que apoiava o ataque, reconheceu: “Demos um passo maior que nossas pernas”.

Os comandantes do exército revolucionário

Os expurgos de Stalin privaram o Exército Vermelho de alguns de seus mais competentes comandantes, justamente às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Mais de 30.000 oficiais foram destituídos, presos, enviados para gulags e fuzilados. Isso custou mais de 13 milhões de mortos aos soviéticos na Segunda Guerra. Budyonny e Vorochilov, que escaparam das “purgas” e viraram Marechais e se uniram a Stalin, fracassaram de maneira grandiosa na Segunda Guerra. O primeiro foi massacrado na Ucrânia pelos alemães, entregou Kiev e teve mais de 65.000 soldados presos, o segundo foi derrotado no Cáucaso.

Trotsky, o chefe do Exército Vermelho

Sem erros nada se faz; sobretudo não uma revolução. No entanto, é conveniente reduzi-los ao mínimo— L. Trotsky

Trotsky sempre destacou o papel imprescindível de Lenin nos momentos decisivos de Outubro. Lenin dava este mesmo papel a Trotsky durante a guerra civil.

Citem-me um homem que seja capaz de levantar, no prazo de um ano, um exército quase modelo e que, além disso, consiga conquistar o respeito dos especialistas militares! Pois nós temos este homem! E com isso podemos fazer maravilhas.¹⁹

¹⁸ Cf. “A guerra de classes”

¹⁹ Citado por Luis Carreras, tradutor, no Prólogo dos Escritos Militares de Leon Trotsky, edição publicada no México em 1975, de uma citação de Gorki.

Dossiê Revolução Russa 90 Anos

Clausewitz afirmava que a guerra é um instrumento político e como a direção dela é igualmente política, esta somente substituiu a pena pela espada. Deutscher afirmava que na construção do Exército Vermelho Trotsky usou a espada e a pena.

Leon Davidovitch Trotsky foi nomeado em março de 1918 Comissário de Guerra e Presidente do Supremo Conselho de Guerra. Percorreu pessoalmente todo o país em um comboio blindado que ia de uma frentes de batalha à outra durante dois anos e meio.

Além dos debates teóricos e políticos sobre a questão militar, Trotsky atuou no campo de batalha. Quando o Exército Vermelho fugiu apavorado de Kazan, dois dias depois ele foi para lá. Decretou o recrutamento compulsório, puniu os comunistas arrivistas que buscavam privilégios no Exército Vermelho e os funcionários burocráticos e ineficientes. Montou um Tribunal Militar Revolucionário e estabeleceu estado de sítio em toda região. Dirigiu-se aos soldados em pânico despejando sobre eles torrentes de otimismo e disposição revolucionária. Os Comissários locais pediram que ele se retirasse para um lugar mais seguro, mas temendo um efeito negativo sobre os soldados, ficou. Acompanhou os marinheiros de Kronstadt em uma pequena frota que trouxeram para o Volga, responsável por silenciar as baterias brancas do outro lado. Ali conheceu e lutou ao lado de Vatzetis, Tukachevsky e Ivan Smirnov, além de Raskolnikov e Mezhlauk, estes homens foram o comando do V Exército. Depois dessa batalha, submeteu à corte marcial um Comandante e um Comissário de regimento que retiraram seus homens da linha de frente, foram fuzilados. “Covardes, canalhas e traidores não escaparão das balas”.²⁰

Atitudes como essa foram usadas pelo stalinismo para acusá-lo de haver fuzilado comunistas na linha de frente, tentando mostrá-lo como um inimigo dos militantes comunistas. Da mesma maneira como incentivavam rumores de que era amigo dos oficiais czaristas, acusações que nunca foram provadas.

Trotsky defendia também ser magnânimo com o inimigo que reconhecesse seus crimes e estivesse disposto a depor armas e servir honestamente ao Estado Operário. “Morte aos traidores! Mas misericórdia aos inimigos que se converteram e pedem clemência!”²¹

As vitórias no Volga impulsionam o Exército Vermelho e mudam o curso da Guerra Civil. Trotsky passa então a inspecionar todas as frentes e deixa E. M. Sklianski, o “Canot da Revolução Russa”, realizando as atividades diárias no Conselho. Depois, deslocou-se para a Ucrânia, tentando montar o exército em péssimas condições.

Em outubro de 1919, Petrogrado é seriamente ameaçada pelas forças de Yudenich. A tal ponto que Lenin propõe a retirada para Moscou, resguardando ainda a possibilidade de uma retirada até os Urais. Trotsky protestou vigorosamente contra. Propôs que o mandassem a Petrogrado apresentando todo um plano de emergência. Assim foi feito, com seu deslocamento para Petrogrado, Stalin foi enviado para a frente sul em seu lugar. A resistência foi feita por tropas regulares, Guardas Vermelhos e destacamentos de mulheres que combateram com “loucura heróica” nas palavras do próprio Yudenich.²² Trotsky conseguiu derrotar os brancos em quinze dias. A seguir, o Exército Vermelho avançou em direção a Kiev, e Kolchak foi totalmente derrotado na Sibéria. Trotsky foi aclamado como o “Pai da Vitória” e recebeu a “Ordem da Bandeira Vermelha”.

²⁰ Deutscher, Trotsky o Profeta Armado, p. 448, citando Kak Vooruzhalas Revolutsia, Trotsky, Volume I.

²¹ Trotsky, *Acerca de los oficiales engañados por Krasnov*, Escritos Militares, p. 70, Juan Pablos Editor.

²² Cf. Deutscher, *Trotsky, o Profeta Armado*, p. 473, Civilização Brasileira.

Frunze, o “Guerreiro da Revolução”

Mikhail Vassilievitch Frunze morreu em outubro de 1925, para Trotsky ele era *“um dos mais destemidos, um dos melhores, um dos mais dignos lutadores”*.

Frunze era um típico bolchevique, foi estudante universitário mas aderiu ao partido em 1904. No início de 1905 foi deslocado para a região industrial de Ivanovo-Voznecensk para realizar o trabalho revolucionário entre os trabalhadores da indústria têxtil. Em 1907, foi preso e condenado à morte, sendo a pena depois transformada em seis anos de trabalhos forçados, por participação em resistência armada contra a polícia czarista: atirou em um comissário de polícia. Cumpriu sua sentença na Sibéria.

A partir de 1914, organizou o trabalho militar entre os círculos de exilados, o qual denominou de *“Academia Militar”*.

Em 1916 foi enviado para a realização de trabalho revolucionário entre as forças militares czaristas da Frente Ocidental onde clandestinamente ingressou na composição do Comitê do Frente Ocidental da União dos Distritos de Toda a Rússia.

Durante a Revolução de 1917, estava em Ivanovo-Voznecensk fazendo propaganda entre os trabalhadores da indústria têxtil, agitando, organizando, dirigindo combates. Depois de Outubro participou, em julho de 1918, do esmagamento da insurreição dos Socialistas-Revolucionários (SRs) de Esquerda, em Moscou.

Durante a Guerra Civil, exigiu do Comitê Central que fosse enviado para a frente de batalha e aí começou sua história de comandante. Foi nomeado Comandante do 4º Exército da Frente Oriental, responsável pela organização da ofensiva que despedaçou os principais regimentos do exército de Koltchak. Depois foi para o Turquestão e aniquilou o Exército Branco, comandado pelo General Belov, e, em seguida, o Exército Branco dos Urais.

Em novembro de 1920, ingressou no comando do Exército do Frente Meridional, e destruiu as forças intervencionistas do General Barão Peter Wrangel e libertou a Crimeia. Foi, então, comandante das Forças Armadas Ucrânicas e Crimeianas, e desbaratou os bandos anarquistas ucranianos insurrecionais, comandados por Nestor Makhno.

O Comitê Central formou a opinião de que onde existisse dificuldade, onde existisse no fronte vacilação, onde se exigia coragem fora do comum, vontade firme, rápido golpe de vista, para lá Frunze haveria de ser enviado. Em 1925, foi nomeado Presidente do Conselho Militar Revolucionário da URSS e Comissário do Povo para o Exército e a Marinha (Comissário da Guerra), em substituição a Trotsky. Foi estreito colaborador de Zinoviev e Kamenev, e progressivamente entrou em conflito com as posições defendidas por Stalin. Trotsky duvidava que sua morte tivesse sido natural, pois ela interessava muito a Stalin para nomear Voroshilov comandante do Exército.

Tukatchevsky, o “Bonaparte Vermelho”

Mikhail Tukachevsky era de família nobre. Como tenente das Forças Armadas Czaristas, combateu ativamente na I Guerra Mundial. Após a vitória da Revolução Socialista de Outubro de 1917, Tukachevsky aderiu, de corpo e alma, ao

Dossiê Revolução Russa 90 Anos

bolchevismo e tornou-se oficial das Forças Armadas Vermelhas. Já em 1918, assumiu a defesa militar de Moscou.

Em 1920, Trotsky investiu-o no Comando do V Exército Vermelho. Nessa condição, Tukachevsky organizou a captura da Sibéria e a derrota do General Branco Alexander Koltchak. Depois contribuiu resolutamente para a derrota do General Branco Anton Denikin, na região da Criméia.

Combateu na Campanha da Polônia de 1920, exercendo funções de principal comandante das Forças Armadas Vermelhas. Em março de 1921, foi um dos principais dirigentes militares, incumbidos do esmagamento da Insurreição Armada Contra-Revolucionária de Kronstadt, junto com Pavel Dybenko. Depois, com o Sétimo Exército, é enviado ao sul de Moscou para sufocar a revolta dos SRs de direita dirigidos por Antonov.

Mas em 1925 quando Voroshilov substitui Frunze, seu primeiro ato foi destituir Tukachevsky de todos os seus cargos. Politicamente era próximo do grupo de Bukharin e Rykov. Tornou-se em 1935, Marechal das Forças Armadas Vermelhas. Mas em junho de 1937 ele e outros sete altos comandantes foram presos, entre eles Vassili K. Blucher, Comandante do Distrito de Bielorrússia, Gamarnik, vice-comissário de Defesa e Iona Yakir, do Comando militar de Kiev, acusados de atuarem como conspiradores. Tuka, em particular, foi acusado de “Conspiração Demoníaca” com o General da SS Nazista Richard Heidrich e o General Werner von Fritsch, visando à derrubada de Hitler e Stalin. Denunciado por Karl Radek, foi julgado culpado e sumariamente executado ■

Como funcionam os soviets

John Reed, jornalista americano de grande talento, entre os melhores de seu país, visitou durante vários meses a Rússia soviética acompanhado por sua mulher, também ela escritora de renome. De volta aos Estados Unidos, John Reed publicou as suas impressões sobre a Rússia bolchevique, e estas, por sua objetividade, provocaram uma enorme sensação. O trabalho que se segue apresenta uma imagem viva e realista do modo de funcionamento do regime dos soviets, e seria supérfluo sublinhar o seu imenso valor como documento. Foi escrito entre 1918 e 1919, ainda no calor da Revolução de Outubro e mostra, num texto vivo e por vezes emocionante, como a Revolução Russa levou a verdadeira democracia operária a limites nunca vistos. Os trabalhadores tomaram em suas mãos a direção do Estado, se organizaram livremente, expressaram livremente suas idéias, deram asas à sua criatividade, elegeram e revogaram os seus dirigentes, começaram a construir com suas mãos o seu próprio destino

JOHN REED

No meio das injúrias e das mentiras que se levantam de todos os lados contra a Rússia dos soviets sobressaem os clamores terríficos: “Não há nenhum governo na Rússia!”, “Não há nenhuma organização dos operários russos!”, “Lá não se trabalha!”. A calúnia é sistemática.

Como todos os socialistas sabem, como eu próprio sei – e como estava presente quando da Revolução Russa, posso testemunhá-lo – existe hoje em Moscou e em qualquer cidade, em qualquer aglomerado do país, um organismo político complexo apoiado pela grande maioria da população e que funciona de um modo tão satisfatório quanto é possível funcionar um governo popular de formação recente.

Os operários russos, sob pressão da necessidade e das exigências da vida, criaram uma organização econômica que está em vias de se transformar numa verdadeira democracia operária. Apresentarei um esquema descritivo da estrutura do Estado dos Soviets.

A história dos soviets

O Estado dos Soviets baseou-se nos conselhos dos operários e camponeses. Esses conselhos – instituição característica da Revolução russa – fizeram a sua aparição em 1905, quando durante a primeira greve geral dos operários, as fábricas de Petrogrado e as organizações sindicais enviaram delegados a um comitê central.

Este comitê de greve foi chamado “Conselho dos Deputados Operários”. Ele organizou no fim de 1905 a segunda greve geral, enviou emissários por toda a Rússia e, durante um breve espaço de tempo, foi reconhecido pelo governo imperial como órgão oficial e autorizado da classe operária revolucionária russa.

Quando a Revolução de 1905 fracassou, uma parte dos membros do Conselho pôs-se em fuga enquanto que os outros eram enviados para a Sibéria. Mas esse

tipo de organização unitária mostrou-se tão extraordinariamente eficaz, enquanto organismo político, que todos os partidos revolucionários incluíram um Conselho dos Deputados Operários no seu programa para a próxima sublevação.

Em março de 1917, quando perante toda a Rússia agitada como um mar em fúria, o czar abdicou, o grã-duque Miguel renunciou e a frágil Duma foi forçada a tomar nas mãos as rédeas do governo, o Conselho dos Deputados Operários surgiu de novo, completamente estruturado. Em poucos dias ampliou-se de modo a incluir também delegados do exército e passou a chamar-se Conselho dos Deputados Operários e Soldados. Por outro lado, o Comitê da Duma era composto — com a exceção de Kerenski — por burgueses, e não tinha qualquer relação com as massas revolucionárias.

Mas era preciso combater, era necessário restabelecer a ordem, era preciso defender a frente. Os membros da Duma não sabiam como cumprir essas múltiplas tarefas; foram obrigados a recorrer aos representantes dos operários e dos soldados. Em outras palavras, aos Conselhos. Os Conselhos tomaram parte na ação revolucionária, no trabalho de coordenação dos diferentes setores de atividade e manutenção da ordem. Em resumo, assumiram a tarefa de defender a revolução contra a traição burguesa.

A partir do momento em que a Duma foi obrigada a apelar para os Conselhos, começaram a coexistir na Rússia dois organismos governamentais. Eles entraram em competição e isto até novembro de 1917, data na qual os soviets, sob a direção dos bolcheviques, derrubaram o governo de coligação.

Como já disse, os soviets eram então compostos por operários e soldados; pouco depois formaram-se soviets de camponeses. Na maior parte das cidades os soviets dos operários e soldados uniram-se e realizaram em conjunto o seu Congresso Pan-russo. Ao contrário, os soviets de camponeses foram mantidos separados pelos elementos reacionárias que os dirigiam e só se uniram aos operários e soldados depois da Revolução de Outubro e da constituição do Governo dos Soviets.

A constituição dos soviets

O soviets baseou-se diretamente nos operários das fábricas e nos camponeses do campo. Os soviets dos deputados soldados existiram até o início do ano de 1918. Foram abolidos depois da desmobilização do antigo exército e do tratado de Brest-Litovsk; os soldados foram então integrados às fábricas e às instituições agrícolas.

Inicialmente, os delegados dos soviets dos operários, dos camponeses e dos soldados eram eleitos segundo regras que variavam com as necessidades ou a quantidade da população nos diferentes locais. Em certas aldeias, os camponeses elegeram um delegado por cada cinquenta votantes. Os soldados das guarnições enviaram um certo número de delegados por cada regimento, proporcionalmente à força deste, mas o exército em campanha estabeleceu um sistema eleitoral diferente. Do mesmo modo, os operários nas grandes cidades perceberam rapidamente que os seus soviets tornar-se-iam demasiado grandes se não limitassem o número dos representantes a um por cada quinhentos votantes. Os primeiros congressos pan-russos dos soviets foram convocados segundo um sistema de um delegado por cada 25 mil votantes; mas, de fato, os delegados representavam massas eleitorais quantitativamente diversas.

Até fevereiro de 1918 não importava quem podia votar para eleger deputados aos soviets. Se a burguesia tivesse exigido e organizado sua representação nos soviets, isto ter-lhe-ia sido permitido. Por exemplo, durante o regime do Governo Provisório houve uma representação burguesa no soviets de Petrogrado: um delegado da União das profissões liberais, que incluía médicos, advogados, professores e outros profissionais.

Em março, a constituição dos soviets foi elaborada mais profundamente e universalmente aplicada. O direito de sufrágio foi limitado:

a) aos cidadãos da República Socialista Russa que tivessem 18 anos completos ao dia das eleições.

b) a todos aqueles que ganhavam a vida com um trabalho produtivo e útil para a sociedade e fossem membros das organizações sindicais.

Não tinham direito a votar:

a) os que utilizavam o trabalho de outras pessoas para dele tirarem lucro,

b) os que viviam de uma renda não ganha com o seu trabalho,

c) os comerciantes e agentes do comércio privado,

d) os membros das comunidades religiosas,

e) os antigos membros da polícia e da gendarmeria,

f) os membros da antiga família reinante,

g) os deficientes mentais,

h) os surdos-mudos,

i) os condenados por delitos infames,

j) os agentes de empresas lucrativas.

No que se refere aos camponeses, mil camponeses enviavam um representante ao soviets do Volost ou aldeia: os soviets dos Volostes enviavam delegados ao soviets do distrito que, por sua vez, os enviava ao soviets do Oblast ou da província. Para fazer parte deste eram igualmente eleitos delegados dos soviets operários da cidade.

O soviets dos Deputados Operários e Soldados de Petrogrado, que estava em plena atividade quando me encontrava na Rússia, pode oferecer um exemplo do funcionamento da organização governamental urbana do Estado socialista. Era formado por cerca de 1.200 delegados e, em circunstâncias normais, fazia uma sessão plenária de duas em duas semanas. Ao mesmo tempo, nomeava um “Comitê Executivo Central” de 110 membros eleitos numa base de representação proporcional aos partidos; este Comitê Executivo Central convidava, para participar nos seus trabalhos, membros do Comitê Central de todos os partidos, do Comitê Central dos sindicatos profissionais, comissões das empresas e outras organizações democráticas. A par do grande soviets da cidade existiam ainda soviets de bairros, constituídos por delegados de cada bairro no soviets da cidade e responsáveis pela administração dos respectivos setores urbanos.

Naturalmente, em certos bairros não existiam fábricas e, por isso, não tinham governo; e não havia representante desses bairros no soviets da cidade nem do bairro. Mas o sistema dos soviets é extremamente maleável, e se os cozinheiros ou empregados domésticos ou ainda os cocheiros desse bairro se organizavam e pediam para estar representados, os delegados aceitavam-nos.

A eleição dos delegados é baseada na representação proporcional, o que quer dizer que os partidos políticos são representados proporcionalmente ao número

dos votantes da cidade. De tal maneira que se vota num partido e num programa político e não na pessoa dos candidatos. Os candidatos são designados pelo Comitê Central do partido político e podem ser substituídos por outros membros do partido. E mais: os delegados não são eleitos por um período determinado, mas susceptíveis de serem revogados a qualquer momento.

Nunca foi criado qualquer corpo político tão maleável e que responda dessa forma à vontade popular. E isto era tanto mais necessário quanto no decurso de uma revolução a vontade popular muda muito rapidamente. Um exemplo entre tantos outros. Durante a primeira semana de dezembro de 1917 realizaram-se algumas manifestações a favor da Assembléia Constituinte, isto é, contra o poder dos soviets. Guardas vermelhos irresponsáveis atiraram então contra um dos cortejos e fizeram alguns mortos. A reação perante esta violência estúpida foi imediata: em doze horas, foi modificada a constituição do soviet de Petrogrado; mais de uma dúzia de deputados bolcheviques foram demitidos e substituídos por mencheviques.

Apesar disso foram necessárias três semanas para acalmar o ressentimento público e permitir a convocação e a reintegração dos bolcheviques.

O Estado dos Soviets

Pelo menos duas vezes por ano chegam de toda a Rússia delegados ao Congresso Pan-russo dos Soviets. Em teoria, esses delegados são escolhidos em eleições populares diretas: nas províncias, à razão de um delegado para 125.000 votantes e, nas cidades, à razão de um para 25.000. Mas na prática eles são apenas eleitores entre os membros dos soviets provinciais e urbanos. Uma sessão extraordinária do Congresso pode ser convocada em qualquer momento a pedido do Comitê Executivo Central pan-russo ou de soviets representando um terço da população operária da Rússia.

Esse Congresso é composto por cerca de dois mil delegados. Reúne-se na capital como Grande Soviet e delibera sobre pontos essenciais da política nacional. Ele elege um Comitê Executivo Central, semelhante ao Comitê Central do Soviet de Petrogrado, que convoca por convites os delegados dos comitês centrais de todas as organizações democráticas.

Esse Comitê Executivo Central dos Soviets de toda a Rússia desenvolveu-se de tal maneira que se tornou o Parlamento da República Soviética. Compõe-se de cerca de trezentos e cinquenta e cinco membros. Entre cada sessão do Congresso Pan-russo ele é a autoridade suprema, mas a sua ação é limitada pela linha fixada no último Congresso; ele é completamente responsável por todos os seus atos até o Congresso seguinte.

Por exemplo, o Comitê Executivo Central pode – e assim tem feito na realidade – ordenar que fosse assinado o tratado de paz com a Alemanha. Mas não pode torná-lo obrigatório para a Rússia. Só o Congresso Pan-russo tem autoridade para isso.

O Comitê Executivo Central elege no seu seio onze comissários que serão os chefes das Comissões das quais dependem. Estes comissários podem sempre ser revogados e são estritamente responsáveis perante o Comitê Executivo Central. Por sua vez, os comissários elegem um chefe ou presidente. Quando foi constituído o governo dos soviets, esse chefe foi Lenin. Se a sua direção não tivesse sido aprovada,

Lenin poderia ser revogado a qualquer momento pelos delegados da massa do povo russo ou, depois de algumas semanas, diretamente pelo próprio povo russo.

A principal função dos soviets é a defesa e a consolidação da revolução. Eles exprimem a vontade política das massas não só em todo o país, no Congresso Pan-russo, mas também em cada uma das suas seções onde a sua autoridade é praticamente suprema.

Esta descentralização é efetiva, pois são os soviets locais que criam o governo central e não o governo central que cria os órgãos locais. Mas apesar da autonomia local, os decretos do Comitê Executivo Central e as ordens dos comissários têm força de lei para todo o país. Efetivamente, na República dos Soviets, não são os interesses regionais ou de grupos que devem prevalecer, mas a causa da Revolução, que é a mesma em todo o lado.

Observadores mal informados, na maior parte intelectuais da classe média, repetem sem cessar que são favoráveis aos soviets mas contra os bolcheviques. É um absurdo. Certamente que os soviets são os organismos representativos mais perfeitos da classe operária, mas eles são também os instrumentos da ditadura do proletariado contra a qual, com toda a evidência, se opõem os partidos antibolcheviques. Por isso, a medida de adesão do povo à política da ditadura proletária não é fornecida apenas pelo número dos membros do Partido Bolchevique ou Partido Comunista, mas também pelo desenvolvimento e a atividade dos soviets locais em toda a Rússia.

O exemplo mais revelador desse fato é dado pelos camponeses que não se puseram à cabeça da revolução e cujo interesse primordial e exclusivo foi confiscar a grande propriedade. Desde o início, o soviet dos Deputados Camponeses não teve praticamente outra função que não fosse a de resolver o problema da terra. O fracasso da solução apresentada pelo governo de coligação nascente não fez senão com que os camponeses prestassem atenção aos aspectos sociais do problema, levados a isso pela propaganda contínua da ala esquerda do Partido Socialista Revolucionário, pelos bolcheviques e pelo regresso à aldeia dos soldados revolucionários. O partido tradicional dos camponeses é o Partido Socialista Revolucionário. A grande massa inerte da população dos campos, cujo único interesse era a terra e que não tinha nem psicologia combativa nem iniciativa política, não quis saber nada dos soviets. Mas os camponeses que não participaram nos soviets aliaram-se muito depressa à idéia da ditadura do proletariado, convertendo-se em sustentáculos ativos do governo dos soviets.

No gabinete do Comissariado para a Agricultura, em Petrogrado, havia um mapa da Rússia com alfinetes de cabeça vermelha espetados, cada um indicando um soviet de Deputados Camponeses. Quando vi pela primeira vez esse mapa dependurado na velha sede dos camponeses, os sinais vermelhos estavam espalhados aqui e acolá numa enorme extensão e durante algum tempo o seu número não aumentou. Nos primeiros oito meses da revolução havia províncias inteiras onde existiam soviets de camponeses apenas numa ou duas grandes cidades e algumas raras aldeias. Mas depois da Revolução de Outubro podia ver-se toda a Rússia tornar-se vermelha e pouco a pouco, de aldeia em aldeia, de comitê em comitê, de província em província propagava-se a idéia da formação dos conselhos camponeses.

No momento da insurreição bolchevique poder-se-ia eleger uma Assembléia Constituinte tendo uma maioria contrária aos soviets. A coisa teria sido impossível



um mês mais tarde. Assisti a três Congressos Pan-russos de Camponeses em Petrogrado. Os delegados presentes eram socialistas revolucionários de direita. Estavam reunidos (e eles realizavam sempre reuniões muito agitadas) sob a presidência de conservadores do tipo de Avksentiev e de Peshkanov.

Poucos dias depois eles viraram à esquerda, ficando sob a direção de pseudoradicais do tipo de Tcherniov. Alguns dias mais tarde a maioria tornou-se extremamente radical e Maria Spiridonova foi eleita para a presidência. Foi então que a maioria conservadora se separou, formando um Congresso de dissidentes que, pouco depois, estava reduzido a nada, enquanto que o corpo principal tinha enviado delegados ao palácio Smolny para se unirem aos soviets. As coisas caminharam sempre dessa maneira. Jamais esquecerei o Congresso dos Camponeses que se realizou no final de novembro; Tchernov lutou pela direção e foi vencido. Deu-se então um acontecimento maravilhoso. Uma procissão cinzenta de trabalhadores da terra dirigiu-se para o palácio Smolny. Atravessou cantando as ruas cobertas de neve, bandeira vermelha desfraldada, esvoaçando ao vento glacial do inverno. Era uma noite escura. No interior do Smolny centenas de operários esperavam para receber os seus irmãos camponeses; na penumbra, os dois cortejos avançando um para o outro encontraram-se; caíram todos nos braços uns dos outros vertendo lágrimas e lançando gritos de alegria.

As comissões agrárias e as organizações operárias

São os soviets que votam as leis, que institucionalizam as transformações econômicas fundamentais, mas essas leis só podem ser aplicadas pelas organizações populares locais. Assim, o confisco e a distribuição da terra foram confiados a comissões agrárias compostas por camponeses e eleitas pelos trabalhadores rurais por instigação do príncipe Lvof, primeiro presidente do Governo Provisório. Certamente que, na altura, o mínimo que se podia fazer era resolver o problema da terra, dividir as grandes propriedades e distribuí-las aos camponeses. Assim, o príncipe Lvof convidou as populações rurais a elegerem comissões *ad hoc*, cujo objetivo era não só estudar as necessidades da agricultura, mas igualmente examinar e determinar o valor dos bens imóveis. Contudo, quando estas comissões tentaram funcionar, os proprietários das terras impediram-no.

Nessas condições, logo que os soviets tomaram o poder, a sua primeira medida foi a promulgação do decreto relativo à terra. Procedeu-se assim à realização de um projeto não completamente bolchevique, mas o programa elaborado na base de muitas centenas de petições camponesas. O decreto abolia definitivamente qualquer direito privado sobre a terra e sobre os recursos naturais da Rússia, e conferia às comissões a missão de distribuir a terra aos camponeses enquanto o problema não fosse definitivamente resolvido pela Assembléia Constituinte. Dissolvida a Constituinte, o decreto tornou-se definitivo.

Com exceção de algumas disposições gerais e de uma parte do decreto relativo à emigração, proposta como solução nos locais em que a população era demasiado numerosa, as particularidades do confisco e distribuição eram inteiramente entregues à iniciativa das comissões locais.

Kalagaief, primeiro comissário para a Agricultura, reuniu uma série de regulamentos para servirem de guia aos camponeses na sua ação; contudo, Lenin, num

discurso pronunciado diante do Comitê Executivo Central, incitou o governo a deixar aqueles livres para regularizarem a coisa por meios revolucionários, convidando apenas os camponeses pobres a unirem-se para combater os ricos. “Não esqueçam”, diz Lenin “que a cada camponês rico se oponham dez pobres”.

Naturalmente nenhum trabalhador rural podia apropriar-se da terra, mas podia tomar a parte que desejasse e cultivá-la como se fosse sua. Todavia a política do governo visava, através da ação das comissões locais, combater esta tendência: os camponeses que desejassem agir como se fossem proprietários eram livres de o fazer, mas nesse caso não recebiam qualquer ajuda do governo. As administrações cooperativas agrícolas, pelo contrário, recebiam créditos, sementes, instrumentos de trabalho e uma direção técnica moderna. A todas as comissões agrárias eram postos à disposição agrônomos, engenheiros hidráulicos e florestais e, para coordenar a ação das instituições locais, elegia-se um organismo chamado Comissão Agrária Central, com sede na capital, e que estava em contato direto com o Comissariado para a Agricultura.

Na Rússia, as organizações operárias do tipo das que existem atualmente têm menos de vinte anos de existência. Antes da Revolução de 1905, a organização sindical dos operários estava pouco desenvolvida e era proibida por lei. Durante a Revolução de 1905, os membros das organizações profissionais eram cerca de cinquenta mil e a reação de 1906 dispersou-os com um rigor extremo. As organizações russas tiveram um desenvolvimento artificial. Foram criadas por intelectuais que, depois de um estudo científico das organizações operárias de outros países, traçaram no papel o plano da federação operária ideal (combinação dos sindicatos franceses com as organizações do tipo alemão) e aplicaram-no na Rússia. As organizações russas têm um caráter industrial e uma dimensão maior. Por exemplo, tanto os operários de uma fábrica de canhões como os carpinteiros que fazem carroças são membros da Federação dos operários metalúrgicos.

Durante os primeiros três meses da revolução, o número de operários organizados elevou-se a mais de duzentos mil; cinco meses mais tarde ultrapassava um milhão e, após dez meses caminhava para os três milhões. As organizações esforçaram-se por obter salários mais altos, horários mais curtos e melhores condições de trabalho. Pediram um gabinete de arbitragem e representação no Ministério do Trabalho do Governo Provisório. Mas isso não bastava aos operários russos em revolução.

Apesar de uma grande parte ter entrado para as organizações, numerosos operários não viam a necessidade de se organizarem, e a luta entre as massas e os grandes industriais era feita pelas Federações de um modo lento e confuso. Então, como foi o caso dos comitês dos soldados em campanha, a constituição das organizações formou-se de uma tal maneira que elas voltaram-se para uma política inspirada por elementos reacionários desejosos de travar a rápida pulsação da vida das grandes massas. Desse modo, no momento da revolução bolchevique, o Comitê Central dos operários telefônicos, dos empregados dos postos e telégrafos e dos ferroviários puderam entrar em greve contra os bolcheviques instalados no Instituto Smolny e, durante um certo tempo, isolá-los de toda a Rússia. Isto, a despeito da maioria revolucionária dos operários, que convocaram as suas assembléias e condenaram a direção política dos antigos dirigentes, elegendo novos comitês.

As comissões internas de fábricas

Quando ocorreu a Revolução de Fevereiro, os proprietários e diretores de inúmeros estabelecimentos industriais abandonaram-nos ou foram controlados pelos operários. Este foi muito particularmente o caso das empresas do Estado, entregues aos empregados irresponsáveis do czar.

Encontrando-se sem dirigentes, sem fiscalização e, muitas vezes, também sem engenheiros e empregados administrativos, os operários viram-se colocados diante da alternativa de tomar nas suas mãos a direção do trabalho ou morrer de fome. Uma comissão foi designada, elegendo um delegado por cada seção da fábrica. Essa comissão procurou dar continuidade à produção da fábrica. Naturalmente que no início a coisa parecia desesperada. Certamente que, deste modo, poder-se-iam coordenar as funções das diversas seções, não obstante a falta de uma formação técnica dos operários ter provocado algumas vezes resultados catastróficos.

Estávamos lá quando, durante uma assembléia de fábrica, um operário se levantou e disse: “Camaradas! Com que é que nos preocupamos? O problema do pessoal técnico não apresenta dificuldades. Vejamos. O patrão não era um técnico, o patrão não tinha os conhecimentos de um engenheiro ou de um químico ou mesmo de um administrador. Todo o seu papel reduzia-se a ser o proprietário. Quando necessitava de auxílio técnico, pagava às pessoas que lho podiam fornecer. Pois bem! Agora somos nós os patrões. Vamos pagar aos engenheiros e aos administradores que trabalharão para nós”.

Nas empresas do Estado, o problema era relativamente simples já que a revolução expulsara automaticamente o “patrão” e ninguém o tinha substituído. Mas quando as comissões de fábrica se estenderam às empresas privadas, foram insidiosamente combatidas pelos proprietários, a maior parte dos quais tinham cessado os acordos com as organizações.

Nas empresas privadas as comissões internas foram igualmente resultado de uma necessidade. Depois dos três meses de revolução, durante os quais a classe média e as organizações operárias trabalharam em conjunto numa atmosfera de utópica harmonia, os industriais começaram a alarmar-se com o poder e as ambições crescentes das organizações operárias, do mesmo modo que os proprietários das terras se assustaram com as novas condições rurais, os dirigentes dos soviets e os comitês de soldados. Na primeira metade de junho começou uma campanha mais ou menos consciente de toda a burguesia para deter a revolução e destruir as organizações democráticas. Os industriais projetaram quebrar tudo na raiz, desde as comissões internas até os soviets. O exército foi desorganizado, privado de armas, de víveres e munições. Certas posições foram entregues aos alemães, Riga, por exemplo. Nos campos aconselharam-se os camponeses a esconder o grão, provocando tais desordens que se deu assim oportunidade aos cossacos de restabelecer a ordem.

A seguir, no setor industrial, o mais importante de todos, procedeu-se à sabotagem das máquinas e da produção em geral, boicotaram-se os transportes; as minas de carvão, de metais e as outras fontes de matérias primas foram prejudicadas de mil e uma maneiras. Fazem-se esforços para minar a atividade das empresas e recolocar os operários sob o jugo do antigo regime econômico.

Assim os trabalhadores viram-se forçados a defender-se. A comissão interna de fábrica foi reorganizada. Pode-se dizer que os operários russos cometeram erros, mesmo atos ridículos, e em todo o mundo isto foi lamentado; eles exigiram salários impossíveis, tentaram aplicar processos científicos de elaboração complicada sem terem experiência suficiente e mesmo, em certos casos, pediram ao patrão para voltar e assumir a administração dos seus bens. Mas esses casos foram raros. Na maioria das empresas os operários encontraram recursos suficientes para dirigir a indústria sem os patrões.

Os proprietários tentaram falsificar os livros, esconder as encomendas; a comissão interna foi obrigada a controlar os livros. Os proprietários procederam de maneira a que os trabalhos caminhassem mal e a comissão teve de montar guarda para que nada entrasse ou saísse da empresa sem autorização.

Quando as fábricas estavam prestes a fechar por falta de combustível ou matérias primas, as comissões internas foram obrigadas a enviar emissários através da Rússia, às minas, aos poços de petróleo do Cáucaso, às plantações de algodão da Criméia. Igualmente para a venda dos seus produtos, os operários tiveram de enviar delegados especiais. Havendo carência nas estradas de ferro, fizeram acordos com as federações dos ferroviários a fim de obter meios de transporte. Por fim, para se defenderem dos fura-greves, a comissão encarregou-se também da contratação e demissão do pessoal.

Desse modo, a comissão interna de fábrica, saída do caos russo, foi obrigada, por força das circunstâncias, a aprender a gerir a empresa; de maneira que, quando surgiu o momento, puderam sem inconvenientes de maior monta, assumir o controle.

Como exemplo da elaboração das massas podemos mencionar o fato de que os duzentos mil pouds² de carvão tirados em dezembro das reservas da frota do Báltico foram destinados pelas comissões dos marinheiros a manter em atividade as fábricas de Petrogrado durante a falta de carvão.

Os estabelecimentos Obucov, empresas metalúrgicas que trabalhavam para a marinha de guerra, tinham como dirigentes da sua comissão interna um russo-americano chamado Petrovsky, bastante conhecido na América como anarquista. Um dia o chefe da produção dos torpedos disse a Petrovsky que aquela iria parar dada a impossibilidade, de onde estavam, encontrar certos tubos pequenos usados no seu fabrico e fornecidos por uma fábrica cujos produtos tinham sido vendidos três meses atrás. O fechamento da seção dos torpedos provocaria o desemprego de 400 operários. “Arranjar-vos-ei os tubos”, disse Petrovsky e dirigiu-se diretamente à fábrica onde eles eram fabricados e em vez de falar com o diretor, procurou o dirigente da comissão interna: “Camarada, disse-lhe, se dentro de dois dias não tivermos estes tubos a nossa produção de torpedos parará e 400 operários ficarão sem trabalho”. O chefe da comissão procurou nos seus livros e descobriu que alguns ilhares de tubos tinham sido reservados por três estabelecimentos privados vizinhos. Dirigiu-se para lá com Petrovsky e entrou em contacto com os dirigentes das comissões internas. Constatou-se que nas duas fábricas os tubos não eram imediatamente necessários; no dia seguinte a fábrica Obucov tinha à sua disposição o material necessário e a oficina de torpedos não foi fechada.

Dossiê Revolução Russa 90 Anos

Havia em Novgorod uma fábrica de tecidos. Quando começou a revolução o patrão declarou: “A situação é confusa; enquanto durar a revolução não podemos tirar nenhum lucro. Vamos pois suspender o trabalho até que as coisas fiquem mais claras”. Assim se fez e o pessoal dos escritórios, assim como os químicos, engenheiros e diretores tomaram o comboio para Petrogrado. Mas no dia seguinte a fábrica foi reaberta pelos trabalhadores.

Esses trabalhadores eram talvez um pouco mais ignorantes do que a maior parte dos outros trabalhadores, não conheciam os processos técnicos da produção, da direção e de venda. Eles nomearam uma comissão interna e, tendo descoberto uma reserva escondida de combustível e matérias primas, recomeçaram a produzir tecidos de algodão.

Não sabendo muito bem o que fazer dos tecidos já fabricados, começaram por eles e as suas famílias, se servirem abundantemente deles; depois, como alguns dos seus teares necessitavam de reparações, enviaram uma delegação a uma oficina da vizinhança dizendo que estavam dispostos a dar tecidos em troca de auxílio técnico necessário. Depois disto fizeram um contrato com a cooperativa local, fornecendo os seus tecidos de algodão em troca de produtos alimentícios, e foram a ponto de trocar tecidos de algodão por combustível das minas de carvão de Karkof. Obtiveram meios de transporte da Federação dos Ferroviários. Acabaram por saturar o mercado local de tecidos de algodão, mas encontraram-se perante uma exigência que não podiam satisfazer com os seus produtos: a renda. Isto acontecia no tempo do Governo Provisório, quando ainda existiram proprietários de terras. A renda devia ser paga em gêneros. Então carregaram todo um comboio com as suas mercadorias e enviaram para Moscou, sob a guarda de um membro da comissão. Este deixou o comboio na estação e foi percorrer da cidade. Entrou na loja de um alfaiate e perguntou se precisava de tecidos de algodão. “Que quantidade tens?”, perguntou o alfaiate.

— Um comboio cheio.

— A que preço?

— Eu não sei! Quanto é que você paga habitualmente?

O alfaiate deu-lhe uma soma ínfima e o membro da comissão, que nunca tinha visto tanto dinheiro junto, regressou a Novgorod todo contente.

Mas o problema de renda também tinha sido resolvido pela comissão interna que tinha regulado a produção de forma a que da venda resultassem excedentes que permitissem que a renda de todos os operários fosse paga.

Foi dessa maneira que em toda a Rússia os operários adquiriram os conhecimentos necessários dos princípios fundamentais da produção industrial e também da distribuição; e assim, quando veio a revolução de outubro, puderam ocupar o seu lugar na engrenagem do controle operário.

Em junho de 1917 realizou-se o primeiro Congresso dos delegados das comissões internas, mas, nessa altura, essas não existiam senão à volta de Petrogrado. Todavia este foi um Congresso importante.

Eram delegados os que, hoje, constituem as grandes massas populares: na sua maior parte bolcheviques, assim como diversos sindicalistas e anarquistas. A tônica principal das discussões foi colocada no protesto contra a tática empregada pelas federações. No plano político, os bolcheviques repetiam que

nenhum socialista deveria participar com a burguesia num governo de coligação. O Congresso dos delegados das comissões internas adotou a mesma atitude no que respeita à indústria.

Em outras palavras, a classe dos capitalistas e a dos trabalhadores não tinham nenhum interesse em comum; nenhum operário consciente podia ser membro dum comitê de arbitragem ou de conciliação, exceto para informar os industriais das reivindicações operárias. Nenhum acordo entre capitalistas e operários; a produção industrial devia ser completamente controlada pelos trabalhadores.

Anteriormente, as federações de profissões tinham combatido duramente as comissões internas. Mas como estas estavam aptas a implantar-se no seio da direção das fábricas, consolidaram e estenderam facilmente o seu poder. Muitos operários não sentiam necessidade de entrar para uma federação, mas todos sentiam necessidade de participar na eleição da comissão interna que tinha o controle imediato do trabalho. Por outro lado, as comissões reconheciam a importância das federações; nenhum novo operário era admitido se não possuísse o crachá das organizações sindicais. A aplicação local dos regulamentos das diversas federações cabia às comissões internas. Hoje as organizações profissionais e as comissões internas trabalham em perfeita harmonia, cada uma com as suas respectivas funções.

O controle operário

No setor industrial, a propriedade privada ainda não foi abolida na Rússia. Os proprietários de inúmeras fábricas conservam os seus títulos de propriedade e têm mesmo direito a um pequeno juro do capital investido, mas tudo isto com a condição de contribuir para o bom andamento e desenvolvimento da empresa. Foram, porém afastados da direção e se tentam despedir operários ou impedir o trabalho são imediatamente expropriados. Em todas as empresas públicas ou privadas as condições de trabalho são as mesmas, assim como os horários e os salários.

A razão dessa sobrevivência de um regime semicapitalista num país proletário é que a Rússia, país economicamente atrasado e rodeado de Estados capitalistas bem organizados, necessita de imediato de uma produção industrial desenvolvida para poder resistir à pressão da indústria estrangeira.

O órgão por meio do qual o Estado exerce o seu controle sobre a indústria, como também sobre o trabalho da produção, chama-se Conselho do Controle dos Trabalhadores. Esse órgão central, com sede na capital, compõe-se de delegados eleitos pelos conselhos locais do controle operário que, por sua vez, são constituídos por membros das comissões internas, sindicatos profissionais, engenheiros, técnicos e peritos. Uma comissão executiva central trata dos assuntos de cada Estado da União Soviética. A comissão é composta por simples trabalhadores, na maior parte operários de outros Estados, de forma a que nenhum interesse particular possa influenciar a sua conduta.

Os conselhos locais entregam ao Congresso Pan-russo os casos de confisco de empresas, informam sobre a quantidade de combustível, de matérias primas, de meios de transporte e de mão-de-obra de que necessita o seu setor e servem de guia

aos operários na aprendizagem da gestão das diferentes indústrias. É ao Conselho Pan-russo que compete proceder ao confisco das empresas industriais e a distribuição equilibrada dos recursos financeiros das diferentes localidades.

Do Conselho do Controle operário depende a chamada Câmara dos Seguros. Os operários estão segurados contra o desemprego, as doenças, a velhice e a morte. Os prêmios do seguro são pagos pelos proprietários, tanto nas empresas privadas como públicas; a soma a que o operário tem direito é sempre igual de acordo com o montante completo do seu salário.

No Estado Socialista mantém-se o sistema de salários. É um ajustamento necessário ao mundo capitalista mas, ao mesmo tempo, entra em ação o mecanismo que conduz à sua abolição; este, tal como todo o sistema, funciona sob o controle dos próprios operários.

Lenin disse claramente que considera a existência dos capitalistas como um passo atrás, uma derrota passageira da revolução, acrescentando que será necessário manter esse sistema enquanto os operários não tiverem atingido um grau de auto-organização e auto-disciplina tal que lhes permita entrar em competição com a indústria capitalista.

O Conselho Supremo da Economia Pública

A República russa dos Soviets, como o próprio Lenin claramente mostrou, não tende para nenhuma espécie de governo político, mas para uma verdadeira democracia industrial. Lenin chegou ao ponto de prever uma eventual transformação dos soviets em órgãos económicos de carácter puramente administrativo.

O protótipo desse futuro parlamento económico já existe na Rússia. Chama-se Conselho Supremo da Economia Pública e é formado por delegados das principais Comissões para a Terra e do Conselho do Controle operário. É a esse Conselho que cabe a tarefa de regularizar a vida económica do país, dirigir e controlar o andamento da produção, administrar os recursos naturais pertencentes ao governo, fiscalizar as importações e as exportações. Tem poder para criar novas indústrias, empreender a construção de novas vias férreas e estradas, explorar novas minas, construir novas fábricas e explorar recursos hidráulicos.

A comissão executiva do Conselho é composta por cinquenta membros, cada um deles ocupando-se de um dos cinquenta ramos da vida económica do país, como por exemplo, as ferrovias, a agricultura, etc. Esses membros são eleitos da seguinte maneira: as diversas organizações profissionais, como o Instituto dos Engenheiros de Minas e outras, indicam quais são os seus melhores homens e os delegados das comissões agrárias e os órgãos do controle operário escolhem entre eles os candidatos.

Os cinquenta membros do Conselho Supremo dirigem cada um um departamento e são ajudados pelas comissões técnicas especializadas em cada um dos diferentes setores. Encontram-se reunidos representantes dos soviets, do Commissariado para o Trabalho, do Commissariado para o Comércio, para a indústria e para as Finanças, representantes das comissões internas, dos soviets de camponeses, das cooperativas, etc.

Os projetos são apresentados nesse departamento. Suponhamos que se trata do projeto de uma estrada de ferro de Moscou a Novgorod. Apresenta-se o plano ao comissário encarregado das ferrovias; se este o rejeita, o projeto passa por um departamento de apelação; se este o aceita dirige-se às suas comissões técnicas e encarrega-as de se ocuparem dos problemas da sua competência. Outras comissões, juntamente com os representantes das organizações dos operários metalúrgicos, estabelecem o orçamento. Põe-se então a questão aos delegados das organizações locais operárias e camponesas: “É necessária a estrada de ferro? Qual será o tráfego de passageiros, de combustível, de matérias primas, de produtos manufaturados e de máquinas agrícolas?”

Em outras palavras, no setor econômico só se inicia um novo empreendimento se o povo provar a sua necessidade; tenta-se em primeiro lugar, satisfazer as necessidades mais urgentes.

Desde dezembro de 1917, apesar da Rússia estar em mil pedaços e em guerra contra todos os países do mundo, foram apresentados grandes projetos e procedeu-se à sua execução. Um dos problemas, por exemplo, era construir uma rede de estradas de ferro para servir as trezentas minas dos Urais e de utilizar os grandes rios da Rússia Setentrional para alimentar de energia, luz e calor uma vasta extensão do país.

As cooperativas da Rússia

Se não tivessem já existido organizações democráticas antes de outubro de 1917, não há dúvida de que a Revolução Russa teria fracassado. A rede comercial normal de distribuição teria sido completamente desmantelada. Foi apenas graças às cooperativas de consumo que foi possível alimentar o povo! O sistema criado foi adotado mais tarde pelas municipalidades e também pelo governo.

Antes da revolução as sociedades cooperativas tinham mais de doze milhões de membros. A associação é, para os russos, uma coisa natural, pois é uma reminiscência da vida comunitária que existiu nos campos durante séculos. Nas fábricas Putilov, onde trabalhavam mais de catorze mil operários, a cooperativa abastecia de víveres, alojamento e também de roupas a mais de cem mil pessoas.

Todos aqueles que pensam que na Rússia não poderia existir nenhum governo devido a ausência de uma força central, esqueceu esta tendência cooperativista dos russos; vêem a Rússia atual como uma espécie de comissão servil estacionada em Moscou, dirigida de forma tirânica por Lenin e Trotsky e defendida por guardas vermelhos mercenários.

Qual é a verdade? É justamente o contrário. A organização que descrevi existe em quase todas as comunidades. Se uma parte considerável da Rússia estivesse realmente contra o governo dos soviets, os soviets não durariam uma hora.

Os que criticam o regime soviético estão preparados, sobretudo agora, para se insurgir contra um artigo de Lenin que apareceu no *Pravda* de abril e que agora é reproduzido no folheto *Os soviets no trabalho*. O grande homem de Estado proletário diz, nesse artigo, aos operários que devem deixar de tagarelar, de fazer greves, de roubar e convida-os a manterem uma disciplina e a aumentar a produção.

Ele se refere ao sistema Taylor de organização científica do trabalho, explica a falta de experiência e instrução das massas russas, analisa as causas do caos existente na indústria e na agricultura. O proletariado vitorioso na luta contra a burguesia deve concentrar agora toda a sua atenção no problema da organização da Rússia; se ele não conseguir, a revolução está destinada ao fracasso.

“De que se trata exatamente?”, vociferam os críticos, entre eles alguns socialistas. “De que se trata senão do retorno a uma nova tirania exercida sobre as massas por novos patrões? E vejam, o próprio Lenin admite que os russos se mostram incapazes de organizar o Estado utópico que só existia na sua imaginação e nos seus sonhos...”

Não é nada disso. O Estado socialista não deve ser um retorno à simplicidade primitiva, mas, pelo contrário, um sistema social dotado de uma eficácia superior à do Estado capitalista. No caso especial da União Soviética, os trabalhadores têm o dever de adquirir de imediato a capacidade para se opor ao capital estrangeiro e, ao mesmo tempo, prover as necessidades da Rússia. E o que é válido para a Rússia é também para os operários de todo o mundo. Mas em nenhum outro país os dirigentes têm a percepção lúcida de um Lenin; em nenhum outro país estão tão unidos e tão conscientes. Na Rússia existem grupos de empresas industriais, como as minas nos Urais e as fábricas de Vladivostock, nas quais o controle dos trabalhadores se mostrou superior à direção do proprietário capitalista. E não esqueçamos que a empresa industrial pertence aos trabalhadores e é gerida no interesse dos trabalhadores.

Em junho de 1918 Lenin dizia a um americano que o povo russo ainda não era revolucionário: “Se em três meses as massas não se tornarem revolucionárias, a revolução morrerá”.

Compreendemos agora o que ele queria dizer. A palavra *revolucionário* não indica apenas uma mentalidade desejosa de revolta. Que seja destruído o que deve ser destruído, mas o mundo novo deve ser reconstruído com um esforço incessante de trabalho. Para bem de todo o mundo, esperamos que a grande Rússia progrida e vá em frente. Nos nossos ouvidos ainda ressoa a marcha inexorável dos batalhões de ferro do proletariado ■

A Revolução Russa e a cultura

CECÍLIA
TOLEDO

No terreno da cultura, a Revolução Russa significou um avanço sem precedentes, não apenas para o povo russo, mas para toda a humanidade. O mundo da arte e da cultura passou a ser outro depois de Outubro de 1917; as distintas escolas estéticas, tudo o que envolve o campo da educação e da pedagogia, o complexo universo da ciência e do conhecimento humano, nada ficou impune depois que a classe operária russa tomou o poder, expropriou a burguesia e começou a construir uma nova sociedade. Tudo o que havia sido feito até então entrou em crise, mas não numa crise negativa, de destruição; pelo contrário, foi uma crise positiva e otimista quanto às possibilidades criadoras do homem, já que um novo mundo de possibilidades se abria para os artistas, para os cientistas, os educadores, enfim, para todos os que se dispunham a colocar suas capacidades intelectuais e seu talento a serviço do avanço da humanidade.

Depois de Outubro de 17, o campo da arte, da ciência, da cultura de conjunto ficou questionado, *sob judice*, pendurado na berlinda da história, e esses questionamentos foram tão profundos que desde então nada mais pôde ser criado, discutido ou construído sem que levasse em consideração os extraordinários acontecimentos na Rússia a partir de 1917.

Terreno estratégico para a burguesia, e não menos estratégico para o proletariado e a construção do socialismo, a cultura transforma-se na arena das grandes disputas ideológicas nos momentos mais críticos da história. De Outubro de 1917 até o início da degeneração do Estado operário, a partir de 1924, com o advento do período stalinista, o terreno da arte, da ciência e da educação passou por enormes transformações e viveu um desenvolvimento nunca antes visto na história.

No primeiro momento, grande parte dos artistas não escondeu sua aversão pelos trabalhadores, pelo povo pobre e pelo governo revolucionário. Havia florescido junto à nobreza, sob o regime autoritário e despótico do czarismo, e sua produção artística e intelectual servira de superestrutura ideológica para essas classes e à burguesia, classes que agora eram derrubadas pela revolução.

Alguns dos mais renomados artistas, escritores e intelectuais ligados ao antigo regime viraram as costas para o governo dos soviets, acusando os operários, soldados e camponeses de “ignorância” em relação à arte e, portanto, uma ameaça a ela. Outros se mantiveram alienados durante os meses decisivos da revolução, atuando nos teatros como se nada estivesse acontecendo. Nesse sentido, é curiosa a observação do repórter John Reed sobre o que ocorria em Petrogrado na véspera da tomada do Palácio de Inverno. Enquanto o Comitê Militar Revolucionário postava metralhadoras nos pontos chave da cidade... “víamos os bondes passando,

Cecília Toledo é
membro do
Conselho Editorial
da *Marxismo Vivo*

a multidão, as fachadas das casas iluminadas, os anúncios luminosos na fachada dos cinemas. A vida continuava, como de costume. Tínhamos conosco entradas para o bailado do Teatro Maria. Aliás, todos os teatros davam espetáculo. Mas, o espetáculo de fora era muito mais interessante”.¹

No entanto, nos subterrâneos da Rússia, vivendo na maior parte do tempo marginalizados e oprimidos pelo despotismo, em estado de latência, havia um número importante dos artistas e escritores que apoiaram a Revolução e foram protagonistas de um período único na história, onde a arte encontrou terreno livre e fértil para desenvolver-se plenamente. Logo a voragem revolucionária foi tomando conta de toda a Rússia e nenhum artista ficou imune a ela.

As opiniões se dividiam. O Estado operário foi acusado tanto de deixar a cultura abandonada à sua própria sorte, quanto por ter sufocado e destruído a cultura russa para erigir sobre ela uma nova cultura, uma cultura proletária, submissa às orientações do partido bolchevique e totalmente a serviço de sua estratégia revolucionária. O verdadeiro caráter dessas acusações, que em última instância não eram mais que expressão do medo, da insegurança e também do ódio das classes que caíam com a revolução, logo ficou claro. Essas classes até então se proclamavam herdeiras do legado da arte russa e sempre fizeram dela um privilégio exclusivo. Agora, sentiam esse privilégio escorregar-lhes por entre os dedos como água.

Os problemas da arte e da cultura não estavam entre as prioridades mais imediatas da revolução, com a Rússia açoitada pela guerra, a fome e a necessidade vital de consolidar o novo regime. Mas nem por isso ficaram em estado letárgico. Muito pelo contrário.

O Comissariado do Povo para a Educação

O governo soviético procurou não descuidar de tudo o que envolvia o terreno da educação e da cultura, não tanto para responder aos seus detratores, mas por uma questão política. Lenin, em particular, demonstrou inúmeras vezes sua obsessão por tornar acessível às amplas massas todo o vasto campo dos conhecimentos humanos, porque via neles um esteio fundamental para a construção do socialismo por meio da formação cultural do proletariado. Nesse primeiro momento do estado operário, era urgente a organização do proletariado e sua participação no governo; e nesse sentido, a democratização da cultura e da educação eram imprescindíveis, fundamentais para o proletariado assumir as imensas tarefas que tinha pela frente. E o governo operário dedicou algumas de suas melhores forças para isso. No entanto, o decisivo foi a política adotada pelos bolcheviques desde o início. Seu ponto chave consistia no mais absoluto respeito à criação artística, intelectual e científica. A orientação do partido bolchevique era a defesa da mais absoluta liberdade, sem qualquer ingerência política nesses assuntos. Certamente, essa liberdade era extensiva a todos os membros do partido, inclusive do governo. Ninguém se abstinha de emitir suas opiniões e gostos artísticos (Lenin, por exemplo, admirava as obras do passado, sobretudo o realismo russo, acusado por sua vez por Trotsky de ser uma literatura retrógrada, que exaltava o mujique), mas elas se restringiam ao âmbito pessoal. “Lenin nunca converteu as suas simpatias e antipatias estéticas em idéias e diretrizes”, lembra Lunacharsky, Comissário do Povo para a Educação.²

¹ *Dez Dias que Abalaram o Mundo*, cap. IV.

² *As Artes Plásticas e a Política na URSS*, p. 15.

Mas certamente a arte só pode ter um desenvolvimento pleno, de fato, e não de palavra, com uma economia desenvolvida. No reino da necessidade, em meio à miséria e à penúria mais absolutas, nenhuma arte verdadeiramente livre, à qual todo o povo tenha acesso, que possa ser exercida e usufruída por todos sem a trava da divisão entre trabalho manual e intelectual, pode encontrar espaço e oxigênio para respirar. A não ser a arte que se desenvolvia nos salões chiques da aristocracia. E a essa só restava agora ser preservada no museu das antiguidades, como herança e atestado de uma Rússia autocrática e desumana, que a Revolução acabava de varrer para o lixo da história.

Assim, já em 26 de outubro de 1917, quando do anúncio diante do II Congresso dos Soviets de Petrogrado dos nomes que compunham o novo governo, Anatoli Lunacharsky foi empossado como Comissário do Povo para a Educação. Poeta, dramaturgo e intelectual com muitos talentos, Lunacharsky era membro do Partido Bolchevique, cuja direção o indicou para dirigir o Narkomprós³. Lunacharsky contava com a simpatia e o apoio de muitos artistas e intelectuais e uma equipe de trabalho experiente. Tudo o que se relacionava à Educação ficou a cargo de Nadeska Krupskaja, a companheira de Lenin, e muitas outras mulheres militantes do Partido Bolchevique, que há anos vinham acumulando experiência nesse terreno. Logo depois da tomada do poder, mostraram que estavam excepcionalmente bem preparados para seu trabalho, eram democráticos em seus métodos e procuravam valorizar a opinião e a colaboração dos especialistas na área. Essa postura foi fundamental para manter o sistema escolar em funcionamento e, além disso, mobilizar e entusiasmar os artistas e intelectuais para aderirem à revolução, porque reduzia sua desconfiança em relação aos propósitos do novo regime.

A política do governo foi manter o maior número possível dos antigos funcionários em seus postos. No início, muitos intelectuais boicotaram o Narkomprós enquanto órgão do poder soviético, mas depois se incorporaram a ele de forma crescente, ao ponto de ser um dos comissariados com maior número de pessoal especializado. O papel das mulheres foi fundamental nesse terreno, já que na Rússia czarista elas encontravam maiores possibilidades de atuação na área da educação e cultura. Assim, quando ocorreu a revolução, o governo revolucionário pôde contar com o trabalho de inúmeras mulheres voltadas para a pesquisa, a educação e as artes.

Erradicar o analfabetismo

O primeiro e mais urgente desafio do novo governo foi a educação básica, promovendo a igualdade de oportunidades educativas de forma a permitir que todo o povo russo aprendesse a ler e escrever. Foi feita uma ampla reforma do ensino, cujo princípio fundamental era a educação progressiva: “o fomento da criatividade e individualidade da criança, do desenvolvimento de seus instintos sociais, das relações informais entre alunos e professores, dos métodos de ensino ativo, da ampliação do plano de estudos para que incluísse o estudo do meio ambiente, da educação física e estética e da preparação nas habilidades e ofícios manuais”.⁴ Além disso, o governo procurou rapidamente sanar o déficit de escolas, criando um grande número de jardins de infância e uma rede de escolas experimentais e colônias infantis por todo o país. O Narkomprós defendia que

³ Narkomprós, Comissariado do Povo para a Educação, era o responsável por cuidar das escolas fundamentais e das Universidades, da Academia de Ciências, os institutos de pesquisa científica, e tudo o que tivesse a ver com a cultura, como as bibliotecas, os institutos de arte, os museus e os palácios.

⁴ Idem, p. 12.

todo o sistema educativo deveria fazer o possível para que os jovens tivessem acesso a todas as carreiras profissionais, sem que a primeira escolha o restringisse a seguir outros cursos e a abraçar outras profissões. Isso significava adotar uma educação geral universal, desde o ensino fundamental. Era contra o ensino técnico para as crianças. Assim, a Escola Única de Trabalho, de acordo com o programa do Narkomprós, era politécnica, mas não profissionalizante: ensinava uma diversidade de ofícios manuais sem especializar em nenhum deles nem proporcionar uma preparação profissional ou comercial.⁵

Nas esferas artística e científica, seguindo a política do governo operário, Lunacharski opinava que um Estado ilustrado reconhece que o trabalho criativo nas ciências e nas artes deve ser conduzido com um mínimo de interferência externa. A pior desgraça seria que o Estado demonstrasse preferência especial por algum grupo, criando assim uma situação de monopólio artístico. Por isso, o Narkomprós se opôs a conceder privilégios especiais aos artistas comunistas de vanguarda, como Mayakovski e Meyerhold (que desde o início haviam apoiado a revolução) e fez o possível para proteger os artistas tradicionais de seus ataques. Subvencionou as artes com critérios bastante liberais, que, de fato, favoreceram a arte experimental e de vanguarda, mas ao mesmo tempo impediu que a vanguarda perseguisse os conservadores.

No campo científico atuou com a mesma política. Tanto que a Academia de Ciências, mesmo sendo dirigida por Oldenburg, ex-membro da direção do partido kadete e ex-ministro da Educação do governo provisório, conseguiu a autonomia subvencionada que reivindicava, para poder desenvolver as pesquisas científicas com liberdade e financiamento do Estado. A iniciativa de conceder autonomia à Academia de Ciências foi de Lenin, sempre preocupado em estabelecer uma boa relação com os especialistas de todos os campos do conhecimento.

Isso fez com que a pesquisa científica na Rússia desse tamanho salto e fizesse com que em muito menos tempo que os americanos, o país entrasse na corrida espacial e fosse um russo, Yuri Gagarin, a anunciar, do espaço, que a Terra era azul.

No campo da educação está uma das maiores conquistas da revolução: a erradicação do analfabetismo em poucos anos, num país de enormes dimensões e com uma população dispersa por inúmeras regiões, falando diferentes dialetos. Mas a revolução não parou por aí. A intensa atividade revolucionária nos inícios do Estado socialista acarretou inúmeras tarefas práticas, às quais se devotaram ardorosamente cientistas, educadores, pensadores de todas as áreas do conhecimento. A atividade revolucionária em si mesma, a aplicação do método marxista e o apoio material por parte do Estado operário foram impulsos imprescindíveis para que a cultura na Rússia desse um salto adiante. Também colaborava a nova consciência que começava a tomar corpo com a construção do socialismo. A arte, a ciência e todos os frutos do conhecimento humano haviam deixado de ser mercadoria para deleite e enriquecimento da elite, e passava a assumir uma missão mais nobre e grandiosa, a de estar a serviço do desenvolvimento de toda a humanidade.

A psicologia e os estudos de linguagem

De um país submerso em séculos de obscurantismo e analfabetismo, a Rússia em poucos anos passou a ser um referencial para o mundo em matéria

⁵ Idem, p. 13.

de cultura, em todos os campos. Nas áreas da pedagogia, psicologia e estudos da linguagem, as escolas russas fizeram descobertas revolucionárias que hoje fazem parte dos programas de estudo das mais importantes universidades do mundo inteiro. Dos anos 1920 até hoje, a psicologia soviética influencia o curso histórico da psicologia como ciência humana.

E isso se deveu sobretudo à inteligência e ao vigor revolucionário de grandes pesquisadores, entre eles Lev Vygotsky, que nos 20 teve um papel chave na reestruturação do Instituto Psicológico de Moscou e instalou laboratórios de pesquisa nas principais cidades da União Soviética. Junto com outros brilhantes pesquisadores, dentre eles Alexander Luria (1902-1977) e Alexei Leontiev (1904-1979), Vygotsky dedicou a vida a reformular a psicologia de acordo com o método marxista, para poder enfrentar os grandes problemas que surgiram na URSS naqueles anos de transformações tão rápidas, de passagem do feudalismo e do capitalismo para a construção de uma nova sociedade, uma sociedade socialista.

“Aquele período, sobretudo depois da guerra civil de 1922, foi de excitação, entusiasmo e energia inimagináveis para os padrões de hoje. Pessoas como Vygotsky e seus seguidores devotavam cada hora de suas vidas para garantir que o novo Estado socialista, o primeiro grande experimento baseado nos princípios marxistas-leninistas, tivesse êxito”. A frase é de 1985, escrita por J. Wertsch, cientista contemporâneo e admirador de Vygotsky ⁶.

Munido do método materialista, Vygotsky fez descobertas fundamentais que revolucionaram os campos da Educação e da Psicologia. Segundo Teresa Cristina Rego, “um dos pontos centrais da teoria de Vygotsky é que as funções psicológicas superiores são de origem sócio-cultural e emergem de processos psicológicos elementares, de origem biológica. Ou seja, a complexidade da estrutura humana deriva do processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas relações entre história individual e social” ⁷.

Alexander Luria, companheiro de Vygotsky no Instituto Psicológico de Moscou, que veio a tornar-se um dos mais renomados neuropsicólogos do mundo, conta, num trecho de sua autobiografia: “A Revolução nos libertou – especialmente a geração mais jovem – para a discussão de novas idéias, novas filosofias e sistemas sociais (...) Fomos arrebatados por um grandioso movimento histórico. Nossos interesses pessoais foram consumidos em favor das metas mais amplas de uma nova sociedade coletiva. A atmosfera que se seguiu imediatamente à Revolução proporcionou a energia para muitos empreendimentos ambiciosos” ⁸.

Outro campo do conhecimento que deu um salto espetacular na URSS foi o dos chamados *estudos de linguagem*, que englobam a lingüística, a análise do discurso, dos processos que envolvem a língua e a fala. A incorporação à União Soviética de inúmeras nacionalidades distintas, com seus dialetos e construções lingüísticas próprios, abriu um vasto campo para os estudos de linguagem, que os pesquisadores russos abraçaram avidamente. Surgiram diversas escolas dedicadas a esses estudos e suas descobertas foram tão proficuas que até hoje são parte integrante e obrigatória de qualquer teoria sobre o tema. Um dos mais importantes lingüistas dessa geração foi Mikhail Bakhtin, que organizou, a partir dos anos 1920, um grupo de estudiosos da linguagem, que ficou conhecido como Círculo de Bakhtin. Dedicavam-se a uma abordagem marxista da linguagem, mostrando que a fala tem uma natureza social, e não individual, e está

⁶ Extraído de *Lev Vygotsky, Cientista Revolucionário*, de Fred Newman e Lois Holzman. Edições Loyola, p.16.

⁷ Teresa Cristina Rego é professora de Pedagogia na PUC-SP e autora de *Vygotsky. Uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação*. Editora Vozes, p.26.

⁸ Idem, p.27.

sempre ligada às estruturas sociais e às condições materiais de vida.⁹ Esses estudiosos estavam preocupados centralmente em descobrir novas linguagens, mas sem desprezar a cultura russa mais tradicional. Tanto é assim que se deve a Bakhtin um dos mais importantes estudos sobre a obra de Dostoievski, que serviu de base para suas elaborações sobre dialogismo e polifonia.¹⁰

O enorme avanço numa área como a lingüística e os estudos de linguagem é denotativo de que o desenvolvimento desigual e combinado da Rússia atingia todos os âmbitos, inclusive a cultura. De um analfabetismo profundo, em poucos anos ela não só venceu essa praga do capitalismo como desenvolveu altos estudos de linguagem, alguns tão refinados que chegavam a exageros formais. Foi o caso, entre outros, da *escola formalista*, integrada por eminentes pesquisadores, como Chklovsky, Jirmunsky e Roman Jacobson, cujas pesquisas se detinham nas formas da linguagem, em especial da poesia. Os formalistas russos foram alvo de muita controvérsia, sobretudo porque consideravam haver descoberto toda uma nova ciência, a *ciência formal ou poética*. Essa ciência permitia, por exemplo, afirmar que a essência da poesia é a forma com que o poeta dispõe as palavras, independente de todo critério social e psicológico que lhe dá sentido. “A poesia é o arranjo da palavra”, dizia Khlebnikov. “O ajustamento à expressão, à massa verbal, é o único momento essencial da poesia”, afirmava Jacobson. No entanto, apesar de seu radicalismo formal, esses estudos, pela positiva ou pela negativa, integram até hoje os estudos de linguagem no mundo todo como instrumentos acessórios para a compreensão dos discursos e dos processos de comunicação.

A liberdade de imprensa

Parte fundamental desse vigoroso movimento cultural que abalou a Rússia nos anos que se seguiram a Outubro de 1917 foi a imprensa, mais precisamente, o fim do controle sobre a imprensa por parte da burguesia. Apesar de controlada pela burguesia e a oligarquia, a imprensa na Rússia sempre foi muito ativa, e exerceu uma influência decisiva junto aos setores mais esclarecidos da população. Era uma imprensa eminentemente opinativa, agressiva, que acompanhava a efervescência política que envolvia o país. Milhares de pequenos jornais, todos de grupos e tendências políticas, disputavam avidamente a atenção dos leitores.

Em *Dez Dias que Abalaram o Mundo*, John Reed refere-se a isso, quando descreve a vida em Petrogrado nos dias decisivos da revolução, com a cidade submersa em uma agitação infinita, uma disputa de idéias e posições políticas enfrentadas. “Durante vários meses em Petrogrado e em toda a Rússia, cada esquina era uma tribuna pública. Nos trens, nos bondes, em toda parte, repetidamente, surgiam polêmicas e discursos”. Nesse clima, o direito à informação, à leitura, ao conhecimento era um dos mais reivindicados pelos trabalhadores, camponeses e soldados. “A sede de instrução, durante tanto tempo insatisfeita, lançou a Rússia num verdadeiro delírio de manifestação de idéias”. E nesse clima, a imprensa era um dos instrumentos mais requisitados. “Em cada cidade, em cada povoado, nas trincheiras, cada agrupamento político possuía o seu jornal (...) e a Rússia absorvia livros, manifestos e jornais como a areia suga a água. Era insaciável. E não eram fábulas, história falsificada, religião diluída ou novelas corruptoras, mas teorias econômicas e sociais, filosofia, obras de Tolstoi,

⁹ *Marxismo e Filosofia da Linguagem* é uma obra que reúne as principais elaborações de Bakhtin.

¹⁰ Ver *Problemas da Poética de Dostoievski*, de M. Bakhtin.

Gogol e Gorki”. Essa sede de conhecimento e de informação, que fez do jornal e do livro instrumentos verdadeiramente revolucionários, produziu momentos de intensa emoção no repórter. Um dos mais extraordinários ficou registrado ao final do primeiro capítulo do livro, uma cena que a sensibilidade de Reed permitiu captar e que compõe um retrato fiel do que foi a Revolução:

“Fui visitar postos avançados do 12º Exército, perto de Riga, onde os soldados extenuados, descalços, adoeciam no lodo das trincheiras. Quando me viram, esses homens macilentos, com o sofrimento estampado nas faces, padecendo o frio e a umidade que penetravam pelos vãos abertos nas vestes esfarrapadas, correram para mim, perguntando ansiosos: ‘Você trouxe algo para se ler?’”¹¹

O papel da imprensa havia sido fundamental para a organização do proletariado até a tomada do poder. E passara a ser mais fundamental ainda no momento de consolidar a revolução e começar a construir o socialismo. Por isso, uma das primeiras medidas do governo soviético foi a resolução sobre a liberdade de imprensa, assinada no dia 4 de novembro de 1917: “A burguesia entendia por liberdade de imprensa a liberdade dos ricos de editar jornais, o controle da imprensa pelos capitalistas, que na prática conduziu, em todos os países, inclusive nos mais liberais, à venalidade da imprensa. O governo operário e camponês entende por liberdade de imprensa a liberação da imprensa do jugo capitalista, a passagem das fábricas de papel e as gráficas para o controle do Estado, a outorga a cada grupo de cidadãos que atinja um certo número (por exemplo, 10.000) de igual direito ao uso das reservas de papel e de trabalho tipográfico”.

Como primeiro passo para colocar em prática essa resolução, o governo operário nomeou uma comissão para averiguar qual era a fonte de recursos financeiros dos jornais em circulação, o nome dos doadores, o meio usado para sanar seu déficit e sobretudo a exploração dos jornais em geral. Todo dono de jornal, acionista e empregado deveria entregar imediatamente à comissão, instalada no Instituto Smolny, em Petrogrado, todos os informes e dados sobre as transações financeiras da empresa. Aqueles que se negassem a fazê-lo ou que escondessem algum livro-caixa, recibo ou outro documento seria punido pelo tribunal revolucionário.

O Estado confiscou todas as gráficas e todo o papel para distribuí-los eqüitativamente, “em primeiro lugar em benefício da maioria do povo, da maioria dos pobres, em especial da maioria dos camponeses, que durante séculos foram atormentados, intimidados e embrutecidos pelos latifundiários e capitalistas. Em segundo lugar estão os grandes partidos que, digamos, reuniram em ambas capitais cerca de cem ou duzentos mil votos. Em terceiro lugar os partidos menores, e depois todo grupo de cidadãos que tenha alcançado um determinado número de membros ou reunido uma quantidade suficiente de assinaturas. Essa era a proposta de Lenin para a Assembléia Constituinte. Acusado de estar violando a liberdade de imprensa, respondeu: “Não. Isso visa justamente ampliar e restabelecer a liberdade de imprensa. Pois a liberdade de imprensa significa: todas as opiniões de todos os cidadãos podem tornar-se públicas, livremente”.¹²

E de fato, essas medidas, ao contrário de cercar a liberdade de imprensa, a ampliaram, ao ponto de surgir uma enorme quantidade de novos jornais e revistas, que discutiam todo tipo de assunto no período pós-Outubro de 17.

¹¹ *Dez Dias que Abalaram o Mundo*, cap.V.

¹² “Como assegurar o êxito da Assembléia Constituinte”. V.I. Lenin, *Obras Completas*, t.XXIV, p.85.

A defesa dos objetos artísticos

No que se refere às artes, desde os seus primeiros atos a revolução ficou marcada por um importante diferencial em relação ao que normalmente ocorre em guerras e conflitos desse porte. Acusados de desrespeito pelas obras artísticas e as relíquias que adornavam os palácios invadidos e ocupados pelos soviets, os trabalhadores em armas acabaram por demonstrar o contrário, um respeito quase reverente a uma arte da qual eles sempre foram mantidos distantes. Ao invés de pisotear e destruir as obras, os “vândalos” bolcheviques, mesmo submersos na voragem revolucionária daqueles dias, respeitaram as orientações do partido, de que se fizesse todo o possível para cuidar da obras de arte, evitando que fossem atingidas durante os conflitos, e da proibição terminante de que algum operário, soldado ou camponês roubasse qualquer peça, por menor que ela fosse. No dia decisivo da tomada do Palácio de Inverno, John Reed lembra que quando entrou no edifício da Duma Municipal em Petrogrado viu que os retratos da família imperial, emoldurados em ouro, nas paredes da Sala de Alexandre, estavam recobertos por cortinas vermelhas. E nos corredores e escadas do Palácio de Inverno, os gritos eram constantes chamando à disciplina revolucionária. Conta Reed: “A pilhagem ia começar, quando alguém disse com voz forte: Camaradas, não toquem nisto, não apanhem coisa alguma. Tudo isto pertence ao povo! Ouvei depois mais de vinte vezes, dizendo Alto! Deixemos as coisas nos seus lugares! Não podemos tocar em nada, porque tudo isto é propriedade do povo. Todos aqueles que se tinham apoderado de algum objeto foram obrigados a restituí-lo. As peças de damasco e os tapetes voltaram para os seus lugares. Dois homens encarregaram-se do relógio de bronze que, como os demais objetos, foram novamente acondicionados às pressas nas caixas de onde haviam sido tirados. Espontaneamente, soldados e guardas vermelhos ofereceram-se para montar guarda e evitar o saque. Essas medidas contra a pilhagem foram tomadas com admirável naturalidade”.¹³

Mas se a preservação das obras de arte que, de forma exagerada e abusiva, adornavam os palácios russos, foi uma medida política eficaz, é preciso lembrar também que, a rigor, fazendo a revolução e assumindo o controle do poder, o proletariado estava de fato protegendo as obras de arte contra a ação da própria burguesia que, esta sim, exercia uma ação predatória sobre a arte, seja mantendo as obras encerradas em âmbito privado, seja vendendo-as no mercado externo.

Essa orientação dos bolcheviques foi, dentro do possível, seguida à risca e, na sua maioria as obras foram preservadas, os palácios e monumentos não foram depredados e pouco tempo depois da tomada do poder o governo, por intermédio do Commissariado da Cultura, já se encarregava de mantê-los em ordem e conservados.

Toda liberdade em arte!

Apoiar, subvencionar e deixar que a arte se desenvolvesse plena e livremente, sem qualquer ingerência política por parte do governo. Essa postura do Estado operário em relação a todos os âmbitos da cultura e da pesquisa científica foi fundamental para que nos primeiros anos depois da tomada do poder, a União Soviética se visse envolvida por um clima de efervescência no movimento artístico-literário e se tornasse um pólo de atração para artistas e intelectuais do mundo

¹³ Idem, cap. IV.

inteiro. A liberação das forças produtivas, aliada ao apoio estrutural por parte do Estado operário e ao fim de todo tipo de censura ou controle ideológico, fez com que a cultura russa entrasse em uma nova era de sua história. As universidades, a Academia de Ciências, os institutos de pesquisa científica e os teatros passaram a funcionar com subvenção estatal e sem muita interferência do Narkomprós. As bibliotecas públicas, os museus e as coleções de arte foram protegidos e abertos ao público logo nos primeiros meses depois da tomada do poder.

Se, como disse Trotsky, o desenvolvimento da arte é a maior prova da vitalidade e da importância de cada época, com a Revolução a Rússia inscreveu na história da humanidade o seu período mais criativo. O clima de intensa discussão política que tomou conta do país com a Revolução de Fevereiro atingiu seu ponto de ebulição máxima depois da Revolução de Outubro.

Em linhas gerais, o que caracterizou toda a arte nos primeiros tempos pós-Outubro foi uma profunda inquietação, uma urgência por romper com o passado e encontrar novas formas para os novos conteúdos que se abriam. Pode-se dizer que essa foi a tônica dominante de todos os movimentos que surgiram, entre eles o *futurismo* e o *construtivismo*. Liderado pelo poeta Maiakoviski, o movimento futurista, na vanguarda da literatura, foi o que mais profundamente advogou por um rompimento com o passado, pela liberação da arte de suas ligações seculares com a burguesia como condição para ir ao encontro de uma nova cultura na URSS.

O *construtivismo*, que influenciou mais diretamente o teatro e as artes plásticas, advogava por um rompimento do ilusionismo realista. A arte deveria aproximar-se do público, encontrar nele um parceiro e, para isso, precisaria quebrar todo tipo de ilusão, valorizando a abstração por meio da estilização. A cenografia passou por uma renovação total, com a utilização de estruturas tridimensionais que deixavam à mostra para o espectador o projeto criativo do encenador. Escadas, praticáveis, andaimes, tudo ficava à mostra e o ator se encarregava de interagir e dar vida a essas estruturas.

Mas não só nos cenários essa idéia ganhou corpo. Também no trabalho do ator. O intérprete russo, tradicionalmente formado pelo método de Konstantin Stanislavski,¹⁴ considerado até então o pai do teatro russo, agora encontrava-se diante de novas propostas. O método Stanislavski, fundamental para o surgimento do teatro moderno não só na Rússia mas no mundo inteiro, centra-se na máxima identificação do ator com a personagem. Para Stanislavski, o ator não deve simular as emoções que ele não sente, mas adotar as emoções da personagem, fazendo da vida da personagem a sua própria vida.

Essa concepção, até então dominante no teatro russo, foi questionada por inúmeros encenadores, entre eles Meyerhold, que desenvolveu um novo método para o trabalho do ator, conhecido como *biomecânica*. A filosofia da biomecânica centra-se na idéia de que, para representar, o ator utiliza todos os movimentos corporais, e não se transforma na personagem, mas conserva toda a sua individualidade no palco. O ator deixa de ser um semideus, uma estrela, acima do bem e do mal, e se desnuda diante do público como um homem, um trabalhador da arte, alguém que detém uma técnica de representação.

Cheio de novas idéias, o teatro russo se revitaliza. Mas essas novas idéias não sufocam as velhas concepções. Pelo contrário, inspiram-se nelas e passam a

¹⁴ Ator, encenador e diretor de um dos mais importantes teatros da Rússia, o Teatro de Arte de Moscou, fundado em 1898.

Dossiê Revolução Russa 90 Anos

conviver, num grande caldeirão de experimentações. Todo tipo de teatro recebe apoio do Estado para se desenvolver, seja o teatro adulto, o teatro infantil, de bonecos, o circo, a dança e, sobretudo, o teatro de rua. Grandes espetáculos são encenados nas ruas de Moscou e Petrogrado. A rua transformou-se no grande cenário onde tudo transcorria e tudo se decidia. E a massa, protagonista dos grandes acontecimentos revolucionários, queria ser também a protagonista dos grandes espetáculos. O mais importante deles ocorreu em 1920, dirigido por Nikolai Evreinov, *O Ataque ao Palácio de Inverno*, um gigantesco espetáculo de massas encenado em Petrogrado com oito mil figurantes e quinhentos músicos, que reconstituiu a batalha decisiva de Outubro de 1917.

No cinema, a tomada do poder pelos bolcheviques em outubro de 1917 e a guerra civil fizeram com que os donos das grandes salas entrassem em greve. Muitos produtores, atores e técnicos emigraram, outros aderiram aos exércitos brancos. Mas muitos outros permaneceram na Rússia, e em 1919 Lenin assinou um decreto nacionalizando o cinema e o governo operário apoiou a criação de diversas escolas de cinema. Arte popular e de enorme apelo junto às grandes massas, o cinema logo foi reconhecido por Lenin como instrumento ideal de propaganda. No entanto, a guerra e a desestruturação da economia traziam muitas dificuldades materiais, como a falta de eletricidade, de película e outros recursos técnicos, essenciais para se rodar um filme. Somente com o fim da guerra, a partir de 1922, o cinema soviético ganha impulso. Mas já desde os primeiros filmes, caracteriza-se por ser um cinema de vanguarda, inovador e de enorme apelo de massas. Maiakovski, Eisenstein, Pudovkin e outros grandes artistas se dedicam às filmagens. Eisenstein, cineasta que havia participado do Exército Vermelho, como soldado, realiza em algumas semanas, em Odessa, um de seus filmes mais importantes, *O Encouraçado Potiomkin*. Cerca de dez mil pessoas, entre atores, moradores da cidade e marinheiros da Esquadra Vermelha participaram da filmagem. Depois vieram outros, *A Greve* (sobre a revolução de 1905), *Outubro* (sobre os acontecimentos de 1917), mas nenhum deles superou o sucesso de *Potiomkin*.

Em sua *História do Cinema Mundial*, Georges Sadoul faz uma interessante comparação entre o cinema soviético depois de Outubro e o cinema americano, ressaltando a importância da nacionalização do cinema na Rússia: “A explosão soviética só pode comparar-se com a borboteante revelação norte-americana de 1915; mas as descobertas e as personalidades dessa antiga escola, que ajudaram a Eisenstein e Pudovkin a encontrar seu caminho, haviam sido mais instintivos que conscientes, e o comércio não tardou em canalizá-los. Na URSS, as individualidades puderam desenvolver sua originalidade ao extremo. A aparição de temperamentos diversos e com freqüência antagônicos havia sido facilitada, mesmo que à primeira vista pareça paradoxal, pela nacionalização do cinema. Este monopólio não excluiu a formação de sociedades independentes em base aos estúdios ou das diversas repúblicas, e que tiveram cada uma delas uma fisionomia distinta: Sovkino, Mejrpom, Vufku etc. E por outro lado, haviam sido eliminadas as antigas preocupações comerciais”.¹⁵

A eliminação das preocupações comerciais e da imposição da necessidade de obter lucro liberou os artistas de cinema para colocarem em prática suas idéias, fazendo surgir grandes diretores, grandes temas e grandes filmes. “A nova escola

¹⁵ *Historia del Cine Mundial*, Georges Sadoul, Siglo XXI Editores, p. 174.

havia triunfado rapidamente porque o cinema estava organizado na URSS sobre bases antes desconhecidas. Depois do decreto de 1919, o cinema havia deixado definitivamente de ser uma especulação financeira, e sua produção já não era o meio de aumentar, com os lucros, um capital investido. Com isso o cinema se tornava, essencialmente, um meio de cultura, uma arte verdadeiramente democrática e profundamente popular”.¹⁶

Na dança, a Rússia já tinha importante tradição, com os famosos Balés Russos conhecidos no mundo inteiro. Era uma arte extremamente apreciada pelo povo russo, mas que ficava totalmente restrita aos salões da nobreza e da burguesia. A tomada do poder pelo proletariado significou, também nessa área, uma abertura total. As amplas massas passaram a ter acesso irrestrito aos espetáculos de dança, foram abertas inúmeras escolas subvencionadas pelo Estado para que todas as crianças e adultos pudessem aprender a dançar, e todas as tendências estéticas puderam atuar livremente por toda a URSS.

Esse era o sonho de todo grande bailarino, e ao tornar-se realidade na URSS, fez dela um pólo de atração para artistas do mundo inteiro. Foi o caso de Isadora Duncan, uma das mais importantes bailarinas do mundo. Em 1917, quando soube da queda do czar na Rússia, dançou “com júbilo feroz. Meu coração explodia dentro do meu peito ao sentir a liberação de todos aqueles que haviam padecido, que haviam sido torturados e que haviam morrido pela causa da humanidade”. Nascida nos Estados Unidos, Isadora Duncan fazia enormes sacrifícios para poder manter uma escola de dança para meninas; dependia da benevolência dos milionários, e sempre estava na corda bamba. Além disso, como era atéia, feminista e inimiga da educação formal e burguesa, era alvo de todo tipo de preconceito. Inovadora da arte da dança, Isadora rompeu com os padrões tradicionais do balé, ao criar uma dança livre, ao sabor da música e com apenas alguns véus cobrindo o corpo. Em 1921, ela foi para a Rússia onde o governo dos soviets se dispôs a abrir sua escola de dança. Quando chegou, não escondeu sua surpresa: “Moscou não era uma cidade suja, de ruas descuidadas e vida lânguida, como diziam as propagandas, mas uma população animada e feliz. Os teatros estavam cheios e os museus, que se haviam triplicado em pouco tempo, eram muito visitados”.¹⁷ Isadora trabalhou vários anos na Rússia, casou-se com o poeta Sergei Essenin e criou belas coreografias em homenagem à revolução.

Apesar de ser uma lutadora, Isadora não foi para a Rússia porque fosse uma militante revolucionária, propriamente dita, como foi o caso de John Reed, que além de jornalista era militante comunista e foi um dos fundadores do Partido Comunista nos EUA. Isadora era bailarina, e assim como muitos outros artistas, ela foi para a Rússia porque viu que ali havia possibilidade de desenvolver a sua arte. Essa foi uma das mais importantes conquistas da revolução no campo da cultura. Referindo-se à ida de Isadora Duncan para a Rússia, Nahuel Moreno lembra que isso se deveu também ao regime de total liberdade artística que se vivia então, expressão da mais ampla democracia operária: “Não é casual que Isadora Duncan tenha vivido e trabalhado na URSS: a revolução atraiu, em seu momento, os grandes artistas do mundo. Uma das conseqüências mais trágicas do stalinismo foi a perseguição das correntes artísticas, ao entronizar uma arte oficial. (...) Para nós não existe uma arte operária nem uma ciência operária, nem tampouco uma arte ou ciência oficial do partido dirigente. Pelo contrá-

¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷ *Isadora Duncan na URSS*. Emiliano Aguilera.

rio, o Estado operário deve outorgar plenas liberdades a todas as escolas científicas e artísticas, e isso inclui proporcionar-lhes os meios materiais para que possam trabalhar e expressar-se. Nesse terreno, a liberdade deve ser ilimitada”.¹⁸

Os vários “ismos”

Por todos os lados proliferavam os grupos literários e artísticos, que debatiam livremente suas idéias, e se a cultura deveria ser burguesa ou se o caminho era a cultura proletária. Essas propostas, na maioria dos casos, geravam manifestos violentos, polêmicos, críticos, que se espalhavam por todo o país e animavam os debates nos cafés, nas ruas e outros círculos, onde costumavam se reunir os intelectuais, escritores e artistas. A Casa da Imprensa também foi um dos centros da vida intelectual soviética de 1920 a 1923. Inúmeros pequenos grupos literários e artísticos debatiam e produziam as mais distintas tendências e estilos. Entre eles, os *biocomistas*, os *formolibretistas*, os *fuístas*, os *emocionalistas*, os *expressionistas*, os *luministas*. Desses, os dois movimentos que mais se destacaram foram o movimento *imaginista*, liderado pelo poeta Sergei Essenin e o movimento *futurista*, cuja principal figura era Maiakovski. Defensores absolutos do formalismo, os imaginistas declaravam guerra aos verbos e valorizavam a imagem como fundamento absoluto da poesia, chegando a afirmar que a palavra de pernas para o ar é a situação mais natural da palavra, da qual deve surgir a nova imagem. Trotsky disse certa vez que o imaginismo estava de tal forma carregado de imagens, que sua poesia parecia um animal de carga e, por isso, se torna lenta nos seus movimentos¹⁹. Na pintura também surgiram inúmeros movimentos, entre eles o *suprematismo*, de Malevich, para quem a arte deveria libertar-se de toda tendência materialista ou social, e o *abstracionismo espiritual* de Kandinski, um dos artistas mais importantes do século XX.

A literatura russa, já com longa tradição, sofreu profundas comoções a partir da revolução, todas apontando para a sua renovação. Um dos maiores escritores e dramaturgos russos, Máximo Gorki, aderiu ao marxismo e participou ativamente da revolução de 1905, tendo sido profundamente influenciado pelas lutas do proletariado contra o czarismo. Depois de Outubro surgiram outros grupos muito profícuos, entre eles os *Irmãos Serapion*, que reunia poetas de diversas visões artísticas, mas que se declaravam apolíticos e neutros. Mas na verdade essa suposta neutralidade era ilusória, porque eles de fato assumiam uma posição ao tentar se distanciar da revolução, num desejo metafísico de proteger a liberdade de suas obras contra as exigências sociais e as profundas transformações por que passava o país naquele momento. No entanto, ao defenderem um ponto de vista tão polêmico como o de atribuir à obra artística uma vida própria, independente da realidade, o grupo *Irmãos Serapion*, que contava entre seus membros alguns escritores de peso, como Vsevolod Ivanov e Nicolai Nikitin, colaborou para esquentar as discussões sobre o caráter e os caminhos da arte e da cultura naquele momento na Rússia. Tanto que foram os principais oponentes de outro grupo muito ativo, *Os Forjadores*, que se proclamavam os únicos a seguir à risca o programa do Partido e os ideais da classe operária.

Esses grupos refletiam o intenso debate que tomou conta da intelectualidade russa naquele período de transformações tão profundas.

¹⁸ *Conversando com Nabuel Moreno.*

¹⁹ *Literatura e Revolução, Zahar Editores, p.65.*

Trotsky opinou sobre essa busca desesperada por romper com o passado e buscar novas formas para a arte e a literatura. Para ele, esse apelo só tinha sentido quando dirigido à velha casta literária, ao círculo fechado da *intelligentsia*. Mas quando dirigido ao proletariado, torna-se um disparate. “A classe operária não rompe e não pode romper com a tradição literária porque não se encontra presa, de modo algum, a essa tradição. A classe operária não conhece a velha literatura. Deve ainda familiarizar-se com ela, dominar Pushkin, absorvê-lo e, assim, superá-lo. A ruptura dos futuristas com o passado representa, sobretudo, uma tempestade no mundo fechado da *intelligentsia*, que se ergueu sobre Pushkin, Fet, Tiutschev, Briusov, Balmont e Blok²⁰, que são passivos, não porque uma veneração supersticiosa pelas formas do passado a infectasse, mas porque ela não tem nada em si que exija novas formas. Simplesmente nada tem a dizer. Repete sentimentos antigos com palavras novas. Os futuristas agiram bem quando com ela romperam. Mas não é preciso transformar essa ruptura numa lei de desenvolvimento universal”²¹.

Essa opinião de Trotsky, mesmo sendo ele um dos máximos dirigentes da revolução e depois um dos mais importantes membros do governo operário, jamais foi transformada em qualquer espécie de “orientação política”, tanto que os futuristas se desenvolveram plenamente na URSS até mesmo depois da morte de Maiakovski, em 1930.

A Proletkult

Apesar de ser um velho defensor da cultura proletária, Lunacharsky já na sua primeira declaração como Comissário do Povo para a Educação mostrava que a política do Estado soviético era de abdicção de poderes nas questões culturais: “O próprio povo, consciente ou inconscientemente, deve criar sua própria cultura. A atividade independente das organizações culturais e educativas dos operários, soldados e camponeses deve alcançar uma absoluta autonomia, tanto da administração central como dos centros municipais”²².

Em um sentido, essa declaração dizia respeito à Proletkult, associação de organizações culturais proletárias, independente do Estado, mas apoiada e subvencionada pelo Narcomprós. Como a maioria dos intelectuais boicotou os bolcheviques depois de Outubro, a Proletkult foi a primeira organização, e durante algum tempo a única, que tratava com o governo as questões culturais²³. Declarava-se “uma organização de classe, de massas e independente, com absoluta autonomia, assim como outras formas do movimento dos trabalhadores, políticas e econômicas”²⁴.

Logo as divergências em torno às posições da Proletkult foram ficando mais evidentes. Em uma conferência realizada em outubro de 1917, a Proletkult de Petrogrado defendeu: “que toda a cultura do passado pode ser chamada de burguesa, que dentro desta, com exceção das ciências naturais e das habilidades técnicas (e inclusive aqui com certas mediações), não havia nada que merecesse sobreviver, e que o proletariado devia iniciar a obra de destruir a velha cultura e criar a nova imediatamente depois da revolução”²⁵. Os partidários desse ponto de vista se opunham a qualquer tipo de trabalho que envolvesse a participação de “especialistas burgueses” no campo cultural, para não “contaminar” a “nova

²⁰ Poetas russos do século XIX, com exceção de Balmont e Blok, do século XX.

²¹ “O Futurismo”, em *Literatura e Revolução*, p.114.

²² Declaração feita em 29 de outubro de 1917 e contida nas Diretrizes do PC da URSS e decretos do governo soviético sobre a educação pública durante os anos 1917-1946. Ver Sheila Fitzpatrick, op.cit., p.113.

²³ Havia uma Proletkult em Moscou, cuja figura central era Bogdanov, e outra em Petrogrado, dirigida por Lebedev-Polianski.

²⁴ Fitzpatrick, op.cit., p.116.

²⁵ Lunacharski, “A ideologia nas vésperas de Outubro”, p.167.

arte” que surgia, e nesse mesmo sentido rejeitavam tudo o que tivesse alguma influência da arte anterior à revolução. No início de 1918 os membros da Proletkult de Petrogrado se negaram a participar em um “soviet teatral” organizado por Lunacharski, porque contava com a colaboração de artistas considerados burgueses.²⁶ E nesse “soviet”, com a participação de praticamente todos os artistas teatrais, debateram-se os problemas e os caminhos do teatro russo naquela nova conjuntura política e econômica que se abria. Mas a Proletkult ficou de fora, acusando o Narcomprós de trabalhar com especialistas burgueses e assim trair os interesses do proletariado. Diante disso, começou a reivindicar para si todo o poder nas questões culturais, gerando um conflito grave, ao ponto de Krupskaja defender o fim da Proletkult como organismo autônomo. A idéia de uma “cultura proletária” ganhava corpo, bem como a concepção de que deveria haver um organismo ligado ao Estado, gozando de total autonomia, com “a função criativa de desenvolver uma cultura puramente proletária e socialista” e “falasse em nome do proletariado” nas questões culturais. Por intermédio do *Pravda*, Bukharin, então diretor do jornal, apoiava o Proletkult, que via como “laboratório da ideologia proletária pura”.²⁷

Lenin, Trotsky, Krupskaja e outros dirigentes bolcheviques não viam com bons olhos essa idéia de criar uma “cultura proletária”, e sempre que podiam contestavam o rumo que as coisas vinham tomando nesse sentido. Em outubro de 1920, Lenin escreveu dois artigos atacando o Proletkult e defendendo a concepção de que o marxismo conquistou sua significação histórica como ideologia do proletariado revolucionário porque não recusou as mais valiosas conquistas da época burguesa, pelo contrário, assimilou e reelaborou o que existiu de valioso em mais de dois mil anos de desenvolvimento do pensamento e da cultura humanos.

Trotsky, que tinha em alta conta os problemas referentes à arte e à cultura, no verão de 1922 conseguiu tirar férias no interior da Rússia e dedicou-se a escrever suas opiniões sobre isso. Escreveu um de seus melhores textos sobre a questão da “arte proletária”, no qual levanta pontos fundamentais para questionar a validade dessa concepção de arte.²⁸

O centro de sua argumentação está no caráter da ditadura do proletariado, instaurada em Outubro. Ele insiste na sua transitoriedade como um sistema revolucionário e militar que se propõe a construir uma nova sociedade. Despojado de toda cultura anterior, ao contrário da burguesia, que quando chegou ao poder já vinha equipada com a cultura de sua época, o proletariado tem como primeira tarefa, após apossar-se do poder, assumir o controle sobre as indústrias, as escolas, as editoras, a imprensa, o teatro etc. – para abrir o seu próprio caminho. Criar as mais elementares condições materiais de vida, vencer o analfabetismo e iniciar-se no ABC da cultura era todo um caminho a ser percorrido. Mas se não pode existir uma cultura proletária plenamente desenvolvida, o proletariado pode ao menos pôr o seu selo na cultura antes de dissolver-se na sociedade comunista. “O proletariado, durante o período de sua ditadura, deve marcar, indiscutivelmente, a cultura com seu selo. Mas daí a uma cultura proletária, se se entende como tal um sistema desenvolvido e interiormente coerente de conhecimento e informação em todos os domínios da criação material e espiritual, há uma grande distância. Só o fato de que, pela primeira vez na história, dezenas de milhões saberão ler, escrever e fazer as quatro operações constituirá um acontecimento cultural da

²⁶ O soviet teatral era um organismo de discussão e atuação que reunia artistas de teatro.

²⁷ Fitzpatrick, op.cit., p.119.

²⁸ Grande parte dos textos que Trotsky escreveu sobre o tema estão reunidos em *Literatura e Revolução*.

mais alta importância. A nova cultura, por essência, não será aristocrática, não será reservada para minorias privilegiadas, mas uma cultura de massa, universal, popular. (...) O proletariado tomou o poder justamente para acabar com a cultura de classe e abrir o caminho para uma cultura da humanidade. Não podemos esquecer disso.”²⁹

Balanço

Tudo isso e muito mais ocorreu na Rússia depois da revolução. Que balanço se pode fazer de todo esse processo? Para Trotsky, a revolução proletária derrubou a ‘cultura’ aristocrático-burguesa, que não passava de um complemento da barbárie. Essa cultura, enquanto era inacessível ao povo russo, pouco conseguiu contribuir para o tesouro da humanidade. “Mas inclusive sobre essa cultura, tão reivindicada pela emigração branca, é preciso responder: em que sentido ela foi destruída? Em um único sentido: o monopólio de uma pequena minoria sobre os bens da cultura foi rompido. E, por sua vez, tudo o que era realmente cultural na antiga cultura russa permanece intacto. Os ‘bárbaros’ bolcheviques não pisotearam nem as conquistas do pensamento nem as obras de arte. Pelo contrário, restauraram cuidadosamente os monumentos da criação humana e os deixaram em ordem. A cultura da monarquia, da nobreza e da burguesia transformou-se, hoje, na cultura dos museus históricos. O povo visita com fervor esses museus, mas não vive nos museus. Aprende, constrói. O simples fato de que a Revolução de Outubro tenha ensinado o povo russo, aos inúmeros povos da Rússia czarista, *a ler e a escrever*, tem incomparavelmente mais importância do que toda a cultura em conserva da Rússia do passado. A Revolução russa criou a base de uma nova cultura, destinada não aos eleitos, mas a todos”.³⁰

Muitas dessas conquistas foram se perdendo, fruto da degeneração do Estado operário e da política stalinista, a partir de 1924, cuja teoria do realismo socialista significou a contra-revolução cultural na URSS. Era a imposição de padrões de cima para baixo na arte, na educação e na ciência, e a repressão violenta e brutal contra todo aquele que não se enquadrasse nessas diretrizes. Num segundo momento, já nos anos 80, a restauração do capitalismo na URSS significou o retorno de uma arte de elite. O capitalismo significou o fim do realismo socialista de Stalin, mas continuou significando a degradação total da arte, da ciência e de toda cultura. A URSS assistiu ao retorno da arte voltada para o mercado e consumida por uma minoria privilegiada.

Mas nada disso, por pior que seja, foi capaz de encobrir o que fez a revolução. Seus avanços culturais foram tão grandes que se transformaram em patrimônio da humanidade, e até hoje exercem sua influência na cultura de todos os países do mundo.

Assim, também no terreno da cultura, fazemos nossas as palavras de Trotsky: “Caso a URSS viesse a fracassar, fruto de dificuldades internas, golpes externos e erros da direção (coisa que esperamos nós, não aconteça), restaria, como garantia do futuro, o fato inabalável de que, somente graças a revolução proletária, um país atrasado deu, em menos de duas décadas, passos sem precedentes na História”³¹ ■

²⁹ “A Cultura e a Arte Proletárias”, in *Literatura e Revolução*.

³⁰ *Que foi a Revolução Russa?*, conferência pronunciada por Trotsky em 27 de novembro de 1932 em Copenhague, Dinamarca.

³¹ Leon Trotsky, *A Revolução Traída*, Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, pag 45, São Paulo, 2005

A restauração não demonstrou a superioridade do capitalismo

No início do século XX a Revolução Russa mostrou ao mundo que os operários e camponeses podiam derrotar a burguesia, podiam expropriá-la e podiam colocar-se à frente do Estado. No final desse mesmo século, a burguesia, em nível internacional, mostrou que podia restaurar o capitalismo em todos aqueles estados onde havia sido expropriada. À primeira vista, a história teria demonstrado a superioridade do capitalismo sobre o socialismo. Essa foi a conclusão da maioria, tanto entre a direita como entre a esquerda.

MARTÍN
HERNÁNDEZ

Tradução: Márcio
Palmares

Não é a primeira vez que a burguesia declara sua vitória final sobre o socialismo

A partir da restauração do capitalismo, a direita anunciou o fim do socialismo e inclusive o fim da classe operária e da luta de classes. A maioria da esquerda decretou a impossibilidade de que os trabalhadores tomassem o poder e a necessidade de ser “realista”, isto é, reformista (não ir além de reformas do capitalismo). Um balanço sobre os acontecimentos ao longo do século XX é inevitável e imprescindível. Entretanto, antes de fazê-lo, é necessário recordar que não é a primeira vez que a burguesia anuncia sua vitória final sobre o socialismo.

Quando a Comuna de Paris terminou em um banho de sangue, toda a burguesia pensou que dessa forma os operários nunca mais ousariam tomar o poder. A superioridade da burguesia parecia inquestionável. A burguesia estava longe de imaginar que a Comuna de Paris, mesmo derrotada, inspiraria as novas revoluções, em especial a russa.

Em 1914 começou a Primeira Guerra Mundial, uma guerra entre as distintas potências imperialistas pela disputa dos mercados, em especial das colônias. Nessa mesma época os trabalhadores haviam conseguido construir seus próprios partidos, independentes da burguesia. A II Internacional socialista expandira-se por todo o mundo. Milhões de trabalhadores se organizavam nos partidos da II Internacional, ou viam-na como referência. No entanto, em pouco tempo, a direção da Internacional, frente à Primeira Guerra Mundial, também considerou que era necessário ser “realista”. Dessa forma, transformou esses partidos em apêndices do imperialismo. Milhões de operários de diferentes países foram enviados, pelos líderes da Internacional, para as trincheiras, para matarem-se uns aos outros nos campos de batalha, cada qual

Martín Hernández
é membro da
direção da LIT-QI

a serviço de sua própria burguesia. Os fatos pareciam indicar que a classe operária nunca poderia desempenhar um papel independente da burguesia. No entanto, a própria guerra mundial abriria uma situação revolucionária em toda a Europa e, respondendo à traição da II, surgiriam os grandes líderes revolucionários do século XX (Vladimir Ilich Lenin, Leon Trotsky, Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht...) que se colocariam à frente das novas revoluções, possibilitando o triunfo da Revolução Russa e a construção da III Internacional, não mais como apêndice da burguesia imperialista, e sim como o Partido Mundial da Revolução.

Pouco tempo depois do triunfo da Revolução Russa a burguesia, em nível mundial, empreendeu a luta para recuperar o poder através da guerra civil. Lançou 21 exércitos das grandes potências contra a classe operária no poder. Em pouco tempo, os exércitos da contra-revolução foram ganhando, uma atrás de outra, todas as batalhas. Regiões inteiras da Rússia foram recuperadas pela contra-revolução. As tropas da burguesia aproximavam-se aos poucos de Petrogrado, onde estava o poder central da revolução. Os operários viram-se obrigados a construir o Exército Vermelho. No entanto, a superioridade militar da burguesia era inquestionável. A primeira experiência socialista da História parecia estar chegando ao fim. Os líderes da burguesia estavam convencidos de sua vitória, e, contudo, o Exército Vermelho começou a se recuperar e terminou vencendo a guerra civil, não porque houvesse recebido reforços em armas, mas porque travou a guerra com os métodos da revolução. Dessa forma, contra todos os prognósticos, o socialismo demonstrou sua superioridade sobre a burguesia em um terreno que ninguém poderia imaginar: o da guerra.

Ao final da Guerra Civil, a Rússia estava semidestruída. Da indústria existiam apenas alguns restos. Os índices de produção de 1920 não chegavam a 20% dos índices de 1913 (antes do início da Primeira Guerra Mundial). A própria classe operária, que havia tomado o poder, estava destruída. Uma parte havia morrido na guerra civil e a maioria dos que sobreviveram, em função da destruição da indústria, eram agora desempregados. A primeira experiência socialista da História, para sobreviver, precisava urgentemente do auxílio da classe operária dos países mais avançados, mas esse auxílio não veio. A revolução alemã foi derrotada e o mesmo ocorreu com o resto das revoluções nos países da Europa. Assim, a Rússia, que já era um país atrasado, além de estar semidestruído, encontrava-se isolado. Novamente, o fim da primeira experiência socialista se aproximava.

Leon Trotsky, vendo o caráter dramático da situação, em fevereiro de 1920, propôs ao CC do Partido Bolchevique fazer uma reviravolta na política econômica do partido. Sua proposta era acabar com a política conhecida como *Comunismo de Guerra*, que significava, entre outras coisas, que tudo o que os camponeses produzissem e que não fosse destinado a seu próprio consumo, seria requisitado pelo estado operário. Trotsky viu a necessidade de criar incentivos materiais (capitalistas) para que os camponeses produzissem mais. Propôs suspender as requisições e em seu lugar cobrar um imposto em espécie. Dessa forma, os camponeses teriam liberdade para vender seus produtos no mercado.

Essa proposta de Trotsky, que significava o reestabelecimento do mercado capitalista, foi duramente questionada no Comitê Central (perdeu por 11 a 4). Lenin estava entre aqueles que se opuseram à proposta de Trotsky.

O CC decidiu continuar com o Comunismo de Guerra e a situação da Rússia, longe de melhorar, continuou piorando. De acordo com Trotsky: “A vida econômica do país passou mais um ano lutando contra a morte em um beco sem saída”.

Somente um ano depois, em 1921, Lenin admitiu as posições de Trotsky e, assim, o X Congresso do Partido Bolchevique votou a NEP (Nova Política Econômica), a partir da qual se abandonou o Comunismo de Guerra, tanto no campo como na cidade. No campo, foram aceitas as posições de Trotsky e na cidade foi autorizada a existência de empresas privadas e, inclusive, muitas empresas estatais foram alugadas a empresários que as colocavam em funcionamento com base nas normas do capitalismo. Como produto dessa política, em 1925, a terra continuava sendo estatal, mas só 4% dos meios de produção agrícola estavam em mãos das comunas camponesas, enquanto 96% estavam em mãos de particulares. Por outro lado, a NEP significou o fortalecimento dos Kulaks (os camponeses ricos) e a existência dos mercados camponeses deu origem a um novo setor social: “os Homens da NEP”, que enriqueciam atuando como intermediários.

A economia russa começou lentamente a se recuperar. Entretanto, mais uma vez, a primeira experiência socialista da História parecia estar chegando ao fim, já que a recuperação ocorria apelando aos mecanismos do mercado capitalista. Justamente por isso, fortes vozes, a favor e contra a NEP, elevaram-se no interior da URSS e em nível internacional.

A partir da esquerda, criticava-se duramente a direção bolchevique, porque se supunha que a NEP estava restaurando o capitalismo.

Pelo contrário, a partir da direita, isto é, das posições reformistas, pela primeira vez Lenin era elogiado. Assim, por exemplo, o velho reformista alemão Karl Kautsky, um inimigo da Revolução de Outubro, apoiava a NEP justamente porque acreditava que com ela a volta ao capitalismo estava garantida. O “pragmático Lenin”, dizia-se na época, havia terminado por aceitar a superioridade do capitalismo.

O que a burguesia e seus agentes não podiam entender é que a direção bolchevique havia dado um passo atrás, em direção ao capitalismo, para dar a seguir dois passos à frente, em direção ao socialismo. O que a direção bolchevique fez com a NEP, na realidade, foi utilizar o capitalismo para fortalecer o estado operário. Por isso, o estado manteve sempre o monopólio do comércio exterior, o monopólio dos transportes (ferroviário e marítimo), o monopólio das instituições de crédito e, dentro de certos limites, a planificação econômica central. Os resultados, em pouco tempo, saltaram à vista. Já entre os anos 1924 e 1925 a produção industrial haveria de se aproximar à do ano 1913 (chegou a 71% do produzido naquela ocasião) e o mais importante a ressaltar é que, apesar das concessões ao capitalismo que a direção bolchevique se viu obrigada a fazer, em 1924, 62% dos meios de produção estavam socializados e as quatro quintas partes da produção industrial provinham das empresas do estado. Dessa forma, uma vez mais, o socialismo demonstrava sua superioridade sobre o capitalismo, agora no terreno da economia.

Restauração do capitalismo. O balanço deixado por Leon Trotsky

Agora, com a restauração do capitalismo, o imperialismo e seus aliados reformistas no interior do movimento operário tentam nos convencer de que o socialismo não tem futuro e que o capitalismo demonstrou, historicamente, sua superioridade. Como vimos, esta não é uma discussão nova. Tanto é assim que em 1936, Trotsky, vendo a degeneração do Estado Soviético e prevendo a partir daí a possibilidade de que o capitalismo fosse restaurado (o que acabou acontecendo, de fato) se referiu à tão alentada superioridade do capitalismo nos seguintes termos:

Caso a URSS venha a fracassar, fruto de dificuldades internas, golpes externos e erros da direção (coisa que esperamos firmemente não ver), restaria, como uma garantia para o futuro, o fato inabalável de que, somente graças à revolução proletária, um país atrasado deu em menos de duas décadas passos sem precedentes na História. Assim se encerra o debate com os reformistas no movimento operário.¹

Para provar sua afirmação, Trotsky fornecia, entre outros, os seguintes dados:

Em dezembro de 1913, a bacia do rio Don produziu 2.275.000 toneladas de carvão; em dezembro de 1935, 7.125.000 toneladas. Nos últimos três anos, a produção de ferro dobrou (...). Em 1920, quando se elaborou o primeiro plano de eletrificação, havia no país dez usinas regionais, com uma capacidade total de 253.000 KW. Em 1935, já eram noventa e cinco usinas regionais, com uma capacidade total de 4.345.000 KW. Em 1925, a URSS ocupava o 11º lugar na produção de energia; em 1935, ela está atrás somente da Alemanha e dos EUA (...). Na produção de tratores ocupa o primeiro lugar no mundo. O mesmo acontece com a produção de açúcar.²

A expropriação da burguesia, a nacionalização da economia e a planificação econômica central conseguiram o que nenhum país capitalista atrasado pôde conseguir em toda sua história. A URSS teve um desenvolvimento espetacular em todos os terrenos. O desenvolvimento sem precedentes de sua economia possibilitou eliminar a fome, o desemprego, o analfabetismo, a falta de moradia, assim como um acesso massivo da população à ciência e à cultura, a tal ponto que a URSS se colocou na vanguarda da corrida espacial. A URSS foi o primeiro país do mundo a colocar um satélite em órbita e também o primeiro a enviar uma missão tripulada ao espaço.

A expropriação da burguesia em outros países atrasados, como foi o caso da China e de Cuba, provocou também resultados espetaculares no terreno econômico, que acabaram se expressando em outras áreas. A pequena e atrasada Cuba se colocou na vanguarda de todo o continente latino-americano no que se refere à medicina, aos esportes e à luta contra o analfabetismo.

A Revolução Russa, assim como as revoluções que a sucederam, mostrou que quando a burguesia foi expropriada pela classe operária e pelo povo, este

¹ Leon Trotsky, *A Revolução Traída*, Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, pág. 45, São Paulo, 2005.

² Idem.

fato provocou um desenvolvimento espetacular da economia, o que demonstra que a burguesia não cumpre nenhuma função social, é um parasita que vive da sociedade e que justamente por isso ameaça a existência humana.

Trotsky, fazendo um balanço da Revolução Russa, assinalou:

Com os senhores da economia burguesa não há mais o que discutir: o socialismo demonstrou seu direito à vitória, não nas páginas de *O Capital*³, mas na arena econômica que corresponde a um sexto da superfície terrestre; não na linguagem da dialética, mas na linguagem do ferro, do cimento e da eletricidade.⁴

Este balanço de Trotsky, feito em 1936, é o balanço que devemos fazer ao comemorar os 90 anos da Revolução Russa: **o socialismo mostrou seu direito à vitória.**

A restauração do capitalismo não modifica nosso balanço

Este balanço feito por Trotsky é muito questionado. São muitos aqueles que dizem que “é necessário ser realistas”: a restauração do capitalismo teria demonstrado sua superioridade sobre o socialismo.

Este tipo de raciocínio é equivocado. Não serve nem sequer para analisar uma partida de futebol (nem sempre ganha o melhor time), e muito menos para a história e para a sociologia.

Na década de 30 o fascismo se estendeu como um rastilho de pólvora pela Alemanha, Itália, Espanha e muitos outros países. Este fato não expressava a superioridade desses regimes, mas a decadência do capitalismo. Da mesma maneira, a restauração do capitalismo nos ex-estados operários não mostra a superioridade do capitalismo, mas sua profunda crise, coisa que fica em evidência justamente nos países em que o capitalismo foi restaurado.

A restauração do capitalismo, tal como previu Trotsky, está provocando uma “baixa catastrófica na economia e na cultura”⁵ de tal magnitude que já começa a preocupar a própria burguesia. Uma comissão de cientistas da UNESCO estuda as conseqüências sobre o planeta da provável desaparecimento da Rússia nos próximos cento e cinquenta anos. É que desde que o capitalismo foi restaurado os índices de natalidade nesse país são negativos, em decorrência dos altos índices de mortalidade provocada por todo tipo de enfermidades, de fácil controle em outros países.

É verdade que é preciso ser realista. Mas ser realista não deve nos levar a identificar os campos de extermínio nazistas com o progresso, da mesma forma que não podemos falar de superioridade do capitalismo quando ele mostra, nos ex-estados operários, sua face mais destrutiva.

A contra-revolução stalinista abre caminho à restauração capitalista

Mas se é verdade que na Rússia a expropriação da burguesia provocou um desenvolvimento espetacular da economia e da cultura, é necessário que nos perguntemos: por que, então, o capitalismo foi restaurado?

³ *O Capital*, a obra mais importante de Karl Marx.

⁴ Leon Trotsky, *A revolução Traída*, Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, pág. 45, São Paulo, 2005.

⁵ Idem.

Na década de 30, a velha direção bolchevique, que havia conduzido a revolução de 17, que havia expropriado o capitalismo, que havia derrotado a contra-revolução na guerra civil, foi destituída do poder de forma brutal, mediante calúnias, prisões, deportações e assassinatos. A nova direção do partido e da URSS, à frente da qual estava Stalin, representava um novo setor social: os milhares de funcionários do partido e do Estado, que ao assumir seus cargos para servir ao proletariado revolucionário, em um processo similar ao que ocorre nos sindicatos, afastaram-se gradualmente de suas bases para passar a defender seus próprios interesses. Ou seja, os antigos dirigentes transformaram-se em funcionários e esses funcionários transformaram-se em burocratas.

Há vários fatores que explicam por que esses funcionários distanciaram-se de tal forma das bases operárias e populares e por que esses novos burocratas acabaram substituindo os verdadeiros revolucionários no poder.

A entrada em cena das massas revolucionárias sofreu um profundo refluxo. A Primeira Guerra Mundial e a Guerra Civil que a burguesia organizou para recuperar o poder, com suas seqüelas de destruição, fome e mortes, provocou um profundo desgaste e cansaço nas massas. Mais ainda: a classe operária, que havia sido a vanguarda da tomada do poder, também foi a vanguarda da guerra civil e a maioria pereceu nos campos de batalha. A derrota da revolução européia, em especial da Revolução alemã, aprofundou o estado de animo negativo da população russa. Essa situação fez com que surgisse um fosso entre os funcionários do Estado e as massas.

Na década de 30, o mundo se surpreendia pelos avanços espetaculares conseguidos pela URSS dirigida por Stalin. Em seu livro *A Revolução Traída*, Trotsky destacava esses avanços e dizia que eles eram produto da Revolução de Outubro, mas, junto com isso, dizia que se a classe operária não expulsasse a burocracia dirigida por Stalin e recuperasse o poder, a restauração do capitalismo seria inevitável. Dessa maneira, em meio do crescimento espetacular da economia, Trotsky foi capaz de antecipar, na década de trinta, o que aconteceria cinquenta anos depois.

“Socialismo em um só país”: a teoria da restauração

Trotsky, da mesma forma que toda a direção bolchevique, considerava que a Revolução de Outubro, com toda sua importância, não era mais do que o primeiro passo da revolução mundial, sem a qual não se poderia chegar ao socialismo em nenhuma parte do planeta. Pelo contrário, Stalin, depois da morte de Lenin, inventou sua teoria do “socialismo em um só país”, segundo a qual o socialismo poderia ser realizado na Rússia sem a necessidade da revolução mundial, coisa que *a posteriori* levou-o a construir outra teoria: a teoria da “coexistência pacífica” da URSS com o imperialismo.

Os marxistas consideravam que o socialismo poderia vencer quando o capitalismo, por suas contradições, não pudesse mais se desenvolver. Nesse sentido, o triunfo da revolução socialista significaria, desde seu primeiro dia, um avanço em relação ao capitalismo no terreno da economia e da cultura. Coerente com esse raciocínio, Marx acreditava que a revolução socialista triunfaria primeiro na França, depois na Alemanha e em seguida na Inglaterra.

Entretanto, a revolução triunfou primeiro na Rússia, um país extremamente atrasado. Como dizíamos anteriormente, a expropriação da burguesia na Rússia

possibilitou um crescimento espetacular da economia e da cultura, mas esse crescimento se deu partindo de um patamar muito baixo.

Depois de quase vinte anos da vitória da revolução, em 1936, a URSS dispunha de 5 km de vias férreas para cada 10.000 habitantes, enquanto na França havia 15,2 e nos EUA 33,1. Nesse mesmo ano, a URSS produziu 0,6 automóvel para cada mil habitantes, enquanto os EUA produziram 23.

Trotsky destacava especialmente o consumo de papel, por ser um dos índices culturais mas importantes. Na URSS, em 1935, foram fabricados menos de 4 kg de papel por habitante, enquanto nos EUA foram fabricados 34, e na Alemanha 47.

A partir desses dados, Trotsky afirmava que o regime soviético atravessava “uma fase preparatória na qual importa, assimila e se serve das conquistas técnicas e culturais do Ocidente... esta fase deverá durar todo um período histórico”.⁶

Dessa forma, a URSS, como parte contraditória da economia mundial, estava na dependência dessa economia controlada pelo capital imperialista.

A URSS só tinha um caminho para superar a contradição provocada por seu atraso: estender a revolução em nível internacional, especialmente aos países mais avançados. No entanto, a política de Stalin de “socialismo em um só país” e de “coexistência pacífica” tornava essa tarefa impossível.

A teoria do socialismo em um só país, que nasceu como uma utopia reacionária, acabou transformando-se na estratégia contra-revolucionária que levou Stalin a trair toda revolução que ameaçasse seus sócios imperialistas. Isso ficou muito evidente ao final da Segunda Guerra Mundial, quando, a pedido de Winston Churchill, o primeiro ministro inglês, Stalin dissolveu a III Internacional, isto é, o instrumento para a Revolução Mundial, e impediu que os operários da Europa central, especialmente na desenvolvida França, tomassem o poder.

Assim, o cerco restauracionista foi se fechando sobre a Rússia e sobre os outros estados operários. O imperialismo continuava pressionando, com todos os meios, para a restauração do capitalismo. A burocracia governante mantinha esses estados cada vez mais isolados do proletariado mundial. Por outro lado, essa mesma burocracia, com enormes privilégios materiais, e com um nível de vida similar ao da burguesia, precisava da restauração para perpetuar seus privilégios.

A restauração

Já no final da década de 50 era evidente que a idéia do “socialismo em um só país” não era mais do que uma utopia reacionária. O conjunto das economias do Leste europeu, sem condições de competir com as grandes potências imperialistas, estava perdendo seu dinamismo inicial. Essas economias continuavam crescendo, mas em um ritmo cada vez menor.

No início dos anos 60, a situação se agravou ainda mais, já que no conjunto desses países as economias começaram a declinar.

Nessa nova realidade, as burocracias encontravam-se diante de dois caminhos. Abandonar a política de coexistência pacífica com o capitalismo, retomando o caminho dos bolcheviques, isto é, da revolução mundial, ou apelar ao imperialismo em busca de ajuda.

⁶ Idem, pág. 54.

Como é bastante conhecido, a burocracia adotou o segundo caminho. Intensificaram assim as relações com o ocidente em busca de tecnologias mais avançadas. Entre os anos 63 e 68 intensificaram-se tanto as relações com o ocidente que esse período ficou conhecido como a “Idade de Ouro do Comércio Leste-Oeste”. Contudo, como era de se esperar, o comércio desigual controlado pelo imperialismo provocou um resultado desastroso para as economias do Leste europeu. Nessa ocasião, a burocracia apelou novamente ao capitalismo, agora em busca de empréstimos, que foram obtidos com bastante facilidade, o que transformou esses estados em prisioneiros de uma dívida externa enorme. A dívida externa da URSS, entre 1970 e 1987, tornou-se 42 vezes maior.

A burocracia russa, assim como o conjunto das outras burocracias, descarregava o peso da crise sobre a população, com resultados trágicos. Na Rússia, a expectativa de vida, que era em 1972 de 70 anos, cairia para 60 anos no início da década de 80.

O final dessa história é mais conhecido: frente ao aprofundamento da crise econômica, e diante do temor de uma convulsão social, a burocracia russa, encabeçada por Gorbachov, iniciou em 1986 o desmonte do que restava do estado operário conquistado em Outubro de 1917, e se lançou definitivamente nos braços do imperialismo. O capitalismo foi restaurado e deu origem a uma destruição de tal magnitude que hoje em dia, como dizíamos anteriormente, a própria existência da Rússia como país está questionada.

Voltando ao balanço inicial

A restauração do capitalismo demonstra o fracasso do socialismo? É impossível fazer esta afirmação. A revolução Russa só conseguiu tomar as primeiras medidas em direção ao socialismo, mas essas medidas foram tão profundas que o capitalismo, em nível mundial, demorou quase 70 anos para destruí-las, sendo que em todos esses anos contou com os mais poderosos exércitos do mundo, que invadiram a URSS com esse propósito em duas oportunidades, além de contar, no interior desses estados, com uma burocracia colaboracionista, assassina de revolucionários, que atuou como seu agente e encabeçou a restauração do capitalismo.

Não. Não há fracasso do socialismo. Há fracasso da burocracia e de sua teoria de “socialismo em um só país”. Há também uma evidência: se o capitalismo continuar governando o mundo, o caminho em direção à barbárie é inevitável. Basta ver o que está ocorrendo nos ex-estados operários onde triunfou a restauração.

Da mesma forma como ocorreu com a Comuna de Paris, a classe operária e as novas gerações de revolucionários terão na Revolução Russa de 1917 e em suas vicissitudes um material precioso de estudo e reflexão para preparar e atuar nas novas e vitoriosas revoluções ■

Uma breve história do movimento operário uruguaio

*Publicamos nesta edição de **Marxismo Vivo** a segunda parte da história do movimento operário no Uruguai, escrita por Gustavo López em dezembro de 2006.*

A luta armada

No fim dessa década acontece o triunfo da revolução cubana. Em 11 de janeiro de 1959 os barbudos da Sierra Maestra fazem sua entrada triunfal em Havana. O exemplo dos insurretos cubanos espalha-se rapidamente por todo continente e a mensagem de Fidel, Camilo e o Che instala-se no coração de centenas de milhares de oprimidos. O imperialismo é humilhado e a revolução converte-se numa realidade sensível para os trabalhadores da América Latina.

Sem exageros de nenhuma natureza, podemos afirmar que nenhum outro acontecimento na história americana teve um impacto de tal magnitude para as classes subalternas como o gesto revolucionário cubano. O eco das armas rebeldes abre o caminho à irredimível década de 60.

A luta pela Lei Orgânica Universitária de 1958 estreita os laços do combativo movimento estudantil com as organizações dos trabalhadores e nasce ao calor dos combates de rua a imortal e sempre vigente palavra de ordem de “operários e estudantes unidos e adiante”.

A assinatura da primeira carta de intenções com o Fundo Monetário Internacional durante o governo do Partido Nacional em 1959 traz como consequência lógica o aumento das lutas populares e o antiimperialismo encarna-se como um valor comum dos setores desprezados.

Em meio a uma aguda crise econômica, na metade dos anos 60, e num clima determinado pelo aumento da repressão, irrompe no cenário nacional a luta armada. Mais de uma dezena de organizações de matrizes ideológicas heterogêneas e com diferentes capacidades operacionais começam a desenvolver ações armadas.

Entre as mais significativas destas organizações encontram-se o Movimento de Libertação Nacional Tupamaros (MLN-T), a Organização Popular Revolucionária 33 Orientais (OPR-33), o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), as Forças Armadas Revolucionárias Orientais (FARO), às quais devemos somar a existência de grupos sociais, sindicais e estudantis com práticas armadas e o inativo mas poderoso aparato militar do Partido Comunista. Os rumores de um golpe de estado percorrem o país.

GUSTAVO
LÓPEZ

Tradução:
Marcos
Margarido

Gustavo López é
secretário geral do
Sindicato dos
Taxistas de
Montevideu
(Uruguai)

A fundação da CNT, base para a reunificação do movimento sindical

Em meio à efervescência e ao dinamismo social, o movimento sindical realiza esforços enormes na busca de um marco unificador que possibilite enfrentar com êxito os desafios que a luta de classes colocava nesta conjuntura particular.

Em setembro de 1964 é criado um organismo chamado *Convenção Nacional de Trabalhadores* integrado pelos sindicatos de maior peso no movimento sindical. As bases para a unificação sindical e a unidade programática começam a cimentar-se.

Coube a Gerardo Gatti, trabalhador gráfico, o mérito de haver apresentado o documento “Integração e funcionamento dos organismos da CNT”, que foi finalmente aprovado e onde se define a fisionomia e o conteúdo da nova unidade sindical. O documento de Gatti estabelece: “integra-se à CNT por delegação direta de todos os sindicatos do país. É um organismo estável, aberto...”

Com o processo de unificação orgânica em curso, é convocado o Congresso do Povo, esta emblemática assembléia, que reuniu todos os setores ativos do movimento popular uruguaio, aconteceu entre os dias 12 e 15 de agosto de 1965. Participaram do Congresso 1400 delegados representando mais de 700 organizações sociais. Nesta instância foi aprovado um programa de medidas para a crise, que entre outros pontos sustentava a nacionalização dos bancos e do comércio exterior, reforma agrária, impostos progressivos sobre as terras improdutivas, controle estatal das indústrias essenciais e impostos sobre a riqueza.

Motivados pelo êxito do Congresso do Povo, a coordenação da CNT convoca uma Assembléia Nacional de Delegados de todos os sindicatos para o mês de janeiro de 1966, e na mesma decide-se chamar para setembro do mesmo ano o congresso da unificação, ou congresso de fundação da Convenção Nacional de Trabalhadores.

O primeiro congresso da CNT contou com a participação de 423 delegados representando 8.500 sindicalizados. Nos estatutos da convenção está estampado o objetivo central da luta por “uma sociedade sem explorados nem exploradores”.

O processo de construção de um marco orgânico unificado para o movimento sindical uruguaio não esteve isento de tensões e fortes polêmicas entre as diferentes correntes de opinião. Mesmo que todas opiniões coincidissem quanto ao valor estratégico da unidade operária e a realidade a impunha com uma verdadeira urgência, persistiam as controvérsias em relação ao conteúdo, à forma e ao alcance da tão mencionada unidade. Longas negociações sucederam-se entre os principais dirigentes das distintas posições. Mostrando uma enorme flexibilidade tática e com concessões recíprocas, chega-se ao acordo definitivo. O próprio nome de Convenção, e não Central, faz parte dessas negociações, os setores que se opunham à maioria de orientação comunista defendiam a idéia de uma estrutura “assembleísta” e antiburocrática que se ajustava de melhor maneira à idéia de uma convenção. Por outro lado, esses setores – que representavam a ala radical – colocaram três condições no processo de convergência unitária, a saber: 1) A inexistência de dirigentes pagos, 2) A incompatibilidade entre ser dirigente sindical e apresentar-se a cargos políticos eletivos e 3) A não filiação da CNT a nenhuma central internacional.



A CNT nasce como a síntese necessária e possível nessa etapa do movimento operário uruguaio. Em atitude premonitória, o primeiro congresso da CNT resolve que, em caso de produzir-se um golpe de estado, a classe operária o enfrentaria com a greve geral e a ocupação dos locais de trabalho.

No final da década, ao calor das barricadas parisienses do maio francês, o movimento estudantil protagoniza jornadas de luta exemplares que revitalizam a chama da combatividade. Em 14 de agosto é assassinado pela polícia o militante comunista e estudante de veterinária Liber Arce, o primeiro mártir do movimento estudantil. No dia seguinte mais de 300.000 pessoas mobilizam-se acompanhando o enterro.

A polarização da luta de classes

Um mês mais tarde são assassinados os também estudantes Susana Pintos e Hugo de los Santos, e nos anos posteriores a lista de mártires estudantis aumenta com a morte de Heber Nieto, Julio Spósito, Santiago Rodríguez Muela, Ibero Gutiérrez, Joaquín Kluver e Walter Medina. A repressão se enfurece contra as organizações populares e a iminência do golpe de Estado faz-se evidente.

Como consequência da morte do presidente eleito Oscar Gestido em dezembro de 1967, seu vice-presidente ultra-reacionário Jorge Pacheco Areco assume e o consentimento autoritário é intensificado. Durante o governo de Pacheco o salário é congelado, decretam-se medidas de segurança e se prepara o terreno político para a ocupação do poder por parte dos gorilas e dos fascistas.

O clima de crescente e furiosa repressão contra o movimento popular não impede que a CNT realize seu segundo congresso (o primeiro congresso ordinário) em maio de 1969 com a participação de 603 delegados representando aproximadamente 120.000 filiados à convenção operária. As deliberações deste congresso giraram em torno à análise política da situação do país e à necessidade de definir um plano de lutas. Os setores próximos à Tendência Combativa defendiam a greve geral imediata para enfrentar a escalada autoritária, repressiva e antipopular do governo.

Nestes anos desenvolvem-se intensos conflitos, entre os quais se destacam o protagonizado pelos trabalhadores da indústria frigorífica e o conflito dos municipais. Em ambos os casos chegou-se a níveis de enfrentamento direto com as forças repressivas.

A luta dos trabalhadores rurais merece menção à parte, em particular os do combativo sindicato dos trabalhadores da cana-de-açúcar do estado de Artigas, a UTAA de Sendic. As marchas rurais sobre Montevideu sob a palavra de ordem de “terra para quem nela trabalha” haviam despertado grandes expectativas e uma jubilosa e solidária receptividade por parte dos trabalhadores da cidade.

O exemplo de Sendic e dos bóia-frias multiplicava o compromisso militante de vastos setores sociais e desatava a ira dos latifundiários e oligarcas.

Num ato de boas-vindas aos assalariados rurais de Artigas, o orador da Tendência Combativa e operário de FUNSA, Washington “Perro” Pérez, expressava: “Os direitos não se mendigam, são exigidos, e são conquistados pela razão ou pela força, pelos meios pacíficos se somos compreendidos, ou pelos meios da insurreição e da violência, se não nos querem compreender”¹.

¹ Gonzalez Sierra, Y., “*Los olvidados de la tierra*”, Editorial Nordan, Montevideu, 1994.

A relação entre a UTAA e os setores majoritários da direção sindical sempre foi uma relação tensa e controversa. O nível de autonomia organizativa dos trabalhadores rurais, sua renovada forma de encarar a prática sindical, sua manifesta combatividade e o peso indiscutível da liderança de Sendic geravam receio entre os setores ligados ao Partido Comunista.

Em tempos de agudização da luta de classes, o peso do movimento sindical se fazia sentir em todos os níveis da vida nacional.

O processo de unificação orgânica e programática de uma parte da esquerda cristalizou-se com a fundação da Frente Ampla em fevereiro de 1971. Este fato desperta expectativas no movimento operário e instala novas e fortes polêmicas entre quem pretendia submeter o sindicalismo à nova força política e aqueles que defendiam a autonomia das organizações operárias.

O terceiro congresso da CNT (o segundo congresso ordinário) reúne-se em 23 e 25 de junho de 1971 na sede da AEBU com a participação de 681 delegados titulares. Neste congresso, a pedido da Tendência Combativa, a decisão de enfrentar o golpe de Estado com a greve geral é reafirmada.

Enquanto a influência política dos militares crescia de forma preocupante, o imperialismo norte-americano desenvolve sua estratégia consistente em semear a região com ditaduras, para conter o avanço popular e aprofundar o modelo econômico de dependência e saque.

Em novembro de 1971, em meio a acusações de fraude, o colorado e emissário dos setores mais reacionários da igreja católica, Juan María Bordaberry, ganha as eleições. Durante o primeiro ano de seu governo, a repressão consegue desferir duros golpes à guerrilha, minimizando seu peso político e reduzindo seu aparato militar. As cadeias e delegacias transbordam de militantes sociais, a tortura torna-se moeda corrente. A burguesia, obediente às ordens do amo do norte, recorre ao auxílio de seu braço armado e as forças castrenses dispõem-se a assumir o controle do Estado.

O golpe militar e a resistência operária e popular

Em 9 de fevereiro de 1973, as forças armadas ocupam a Ciudad Vieja e emitem uma mensagem pelos meios de comunicação de massas na qual assumem algumas reivindicações do movimento popular, reforma agrária, criação de fontes de trabalho, combate à corrupção, política exterior independente entre outras. Com os comunicados 4 e 7 instala-se o que se conhece como golpe de fevereiro, ou prólogo do golpe definitivo. O conteúdo de aparência reformista destes comunicados aviva a polêmica no movimento popular, os setores filiados ao Partido Comunista não disfarçam sua aprovação, enquanto a Tendência Combativa opõe-se firmemente, denunciando a manobra gorila.

Aqueles que depositavam expectativas nos supostos progressistas do exército comparavam estas posições com as do militar nacionalista peruano Velasco Alvarado. O órgão oficial do Partido Comunista, o diário *El Popular* referia-se à posição dos militares “febreristas” nos seguintes termos:

...os marxistas-leninistas, os comunistas, integrantes da grande corrente a Frente Ampla, estamos de acordo no essencial com as medidas expostas pelas FFAA como saída imediata para a situação que vive a República, e por certo

não são incompatíveis com a ideologia da classe operária e sem prejuízo a nossos ideais finais de uma sociedade socialista.²

Por sua vez, o prestigioso dirigente textil Héctor Rodríguez sustentava que “o partido comunista está entusiasmado com a declaração dos militares, que era uma declaração golpista”³.

Com um forte comunicado intitulado “Só o povo salva o povo”, a Resistência Operária Estudantil (ROE) fixa sua posição:

A classe operária e o povo não podem alentar nenhuma expectativa em que seus interesses serão defendidos por civis ou militares. Para os trabalhadores o dilema é de ferro. Ou nos mobilizamos por nossos presos, por nossas liberdades, pelo salário, e mediante a luta pensamos no conjunto da situação, ou assistimos passivamente às disputas e negociações entre civis e militares do governo, ou entre distintas frações da burguesia.⁴

Como fica evidenciado nas distintas posições, as desavenças no interior do movimento operário aprofundam-se. As organizações guerrilheiras são derrotadas militarmente e a horda golpista avança a passos largos.

Um dos episódios de maior tensão no interior das organizações sindicais foi registrado em torno ao caráter do ato de 1º de maio de 1973. Os setores majoritários da CNT pretendiam imprimir a esta comemoração um caráter festivo. Estava previsto que o ato começaria com um desfile da cavalaria gaúcha e posteriormente mais de 500 secundaristas fariam o mesmo com suas reluzentes túnicas e os sindicatos eram estimulados a participar com carros alegóricos que representassem diferentes profissões. As cadeias estavam cheias de lutadores sociais e a tortura era o destino seguro de milhares de ativistas.

A Tendência Combativa e outros setores da esquerda enfrentaram esta absurda decisão e convocaram um 1º de maio de luta. Num panfleto, a Resistência Operária estudantil (ROE) se expressa com clareza e contundência: “Depois celebraremos um 1º de maio de alegria. Será quando, com a luta de todos, derrotemos o inimigo de classe e construamos o poder popular em nossa pátria livre e socialista”.⁵

As negociações entre o poder político e as autoridades militares intensificam-se e nelas se planejam detalhadamente as alternativas táticas do golpe.

Na última quinzena de junho o parlamento rejeita por um voto o pedido de desaprovação contra o senador da Frente Ampla Enrique Erro, acusado de ser a cobertura legal do movimento Tupamaro. Sob o pretexto de que este fato constitui uma gravíssima afronta à constituição, o presidente Bordaberry convoca os comandantes das três armas à residência presidencial para urdir o definitivo assalto ao parlamento.

A Câmara de Senadores terá sua última sessão à meia-noite de 26 de junho. Enquanto os mármoreos do Palácio Legislativo ecoavam estridentes discursos e arengas democráticas, Bordaberry ajustava a redação final do decreto de dissolução das câmaras na solidão de seu escritório rodeado por alguns colaboradores e o movimento popular preparava-se para cumprir a decisão tomada nove anos atrás; frente ao golpe de Estado, greve geral.

Na quarta-feira, 27 de junho, a cidade amanheceu militarizada sob a notícia do golpe, com tanques e jipes com soldados armados para a guerra percorrendo as principais ruas e avenidas.

² Vescovi, R., “*Ecos Revolucionarios. Luchadores Sociales*”, Nós Editorial, Montevideú, 2003.

³ Vescovi, R., Op. Cit.

⁴ Arquivo do autor.

⁵ Jornal Construyendo, nº 3, maio de 2003.

Os meios de comunicação reproduziam insistentemente o decreto de 4 artigos promulgado pelo agora ditador Juan María Bordaberry:

Art. 1. Declara-se dissolvidas a Câmara de Senadores e a Câmara de Representantes; Art. 2. Cria-se um Conselho de Estado integrado pelos membros que oportunamente serão designados, com as seguintes atribuições: a) desempenhar independentemente as funções da Assembléia Geral, b) controlar a gestão do Poder Executivo relacionada com o respeito aos direitos individuais da pessoa humana e com a submissão de tal poder às normas constitucionais e legais, c) elaborar um anteprojeto de Reforma Constitucional que reafirme os princípios democráticos e representativos fundamentais, a ser oportunamente submetida a plebiscito pelo Colégio Eleitoral; Art. 3. Proíbe-se a divulgação pela imprensa falada, escrita ou televisionada de todo tipo de informação, comentário ou gravação que, direta ou indiretamente, mencione ou refira-se ao disposto pelo presente decreto, ou atribuindo propósitos ditatoriais ao Poder Executivo ou podendo perturbar a tranqüilidade ou a ordem pública; Art. 4. Faculte-se às Forças Armadas e policiais adotar as medidas necessárias para assegurar a prestação ininterrupta dos serviços públicos essenciais.

Entre as últimas horas de terça-feira, 26 de junho e as primeiras horas de quarta, 27, a direção da CNT reúne-se na sede da Federação do Vidro localizada na esquina das ruas Laureles com a Carlos Tellier no bairro operário de La Teja. Nesta reunião a situação política é analisada, tomam-se algumas medidas de segurança tais como a mudança de domicílio de alguns dirigentes e é redatado o documento intitulado “Chamado da CNT à classe operária e ao povo uruguaio”, no qual se pode ler:

Nada menos que Bordaberry, expressão dos interesses do grande latifúndio, inimigo dos trabalhadores e do povo, encabeça um golpe contra um Parlamento que enfrentou suas últimas ações ilegais, que foi a caixa de ressonância dos interesses populares e de denúncia da corrupção e dos negócios das camarilhas.

Observe-se o apego institucional e a alta valorização que os setores majoritários da direção sindical demonstravam sobre a ação parlamentar. Em outra passagem do texto citado é enfatizado:

os trabalhadores e o povo enfrentaram e enfrentarão esta política. Estão em combate pela recuperação do poder aquisitivo dos salários e das pensões, pelos subsídios aos artigos de consumo popular com recursos extraídos dos privilegiados, pelas soluções de fundo que o país reclama há muito tempo, e que em muitos aspectos foram enunciados pelas próprias *Forças Armadas em seus comunicados 4 e 7...* (grifo do autor).⁶

Ao término do documento é feito o chamado: “Ocupação de fábricas, estado de alerta e assembléia, plena atividade e funcionamento normal das sedes sindicais”.

Como se pode constatar, em nenhuma passagem do texto é nomeada explicitamente a greve geral nem se fala da duração das medidas. Este fato oferece sustentação a algumas opiniões de militantes da Tendência Combativa

⁶ Rico, A., “15 días que estremecieron al Uruguay”, Editorial Fin de Siglo, Montevideu, 2006.

quando afirmam que a greve geral nunca foi oficialmente decretada, mas foi assumida em todos os seus aspectos e conseqüências pelos trabalhadores de base de todos os sindicatos. De fato, a resolução de enfrentar a ruptura institucional com a greve estava fortemente gravada na consciência dos trabalhadores, e sem esperar orientações centralizadas passaram a ocupar seus locais de trabalho. Milhares de trabalhadores ocuparam as fábricas e os principais estabelecimentos industriais do interior do país, o movimento estudantil fez o mesmo com as universidades e os bairros da cidade ofereceram apoio logístico aos grevistas.

Numa segunda reunião da direção da CNT na manhã do dia 27, na sede da têxtil La Aurora na zona de Capurro, concorda-se em nomear um comando de greve integrado por José Delia, Gerardo Cuesta, Felix Díaz, Vladimir Turiansky e Ignacio Huget, nomeando-se também uma direção clandestina prevendo a eventual detenção destes dirigentes. Na reunião de La Aurora decide-se convidar o sindicato da FUNSA para reintegrar-se à condução cotidiana do movimento operário, já que este se mantinha distanciado por divergências políticas e metodológicas. Os trabalhadores da combativa FUNSA decidem, ante os desafios do momento, passar as diferenças a segundo plano e ocupar seu lugar na CNT, e corresponde ao saudoso “Loco” Duarte assumir esta responsabilidade.

Nos primeiros dias a greve se estende, são ocupados mais de 700 locais de trabalho, somente no ramo metalúrgico ocupam-se 220 empresas.

Num boletim datado de quinta-feira, 28 de junho, a CNT reconhece formalmente a greve geral:

a greve geral e as ocupações tomaram um volume contundente. Milhares de locais de trabalho ocupados, pessoas que nunca ocuparam seus locais, pessoas que não estavam organizadas estão na greve geral e em luta. Viva a greve e as ocupações da CNT. Solidariedade, venceremos.

As ocupações levadas adiante pelos trabalhadores e os estudantes recebem apoio do Conselho Diretor Central da Universidade da República e de centenas de intelectuais e trabalhadores da cultura. Durante as primeiras 48 horas da greve a equipe coordenadora da CNT reúne-se em duas oportunidades com o Ministro do Interior Bolentini.

O porta-voz do governo oferecia aumento de salários, libertação dos presos detidos após 27 de junho e mesas de negociação, em troca do fim das medidas tomadas pelos trabalhadores. O secretariado executivo da convenção operária responde por escrito ao Ministro da ditadura. Na carta que consiste de 5 pontos era estabelecido o seguinte:

...a nosso ver, impõe-se uma definição concreta desde já dos seguintes pontos: 1) Reiteração da vigência plena das garantias para a atividade sindical e política e para a liberdade de expressão; 2) Restabelecimento de todas as garantias e direitos constitucionais; 3) Medidas imediatas de saneamento econômico, cujas prioridades expusemos no documento que no mês de abril, e a seu pedido, enviamos à Junta de Comandantes em Chefe, especialmente: nacionalização dos bancos, do comércio exterior e da indústria frigorífica; 4) Recuperação do poder aquisitivo dos salários, soldos e aposentadorias, contenção dos preços subsidiando os artigos de consumo popular; 5) Erradicação dos

bandos fascistas que atuam impunemente no ensino, e comitê de docentes, pais e alunos para coordenar as mudanças para a retomada normal dos cursos.⁷

Assina este comunicado José Delia na condição de presidente da CNT.

O controle do transporte constituía um elemento estratégico para assegurar o êxito da greve. Discutiram-se algumas medidas de sabotagem para evitar que os patrões levassem as unidades às ruas, em alguns casos considerou-se a retirada de algumas peças que inutilizassem os motores e inclusive guardar os ônibus nas fábricas ocupadas, mas a atitude tímida da direção da Federação Operária do Transporte (FOT) impediu que estas medidas prosperassem. Na quinta, 28, os proprietários conseguem colocar alguns ônibus das garagens da CUTCSA nos bairros vizinhos, e estudantes organizam-se para deter os ônibus com pedras e “miguelitos”. Os trabalhadores do transporte conseguiram manter a greve com muitas dificuldades durante os 5 primeiros dias, depois os ônibus circularam sob a escolta de veículos militares e algumas vezes foram conduzidos por motoristas do exército. Os atos de sabotagem e punição dos pelegos não terminaram e no terminal de Kibon, no bairro de Pocitos, um ônibus arde em chamas depois de ser atingido por um coquetel molotov.

No sábado, 30 de junho, e depois das tentativas fracassadas de negociação, o governo emite o decreto nº 1103 no qual ilegaliza a CNT, ordena a prisão de seus dirigentes e procede ao confisco e saque dos bens das organizações sindicais.

Simultaneamente começam as operações de desalojamento, centenas de fábricas são desalojadas e novamente ocupadas pelos seus trabalhadores, em alguns casos até uma dezena de vezes, os moradores do Cerro levantam barricadas para impedir a entrada das forças repressivas; para desalojar a emblemática FUNSA utilizam-se cinco caminhões cheios de soldados, dois tanques militares e até um helicóptero.

O regime difunde seus comunicados por todos os meios de imprensa chamando a “voltar ao trabalho” e anuncia a realização de plebiscitos entre os trabalhadores para decidir a reintegração às tarefas e a normalização da situação.

Os desalojamentos instauram uma nova e árdua polêmica no interior do movimento sindical. O secretariado executivo da CNT emite uma instrução sobre os desalojamentos no qual instrui os trabalhadores a dirigir-se a seus respectivos sindicatos e esperar a ocasião propícia para uma nova ocupação.

Os setores ligados à tendência combativa discordavam dessa orientação, a qual consideravam um erro tático gravíssimo que facilitava o trabalho dos corpos repressivos. A linha de ação impulsionada por estes setores consistia em concentrar-se em outra fábrica ocupada depois do desalojamento e deste modo manter a solidariedade ativa e gerar as condições para reocupar. A palavra de ordem que contrapunham à oficial era “nem resistir nem lhes abrir as portas”.

A ofensiva do regime ficava mais forte, vários ramos de atividade são militarizados, ANCAP, bancários, funcionários do estado, etc. Muitos trabalhadores são conduzidos a seus postos à ponta da baioneta e os que se negavam eram diretamente detidos.

Na terça, 3 de julho, os trabalhadores que ocupavam a refinaria de ANCAP em La Teja apagam a chama da tocha e esta ação converteu-se num forte símbolo da resistência. Por sua vez os trabalhadores da UTE desenvolvem

⁷ Rico, A., Op. Cit.

valentes atos de sabotagem deixando sem energia várias unidades produtivas que não estavam sob controle operário.

O governo ordena a captura de 52 dirigentes sindicais e difunde suas fotografias pelos meios de comunicação. Muitos desses dirigentes são detidos e torturados, outros passam à clandestinidade. Em outro decreto, o poder de fato anuncia a demissão sem direito a indenização de todos os trabalhadores que participam da greve. O maior estádio fechado do país, o Cilindro Municipal, transforma-se em cárcere improvisado e centenas de operários são ali recolhidos.

Na tarde de 6 de julho o jovem estudante de veterinária, Ramón Pêra, de 28 anos, é assassinado pelas costas quando participava de uma ação direta para garantir a greve do transporte. Dois dias mais tarde, Walter Medina, de 16 anos, cai abatido pela polícia quando foi flagrado pintando a palavra de ordem “Consulta Popular” num muro do bairro Piedras Blancas.

A greve debilita-se objetivamente, e nesse marco começam a formar-se comitês para organizar uma resposta maciça, unificada e de rua para enfrentar a situação. Concorde-se em convocar uma manifestação no dia 9 de julho, segunda-feira às cinco da tarde, no centro da cidade. Evitando a rígida censura, a propaganda circula de boca em boca, “a las cinco en 18”⁸, escuta-se em todas as fábricas e escolas. Pelos microfones da Rádio Sarandi, o jornalista Ruben Castillo repete insistentemente os versos de García Lorca em seu célebre poema “Canto pela morte de Ignacio Sánchez Mejía”, “às cinco da tarde/eram cinco em ponto da tarde”.

Superando as expectativas dos mais otimistas, às cinco em ponto da tarde, ao grito de “Tiranos tremem”, um verdadeiro mar humano cobre a avenida principal. A concentração multitudinária foi reprimida brutalmente, os manifestantes escapavam pelas ruas laterais para logo voltar uma e outra vez a enfrentar desarmados os esbirros da repressão. Dezenas de pessoas ficaram feridas e poucas horas depois da concentração ser dissolvida pela força são detidos, entre centenas, os generais e dirigentes da Frente Ampla, Líber Sergni e Víctor Licandro.

Em 10 de julho, terça-feira, décimo quarto dia da greve, o movimento operário realiza o balanço da mobilização da véspera e concede que os setores majoritários na condução da CNT avaliem o fim da greve geral e a continuação da luta por outros meios.

No dia 11 de julho, quarta-feira, perto das 15 horas, em meio a estritas medidas de segurança, reúne-se a Mesa Representativa da CNT nas instalações do Hospital IMPASA. Nesta instância resolve-se por ampla maioria o fim da greve geral; 22 sindicatos votam a favor, 2 contra (FUNSA e FOEB) e 4 sindicatos se abstêm (COT, FUS, FFOSE e os trabalhadores de Conaprole). A Federação de Estudantes Universitários (FEUU) acata a decisão da convenção operária e finaliza a ocupação das escolas.

A direção da CNT justifica as razões do fim da greve num comunicado intitulado “os trabalhadores uruguaios escreveram uma página maravilhosa da história”.

No texto afirma-se o seguinte:

...nesta greve a classe operária esbanjou combatividade, espírito de sacrifício, uma disciplina exemplar, uma severa dignidade frente a todo tipo de atropelos

⁸ A las cinco en 18: referência à hora do ato, 17 horas, e o local, a rua 18 de Julho (NT).

e humilhações, forjou uma unidade mais sólida e ampla que nunca, por cima das diferenças ideológicas (...) esta luta despertou a admiração, entusiasmo e apoio caloroso em outras camadas da população oriental...

O comunicado da maioria sindical explica os motivos da resolução e convoca a continuar a luta por outros meios:

O princípio teórico fundamental de uma luta prolongada é desgastar e debilitar continuamente as forças do inimigo e fortalecer as próprias. É esse princípio que assentou as bases da vitória do pequeno Vietnã sobre o poderoso império norte-americano, para não citar mais que um exemplo recente e glorioso da história das lutas populares do mundo inteiro. É este princípio o que deve guiar nossas ações nesse momento dramático... estas considerações são as que levaram a Mesa Representativa da CNT a decidir o término desta etapa da luta, pondo fim à greve geral.

A Tendência Combativa quebra o consenso e responde com uma análise própria e divergente, que se conhece como o documento dos 3F, em alusão aos três sindicatos que o assinaram, FUNSA, FOEB e FUS. O documento dos sindicatos em minoria realiza uma avaliação crítica da condução da greve: "...a Mesa Representativa termina a greve sem condições, ficam como consequência as demissões, os presos, os requisitados, os fichados, os perseguidos". Mais adiante o documento assinala: "Esta greve geral é a ação política mais importante desenvolvida no Uruguai pelo conjunto do proletariado, dos setores assalariados, do estudantado e de vastos setores sociais".

Noutra passagem, tão lúcida quanto contundente, os sindicatos da Tendência afirmam: "nenhum sindicato foi derrotado, foi derrotado um estilo, um método, uma concepção de trabalho sindical". Por sua vez, os setores políticos de maior ascendência no movimento sindical, particularmente o Partido Comunista, difundem análises auto-satisfatórias de seu papel na greve e defendem a tese segundo a qual a ditadura uruguaia havia sido ferida de morte. Resulta um verdadeiro desafio à lógica sustentar que um regime ferido de morte possa sobreviver 12 anos.

Um balanço inacabado

A greve geral havia terminado. Em 12 de julho, quinta-feira, com dignidade mas sem ocultar a frustração, milhares de trabalhadores reintegram-se aos seus postos de trabalho. Outros milhares passarão pela tortura nos ignominiosos cárceres da ditadura, o exílio produz um verdadeiro êxodo de ativistas e os militantes que ficam no país prosseguem sua resistência na clandestinidade.

A greve geral constitui, sem dúvidas de nenhuma natureza, o episódio mais importante da história da luta de classes do Uruguai e da região. Toda potencialidade da classe operária, assim como também seus limites ficaram manifestos durante os quinze dias da histórica greve.

O exemplo dos trabalhadores deste pequeno e esquecido rincão do mundo ultrapassou as fronteiras e seu decidido acionar foi objeto de admiração e reverência para os pobres do planeta. O impacto desta experiência e suas lições são objeto de polêmica ainda hoje no movimento sindical. Muitas são as perguntas que seguem sobrevoando

a cabeça e o coração dos protagonistas e das novas gerações de lutadores sociais. Quem dirigiu a greve? Havia condições para convertê-la em greve insurrecional? Que aconteceu ao aparato armado do Partido Comunista? Por que a Tendência não obteve mais peso no curso da greve?, entre outras.

O movimento popular e a esquerda política do país devem-se um balanço exaustivo desta heróica e monumental confrontação de classes.

Em nossa opinião, a greve geral não é um fato do passado, mas uma ferramenta do presente para construir o futuro. Hospedamos a convicção de que os operários terão que recorrer em mais de uma ocasião a esta ferramenta de luta para dirimir seus conflitos com a burguesia.

Os anos posteriores serão marcados por uma brutal investida repressiva contra a classe operária e suas organizações e pela implantação a ferro e fogo de um modelo econômico que aumentou a dependência, concentrou ainda mais a riqueza e multiplicou a miséria e a exclusão social.

O movimento popular encontra múltiplas formas de resistência sob duríssimas condições. Em dezembro de 1974 o comando clandestino da CNT discute a possibilidade de convocar uma paralisação de 24 horas e finalmente, ao não encontrar consenso entre as diferentes correntes sindicais, abandona-se a idéia. Desafiando, e às vezes enganando a repressão, os trabalhadores reuniam-se em casas de família, clubes esportivos e até em paróquias para conspirar contra o regime e manter viva a chama da luta. No exterior, os dirigentes da CNT no exílio constroem redes de solidariedade, organizam campanhas de libertação dos presos e promovem um sem número de atividades nas quais se denuncia a ditadura militar. Mesmo a cadeia foi espaço de luta e resistência, os companheiros e as companheiras, superando com altivez e dignidade as humilhações da tortura conseguiram vencer e desmoralizar os verdugos. No quinquênio 1975-1980 as debilitadas organizações operárias que sobreviviam apelavam à imaginação e à criatividade para comemorar o 1º de maio e para homenagear os mártires da classe. Nos piores anos organizaram-se churrascos, campeonatos de futebol e quermesses como pretexto para juntar os trabalhadores nas datas de maior significado.

Em 1980 a ditadura resolve mudar o feriado de 1º de maio para o dia 5, segunda-feira. As organizações populares rechaçam o decreto e imprimem milhares de panfletos de forma artesanal chamando a não trabalhar no dia dos mártires de Chicago. Para surpresa dos terroristas de Estado, verifica-se um enorme absentismo laboral no 1º de maio, que paralisou de fato alguns ramos de produção. As principais obras de construção, tanto em Montevideu quanto em Maldonado, não contaram com pessoal suficiente e tiveram que suspender a jornada de trabalho.

A transição negociada e a reorganização operária

A ditadura ensaia novos caminhos para se legitimar frente ao povo. Em novembro de 1980 um projeto de reforma constitucional com o objetivo de perpetuar as forças castrenses no poder é submetido a plebiscito. Todo o aparato de Estado e os meios de comunicação põem-se a serviço da propaganda a favor do SIM à reforma promovida pela ditadura. O povo uruguaio, confirmando seu arraigado sentido de liberdade, oferece um categórico NÃO às

pretensões dos golpistas. O triunfo popular no plebiscito golpeia duramente a ditadura e reanima o espírito de luta do movimento popular.

À debilidade objetiva do regime soma-se a redefinição da estratégia de dominação por parte do imperialismo norte-americano. As ditaduras apoiadas e financiadas por ele haviam cumprido seu papel e necessitava-se agora de uma transição negociada e tutelada que assegurasse a continuidade de seu esquema de submissão.

Em princípio de 1981, a ditadura promulga a Lei de Associações Profissionais e Afins mediante a qual era permitida a formação de associações de trabalhadores.

O movimento operário aproveita os limitados resquícios de legalidade, e pelas mãos de uma nova geração de ativistas surgidos no calor da resistência o sindicalismo toma renovado impulso.

No prólogo da transição são produzidas as eleições internas dos partidos políticos em 1982. As organizações políticas da esquerda são proscritas e o processo eleitoral desenvolve-se com uma forte arregimentação.

A esquerda política divide-se entre aqueles que chamaram o voto em branco (posição oficial da Frente Ampla) e os que acompanharam os setores mais “avançados” do Partido Nacional (posição apoiada por um setor do Partido Comunista).

A participação popular seguia crescendo e os trabalhadores começam a coordenar-se mais estreitamente entre diversos sindicatos, Borracha, Bebida, Saúde, Metalúrgicos, Gráficos, Construção, Fumo, Bancários e outros.

Surge dessa forma a Plenária Intersindical dos Trabalhadores (PIT).

Na Mesa Representativa do PIT participavam sem exclusões todos os sindicatos e seu funcionamento baseava-se em plenárias que eram verdadeiras assembleias democráticas e operárias. A PIT convoca um ato de massas em comemoração ao dia internacional dos trabalhadores em 1º de maio de 1983. A plataforma incluía quatro pontos: liberdade, trabalho, salário e anistia. O palco é montado sobre a Rua General Flores atrás do Palácio Legislativo e dali se revezaram no uso da palavra representantes dos trabalhadores da borracha, Metalúrgicos, Saúde, Bancários e Bebida, além de um convidado do sindicalismo argentino. Mais de 30.000 pessoas assistiram ao ato e os principais meios de comunicação viram-se obrigados a destacar a impressionante concentração operária. O ato constituiu um dos pontos mais altos da heróica resistência dos trabalhadores à ditadura e revalorizou as forças do movimento popular.

Em setembro deste ano desenvolve-se um novo marco histórico na luta contra o autoritarismo, trata-se da Semana da Juventude organizada pela Associação Social e Cultural de Estudantes do Ensino Público (ASCEEP). Com a participação ativa de centenas de intelectuais e artistas o movimento estudantil promoveu uma série de atividades que incluíram debates, recitais e um ato no Franzini, onde se promoveu a leitura do “Manifesto por um Ensino Democrático”.

O campo de sustentação da resistência ampliava-se e as organizações sociais exerciam uma importante força centrípeta na cena nacional. A ditadura responde com mais repressão e as cadeias recebem dezenas de militantes, em sua maioria jovens. Os comitês dos setores políticos e o movimento social respondem em grande velocidade e neles é aprovada a convocação de um grande ato em 27 de novembro no Obelisco de Montevideu sob a palavra de ordem “Por um Uruguai democrático e sem exclusões”. Cerca de 400.000 pessoas comparecem ao Obelisco para



escutar emocionados a proclamação lida por Alberto Candéu, primeiro ator da Comédia Nacional. O grito de “vai acabar a ditadura militar” ecoa nos palácios dos gorilas golpistas.

Como corolário deste processo de auge das lutas populares e da crescente participação dos mais vastos setores da sociedade, é produzida a primeira paralisação geral de 24 horas em 18 de janeiro de 1984 depois de 11 anos de ditadura e repressão selvagem.

Os fatos posteriores formam parte da história recente e portanto mais amplamente conhecida. Diremos simplesmente, e por conta de um tratamento posterior mais detalhado na segunda parte deste trabalho, que o ano de 1984 foi o ano dos pactos de cúpula e da transição negociada para assegurar a continuidade do modelo econômico nos estreitos marcos da democracia formal e tutelada ■

Bibliografia

Centro de Documentação e Informação, “*III Congreso da Pit-Cnt. Recopilación documental*”, Vol.1, Montevideo, 1987.

FORU, “*Pacto de Solidaridad*”, Congreso fundacional, 1905, em AA.VV. “*El sindicalismo uruguayo. A 40 años del congreso de unificación*”, Ed. Taurus, Montevideo, 2006.

Gonzalez Sierra, Y., “*Los olvidados de la tierra*”, Editorial Nordan, Montevideo, 1994.

Jornal *Construyendo*, N° 3, maio de 2003.

Jornal *El Trabajo*, “*El presidente Cuestas se ha convertido en un dictador*”, n° 22, março de 1901, La República, Diario del Uruguay, Montevideo, 13/09/2006.

Jornal *La Lucha Obrera*, “*El gremio de fideleros reclama aumento de salario*”, n° 23, 1884, La República, Diario del Uruguay, Montevideo, 13/09/2006.

Rama, A., “*Orígenes del Movimiento Obrero en el Uruguay*”, Opción Libertaria, editado por Geal, Panfleto.

Rico, A., “*15 días que estremecieron al Uruguay*”, Editorial Fin de Siglo, Montevideo, 2006. Vescovi, R., “*Ecos Revolucionarios. Luchadores Sociales*”, Nóos Editorial, Montevideo, 2003.

Zubillaga, C., “*Trabajadores y Sindicatos en América Latina*”, CLACSO, Montevideo, 1989.

O Encontro da Revolução com a História

VALÉRIO ARCARY
Editora Sunderman e
Editora Xamã, 2006

JOSÉ
WELMOWICKI

O Encontro da Revolução com a História, o mais recente livro de Valério Arcary, aborda várias questões fundamentais que polarizaram o campo da esquerda e o marxismo no século XX e que hoje, depois dos acontecimentos dos últimos anos, continuam na ordem do dia e a causar polêmicas entre esses setores.

É bom ressaltar que o livro não se limita a retomar as discussões com os velhos protagonistas dessas polêmicas, mas trata de atualizá-las com novas discussões, em particular com aqueles que hoje, partindo da restauração do capitalismo, se renderam ao liberalismo. Um amplo leque de intelectuais e correntes políticas extraiu do fracasso do stalinismo e da queda das ditaduras que se diziam (e algumas que se mantêm e ainda se dizem) socialistas, uma suposta “derrota final” do socialismo como perspectiva real para a humanidade. Com isso, passaram a negar o marxismo como instrumento válido para compreender e transformar o mundo. Há também aqueles que colocaram a culpa desses fracassos na classe operária e passaram a negar a afirmação marxista do proletariado como sujeito social da transformação revolucionária. Em todos esses temas, o livro parte de um ponto de vista muito importante nestes tempos de rendição da esquerda e da intelectualidade: faz um esforço por examinar os fatos históricos dos séculos XX e XXI e a teoria da história à luz do marxismo, sem cair no dogmatismo, resgatando a vigência da revolução socialista.

Em meio a uma ampla gama de temas que o livro aborda, podemos sistematizar blocos de ensaios e artigos sobre três questões essenciais: os prognósticos sobre o futuro do capitalismo, a vigência da época revolucionária atual e o papel da classe operária como sujeito social da revolução.

Os prognósticos sobre o futuro do capitalismo

Aqui Valério Arcary retoma a discussão das perspectivas do modo capitalista de produção e aborda três aspectos dessa discussão. No primeiro, enfrenta dois tipos de prognósticos equivocados: a visão catastrofista da crise final por si só do modo de produção capitalista, de uma crise econômica sem saída que produziria a débâcle a partir de seus próprios mecanismos econômicos, independente da intervenção das classes em disputa, e demonstra que a história não confirma esse tipo de prognóstico. Ao mesmo tempo, questiona a outra interpretação que ganhou muitos adeptos após 1989-91, a de que a globalização abriu um caminho de progresso econômico sustentado do sistema capitalista por um período longo de desenvolvimento das forças produtivas.

José Welmowicki
é membro do
Conselho
Editorial da
Marxismo Vivo

Para negar essas duas perspectivas e, ao mesmo tempo, acentuar o caráter não pré-determinado da história, em que esta depende da luta de classes, da ação humana, Valério Arcary retoma a formulação de Engels, sublinhada já por Rosa Luxemburgo, “socialismo ou barbárie”, para insistir na questão de que o prognóstico é alternativo: ou as classes trabalhadoras enfrentam o sistema imperialista e o destroem, emancipando-se e salvando a humanidade, ou a sociedade irá de retrocesso em retrocesso; e aponta os sinais presentes desse processo, alertando que sociedades anteriores, em que as classes exploradas não conseguiram superá-las, acabaram por se destruir.

O segundo aspecto deste bloco é a discussão sobre as crises do capitalismo, os seus fatores determinantes e como elas ocorrem. A partir da teoria de Marx sobre as crises de superprodução, tendo como detonador a tendência de queda da taxa de lucro do capital, examina-se a realidade dos últimos 50/60 anos. O que explicaria os 30 anos gloriosos do pós-guerra? Aqui o autor avança uma característica típica do século: a combinação dos processos políticos com os econômicos. A explicação da duração das crises e da recuperação, como a dos anos 50-60 na Europa, tem a ver com processos da luta de classes. Como o desvio das revoluções do pós-guerra nas metrópoles e a colaboração direta do stalinismo e da social-democracia nos governos de unidade nacional no imediato pós-guerra, chamando a classe operária a obedecer e produzir para o bem da nação, foi fundamental para a reconstrução capitalista e o subsequente crescimento econômico.¹

Por fim, retoma-se a polêmica de se existem ou não ondas largas, como apontava Kondratieff. Introduzindo as posições de Trotsky, e examinando a realidade da última metade do século XX e começo do XXI, em que a destruição de forças produtivas em larga escala precedeu as recuperações, mais uma vez se aponta para a relação entre economia e luta de classes. Se de um lado a eclosão de revoluções desestimula a classe capitalista a investir, de outro a colaboração das direções que convencem os trabalhadores a se sacrificar pela pátria, pode permitir uma retomada do ciclo.

A época revolucionária terminou?

Neste bloco a discussão — muito atual — gira em torno da vigência ou não da revolução socialista neste começo de século XXI. São comparados os processos da transição do feudalismo ao capitalismo com a transição ao socialismo. Para Marx, os fatores que definiam a abertura de uma época revolucionária seriam dois: a maturidade das forças produtivas para uma reorganização sócio-econômica à medida que entravam em choque agudo com as relações de produção vigentes, e a existência de um sujeito social explorado que tivesse interesses incompatíveis com a ordem social vigente. Examinando os que se contrapõem à posição marxista, os que negam a vigência de uma época revolucionária hoje, Arcary rebate uma das teses que mais teve repercussão nos últimos 20 anos: aqueles como Furet² que, seguindo Kautsky³, afirmam que a própria revolução russa de 1917 foi um engendro imposto por Lenin e Trotsky e só poderia levar ao despotismo, já que seria contrária à natureza da formação social russa, considerada como não-preparada para uma transição ao socialismo. Essa tese, estendendo a todo o mundo atual a

¹ Em outro artigo mais adiante, “Seria o marxismo um fatalismo economicista?” lembra que já Engels levantava essa possibilidade de inversão das causalidades entre o objetivo e o subjetivo, em uma carta polêmica contra interpretações economicistas.

² Historiador que foi vinculado ao PC francês e no final dos anos 80 passou a renegar o marxismo e a revolução; não se limitou a negar a revolução socialista, mas revisou a história da revolução francesa, generalizando a negação da violência como forma de mudar a sociedade.

³ Karl Kautsky. Mais importante da IIª internacional após a morte de Engels; dirigente da ala centrista do partido social-democrata alemão. Capitulou à burguesia alemã na votação sobre a Iª Guerra Mundial e posicionou-se contra a Revolução de Outubro, na Rússia. Lenin escreveu sobre ele na obra *A Ditadura do Proletariado e o Renegado Kautsky*.

mesma análise, afirma que se ocorresse hoje alguma outra tentativa revolucionária socialista, ela estaria destinada ao mesmo resultado despótico, devido à sua inadequação histórica.

Há também os que admitem, em casos excepcionais, a necessidade de luta revolucionária somente contra regimes tirânicos, como o czarismo ou o fascismo. Mas, estabelecidos os regimes democráticos, estaria esgotado o período histórico das revoluções políticas. Afirmam que nos dias de hoje já não seria mais necessário recorrer a tais métodos, já que o capitalismo permitiria a lenta melhoria do nível de vida das massas e só por meio de um regime democrático se poderia avançar “legitimamente”. Qualquer tentativa de uso da violência revolucionária contra democracias liberais só poderia conduzir a regimes totalitários e fora do tempo. Mas os fatos não confirmam nem o primeiro nem o segundo desses argumentos, que visam desterrar a perspectiva da revolução social. Valério Arcary cita os grandes acontecimentos do século XXI, que mostram que a crescente ofensiva recolonizadora e exploradora do capitalismo imperialista detonou processos revolucionários, já não somente contra ditaduras, mas contra regimes democrático-coloniais como os da América Latina, retomando a previsão de Lenin sobre os elos mais fracos da cadeia imperialista.

Nos artigos seguintes sobre a atualidade do *Manifesto Comunista*, de Marx, e a teoria da revolução na famosa Introdução de Engels, de 1895, ao livro *As Lutas de Classes na França*, que foi considerada seu testamento, são abordadas as tentativas de associar o *Manifesto Comunista* ao blanquismo⁴; em contraposição a essa visão reducionista, o texto mostra a vigência do manifesto fundador do programa comunista. No segundo, polemiza com as leituras interessadas dos intelectuais como J. Texier ou Carlos Nelson Coutinho, ambos oriundos da tradição dos PCs reformistas, que tentam atribuir a Engels uma revisão do projeto revolucionário em seu último texto, como se fosse uma antecipação de Bernstein⁵. Nos artigos citados, Arcary responde a uma e outra tentativa de distorcer a teoria marxista da revolução, e faz uma relação entre essas posições e as discussões atuais de estratégia. Qual seria então a proposta alternativa hoje? A inspirada na revolução russa, Marx e Engels, resgatando a necessidade da revolução socialista? Ou as novas “utopias” que apostam na reforma do Estado, a proposta de taxas sobre o capital financeiro ao estilo da ATTAC⁶ e a reforma democrática da ONU para criar um “outro mundo possível”, como têm sido predominantes nos fóruns sociais mundiais?

A classe operária ainda é o sujeito social da revolução?

O terceiro bloco da obra de Valério Arcary discute a outra grande revisão feita por boa parte da esquerda de uma pedra angular da teoria marxista da revolução: a classe operária teria deixado de ser ou nunca teria sido o sujeito social da revolução. Até os anos 90 do século XX a discussão sobre esse tema partia em especial dos que procuravam em outros sujeitos sociais o portador do programa e da ação revolucionárias, inspirados nas vitórias das revoluções dos países de maioria camponesa como China ou Vietnã, enquanto as revoluções operárias eram esmagadas ou desviadas na Europa. Mas já nesse momento se levantava o argumento de que o proletariado dos países imperialistas centrais estava adaptado,

⁴ Corrente que leva o nome de Blanqui, revolucionário francês do século XIX que defendia como método de ação o golpe de estado executado por uma minoria seleta de revolucionários. Marx e Engels sempre combateram essa posição, pois viam a revolução como o levante de massas da classe operária.

⁵ Dirigente do Partido Social-Democrata alemão. Foi o primeiro a elaborar uma revisão do marxismo e apontar uma evolução do capitalismo ao socialismo de forma gradual e sem destruir o Estado burguês.

⁶ Associação pela taxação das transações financeiras. ONG que defende a cobrança da chamada Taxa Tobin sobre as transações financeiras internacionais. É uma das formuladoras da palavra de ordem “um outro mundo é possível” e participante na organização dos fóruns sociais mundiais.

pacificado, pela via do Welfare State. Alguns começaram a dizer “adeus ao proletariado”. Mas, após a restauração do capitalismo, a adesão ao Estado burguês e ao regime inclusive das chamadas novas esquerdas, como o PT brasileiro, essa discussão ganhou novos contornos. Agora passou a questionar não mais a “domesticação de um proletariado que deixava de ser revolucionário”. Para Jacob Gorender, em seu livro *Marxismo e Utopia*, este nunca fora o sujeito social revolucionário, o que seria um erro central na teoria marxista; para ele, o proletariado seria “ontologicamente reformista”, e este seria o maior impasse na doutrina marxista, pois faltaria o sujeito social capaz de derrotar o capitalismo e conduzir a construção do socialismo.

Valério Arcary enfrenta os argumentos de Gorender em dois artigos e mostra que, ligado à sua tese central está uma leitura linear, não dialética da relação entre reforma e revolução e de como as classes dominadas se constroem como sujeito no interior das relações sociais em que vivem. As situações revolucionárias provam que não há “matrimônio indissolúvel entre direções reformistas e classe operária”. Mas que, por outro lado, como Gorender põe a culpa pelas derrotas na própria incapacidade da classe de elevar-se à consciência revolucionária, seria algo assim como dizer que “toda a classe tem o governo que merece”. Gorender chega a atribuir a traição histórica da adesão da Social-Democracia a cada uma de suas burguesias na Iª Guerra Mundial ao ambiente patriótico predominante na classe trabalhadora de cada país. Ocorre que existe uma relação dialética entre classe e direção, ignorada por Gorender. Uma direção à altura da classe explorada prevê, prepara, contraria momentaneamente os sentimentos para poder dirigir de acordo com as necessidades históricas da classe. Como recorda Valério Arcary, a própria primeira Guerra terminou com a completa mudança dos sentimentos das massas operárias, e o surgimento de uma vaga revolucionária contra o capitalismo que levou a uma série de situações revolucionárias. Só os bolcheviques puderam estar preparados para as tarefas da tomada do poder por manterem-se contrários à posição da maioria da IIª Internacional no início da Guerra e por terem preparado por longos anos os quadros revolucionários capazes de ser a alternativa política nesse momento. Arcary lembra que a ênfase de Lenin sobre o lugar insubstituível do partido tinha a ver com uma caracterização de que mesmo uma revolução, com todas as imensas energias que desperta, poderia se exaurir sem um estado maior. E que uma direção não se improvisa no momento da crise revolucionária. Ela se constrói, se prepara para as difíceis tarefas que uma revolução exige: a tomada do poder do Estado, no marco da dominação imperialista. Por mais que Gorender recuse e despreze o tema da crise de direção da classe trabalhadora, ficou evidente, nos acontecimentos decisivos do século XX, a importância da passagem da social-democracia e depois do stalinismo para o campo inimigo, para a defesa da ordem vigente.

Por último, fecha o livro um ensaio sobre o igualitarismo marxista e a liberdade humana, numa interessante reflexão sobre os postulados do liberalismo burguês em contraposição à concepção marxista. Aqui temos um livro que, sem dúvida, ajuda à reflexão na contramão das correntes em voga dentro da própria esquerda. Certamente ajudará o leitor a se orientar melhor sobre as perspectivas de nosso tempo e a teoria marxista da revolução, nesta etapa em que a realidade da luta de classes voltou a colocar os problemas da revolução social e da direção revolucionária na ordem do dia ■



Marxismo Vivo



Marxismo Vivo

